CIDADE PATRIMÓNIO CULTURAL DA HUMANIDADE, GUIMARÃES

DA CONSTRUÇÃO À REABILITAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA
FACULDADE DE ARQUITETURA DO PORTO 2013 | 2014

ANA RITA LOUREIRO DE MATOS
DOCENTE ORIENTADORA: PROFESSORA ARQUITETA CLARA PIMENTA DO VALE

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar os meus mais sinceros agradecimentos a todos os que contribuíram para a elaboração da presente dissertação.

Agradeço em especial a toda a minha família por todo o apoio prestado ao longo da minha formação.

À professora Clara Pimenta do Vale pela disponibilidade, dedicação e imprescindível ajuda.

Dedico o presente trabalho ao Filipe Silva.

ABSTRACT

Guimarães, UNESCO Word heritage city since 2001, is the birthplace of Portugal. Its formation dates back from the 10th century, evolving from a previous village called Vimaranes (located on the intersection of roman roads) to two autonomous villages embraced by the same external line of walls but internally divided by a secondary wall, having a gate as its only connection point. One was called the Upper Village and the other one the Lower Village. Upon the demolition of the walls, the two were united and expanded beyond the former walls location. In the 17th century, the life outside walls increased, due to the nature of spaces, wider than the ones inside the walled perimeter. By the mid 19Th century, the village growths and increased importance determines its elevation to City. But that period also correspond to a time of destruction of several elements that were important to its identity, as some buildings and structures were demolished to be replaced by new constructions.

That panorama is changed in the last decades of 20th century. With the interventions of architect Fernando Távora and Local Technical Office (GTL), a urban and architectonic renewal starts, a major contribution to the city valorization, in a process that involved both technicians as general population.

"(...) was a huge challenge. It resulted in a major transformation in a city that was almost abandoned. People rediscovered, after a long time, its homeland. "[1]

Arch. Fernando Távora

These are pioneer interventions in Portugal, which served the introduction of heritage conservation strategies, even anticipating international guidelines. The historical center revitalization methodology preserves urban heritage, architectural, social and functional values of each element being aware of the full identity of the city and not forgetting the confrontation with nowadays life new demands. This work seen as a model to follow by others cities continues today according to initial implemented rules. These interventions were important in the promotion of traditional materials and techniques uses as well as the qualification of the workmanship skills. These actuation is what permits the present work of constructive characterization of historical center dwellings, in a future intervention context.

The buildings in the Historic Centre of Guimarães are characterized mainly by its granite masonry construction on the ground floor and wood structure on the upper floors. Its spatial distribution and facades design have a clear link between functional occupation and desired relationship with the outside. We visited some abandoned buildings in a state of degradation, some renewed buildings, and others at different stages of interventions, in which it was possible to assimilate a personal interpretation of the actual methodologies of rehabilitation and constructive characterization of the houses. In order to seize the premises of a rehabilitation action wishing to continue the safeguard of our heritage.

....

1 Távora, Fernando – "Grande plano", Jornal de Notícias, 14/10/2003. (Page 3)

RESUMO

Guimarães, cidade Património Cultural da Humanidade, classificada pela UNESCO em 2001, é a cidade berço de Portugal. O início da sua formação remonta ao séc. X, evoluindo de uma vila chamada Vimaranes, na interseção de vias romanas, para duas vilas autónomas abraçadas pela mesma cinta de muralhas externas mas divididas internamente por outra, ligando-se apenas por uma porta: uma era a Vila Alta e a outra a Vila Baixa. Derrubada a muralha de divisão, as vilas fundem-se, formam uma só e crescem até se expandirem além muralhas. A partir do séc. XVII aumenta o movimento extramuros que apresenta espaços mais amplos e desafogados do que o perímetro muralhado. O crescimento da vila determina a sua elevação a cidade em meados do séc. XIX, período que igualmente corresponde à destruição de elementos característicos da sua identidade, demolidos para serem substituídos por novas construções.

O panorama altera-se, já no final do século XX, com as intervenções do arquiteto Fernando Távora e do Gabinete Técnico Local, inicia-se uma fase de reabilitação urbana e arquitetónica da cidade, que contribuiu de forma sensível para que a cidade passe a ser vista segundo uma nova perspectiva pelos seus habitantes e pelos quadros técnicos.

"(...) foi um desafio enorme. Operou-se uma grande transformação numa cidade que se encontrava quase abandonada. As pessoas redescobriram, ao fim de muito tempo, a sua terra."[1]

Arq. Fernando Távora

Consideram-se estas intervenções pioneiras na introdução em Portugal de estratégias de conservação do património urbano, antecipando-se, em alguns casos, a diretrizes internacionais. A sua metodologia de revitalização do centro histórico conserva o valor arquitetónico, patrimonial, social e funcional de cada elemento, estando ciente da identidade da cidade enquanto um todo e sem esquecer o confronto com as novas exigências da vida atual. Este trabalho visto como um exemplo a seguir por outras cidades, continua ainda hoje, maioritariamente, a ser feito segundo as regras inicialmente implementadas. Estas intervenções que fomentaram o uso das técnicas e materiais tradicionais, garantindo a qualificação da mão de obra no uso dos mesmos , e implementando uma cultura de respeito, possibilitaram o presente estudo de caracterização das casas do centro histórico, num contexto de futura reabilitação.

As casas do Centro Histórico de Guimarães caracterizam-se, essencialmente, pela sua construção em alvenaria de granito no piso do rés do chão e estrutura de madeira nos pisos superiores. Apresentando a sua organização interior e desenho de alçado uma ligação clara entre a função interior e a relação pretendida com o exterior. Foram visitados edifícios ao abandono e em estado de degradação, edifícios reabilitados e outros em fases distintas de intervenção, a partir dos quais foi possível , num primeiro momento, fazer a caracterização construtiva dos edifícios, e num segundo momento retirar uma interpretação pessoal das metodologias de intervenção usadas em cada caso. O estudo tinha como objetivo apreender as premissas utilizadas numa ação de reabilitação que pretenda continuar a salvaguarda do nosso património.

....

1 Távora, Fernando – "Grande plano", Jornal de Notícias, 14/10/2003. (Pág. 3)

ÍNDICE

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AIP - Área de Intervenção Prioritária
AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
AMAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave
BMRB - Biblioteca Municipal Raúl Brandão
CAAA - Centro para os Assuntos da Arte e Arquitetura
CCVF - Centro Cultural Vila Flor
CEC 2012 - Capital Europeia da Cultura 2012
CED 2013 - Capital Europeia do Desporto 2013
CHG - Centro Histórico de Guimarães
CHG - PM - Centro Histórico de Guimarães - Património Mundial
CHP - Centro Histórico do Porto
CHP - PM - Centro Histórico do Porto - Património Mundial
CMG - Câmara Municipal de Guimarães
CMP - Câmara Municipal do Porto
CRUARB - Comissariado para a Renovação Urbana da área Ribeira-Barredo
DCH - Divisão do Centro Histórico
DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC - Direção Geral do Património Cultural
FAUP - Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FERP - Fórum Europeu de Responsáveis pelo Património
FMS - Francisco Martins Sarmento
GTL - Gabinete Técnico Local
ICCROM - Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro do Património Cultural
ICISN - Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - Instituto para a Conservação de Monumentos e Sítios
IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IIM - Imóvel de Interesse Municipal
IIP - Imóvel de Interesse Público
INH - Instituto Nacional de Habitação
INTERREG - Innovation & Environment Regions of Europe Sharing Solutions
IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico
IRHU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana
IVC - Imóvel em Vias de Classificação
MN - Monumento Nacional
NCR - Núcleo de Conservação e Restauro
NDAT - Núcleo de Documentação Abade de Tagilde
NEAHL - Núcleo de Estudos de Arqueologia e História Local
NEPHL - Núcleo de Estudos do Património e História Local
NEV - Núcleo de Estudos Vicentinos
PDM - Plano Diretor Municipal
PRU - Programa de Reabilitação Urbana
QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAU - Regime de Arrendamento Urbano.
RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH - Regime Especial de Comparticipação e financiamento da Recuperação de prédios urbanos em regime de Propriedade Horizontal
RICUH - Regulamento de Intervenção do Centro Urbano e Histórico
SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
SMS - Sociedade Martins Sarmento
SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana
UE - União Europeia
UM - Universidade do Minho
UNAGUI - Universidade do Autodidata e da Terceira Idade de Guimarães
UNAVE - Associação de Municípios do Vale do Ave
UP - Universidade do Porto
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ZEP - Zona Especial de Proteção
ZIP - Zona de Intervenção Prioritária

0 INTRODUÇÃO

> "Tudo se passa como se o mesmo herói desconhecido que produziu esta maravilhosa filigrana envelhecida regressasse e ainda anonimamente viesse reanimar (...) a tradição e apenas entreabrir uma janela do futuro.
> O mais difícil será acordar este personagem sem estremecimentos e sem sobressaltos." [1]

ARQ.
ALEXANDRA GESTA

[1] Alexandra Gesta cit. por Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág.171)

O presente trabalho consiste numa dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto resultado de uma investigação com enfoque na área da reabilitação urbana e do património edificado.

A motivação para este tema parte quer da sua atualidade, quer da sua longevidade. É certo que com muitas transformações até aos nossos dias, a discussão e reflexão sobre este tema surge já na Idade Antiga, e é hoje uma preocupação presente no planeamento urbano, enquanto modo de estima da identidade das nossas origens e cidades. Das minhas origens provém um gosto especial pela arte de reabilitar e pela preservação das nossas pré existências, seja pelo meu seio familiar, seja pela influência da minha cidade, Guimarães. Os verdadeiros impulsionadores do meu interesse pela arquitetura, salvaguarda do nosso património e exploração dos processos para o conseguir. São agora motivos de incentivo a este estudo, tal como a consolidação do conhecimento pessoal sobre a prática construtiva em território construído.

O caso de estudo principal será, portanto, o Centro Histórico da cidade de Guimarães, particularmente as suas habitações características desde a época medieval e a sua conservação. Tendo como enfoque principal o estudo da caracterização construtiva dos edifícios enquanto base de todas as ações de reabilitação. Esta análise tomará como área em estudo, a delimitação estabelecida como sendo a área de intervenção da DCH - Divisão do Centro Histórico, reunindo a zona classificada como Património Cultural da Humanidade desde 2001 e a ZEP - Zona Especial de Proteção. São considerados alguns casos pontuais de localização exterior a esta área, quando considerados relevantes.

Esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos:

- O primeiro aproxima-se histórica e teoricamente ao tema da reabilitação urbana, relacionando os seus principais teóricos e suas contribuições com a sua repercussão no nosso país e em especial, na cidade caso de estudo, Guimarães.
- O segundo capítulo subdivide-se em quatro partes. Começa por enquadrar historicamente a cidade de Guimarães e depois as suas habitações típicas, na procura de razões locais e influências externas que tenham contribuído para o desenvolvimento da sua estrutura urbana e das técnicas de construção dos seus edifícios. De seguida, apresentam-se as intervenções mais significativas realizadas na cidade, desde as mais contestadas e prejudiciais, às mais premiadas e revitalizantes. Estas últimas com foco no período em que o arquiteto Fernando Távora intervém nas obras da cidade, refletindo acerca do seu papel nas mesmas e o que deixa como herança do seu trabalho. Este capítulo termina com a investigação das diferentes ações de reabilitação realizadas na cidade até hoje, e em especial o trabalho do G.T.L. e suas estratégias de intervenção que têm assegurado a imagem própria da cidade histórica vimaranense e que lhe garantiram a homenagem e grau de Cidade Património Cultural da Humanidade.
- O terceiro faz a descrição e caracterização construtiva da casa do Centro Histórico de Guimarães e todos os seus elementos. Analisando os seus métodos construtivos, desde as estruturas, aos materiais, elementos funcionais e decorativos, e, por fim, ferramentas de obra. Isto partindo das bases documentais estudadas e da interpretação pessoal de vários casos visitados em degradação ou em diferentes fases de intervenção na cidade.
- O quarto ponto analisa um edifício em degradação do Centro Histórico vimaranense: a Casa de Sarmento, encarando-a como caso real de estudo das questões estudadas anteriormente. Primeiro é feita a contextualização e análise do edifício no seu estado atual, bem como das suas transformações, para depois traçar o processo de uma ação de reabilitação futura a efetuar no mesmo.

Fig. 1 – Fotografia de 2014 de encontro de parede de pedra com parede em taipa de rodízio, em estado de degradação.

1

Fig. 2 – Fotografia de intervenção de reabilitação em 2014, onde se apreciam várias fases da obra.

2

Assim, o objetivo final será o de apreender e delinear como se processa uma ação de reabilitação, tendo tomado consciência de que os postulados teóricos não são possíveis de ser aplicados diretamente à prática sem uma análise prévia equilibrada de todas as condicionantes que um edifício pré existente em degradação apresenta. Essa análise será a base para o delinear da metodologia de intervenção a aplicar num futuro projeto de reabilitação, tendo presente a preservação do valor patrimonial, arquitetónico, cultural e social do edifício.

O principal meio de aproximação e desenvolvimento do trabalho é o contato direto com a cidade, os seus edifícios, as suas obras, os seus mestres de obras e os que deixam o seu testemunho na contínua preservação da identidade de Guimarães, bem como o exame de todas as fontes relevantes no âmbito da reabilitação arquitetónica e da evolução da cidade vimaranense. Também o desenho foi uma importante ferramenta de trabalho no que diz respeito à fase de investigação e levantamento do caso de estudo. Para a abordagem à evolução urbana da cidade, seus edifícios e métodos construtivos, a organização de um arquivo fotográfico histórico e atual foi, sem dúvida, uma base essencial de investigação.

Em jeito de introdução ao próximo capítulo, evidencio um excerto da Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas[2], de Outubro de 1987:

"Todas as cidades do Mundo, por serem o resultado de um processo de desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projecto deliberado, são a expressão material da diversidade das sociedades ao longo da sua História.
A presente Carta refere-se a conjuntos urbanos históricos, de maior ou menor dimensão, incluindo as cidades, as vilas e os centros ou bairros históricos com a sua envolvente natural ou construída pelo homem, os quais para além de constituírem documentos históricos são a expressão dos valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. Actualmente estes conjuntos encontram-se ameaçados de degradação, de deterioração e até de destruição, devido ao impacto do urbanismo nascido da era industrial e que afecta actualmente todas as sociedades do mundo."[3]

ICOMOS, Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas

2 Carta esta que o G.T.L. antecipa com a sua estratégia de intervenção.
3 ICOMOS – "Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas". Washington D.C.: ICOMOS, 1987. (Pág. 1)

APROXIMAÇÃO À REABILITAÇÃO URBANA

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E TEÓRICO

"Substituiu a pedra e a madeira pelo betão e o aço. Ficou tudo diferente para que pudesse continuar igual (...) Hoje uma parede de pedra até pode ser uma parede de pedra. Basta substituir a palavra "técnica" pela palavra "tecnologia."" [1]

ARQ. **EDUARDO SOUTO MOURA**

1 Eduardo Souto Moura cit. por Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág.124)

"Ficou tudo diferente..." Quer na prática, quer na teoria, muitas foram as transformações e progressos no campo da arquitetura. "...para que pudesse continuar igual" A razão de tais mudanças mantém-se nos dias de hoje, a preocupação em preservar as nossas raízes, seja de um ou de outro ponto de vista, é o objetivo comum. Este é o tema desenvolvido neste capítulo, uma abordagem histórica e teórica à reabilitação urbana capaz de apoiar a posterior análise do caso de estudo, Guimarães.

Todo o património construído é alvo de constantes ameaças, desde as intempéries e seu próprio desgaste, à sua utilização e modificações adicionadas. Estas últimas causadas pelo homem, bem como outras de maior dimensão e que têm vindo a ser motivo de grandes perdas para a história da arquitetura e diferentes culturas. São estes conflitos armados, vandalismo intencional, demolições, esgotamento de recursos ou mesmo decisões políticas.

Ao longo do tempo, os danos sofridos pelo património foram gerando o debate entre visões diferentes do ser humano acerca do que o rodeia. Debate evocado por um sentimento crescente de salvaguarda de herança, que se comprova a existência já no séc. I a.C. com os dez livros "De Architectura" por Marcus Vitrúvio ou em 179 com a célebre "Descrição da Grécia" pelo geógrafo Pausanias, onde este reconhece lugares, ruínas e objetos desaparecidos. Estes são exemplos das primeiras tentativas de documentação do património existente, contudo as ações a favor da preservação começam no séc. IV, após a cristianização do Império Romano quando despojos de monumentos antigos começam a ser utilizados em construções novas. Face a tal destruição e vandalismo, sucessivos imperadores preocupam-se com a proteção dos seus templos e monumentos, ordenando a preservação de edifícios antigos. Todavia, os estragos continuaram e por todo o mundo.

O milénio seguinte, denominado de Idade Média e correspondente ao período entre os séculos V e XV, surge com a desintegração do Império Romano e a gradual expansão do cristianismo pela Europa. Inicialmente, visto por muitos como a Idade das Trevas, como um intervalo de tempo vazio graças a ignorância forçada pela igreja, é mais tarde, com a procura de identidade nacional, encarada como a Idade da Fé, período de descobertas e de grandes realizações artísticas. A difusão cristã levou à edificação numerosa de novos espaços religiosos: igrejas e mosteiros, que começaram por ser edifícios de pedra e de pequena dimensão na Alta Idade Média. Para edifícios com referência nos modelos romanos na Baixa Idade Média, evoluindo metodologicamente em termos construtivos, mas muitas vezes demolindo construções romanas para utilizar os seus materiais e ornamentos no novo edificado. Isto não significa a extinção do património clássico, a sua memória permanece em monumentos antigos e ruínas, que se tornaram referência para a evolução metodológica da construção até ao período gótico. Veja-se a seguinte expressão de Dom Bernard de Montfaucon [2] (1655-1741), que faz uma revisão deste período no século XVIII:

"(...) os povos do Norte que se tinham espalhado por toda a Europa levaram por todo o lado a barbárie: não se via nada mais do que coisas disformes: (...) os homens viviam na ignorância de tudo o que observasse os usos destes séculos florescentes. (...) Nove ou dez séculos se passaram (...): foi apenas após um longo espaço de tempo que se sonhou revelar-se, para fazer reflorir as belas-artes cujos traços se encontram ainda em alguns monumentos que tinham escapado às injúrias do tempo, aos insultos das pessoas que não tinham qualquer gosto por tudo o que a arte tinha inventado de mais admirável." [3]

Dom Bernard de Montfaucon cit. por Françoise Choay

2 Maior antiquário francês, inventa o termo "paleografia" em 1708 e publica a 1ª edição de "L'Antiquité expliqueé" em 1719 e 3ª edição mais extensa em 1724.
3 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 111)

Fig. 1 – Abadia de Saint- Denis, em França. Ampliação por Abade Suger, no séc. XII, valorizava a qualidade da obra e as riquezas incorporadas.

1

Fig. 2 – Palazzo Pubblico de Siena, em Itália. Obra continuada em períodos diferentes mantendo o estilo, com a intenção de preservar a identidade da cidade.

2

Testemunho fundamental desta época é o Abade Suger (1081-1151) que deixa duas relações acerca dos trabalhos realizados na ampliação da Abadia de Saint-Denis no séc. XII, em França. Estes documentos expõem a ideia que existia de monumento memorial na época, isto antes três séculos da apresentação do conceito de "antiguidade" e seis séculos antes da noção de "monumento histórico". É através da descrição da organização arquitetónica, que Suger mostra a memória do monumento, pois este transparece a dimensão simbólica da igreja e as condições principais da sua edificação. Apesar deste entendimento de memorial, partes primitivas foram destruídas, no entanto Suger via tudo com positivismo, pois a igreja era agora de pequena dimensão face às novas igrejas erigidas desde a sua construção no séc. VII, além disso, salvaguardaram-se elementos antigos. Conforme as descrições de Suger, esta época mostra-se com pouco interesse nos dotes estéticos, o que valorizava o monumento como memorial era antes a qualidade da obra e as riquezas incluídas, mesmo que fosse necessário recorrer a obras da antiguidade pagã e incorporá-las na nova construção, como referido anteriormente e escrito por Suger:

"Onde encontrarei colunas de mármore ou equivalentes do mármore? Pensei, refleti, pesquisei nas diversas regiões distantes e não encontrei nada. Apenas se apresentou ao meu espírito ansioso uma única solução: ir a Roma – no Palácio de Diocleciano, com efeito, e nas outras termas, vimos muitas vezes admiráveis colunas de mármore – e mandar vir (as colunas necessárias)" [4]

Abade Suger cit. por Françoise Choay

Ainda a respeito da construção medieval, a noção de continuidade era uma condição a ter em conta. Portanto, mesmo em períodos de preferências estilísticas completamente distintas do estilo inicial do edifício, este continuaria a ser construído no seu estilo inicial. Um exemplo é a cidade de Siena, em Itália, que seguia regulamentos de desenho de 1297 no sentido de reforçar a identidade da cidade, apesar da influência renascentista já existente no país. No séc. XII, começa a fase gótica, inicialmente em Paris e arredores e posteriormente expandindo-se por toda a Europa, contudo, nos últimos séculos medievais, começam já a fazer-se ouvir as vozes renascentistas que vão expandindo os seus ideais, sem que seja nenhum acontecimento específico a marcar o início do Renascimento. Pode dizer-se que começa no séc. XIV pelo poeta italiano Francesco Petrarca (1304-1374). Este escreve a Paolo Annibaldi:

"Hasten to prevent such damage! (...) It will be an honour for you to have saved these ruins because they testify to what once was the glory of unviolated Rome." [5]

Francesco Petrarca cit. por Jukka Jokilehto

Petrarca vê as ruínas como um testemunho do passado, também os monumentos antigos começam a ser vistos como relíquias que ganham importância na política e como lições para os artistas, arquitetos e humanistas. Fomenta-se assim o conceito de "arte" e "obra de arte" em contraste com a tradição artesã medieval, valorizando a estética ao invés da preocupação funcional medieval. Surgem as primeiras coleções de antiguidades e estudos de elementos antigos, exemplo é a descrição de Poggio Bracciolini (1380-1459) das ruínas romanas:

"A história deve ser estimada em um alto preço (...) Cidade que, despojada de toda a sua beleza, vencida, permanece, agora, como um imenso cadáver em decomposição e atacada por todo o lado. Submissa à mais vil servidão, privada da sua beleza (...), é pela sua ruína que testemunha a sua dignidade e a sua grandeza passadas" [6]

Poggio Bracciolini cit. por Françoise Choay

4 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 65)
5 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 21)
6 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 74 e 75)

Ainda no séc. XV, começam as intervenções de restauro a peças e monumentos antigos, dando importância ao trabalho do escultor como prova da sua habilidade. Os restauros ainda não eram restauros no sentido moderno, eram mais reparos ou melhorias a edifícios[7] que tivessem uso contemporâneo e no caso de igrejas, o objetivo não era apenas reparar mas antes adaptá-las aos novos requisitos. Apesar da introdução da ideia de restauro na sociedade, as destruições e transformações de edifícios antigos continuavam, os papas assinavam quer ordens de restauro, quer ordens de demolição. Uma situação exemplar foi a ideia do Papa Innocent VIII, recusada pelos cidadãos romanos, de destruir o Coliseu para que ali pudesse passar uma estrada.

No séc. XVI, ganha relevo o debate entre valor artístico e valor de antiguidade. O que nos casos de restauro era importante: uns apreciavam tanto a originalidade das obras antigas que achavam que deviam permanecer intocadas, outros viam as ruínas com vergonha da barbaridade da destruição moderna e neste sentido apoiavam o restauro em vez da preservação como se encontravam.

1462 - Pio II Piccolomini (1405-1464) publica a célebre bula "Cum almam mostram urbem" para a proteção dos monumentos antigos de Roma. Onde proíbe a qualquer um que demula ou destrua qualquer edifício público antigo.

No seguimento da primeira vertente ideológica, e ainda no séc. XV, o papa Pio II Piccolomini (1405-1464) a 28 de Abril de 1462 anuncia a "Bula cum almam mostram urbem":

"Uma vez que desejamos que a nossa Cidade-mãe seja conservada na sua dignidade e no seu esplendor, devemos mostrar um cuidado particularmente vigilante (...) sejam mantidos e preservados (...) os edifícios da Antiguidade e do passado longínquo assim como os seus restos permaneçam para a posteridade, (...) nossos predecessores, que proíbam expressamente alterar ou destruir os edifícios (...) sob pena de excomunhão, assim como de multas fixadas pelo édito e que incorrem os infratores, a todos e a cada um (...) proibimos formalmente a qualquer um que, seja qual for a maneira da qual se toma, direta ou indiretamente, pública ou secretamente, demula destrua, mutile, esventre ou converta em cal qualquer edifício público antigo ou restos de edifício antigo permanecendo de pé, nesta Cidade ou nos seus arredores, mesmo que se trate de uma propriedade privada, rural ou urbana."[8]

Pio II Piccolomini cit. por Françoise Choay

Um apologista da segunda vertente é Giorgio Vasari (1511-1574) que publica:

"Antiquities thus restored certainly possess more grace than those mutilated trunks, members without heads, or figures in any other way maimed and defective." [9]

Giorgio Vasari cit. por Jukka Jokilehto

Para além das remanescências clássicas, também o tratado de Vitrúvio do séc. I a. C. foi uma importante referência e apoio de estudos e tratados renascentistas. Um caso é o de Leon Battista Alberti (1404-1472) que defendia a proteção de edifícios históricos pela sua qualidade arquitetónica, solidez, beleza, valor educacional e histórico. Para Alberti, os requisitos básicos da arquitetura eram: garantir a sua funcionalidade, prometer solidez e durabilidade, e ser elegante e agradável. Estes enquadram-se nas preocupações arquitetónicas gerais do Renascimento: a durabilidade da obra, a sua manutenção regular, a análise de falhas e a reparação de todos os defeitos estruturais. O edifício considerado modelo ideal era o Panteão.

Outra figura muito importante na defesa do futuro do património foi Raffaello Sanzio (1483-1520), autor da conhecida Carta ao papa Leão X[10], da qual se salienta o seguinte:

....

7 Exemplo: família Medici pede a Donatello (1386-1466) que restaure e complete fragmentos do seu palácio em Florença.
8 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 81 e 82)
9 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 23)
10 A Carta a Leão X só foi impressa em 1733 e apenas no nome de Baldassare Castiglione (1478-1529) que tinha ajudado.

"É necessário, portanto, Santo Padre, que uma das primeiras preocupações de Vossa Santidade seja a de velar pelo pouco que nos resta desta antiga mãe da glória e da grandeza italiana e que testemunha o valor e a virtude dos seus espíritos divinos dos quais ainda hoje a memória exorta os melhores entre nós à virtude, e não seja arrancada nem mutilada pelos perversos e pelos ignorantes." [11]

Raffaello Sanzio e Baldassare Castiglione cit. por Françoise Choay

Leão X declara Raffaello o primeiro prefeito dos mármores e pedras de Roma[12], com a responsabilidade de supervisionar o serviço dos trabalhadores das peças antigas e de penalizar todos aqueles que infrinjam os requisitos estipulados e todos aqueles que não tenham pedido permissão para trabalhar as pedras. Foi-lhe, também, conferida a tarefa de elaborar um mapa da Roma antiga. Em 1521, é publicada a primeira lista de monumentos protegidos de Roma.

1521 - Publicação da 1ª lista de monumentos protegidos de Roma "Epigrammata antiquae urbis" por Iacopus Mazochius.

1524 - Concílio de Zurique.

1550 - "As Vidas dos mais Excelentes Pintores, Escultores e Arquitetos" pelo arquiteto Giorgio Vasari, onde o termo "gótico" é impresso pela 1a vez.

1563 - Concílio de Trento.

Este período de renascença, apesar de se apresentar bastante claro nos seus princípios, era acompanhado de um pano de fundo de discórdias religiosas, o designado movimento da Reforma[13]. É exemplo o conhecido Saque de Roma[14] que destrói monumentos, arquivos e relíquias, provocando a exaltação do sentimento de patriotismo, sendo o Papa Clemente VII a interceder através de ordens e instruções de proteção de monumentos e antiguidades. No Reino Unido, também a Rainha Elizabeth I, preocupada com a proteção de espaços religiosos intervém com a proclamação "Agaynst breakyng or defacing of Monuments"[15]. A igreja católica romana convoca o Concílio de Trento[16], evento que marca o movimento da Contrarreforma, na procura da harmonia eclesiástica. Uma época até então cheia de certezas começa a perder a clareza e a unidade cultural, principalmente a partir da declinação da influência católica, abrindo, assim, as portas para novas abordagens e manifestações estéticas como o maneirismo e seguidamente o período barroco, como estilo de auto renovação da igreja católica.

O renascimento fica marcado pela sua procura de igualar ou, se possível, superar as obras da Antiguidade. Não se trata da reprodução idêntica, mas antes do desenho à moda antiga baseado no estudo das construções remanescentes. "*É um paradoxo fundamental que o anelo de regressar aos Clássicos, baseado numa rejeição da Idade Média, em vez de trazer à nova era uma Antiguidade renascida, contribuísse tanto para a formação do homem moderno*." [17] Os ideais barrocos[18] procuravam recriar a magnificência da Antiguidade, mas, distinguiam-se do Renascimento, pelo drama, dinamismo, realismo, sumptuosidade e decoração. Apesar destes estilos dominarem esta Era, principalmente na cidade de Roma, noutras partes da Europa, as tradições medievais sobreviviam no séc. XVI debaixo da aparência clássica, ainda existiam vários casos em que formas góticas eram aplicadas em edifícios religiosos.

Ao longo deste período, na cidade caso de estudo deste trabalho, Guimarães, as questões enunciadas anteriormente não se fazem sentir, ou pelo menos não parecem provocar grande efeito. Já se tinham realizado obras em edifícios existentes desde o séc. XIV[19], ou por se querer engrandecê-los ou por ameaçarem ruína, mas a cultura medieval permanece. No séc. XVI, a preocupação

....

11 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 88)
12 A 27 de Agosto de 1515.
13 Movimento iniciado em 1517, motivado pelos escritos do alemão Martin Luther contra os princípios da Igreja Católica.
14 Resultado da contestação dos conceitos da Igreja Católica, no ano de 1527.
15 Proclamação de 1560, a favor dos edifícios públicos e igrejas ameaçados pela revolução religiosa.
16 Convocado pelo Papa Paulo II, foi interrompido várias vezes graças a discordâncias religiosas e políticas, durando desde 1545 a 1563. Foi um dos concílios mais importantes.
17 Janson, Horst Woldemar – "História da Arte". 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. (Pág. 367)
18 Por uns considerados como a última fase da renascença clássica, por outros como um período independente quer do renascimento, quer do tempo moderno.
19 Reedificação da Igreja de N. Srª da Oliveira ordenada por D. João I pela vitória na Batalha de Aljubarrota em 1387. Em 1458 e 1548 realizam-se obras no portal principal da mesma.

1562/1570 - Mappas do Reino de Portugal e das suas Conquistas - Planta da Cidade de Guimarães.

1605 - Passa a ser obrigatório o uso de telhas na cobertura, em Portugal, substituindo a palha e o colmo.

com construções em mau estado afirma-se em Guimarães com a discussão acerca da realização de obras de melhoramentos das calçadas e com um documento que relata o mau estado em que se encontrava a Capela de S. Tiago da Praça e como esta punha em causa a segurança dos transeuntes. Apesar de a considerarem em ruínas em meados do século, só no início do séc. XVII é que é reedificada. Neste século, o rei ordena a realização de um inventário[20] dos seus bens e é neste que surge a primeira descrição detalhada dos principais edifícios de Guimarães na época. Impulsionando novas regras[21], vistorias a obras, calcetamento de vias e reedificação de partes de edifícios em ruínas[22].

O espaço de tempo, de passagem do séc. XVI para o XVII, é um período de mudanças, conflitos, dúvidas e progressos. Mas fica clara a nova concepção de história, de valor artístico e de património, não só por se ver a Roma antiga como uma herança importante, mas também por toda a Europa começar a valorizar o património nacional, em parte devido aos conflitos que se sucederam no séc. XVII. Os Trinta Anos de Guerra[23] na Europa, marcado por rivalidades religiosas e territoriais e mais particularmente em Inglaterra, a Guerra Civil Inglesa[24] e o conhecido como Great Fire of London[25] causaram muitos danos e destruição, que marcaram este século e a história da arquitetura por toda a reconstrução feita na cidade de Londres. A Guerra Civil provocou não só interrupções na construção da Catedral de St. Paul's, mas também muitos danos na mesma. Para colmatar, o grande incêndio de Londres, destrói completamente a catedral e a City of London[26] fica arruinada. É o arquiteto Sir Christopher Wren[27] (1632-1723), quem planeia toda a cidade e redesenha a catedral no mesmo local, tornando-a a sua obra de arte barroca. Wren é encarregado, ainda de reconstruir todas as igrejas[28] afetadas pelo incêndio, ou pelo menos supervisionar as obras.

Wren deixava-se influenciar pela ruína, memória do lugar e envolvente, sem perder a noção da cidade como um todo, caracterizando as partes, de modo a evidenciá-las no desenho da cidade consolidada, em que as ruas principais ligavam aos monumentos mais importantes. Todas as soluções tinham influências religiosas, económicas, políticas e sociais que restringiam a gestão de um planeamento tão ambicioso, razões pelas quais Wren não pode sempre levar para a frente as suas preferências. É graças a este condicionamento, que o Barroco, considerado pelo arquiteto o melhor estilo arquitetónico, não é usado sempre, existindo igrejas que continuam no seu estilo primitivo, o Gótico.

"(...) the Gothic style was a product of a particular time and place. Based on this new understanding, Wren was compelled, not to reject the gothic, but to formulate a theory that acknowledged the existence of this and other culturally specific phenomena." [29]

Lydia M. Soo

Christopher Wren elabora uma série de estudos e análises ao estilo Gótico, forma, estrutura, materiais e métodos construtivos, fazendo uma apreciação negativa mas não tão forte quanto os seus contemporâneos. Acreditava que se podia tirar partido do melhor do estilo, reformulá-lo e este não estaria tão aquém do Barroco. Mesmo assim, o Gótico nunca seria uma escolha primordial

20 O chamado TOMBO de 1612.
21 Obrigatoriedade do uso da telha nas coberturas, em vez de palha ou colmo.
22 De que são exemplo a capela-mor da Igreja de N. SRª da Oliveira e os antigos Paços do Concelho.
23 Ou a Guerra dos Trinta Anos, desde 1618 a 1648. Motivado por divergências entre católicos e protestantes e divergências dinásticas e territoriais, gerando várias guerras por toda a Europa.
24 De 1642 a 1649, contra o poder absolutista do rei D. Carlos I.
25 De 2 de Setembro até 5 de Setembro, de 1666, destruindo grande parte da City of London.
26 Zona central da cidade de Londres atual, que corresponde à antiga cidade de Londres medieval.
27 Sir Christopher Wren tem as suas influências arquitetónicas nas obras de Inigo Jones, no estudo por livros da Itália renascentista e na cultura arquitetónica francesa, para onde tinha viajado antes do grande incêndio de Londres.
28 87 igrejas no total, no entanto, foram 51 as reconstruídas, de modo a juntar algumas paróquias. Os princípios da reconstrução eram a visibilidade e acústica dos utilizadores, afetando a composição do espaço interior e a lógica funcional da igreja, levando a um determinado tratamento da entrada na igreja e do posicionamento das torres das mesmas.
29 Soo, Lydia M. – "Wren's Tracts on Architecture and other writtings". Cambridge University Press, 1998. (Pág. 38)

para Wren, apenas quando era obrigado pelas remanescências, como respeito e reconhecimento pelo património e pela história do lugar. Os defeitos do estilo estavam nos problemas detetados no trabalho das pedras, contrafortes, arcos e telhados, existiam também problemas nas fundações e pilares inclinados pois não se pensava no peso dos telhados. Wren propõe reparações a estes elementos, justificando as suas propostas de modo a remediar o existente.

"(...) Gothic elements in some of his buildings they are probably in the nature of an unconscious continuation rather than a deliberate harking back. (...) he was far from being a revivalist or an admiring imitator and considered Gothic an interesting but dead language to be used only where special circumstances demanded it. (...) and stated explicitly why he chose Gothic forms: "I resolved it ought to be Gothic to agree with the Founder's Worke, yet I have not continued soe busy as he began." Whilst all this probably resulted from something in the nature of an unconscious heritage, Wren consciously tried to link up with the work of Inigo Jones." [30]

Eduard Franz Sekler

Este período deixa uma marca importante na questão de respeito pelo património e pela história nacional, Wren mostra que apesar de não apreciar um estilo anterior ao do seu tempo, deixa a sua memória presente nas suas reconstruções. Igualmente, Dom Bernard de Montfaucon, contemporâneo francês de Wren, faz uma crítica fundada acerca do período medieval, mostrando o que este teve de pior, mas também o que este contribuiu para a sua época:

"É necessário, no entanto, admitir que é a estes séculos de barbárie que devemos várias invenções tão necessárias à vida e que os antigos da bela antiguidade tinham ignorado: os moinhos de água, os moinhos de vento, os óculos, a bússola, as vidraças, os estribos, a tipografia e tantas outras coisas úteis tão necessárias. Estes homens grosseiros, que não tinham a mínima ideia da beleza da pintura, da elegância da estatuária, das proporções da arquitetura, não deixaram de se entregar à invenção de outras coisas úteis, que a seguir foram aperfeiçoadas nos séculos mais baixos e mais civilizados." [31]

Dom Bernard de Montfaucon cit. por Françoise Choay

1787 - Em Roma, começa a ser obrigatório o registo e estudo dos monumentos antigos para os estudantes da Accademia di San Luca.

Dom Bernard levanta nos seus escritos[32] a questão da conservação dos monumentos, para a qual defendia uma abordagem geral de todo o tipo de vestígios da antiguidade, sendo fundamental a apreensão visual e representação iconográfica das mesmas, pois a imagem para si era como um testemunho científico e devia existir o máximo rigor no método adotado.

Em Portugal, houve também uma catástrofe que levou à remodelação da cidade, neste caso Lisboa[33]. A cidade sofreu com um terramoto forte, seguido de maremoto e incêndios que afetaram as áreas mais urbanizadas da cidade na época. Esta obrigou à procura de melhores soluções de planeamento e reconstrução do tecido urbano, projetos impulsionados por Marquês do Pombal (1699-1782)[34] e para os quais é criado o gabinete Casa do Risco de Lisboa[35]. Em França, tinha-se já fundado a primeira escola de engenheiros[36], e começa-se a inventariação e classificação de monumentos[37] a par da Revolução Francesa[38]. Durante a mesma, é utilizada pela primeira vez a expressão "monumento histórico" associada à noção de "antiguidades", isto na Magazin enciclopédique[39]

1791 - Em França, o Comité de Instrução Pública delega, por decreto, a uma comissão dos monumentos a tarefa de inventariar, classificar, proteger e gerir os bens que se tornaram "património da nação".

30 Sekler, Eduard Franz – "Wren and His Place in European Architecture". Faber & Faber, 1956. (Pág. 74 e 77)
31 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 112)
32 "L'Antiquité expliqueé" (1719-1724) e "Les Monuments de la monarchie française" (1729)
33 Afetada no dia 1 de Novembro de 1755.
34 Junto com o Marquês trabalham o Primeiro Ministro de D. José e o engenheiro Manuel da Maia, com outros auxiliares.
35 Esta substituiu a Aula de Risco do Paço da Ribeira, criada em 1594 por Filipe I.
36 Funda-se em Paris no ano de 1747.
37 Começa por toda a França, em 1791.
38 Contra o sistema absolutista e privilégios da nobreza, motivada pela crise económica. Marca o seu início, a queda da Bastilha em 1789, durando a Revolução até 1799.
39 Criada em 1792, a qual dirige até 1816. Mostra o impacto da história e da noção de memória nos estudos da antiguidade.

1792 - Aubin-Louis Millin (1759-1818) cria a "Magazin encyclopédique", em França, sendo ele que usa pela primeira vez a expressão "monumento histórico" paralelamente com o termo "antiguidades".

criada por Aubin-Luis Millin (1759-1818), onde o mesmo expressa a sua defesa pela conservação dos monumentos. A Revolução destrói obras de arte e edifícios históricos por toda a parte, apesar de não ser um período favorável à conservação de monumentos, muitos tentam intervir no sentido de preservar. Félix de Vicq d'Azyr (1748-1794) é uma dessas figuras, através do documento "Instruction sur la manière d'inventorier" [40] tem como princípio a conservação dos monumentos em França, consagrando-os de valor histórico, memorial, educativo e económico. Apresenta-se como:

1794 - Félix de Vicq d'Azyr (1748-1794) apresenta "Instrução sobre a maneira de inventariar e de conservar".

1794 - "Essay on the Picturesque" por Uvedale Price, onde se dá a definição de "pituresco".

"(...) um decreto conservador, pelo qual se protege de retirar, destruir, mutilar e alterar em qualquer matéria, com o pretexto de fazer desaparecer os sinais de feudalidade e de realeza, nas bibliotecas, nas coleções, gabinetes, museus, ou em casa dos artistas, os livros, os desenhos e gravuras, quadros, estátuas, baixos-relevos, medalhas, vasos, antiguidades, modelos e outros objetos que interessam às artes, à história ou ao ensino (...). Obedecendo a tais leis e seguindo os avisos que esta instrução tem, todas as nossas riquezas, todas as nossas conquistas literárias, serão inventariadas e conservadas, e os legisladores servir-se-ão utilmente para fazer avançar os progressos da razão, sem a qual não há liberdade." [41]

Félix de Vicq d'Azyr cit. por Françoise Choay

Na secção da arquitetura, esta vê-se como uma arte útil que deve responder às necessidades primárias e evitar o luxo. Saliento as seguintes medidas:

"1º Serão mencionados, nos inventários, todos os monumentos instalados na circunscrição administrativa do distrito. Indicar-se-á a antiguidade destes monumentos, a sua situação, a sua exposição, o seu género de construção e de decoração. Dir-se-á se a construção é de pedra talhada, em alvenaria ou em tijolo; se o edifício é sólido; se tem necessidade de ser reparado e que utilidade poderá ter. (...)
4º Todos os modelos de máquinas que servem a arquitetura para a preparação, transporte, elevação, distribuição e colocação dos materiais serão inventariados e conservados (...)
5ª Os modelos dos monumentos de arquitetura egípcia, grega e romana serão colocados à parte e reservados para o ensino.
6ª As casas, castelo e monumentos, quaisquer que sejam, cuja demolição se julgue necessária, se a sua construção oferecer massas ou detalhes dos quais seja útil conservar as formas, serão descritos e desenhados, e as inscrições, se as houver, serão copiadas (...)
7ª Quanto aos planos e desenhos que dizem respeito à arquitetura, far-se-á o inventário e conservar-se-á seguindo os procedimentos indicados neste documento." [42]

Félix de Vicq d'Azyr cit. por Françoise Choay

Referindo inúmeras vezes o termo "monumento", a Instrução recebe algumas respostas que questionam o sentido do termo, existindo distintas visões das subcategorias de monumentos, bem como alguns que consideram não existirem monumentos nos seus distritos. Um dos correspondentes da Comissão dos Trabalhos Públicos faz a seguinte questão:

"Devo entender por "monumento" toda a obra estabelecida para recordar um facto ou todos os edifícios que podem ser considerados como obras-primas de arte, como algumas das antigas igrejas e outras obras (...)?" [43]

Guillaud[44] cit. por Françoise Choay

Põe, assim, em evidência a confrontação entre monumento de valor memorial e monumento de valor artístico. Deste modo, a noção de "monumento"

40 "Instrução sobre a maneira de inventariar e de conservar, em toda a extensão da República, todos os objetos que podem servir às Artes, às Ciências e ao Ensino" encarregue pela Comissão dos Monumentos a Vicq d'Azyr que a apresenta a 25 de Dezembro de 1793. É publicada em Fevereiro de 1794 e adotada pelo Comité de Instrução pública da Convenção Nacional.
41 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 136)
42 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 133 e 134)
43 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 137)
44 Agente Nacional de Chartres. Correspondência de 21 de Agosto de 1794.

no séc. XVIII, ainda não era clara, nem unânime, bem como a preocupação e interesse na conservação de monumentos e obras de arte, não era visto por todos da mesma perspetiva. Também em Guimarães se sentem contrariedades que acabam por afetar a cidade. Por um lado são criadas leis de regularização de fachadas, lançados avisos de preservação e pede-se que a Rainha aprove todas as obras da vila, mas por outro lado é a Rainha quem vê a muralha como uma barreira para o aumento da povoação, autorizando a sua longa destruição que se arrastou pelos séculos seguintes. Entretanto, inauguram-se dois grandes museus europeus: o British Museum[45] em Londres e o Musée du Louvre[46] em Paris, surgindo alguma contestação contra o retirar as obras do seu contexto. Um defensor desta teoria foi Antoine-Chrysostome Q. de Quincy[47] (1755-1849) que escreve, já no séc. XIX:

1770/1800 - Legislação em Portugal tenta regularizar as frentes urbanas, proibindo certos elementos.

1799 - Aviso régio para não se construir nada mais na Colegiada de N. Srª da Oliveira, para não alterar a sua venerável antiguidade.

"Deslocar todos os monumentos, ao recolher assim todos os fragmentos decompostos, ao classificar metodicamente os restos, e fazer de uma tal reunião um curso prático de cronologia moderna: é para que uma nação existente se constitua num estado de natureza morta: é assistir ao vivo aos seus funerais; é matar a Arte para fazer história; nem sequer é fazer história, mas o epitáfio."[48]

Antoine-Chrysostome Q. de Quincy cit. por Françoise Choay

Apesar destas discordâncias, é certo que as obras de arte e os monumentos históricos ganharam valor universal neste século, o que criou em todos um sentimento de responsabilidade pela proteção da herança nacional. Neste tema salienta-se Johann Joachim Winckelmann[49] (1717-1768). Via a arte grega[50] como a perfeição e beleza ideal, defendendo a identificação e preservação de todas as peças antigas. Acreditava que a sua época só se podia tornar grande, não copiando, mas influenciando-se pelo antigo[51]. Winckelmann dividia a arquitetura em duas partes: construção e adorno, embora recusasse os ornamentos desnecessários à funcionalidade da obra, valorizando a simplicidade. Assim, dividia a arte antiga em três períodos:

1812 - Aço inoxidável.

1816 - Primeira tentativa de introdução de uma máquina a vapor em Portugal, para fins industriais.

1823 - Descoberta do alumínio por H. C. Oersted.

"(...) começa-se pelo necessário, depois procura- se o belo e finalmente cai-se no supérfluo e exagerado" [52]

Johann J. Winckelmann

Em Roma, a tradução dos escritos de Winckelmann influenciaram o início de restauros e escavações[53] no início do séc. XIX, apesar de interrompidos pelo período do domínio de Napoleón Bonaparte[54] sobre Itália[55], que fecha algumas igrejas e preocupa-se apenas com o embelezamento da sua segunda capital, Roma. Em Paris, a destruição continuava com as ideias de reconstrução da cidade por Napoleón, que admite nas suas memórias que se tivesse mais vinte anos de poder, não teria restado nada da antiga Paris.

A passagem para a idade moderna, fica assim marcada pelas palavras revolução e democracia, mas também indústria. É importante lembrar que neste tempo vivia-se já a Era industrial. A industrialização tinha vindo a propagar-se a partir de Inglaterra entre os anos 1760-1780 até por volta de 1830-1840. Sendo para uns uma revolução industrial, para outros um progresso gradual. A realidade é que foi um processo de mudanças importante a nível económico e

45 Abertura a 15 de Janeiro de 1759.
46 Inauguração a 10 de Agosto de 1793.
47 Primeiro historiador e teórico da arte francesa. Escritor do célebre "Dictionnaire d'architecture" (1787).
48 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 141)
49 Arqueólogo e historiador de arte antiga, escreve "Historia del Arte en la Antiguedad" em 1764.
50 Apesar de nunca ter visitado a Grécia, estudou-a inteiramente a partir de cópias romanas.
51 Na sua obra "Considerações sobre a Imitação de Obras Gregas" de 1755.
52 Winckelmann, Johann Joachim - "Historia del arte en la antiguedad". Madrid: Aguilar, 1995. (Pág. 117)
53 Ordenadas pelo Papa Pio VII antes e depois do domínio francês.
54 (1769-1821) Imperador de França.
55 Reino de Itália de Maio de 1809 a Janeiro de 1814.

1831 - Invenção do motor elétrico.

social, devido à transição dos métodos artesanais para a produção em máquinas e a introdução de novos materiais e técnicas. O desenvolvimento industrial e o aumento populacional incentivaram a precipitação da expansão urbana, o que trouxe consequências para os centros antigos. A pobreza dos quarteirões medievais, as suas ruas apertadas e muralhas antigas eram agora vistos como um impedimento para o crescimento das cidades e para a passagem do trânsito. Victor Hugo[56] (1802-1885) manifesta-se a favor dos centros medievais com os seus artigos "Guerra aos demolidores" [57], considerando que a indústria veio substituir a arte e tirar talento característico dos tempos passados à sua época, não vendo futuro para a arquitetura enquanto arte. Escreve no seu primeiro artigo (1825):

"The moment has arrived when it is no longer allowed to keep silent! A universal appeal is now required so that new France comes to aid of the old. All kinds of profanation, decay and ruin are threatening the little left to us of those admirable monuments from the Middle Ages which recall past kings and traditions of the people. Whilst I don't know how many hybrid buildings, neither Greek nor Roman, are being built at great expense, other original buildings are being left to fall into ruin just because they are French."[58]

Victor Hugo cit. por Jukka Jokilehto

No segundo artigo (1832) apela à conservação dos monumentos, contra o vandalismo que via ser o protagonista na arquitetura contemporânea:

"Já não se restaura nada, nada se deteriora, já não se desfigura um monumento, deita-se abaixo(...) Se se trata, como pensamos, que a arquitetura, única entre todas as artes, já não tenha futuro, empreguem os milhões na conservação, na manutenção, na eternização dos monumentos nacionais e históricos"[59]

Victor Hugo cit. por Françoise Choay

1835 - Introdução da máquina a vapor em Portugal, dedicada à indústria.

1837 - Criação da Commission des monuments historiques pelo Ministro do Interior de França, para avaliação, classificação e restauro de monumentos históricos.

1845 - "Relatório sobre a restauração de Notre-Dame de Paris" por Viollet-le-Duc.

1849 - Início da construção de estradas macadamizadas em Portugal.

Estas são das primeiras manifestações de respeito e valorização da arte medieval, que continua durante o séc. XIX, ainda que com algum debate entre os defensores da conservação cuidada nos inícios do século e os incentivadores dos restauros completos a meados do século. John Ruskin[60] (1819-1900) é um dos mais relevantes defensores da arquitetura gótica, pela perspetiva da manutenção, recusando os restauros. Ruskin expressa a sua visão da arquitetura nacional contemporânea e antiga através do livro "As Sete Lâmpadas da Arquitetura" em que valoriza a arquitetura antiga enquanto memória, sem ela não poderíamos recordar pois a grandeza de um edifício está na sua idade e força, transparecendo a história, política, vida e fé da sua nação. Contudo, o que acontecia era o oposto:

"Por todo o lado, onde a influência desta sociedade educada se faz sentir, os antigos edifícios são destruídos sem parar (...). E quando a nova rua (...) abriu o seu caminho entre os destroços dos monumentos históricos e consagrou pela sua simetria a ruína de tudo o que outrora inspirava a reflexão e requeria a atenção e a piedade, a cidade, na sua nova brancura, é aclamada pelo seu esplendor e os seus habitantes são louvados pelo seu patriotismo: um patriotismo que consiste em ultrajar a memória dos seus pais e a submeter os seus filhos a uma permanente tentação." [61]

John Ruskin cit. por Françoise Choay

Contudo, continuava a acreditar na arquitetura contemporânea nacional se fosse idealizada para se tornar histórica e estivesse a cargo de um homem dotado que adotasse inteligentemente o estilo em vigor. Ainda assim, a preservação impunha-se em primeiro lugar para Ruskin que não entendia porque não se podia crescer sem destruir.

56 Poeta, dramaturgo e artista defensor da arte gótica.
57 O primeiro escrito em 1825, foi publicado em 1829. O segundo é de 1832.
58 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 128)
59 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 148 e 149)
60 Poeta, artista e teórico-historiador de arte. Escreve a sua famosa obra "As Sete Lâmpadas da Arquitetura" em 1849.
61 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 167)

1854/1868 - "Dictionnaire raisonné de l'architecture française" de Viollet-le-Duc.

1861 - Exposição Industrial Portuguesa, no Porto.

1865 - "Conservation of Ancient Monuments and Remains" pelo RIBA | Royal Institute of British Architects.

1866 - "Dicionário da arquitectura francesa do sec. XI ao sec. XVI" de Viollet-le-Duc, com a definição de "Restauro".

1866 - Lei proíbe adições a edifícios de valor arquitetónico e histórico em Roma.

1874 - John Ruskin recebe a medalha de ouro do RIBA | Royal Institute of British Architects.

1876 - Telefone por Bell.

"(...) não teremos ainda lugar entre as nossas colinas, planícies e as nossas colinas solitárias para o desenvolvimento do poder e das suas formas de expressão, sem que a glória deva basear-se na devastação e na destruição?
(...)As restaurações já começaram a atacar, como os cancros, cada pedaço importante da arquitetura gótica do mundo cristão: o problema está em saber o que ainda é possível salvar. Hoje, nada do que diga respeito à arte não pode ter mais importância que as suas medidas de proteção. Tudo o resto pode esperar (...). Resta pouco tempo para a salvaguarda. Depois, poderemos criar, mas hoje é somente que podemos preservar (...)."[62]

John Ruskin cit. por Françoise Choay

O artista via os restauros como destruição do antigo, a reprodução de peças arruinadas em materiais novos nunca seria fiel à forma, história, tempo e artista original da peça, até porque a máquina, para Ruskin, tinha vindo degradar o trabalho do homem. Tentou promover a continuação da mão de obra tradicional, face ao contínuo desenvolvimento das áreas urbanas, os centros antigos perderiam a sua identidade, graças ao alargamento de ruas, inserção de praças maiores e adição de imitações ilusórias aos edifícios antigos restaurados.

"El verdadero sentido de la palabra "restauración" no lo comprende el público ni los que tienen el cuidado de velar por nuestros monumentos públicos. Significa la destrucción más completa que pueda sufrir un edificio, destrucción acompañada de una falsa descripción del monumento destruido. (...) es imposible, tan imposible como resucitar à los muertos, restaurar lo que fue grande ó bello en arquitectura. (...) Otra época podría darle otra alma, mas esto sería un nuevo edificio. (...) En cuanto à la pura imitación absoluta, es materialmente imposible. (...) no lo haréis sino por suposición(...)." [63]

John Ruskin

1877 - Carta escrita por William Morris no "The Athenaeum", contra o restauro destrutivo e propondo uma associação para defesa dos edifícios históricos.

1877 - Criação da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings em Inglaterra, sugerida por William Morris.

John Ruskin afirma, portanto, que os edifícios só seriam restaurados em última necessidade, tal como defende William Morris[64] (1834-1896), incentivador e fundador da SPAB[65] – Society for the Protection of Ancient Buildings – em 1877. Morris considerava o estudo da história fundamental para os artistas do seu tempo, portanto se os edifícios não fossem alvo de manutenção passariam a ser completamente inúteis para os seus descendentes. Via a industrialização como uma má influência para a mão de obra arquitetónica, embora alguns trabalhos pudessem ser feitos industrialmente, os mais essenciais seriam feitos à mão.

"It be asked us to specify what kind of amount of art, style, or other interest in a building makes it worth protecting, we answer, anything which can be looked on as artistic, picturesque, historical, antique, or substantial: any work, in short, over which educated, artistic people would think it worth while to argue at all.
It is for all these buildings, therefore, of all times and styles, that we plead, and call upon those who have to deal with them, to put Protection in the place of Restoration, to stave off decay by daily care, to prop a perilous wall or mend a leaky roof by such means as are obviously meant for support or covering, and show no pretence of other art, and otherwise to resist all tampering with either the fabric or ornament of the building as it stands; if it has become inconvenient for its present use, to raise another building rather than alter or enlarge the old one; in fine to treat our ancient buildings as monuments of a bygone art, created by bygone manners, that modern art cannot meddle with without destroying." [66]

William Morris

John Ruskin e William Morris foram, portanto, os maiores incentivadores da teoria da conservação, contra os restauros destrutivos, em Inglaterra, tal como

62 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 169 a 171)
63 Ruskin, John – "Las Siete Lámparas de la Arquitetura". Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1987. (Pág. 226 e 227)
64 Um dos fundadores do Movimento das Artes e Ofícios em Inglaterra, pintor e escritor.
65 Sociedade fundada a 22 de Março de 1877 e que se mantém ativa nos dias de hoje.
66 Manifesto de William Morris de 1877, disponível online no seguinte link: http://www.spab.org.uk/what-is-spab-/the-manifesto/

Victor Hugo em França, no séc. XIX. Também na antiga Prússia[67], se promoveu a conservação de edifícios através de Karl Friedrich Schinkel[68] (1781-1841) que não era a favor da conservação pura, mas de restabelecer o edifício para a sua forma antiga a partir da solução mais racional e económica possível. É no ano de 1815 que apresenta "*The basic principles for the conservation of ancient monuments and antiquities in our country*" [69], onde dentro dos princípios sugeridos estavam a listagem de todos os tipos de edifícios, a preservação de todas as obras no seu contexto e a criação de instituições capazes de tratar habilmente o edificado. Este documento dita a primeira lei de conservação de edifícios históricos na Prússia[70]. No ano seguinte, Schinkel escreve enquanto avalia a Catedral de Colónia:

"(...) artistic undertakings such as this, through which alone true art exist, are totally missing in our time. Past generations have left us with too much property everywhere, and for the last half a century we have now been working on the destruction of this heritage with such systematic barbarism that in great emulation we have left the unplanned barbarism of the time of Attila behind us long ago ... In this situation, man's worthiest determination seems to be to conserve with all care and respect what the efforts of past generations have left to us." [71]

Karl Friedrich Schinkel cit. por Jukka Jokilehto

Com outro ponto de vista, salienta-se Eugéne Viollet-le-Duc[72] (1814-1879) como símbolo do movimento de restauro, contra o abandono e demolições de edifícios que presenciava em França. Escreve como definição de restauro, no seu notável "Dicionário da Arquitetura Francesa do séc. XI ao séc. XVI"[73]:

"The term Restoration and the thing itself are both modern. To restore or to rebuild it; it is to reinstate it in a condition of completeness which may never existed at any given time."[74]

Eugéne Viollet-le-Duc cit. por Jukka Jokilehto

Viollet-le-Duc defendia o restauro em certos casos, como o restauro de um edifício devido aos defeitos das adições que lhe tinham sido feitas. Estas adições ao edifício primitivo, só seriam mantidas caso lhe conferissem valor histórico e, se necessário seriam restauradas no seu estilo. Noutras situações, defendia a manutenção inteligente que prevenisse o restauro, pois este era arriscado. Um restauro pobre e de má qualidade seria desastroso para a arquitetura, levando-o a afirmar ser preferível o abandono total do edifício em vez de o restaurar. Mesmo um novo restauro, com novos materiais e sistemas construtivos, seria prejudicial, pois retiraria história à obra. Logo, para conseguir um bom restauro, era necessário bons profissionais na matéria, que para si era o que faltava:

"Apenas falta (...) uma fonte de jovens artistas, arquitetos, pintores, escultores, alimentados pelo estudo dos nossos belos monumentos, capazes, consequentemente, de os restaurar com conhecimento de causa.
Nada é mais fácil; esta mesma administração tem uma Escola de Belas-Artes; deverá dirigi-la nesta via; abrirá cursos de construção prática aplicável ao nosso solo; ensinará aos jovens arquitetos a conhecer o emprego de diversos materiais das antigas províncias; falará dos nossos grandes edifícios (...)" [75]

Eugéne Viollet-le-Duc cit. por Françoise Choay

67 Atualmente dividida nos seguintes países: Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Lituânia, Polónia, República Checa e Rússia. A sua última capital foi Berlim.
68 Arquiteto, urbanista e pintor responsável pela reestruturação da cidade de Berlim.
69 Carta apresentada ao rei pela Ober-Bau-Deputation (Delegação da Alta Construção) de que Schinkel era membro e mais tarde se tornou diretor.
70 Ordem do rei a 14 de Outubro de 1815.
71 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 117)
72 Arquiteto, teórico de arquitetura e chefe inspetor de monumentos em Paris, França.
73 "Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XIe au XVIe siècle".
74 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 151)
75 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 177)

Deste modo, a análise das construções passadas, quer religiosas, quer civis, eram para Viollet-le-Duc, a verdadeira escola para os arquitetos e trabalhadores do seu tempo. Não que quisesse fazer renascer o passado, mas antes servir-se dos seus ensinamentos e princípios para encaminhar a criação e tratamento arquitetónico da sua época.

"Não que tenha nostalgia nas ruas infectas e tortuosas das nossas velhas cidades, (...) mas pelo menos no seu caos encontrava-se a marca do homem, do seu labor, das suas recordações, da sua história, qualquer coisa superior à marca do seu interesse material do presente (...)." [76]

Eugéne Viollet-le-Duc cit. por Françoise Choay

Este período, apesar de marcado pelo debate entre conservação e restauro, traça a consciência histórica moderna de salvaguarda do património, de respeito pelo estilo original de um edifício e do valor histórico da Idade Média. Os edifícios passam a ser vistos como representações das conquistas nacionais, o que muda a atitude perante qualquer restauro ou reparação. Desde a Antiguidade, que as transformações a edifícios eram feitas no estilo do seu tempo, o que agora se inverte e os edifícios são mantidos no seu estilo original. Anteriormente, não se tinha conhecimento dos sistemas e técnicas medievais, só aqui começam a existir preparações para os restauros, bem como a procura de fundos para os mesmos, principalmente em França, em que inicialmente eram usados no maior número de casos possíveis para reparar as situações mais urgentes, até que fosse possível o restauro completo, que visava sempre a unidade estilística da obra, começando pelo reparo de estruturas e retirada de adições inúteis.

O século XIX assinala, ainda, o desenvolvimento industrial e técnico, o crescimento urbano, a pesquisa arqueológica e a criação de legislação e associações de apoio à preservação do património, um pouco por todo o mundo. O que se revê em Portugal com: a introdução da máquina a vapor, as primeiras experiências telefónicas[77], as inaugurações da iluminação a gás[78], mais tarde a iluminação elétrica[79] e o abastecimento de água[80] nas cidades de Lisboa e Porto. No final do século são feitos os primeiros estudos para a rede geral de saneamento da cidade do Porto, e só nos inícios do séc. XX é que a luz elétrica e a água canalizada chegam a Guimarães[81]. No século anterior Guimarães vê outros acontecimentos importantes como: a criação de uma comissão de defesa da muralha[82], o Plano Urbano de Melhoramentos[83] e o primeiro restauro visto como tal na cidade, impulsionado pelo vimaranense Francisco Martins Sarmento, protagonista também de importantes descobertas arqueológicas[84]. Ainda assim, este século representa muitas perdas para a cidade com demolições de edifícios antigos e destruição de grande parte da muralha. No final do século, em Roma, funda-se a Associazione artistica fra i cultori di architettura[85] que define o termo monumento:

1881 - Inquérito Industrial em Portugal.

1883 - Camillo Boito escreve documento para o Terceiro Congresso de Engenheiros e Arquitetos em Roma.

1888 - Telefone automático.

1888 - Primeiras fábricas de tintas e vernizes em Portugal.

1889 - Aço níquel.

1890 - Criação da Associazione artistica fra i cultori di architettura em Roma, para a proteção de edifícios históricos.

1892 - Primeiro registo de patente de betão armado em Portugal.

1894 - Primeira fábrica de cimento em Portugal: Fábrica Tejo.

"(...) as any building, public or private, of any period, or any ruin, that manifests significant artistic character, or important historic memory, as well as any part of a building, any movable or immovable object, and any fragment that manifests such character."[86]

Associazione artistica fra i cultori di architettura cit. por Jukka Jokilehto

76 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 188)
77 Em 1877, iniciando-se a sua instalação a partir de 1882.
78 Primeiro em Lisboa em 1848 e depois no Porto em 1855.
79 Primeiro em Lisboa em 1878 e depois no Porto em 1886.
80 Início da instalação da rede de distribuição de água ao domicílio na cidade do Porto em 1873, criando-se a Companhia Geral da Águas do Porto em 1882.
81 Inauguração da rede de iluminação elétrica em Guimarães em 1901 e criação do abastecimento de água canalizada vinda dos mananciais da Penha.
82 Os Amigos do Castelo com presidência de Rodrigo Lobo Machado.
83 Levantamento e apresentação da proposta entre 1863 e 1867.
84 Temas aprofundados em capítulos posteriores.
85 Fundada em 1890 para a proteção de edifícios históricos.
86 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 207)

Fig. 3 – Cenário de devastação da cidade de Lens, em França, após a Primeira Guerra Mundial.

Fig. 4 – Cloth Hall, em Ypres, na Bélgica. Destruição de um dos maiores edifícios comerciais da Idade Média, em Outubro de 1917, durante a Primeira Guerra Mundial.

Fig. 5 – Estado de ruína dos edifícios da cidade de Varsóvia, na Polónia, em 1945, após a Segunda Guerra Mundial.

Fig. 6 – Visão aérea da cidade de Londres, em 1945, depois dos bombardeamentos sofridos durante a Segunda Guerra Mundial.

Na passagem de século, as bases críticas do séc. XIX dão lugar a uma abordagem mais global dos temas. A arte é entendida como qualquer ação criativa da humanidade, da qual resultam o que chamamos de obras de arte. A noção de monumento torna-se clara, todavia, o debate continua entre os tipos de monumento e de valor dos mesmos. Quem se distingue na interpretação destas questões é Alois Riegl[87] (1858-1905), considerado fundador da teoria moderna da história da arte. Riegl segue certas ideias já referidas como a mínima intervenção, ou seja, limitação dos restauros ao necessário para a preservação da obra, o respeito pela idade do monumento e pelo seu valor enquanto herança cultural, e o investimento na educação como ponto de partida para o entendimento do valor do património. Divide em dois grupos os valores atribuídos aos monumentos:

"1. Memorial values: age value, historical value and intended memorial value;
2. Present day values: use value, art value, newness value and relative art value." [88]

Alois Riegl cit. por Jukka Jokilehto

Estes valores foram ganhando importância ao longo do século, principalmente os valores memoriais, em destaque o valor de idade, devido à valorização pós-guerras dos monumentos afetados. Logo no início do século tem lugar a 2ª Conferência de Paz em Haia[89], que declara a tomada de todas as medidas necessárias para evitar danos aos edifícios históricos, religiosos, ligados às artes ou às ciências, no caso de cercos e bombardeamentos. Porém, estas diretrizes não impediram a destruição causada pela 1ª Guerra Mundial[90] (1914-1918) a monumentos específicos ou mesmo cidades históricas. No ano seguinte ao término da guerra, fica em vigor uma nova lei de compensação de todos os que sofreram danos, os edifícios públicos deviam ter a sua estrutura substituída e os monumentos históricos reconstruídos para a sua aparência antes da guerra.

A 2ª Guerra Mundial[91] (1939-1945) conseguiu ser ainda mais devastadora que a primeira, pois o considerado património cultural era visto como o alvo para afetar a identidade cultural do inimigo. A revolta face à destruição de edifícios e cidades históricas levou à decisão de medidas de restauro e reconstrução dos mesmos, ainda que estas fossem contra a teoria de conservação da época. Este período pós-guerra lança, novamente, o debate acerca dos princípios de restauro arquitetónico, uns favoreciam a reconstrução para a forma original dos edifícios destruídos, outros a conservação do que restava, de modo a reinterpretar as partes perdidas. Esta fase permitiu à indústria integrar-se nas intervenções, principalmente por motivos económicos e de celeridade nos trabalhos.

Para além da preocupação com os edifícios danificados em específico, era preciso pensar no seu contexto físico, quer pela relação interior/exterior do edifício para com a sua envolvente, quer a nível da cidade histórica que ao mesmo tempo se expandia e alterava, modificando as condições espaciais de edifícios, monumentos e, mesmo, ruínas históricas. Figura muito importante na mudança de século e na interpretação dos problemas da conservação das cidades históricas e tecidos urbanos antigos é Gustavo Giovannoni[92] (1873-1947), planeador da cidade de Roma e protetor da arquitetura habitacional enquanto representação do povo e das suas ambições. Giovannoni via os restauros como um problema cultural, na prática defendia a reabilitação de edifícios históricos com respeito por todos os períodos significativos e não a reconstrução na forma considerada ideal. Quanto aos métodos modernos, admitia o seu uso desde que não fossem visíveis e respeitassem o sistema construtivo pré existente, de modo a garantir uma harmonia entre antigo e novo.

1899 - Primeira Convenção de Haia.

1903 - Publicação das diretrizes da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings.

1905 - Primeiro Congresso Internacional de Arqueologia, em Atenas, onde se discute o restauro da Acrópole.

1907 - Segunda Convenção de Haia.

1912 - "Reconstrução do centro antigo de Roma ou descentralização" no "Relatório à Comissão do Plano Regulador de Roma" de Gustavo Giovannoni.

1912 - Publicação da lista de edifícios de valor histórico e arquitetónico de Roma.

1913 - "O urbanismo face às cidades antigas" de Gustavo Giovannoni.

1913 - "O desbaste urbanístico dos centros antigos" de Gustavo Giovannoni.

1914/1918 - Primeira Guerra Mundial.

1929 - "Repair of Ancient Buildings" de A. R. Powys, secretário da SPAB | Society for the Protection of Ancient Buildings.

1931 - Conferência de Atenas sobre a conservação dos monumentos de arte e de história.

1932 - Publicação de "Norme per il restauro dei monumenti" de Gustavo Giovannoni.

1933 - Quarto congresso sobre arquitetura moderna em Atenas, parte do CIAM | Congrés Internationaux d'Architecture moderne.

1939/1945 - Segunda Guerra Mundial.

87 Historiador de arte austríaco.
88 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 216)
89 Primeira conferência em 1899, a segunda em 1907. Primeiros tratados internacionais sobre leis e crimes de guerra.
90 De 28 de Julho de 1914 a 11 de Novembro de 1918, foi uma guerra entre potências globais mas centrada na Europa.
91 Estado de guerra total, abrangendo a maioria das nações mundiais. Tornando-se o conflito mais mortífero de sempre.
92 Arquiteto e engenheiro italiano, inventor do conceito de "património urbano".

Giovannoni dava valor ao progresso técnico e cultural da sociedade, desde que não se perdesse a identidade e a memória do passado presentes na cidade antiga. O exercício fundamental seria como manter as duas cidades, a nova e a antiga. Principalmente, descongestionando o núcleo antigo de novos e grandes fluxos de tráfego para os quais não foi desenhado. No entanto, se fosse necessária a abertura de novas vias para o interior do centro antigo, estas deviam seguir a matriz existente. Giovannoni deixa os seus princípios reguladores no "Relatório à Comissão do Plano Regulador de Roma", escrito em 1912:

"1. Deixar a cidade antiga tanto quanto possível intacta, conservando sempre o seu carácter e melhorando somente as condições de via através de medidas modestas.
2. Tentar descongestionar as ruas ao recorrer a meios de comunicação subterrâneos (...) e criar circuitos periféricos que conduzam o tráfego de bairro em bairro e liguem o tráfego ao exterior, de passagem, para excluir a sua travessia pelo centro antigo.
3. Tentar deslocar progressivamente do centro da cidade, ao orientar a urbanização, a construção e o tráfego, principalmente numa só direção para a qual as vias de comunicação convergem (...)." [93]

Gustavo Giovannoni cit. por Françoise Choay

O arquiteto apresenta a sua posição na Conferência de Atenas[94] para a conservação dos monumentos de arte e de história, no ano de 1931, contribuindo para as conclusões da mesma. De volta a Roma, Giovannoni propõe novas normas de restauro, que entram em vigor no ano seguinte, distinguindo quatro tipos de restauro: restauro por consolidação; recomposição; libertação; e renovação.

É nesta Conferência de Atenas que monumento de arte e história são designados, pela primeira vez, como "Património da Humanidade". Os temas e objetivos da Conferência eram: a legislação para a proteção e conservação dos monumentos; o debate dos princípios gerais de restauro; a preocupação pela degradação e reparação dos monumentos; a reflexão acerca dos materiais e técnicas a usar; e a discussão sobre o uso dos monumentos e de alguns casos particulares. Manifestando-se uma vertente mais progressista e outra mais conservadora. As conclusões são publicadas em forma de ata no mesmo ano e revistas dois anos mais tarde para o documento precedente ao Congresso dos CIAM[95] que deu origem à "*Carta de Atenas*". No prefácio deste congresso salienta-se o bom trabalho das administrações públicas encarregues da salvaguarda do património, destacando-se leis, regulamentos, organizações e a procura de profissionais a nível internacional, de modo a fazer ver que a proteção do património, mais que tudo, exige a colaboração internacional e o respeito por parte de todos perante os vestígios do passado.

"Estimando que a mais segura garantia de conservação dos monumentos e obras de arte reside no respeito e na ligação que trazem aos povos, e persuadidos que estes sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos.
(...) Que os Estados membros convidem os educadores a instruir a infância e a juventude no respeito aos monumentos, seja qual for a civilização ou a época a que os monumentos pertençam, e que esta ação educativa dos Estados se dirija igualmente ao público em geral, no sentido de associá-lo à proteção dos testemunhos de toda a civilização." [96]

Comité da Organização Internacional de Museus cit. por Françoise Choay

A Carta de Atenas reúne os resultados do debate no congresso e recomendações futuras para a proteção de áreas e monumentos históricos, através do melhoramento da qualidade de vida, preocupando-se com todos os

....

93 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 199 e 200)
94 Primeira conferência deste tipo organizada pelo Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, juntando 118 participantes europeus: arquitetos, arqueólogos, historiadores de arte e conservadores de museus.
95 4ª Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado na cidade de Atenas em 1933.
96 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 208)

pormenores que sejam relevantes para a conservação do antigo, salientando o desvio do trânsito e de algumas funções para fora do centro histórico, tal como já tinha sido aconselhado por Gustavo Giovannoni. A carta foi reeditada dois anos depois por Le Corbusier[97] (1887-1965) com os seus comentários e recomendações. Seguiu-se a fundação de várias organizações internacionais, criadas nesta perspectiva, destacam-se: a UNESCO[98]; o ICOM[99] e o ICCROM[100].

Até este momento, em Portugal estas contribuições parecem não surtir qualquer efeito. No Porto, até meados do século a solução para as áreas mais degradadas continuava a ser a demolição completa, e em Guimarães o desejo de alargar a cidade e melhorar a sua imagem, ataca o carácter e fisionomia da antiga vila, com várias demolições de edifícios antigos. Estas atitudes só mostram a ignorância das teorias de Riegl, Giovannoni e das recomendações da Carta de Atenas. Todavia, é nesta primeira metade do século que são classificados os primeiros monumentos nacionais vimaranenses[101], cria-se uma Comissão Estética encarregue da jurisdição de todos os projetos que pudessem alterar algum edifício de valor arquitetónico ou a estrutura geral da cidade e começa-se o delineamento das zonas protegidas de Guimarães[102]. Em 1955, começa o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.

Em 1964 realiza-se a Conferência de Veneza[103] sobre a conservação dos monumentos e lugares de Veneza, desta surge a célebre "Carta de Veneza"[104]. O debate entre conservação e restauro continua e a noção de "monumento histórico" passa a abranger áreas históricas urbanas e rurais que sejam testemunho vivo de uma civilização, progresso ou acontecimento histórico. A conservação de qualquer monumento impunha a sua manutenção pelos padrões tradicionais e excluía as construções novas que afetassem as relações entre volumes e cores. Isto porque, cada vez mais, o monumento deixava de ser visto como uma obra isolada, e passava a ser encarado como inseparável do seu contexto original. Com estas novas abordagens à relação com o património, as intervenções de restauro foram também alvo de reflexão.

"A restauração é uma operação que deve guardar um carácter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e sustenta-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos. (...) A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (...) Os elementos destinados a substituir as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, para que a restauração não falsifique o documento de arte e de história (...)." [105]

Carta de Veneza cit. por Françoise Choay

Na conferência é discutido, ainda, o recurso às ciências e técnicas que possam ajudar no estudo e salvaguarda do património arquitetónico, tal como, anteriormente sugerido pela Conferência de Atenas. A tecnologia moderna passava a ser vista como uma vantagem no estudo das estruturas e materiais para conservação e no consequente desenvolvimento de novos métodos e produtos para solucionar anomalias. Todos os trabalhos deviam ser acompanhados de relatórios, análises, críticas, desenhos e fotografias. Este

1933 - Carta de Atenas.

1945 - Fundação da UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

1946 - Criação do ICOM | Conselho Internacional de Museus.

1949 - Fundação do Council of Europe.

1955 - Começo do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.

1959 - A UNESCO funda a ICCROM | International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property.

1964 - Conferência de Veneza sobre a conservação dos monumentos e dos lugares de Veneza e assinatura da Carta de Veneza.

1965 - Fundação do ICOMOS | Conselho Internacional de Monumentos e Sítios | como resultado da "Carta de Veneza".

1970 - Convenção da UNESCO: "Means of Prohibiting and Preventing the Ilicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property".

1972 - Os Estados Membros da UNESCO adotam a Convenção do Património Mundial, sobre a Proteção do Património Cultural e Nacional, de modo a garantir a sua correta identificação, proteção, conservação e valorização.

1974 - Centro Histórico do Porto é uma das áreas mais degradas da cidade do Porto.

1975 - É declarada a primeira zona degradada da cidade do Porto, a área Ribeira-Barredo.

....

97 Arquiteto, urbanista e pintor suíço, mas de maior importância na França. Considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX, edita a "Carta de Atenas" em 1941.
98 Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1945.
99 Conselho Internacional de Museus, 1946.
100 Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro do Património Cultural, 1959.
101 Em 1910, Paços Municipais e Igreja de N. Srª da Oliveira.
102 Primeiras zonas protegidas delineadas em 1952, segundas zonas protegidas limitadas em 1955.
103 Organizada pelo governo italiano, para reunir arquitetos e técnicos de conservação de edifícios. Teve 600 participantes de 61 países, junto com os representantes da UNESCO, ICCROM, ICOM e do Conselho da Europa.
104 Esta Carta foi criada como uma revisão da Carta de Atenas de 1931, sendo assinada por 23 individualidades europeias e hispano-americanas.
105 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 208)

1975 - Carta Europeia do Património Arquitetónico, pelo Conselho da Europa em Estrasburgo.

1976 - Recomendação da UNESCO "Safeguarding and Contemporary Role of Historic Areas", em Nairobi no Quénia.

1976 - Criação do PRID - Programa de Recuperação de Imóveis Degradados, em Portugal.

1979 - Foram feitas as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial.

1981 - Carta de Florença sobre a salvaguarda de jardins históricos, pelo ICOMOS em Florença.

encontro levanta ainda a questão do respeito pela autenticidade histórica face às renovações excessivamente estilísticas do pós-guerra. Como resultado da carta, é criado o ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, em 1965. Em 1972, os Estados Membros da UNESCO adotam a Convenção do Património Mundial[106], sobre a proteção do património cultural e natural, de modo a garantir a sua correta identificação, proteção, conservação e valorização. Em que toda a comunidade internacional deve cooperar, atribuindo valor universal aos monumentos de todas as culturas e requerendo ações jurídicas, administrativas, científicas, técnicas e financeiras de apoio. Assim é necessário definir o que se entende por "Património Cultural" e "Património Natural":

- Património Cultural:

"Os monumentos – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
Os conjuntos – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
Os locais de interesse – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico." [107]

- Património Natural:

"Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural." [107]

UNESCO

A convenção estabelece as normas que cada Estado membro deve seguir: integrar a proteção do património cultural e natural nos seus planeamentos gerais; favorecer os serviços do património com pessoal dotado e meios apropriados; aperfeiçoar os métodos de intervenção; incentivar estudos e investigações científicas e técnicas; e criar centros nacionais ou regionais de formação na área. Cada Estado membro deveria ainda submeter um inventário dos seus bens possíveis de serem aceites a integrar a "Lista do Património Mundial" com informação sobre o seu contexto e relevância.

As primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial foram feitas no ano de 1979, três anos depois da UNESCO ter publicado a Recomendação acerca da Salvaguarda e Papel Contemporâneo das Áreas Históricas[108]: cada área histórica devia ser considerada como um todo coerente que depende da fusão das suas partes, incluindo a atividade humana, os edifícios, a organização espacial e a envolvente. Com a adoção da Convenção da UNESCO por muitos estados no final do século XX, as teorias expandiram-se por todo o mundo, ajudadas pelo aumento do turismo e das comunicações, bem como pela preocupação crescente com a sustentabilidade ambiental.

Voltando a Guimarães, neste caminho para o final do século, é definida a área crítica de intervenção, realizado o Plano Geral de Urbanização de

106 Adotada a 16 de Novembro de 1972, entra em vigor em 1975.
107 UNESCO, Convenção para a proteção do Património Mundial Cultural e Natural, disponível online no seguinte link: http://whc.unesco.org/en/conventiontext/
108 Publicada em 1976.

Guimarães[109] e criado o Gabinete Técnico Local[110]. É aqui que começam todas as ações de reabilitação que têm vindo a prestigiar o Centro Histórico de Guimarães e que resultaram na sua classificação como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 2001. O que não teria sido possível se não houvesse uma mudança de atitude e um apego por parte dos responsáveis pelas ações às novas contribuições teóricas, o que revolucionou a cidade e os seus habitantes. Considera-se que o gabinete se antecipa com a sua estratégia de intervenção[111] à Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas[112] e apoia-se na Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico[113], na Convenção de Malta[114] e nas premissas de Gustavo Giovannoni, especialmente ligadas à arquiteta Alexandra Gesta e ao arquiteto Nuno Portas.

"Dizia, há mais de 60 anos, Giovannoni e mais recentemente tem-no dito entre nós Nuno Portas, que os Centros Históricos como mal lhes chamamos - já não são o centro de nada, ou antes, são apenas mais uma das partes de uma organização territorial complexa, imersos dentro de um sistema policêntrico, de poli-núcleos urbanos, que importa de novo relacionar, interconectando, tanto a uma escala regional como a um nível territorial, estendendo qualidades e recebendo "fluxos vivificadores" das periferias - também elas a reabilitar, urbana e arquitectónicamente." [115]

José Aguiar

Simultaneamente, têm-se modificado as interpretações do passado e diferentes culturas que levaram à nova consciência histórica e de conservação moderna, baseadas na preservação genuína e autêntica. Assunto abordado na Conferência de Nara[116] de 1994, da qual resultou o "The Nara Document on Authenticity": diferencia entre "autêntico" e "idêntico", comparando-os à diferença entre "específico" e "geral" e deixando claro que a nossa valorização do património depende da sua credibilidade, é esta que nos transmite o seu carácter de exceção.

"Depending on the nature of the cultural heritage, its cultural context, and its evolution through time, authenticity judgements may be linked to the worth of a great variety of sources of information. Aspects of the sources may include form and design, materials and substance, use and function, traditions and techniques, location and setting, and spirit and feeling, and other internal and external factors. The use of these sources permits elaboration of the specific artistic, historic, social, and scientific dimensions of the cultural heritage being examined." [117]

The Nara Document on Authenticity

Também a UNESCO, atenta nestes parâmetros da autenticidade e integridade, apresenta em 2008 os critérios para a avaliação do valor universal excepcional do património. Este deve:

"Representar uma obra-prima do génio criador humano; Testemunhar uma troca de influências considerável durante um determinado período ou numa área cultural determinada sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, da planificação das cidades ou da criação de paisagens; Trazer um testemunho único ou, pelo menos, excepcional sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida." [118]

UNESCO cit. por Françoise Choay

1985 - É criado o PRU - Programa de Recuperação Urbana, em Portugal.

1987 - Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas, pelo ICOMOS em Washington D.C.

1988 - Criação do Programa RECRIA - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, em Portugal.

1990 - Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico, pelo ICOMOS em Lausanne, na Suíça.

1990 - É aprovado o RAU - Regime de Arrendamento Urbano, em Portugal.

1990 - Criação da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto.

1991 - Recomendação sobre a Proteção do Património Arquitetónico do Século XX, pelo Conselho da Europa em Estrasburgo.

1992 - Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, pelo Conselho da Europa em Malta.

1994 - Carta da Vila Vigoni sobre a Conservação dos Bens Culturais Eclesiásticos.

1994 - "The Nara Document on Authencity" resultado da Conferência sugerida pela ICOMOS na cidade de Nara.

1994 - É aprovado o PDM de Guimarães.

1994 - É apresentado o RICUH - Regulamento de Intervenção no Centro Urbano e Histórico de Guimarães.

1995 - Publicação de "Standards for Historic Preservation Projects" pelo Advisory Council for Historic Preservation dos Estados Unidos da América.

109 Pelos arquitetos Fernando Távora e Alfredo Matos Ferreira, entre 1979 e 1986.
110 Em 1984 sob direção da arquiteta Alexandra Gesta, conta com a colaboração de Fernando Távora e Nuno Portas.
111 Temas aprofundados em capítulos seguintes.
112 De 1987, pelo ICOMOS, em Washington D.C, entre 7 e 15 de Outubro.
113 Apresentada pelo ICOMOS, em Lausanne, na Suiça, no ano de 1990.
114 Pelo Conselho da Europa, em 1992, na cidade de Malta.
115 Aguiar, José – "Guimarães: (Re)habitação e Conservação do Património Urbano". Guimarães: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1998. (Pág. 2 e 3)
116 Conferência lançada pela ICOMOS na cidade de Nara em 1994.
117 The Nara Document on Authenticity, disponível online no seguinte link: whc.unesco.org/document/9379
118 Choay, Françoise – "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011. (Pág. 226)

Fig. 7 - Artigo "No Centro Histórico de Guimarães, Praça S. Tiago mostra-se de "entranhas" abertas", no jornal "O Comércio do Porto" de 25/09/1989, escrito por Pinto Soares.

NO CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES

PRAÇA DE S. TIAGO MOSTRA-SE DE «ENTRANHAS» ABERTAS

Pinto Soares

7

Fig. 8 - Artigo "Centro Histórico: o já feito e o ainda não" no jornal "O Comércio do Porto" de 25/01/1991, escrito por Correia da Silva.

25/JANEIRO/1991 O Comércio do Porto

Centro histórico: o já feito e o ainda não

Correia da Silva

A intervenção do Gabinete Técnico Local de Guimarães, a nível do centro histórico, remonta a 1985. Entre aquilo que foi feito, e o muito que há a fazer, destacam-se três obras de vulto: o Largo Cónego José Maria Gomes (Largo da Câmara), a Praça de S. Tiago e a biblioteca pública. As verbas PROAVE foram, em 1990, de 45 mil contos. Para este ano, há 150 mil.

Em 1985, uma primeira intervenção de vulto do Gabinete Técnico Local (GTL) de Guimarães foi iniciada no ... pois de colocadas todas as infra-estruturas, procedeu-se a uma pavimentação cuidadosa, com ligação à Praça da Olivei- ... para Março deste ano. A antiga «Casa dos Carneiros», diante dos Paços do Concelho, foi o projecto mais ...

8

Fig. 9 - Artigo "Obras no centro histórico reanimam brio vimaranense" no jornal "O Comércio do Porto" de 25/01/1991, escrito por Correia da Silva.

10 Regiões O Comércio do Porto

Gabinete Técnico Local ao leme da recuperação

Obras no centro histórico reanimam brio vimaranense

Correia da Silva

Apesar do belo efeito conseguido na Praça de Santiago, os vimaranenses mostram-se expectantes quanto ao desenrolar da recuperação do centro histórico. Sempre pronto a ostentar os seus monumentos e os seus pergaminhos, o vimaranense mais repara naquilo que não foi ou no que foi mal feito, do que em tudo o que já se conseguiu.

Como entidade reguladora, desde março de 1985, de todas as obras operadas a nível do centro histórico de Guimarães, o Gabinete Téc-

Mais vale uma só linha que todos os devaneios

Uma equipa pluridisciplinar (2 arquitectos, 1 engenheiro, 1 economista e 1 assistente social) passou a coordenar a acção dentro

9

Fig. 10 - Artigo "A preciosa jóia urbanística da Rua Nova", escrito pelo Dr. J. Moura Machado.

A preciosa jóia urbanística da Rua Nova

Pelo DR. J. MOURA MACHADO

Quando nos apercebemos de que encetada uma atitude, ela é merecedora de prosseguimento, fazemo-lo por um imperativo de consciência. Há tempos abordei aqui o assunto que reputo de primordial importância cultural — «Preservação do Património Urbanístico» e hoje aqui

10

Deste modo, o século XX fica marcado por muita destruição, decorrente principalmente dos conflitos armados, desastres naturais e más práticas de restauro ou de visão do património, como por exemplo as políticas de André Malraux[119] (1901-1976) em França, a favor da pureza e branqueamento, destrói muitos exteriores de construções com as suas ideias de limpeza, em vez de se preocupar com o reparo de estruturas. Também a cidade histórica sofre muitos testes à sua integridade, um ainda não referido é a tendência da segunda metade do séc. XX para o fachadismo, um pouco como as ideias de Malraux, em que a aparência ganhava mais importância que a estrutura. Esta valorização do aspeto poderia significar a destruição total da malha histórica, a autenticidade da zona e a sua paisagem cultural, pelo esquecimento do valor histórico, educativo, arqueológico, e de aparência da estrutura para a salvaguarda do edifício histórico.

Contudo, foram todas estas ameaças e danos sofridos pelo património que levaram à reflexão de novas medidas de prevenção e esforços no sentido de salvaguardar, não só edifícios isolados, mas de toda a área histórica e das comunidades tradicionais. Após todas as cartas de conferências influentes, e convenções e recomendações de organizações internacionais, os objetivos globais foram garantir a preservação da diversidade cultural e a sobrevivência das culturas e tradições existentes, tendo como maior preocupação a sua identidade cultural. O conceito de património, para além de "cultural", passou a abranger o "natural", o que trouxe novas preocupações a nível ecológico, no sentido de resguardar o ambiente do crescimento urbano, procurando o desenvolvimento sustentável. Estes conflitos de valor associados à conservação moderna, acrescentaram-lhe importância a nível social, económico, ecológico e educativo, para além da que já tinham, anteriormente, a nível cultural, científico e técnico. O termo reabilitação é então definido como:

"the process of returning a property to a state of utility, through repair or alteration, which makes possible an efficient contemporary use while preserving those portions and features of the property which are significant to its historic, architectural, and cultural values." [120]

The Advisory Council for Historic Preservation cit. por Jukka Jokilehto

O séc. XXI, no qual nos encontramos, continua, no seguimento do século passado, a refletir sobre as práticas da salvaguarda do nosso património através de mais debates, conferências e cartas com recomendações, das quais saliento:

- A Carta de Cracóvia[121] apresenta os princípios para a conservação e o restauro do património construído: controlo ambiental, manutenção, reparação, restauro, renovação e reabilitação. Distingue vários tipos de património construído e apoia a educação e formação a partir da gestão da cidade histórica.
- A Carta de Bruxelas[122] sobre o papel do Património Cultural na Economia, pretendia criar uma estratégia de socialização dos valores do Património Cultural, fomentando a investigação, desenvolvimento e inovação através da conservação, restauração e gestão, principalmente, das áreas afetadas pelo despovoamento.
- A Declaração de Viena[123] como um incentivo ao património em período de recessão económica, que destaca o papel do património no desenvolvimento e implementação de políticas de recuperação económica sustentável.

Nas cidades património portuguesas, continua-se o trabalho começado no século passado, tentando progredir cada vez mais e mantendo sempre a correspondência com a UNESCO. De seguida, aprofunda-se o caso de Guimarães.

1996 - Centro Histórico do Porto é classificado Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

1999 - Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, pelo ICOMOS na Cidade do México.

1999 - Carta sobre o Património Construído Vernáculo, pelo ICOMOS na Cidade do México.

2000 - Carta de Cracóvia "Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído".

2001 - Convenção sobre a Proteção do Património Cultural Subaquático, adotada pela UNESCO em Paris.

2001 - Centro Histórico de Guimarães é classificado Património Cultural da Humanidade pela UNESCO.

2003 - Carta de Nizhny Tagil sobre o Património Industrial pelo TICCIH | Comité Internacional para a Conservação do Património Industrial.

2004 - Criação da Porto Vivo, na cidade do Porto.

2005 - Envio à UNESCO do Relatório sobre a aplicação da Convenção do Património Mundial no Centro Histórico do Porto.

2006 - G.T.L. colabora com o Plano Piloto de Luta Contra Incêndios e Segurança para a área do Centro Histórico.

2008 - "Orientações como guiar a implementação da Convenção do Património Mundial" pelo Comité do Património Mundial da UNESCO.

2009 - Carta de Bruxelas sobre o papel do Património Cultural na Economia, e para a criação de uma rede europeia de reconhecimento e difusão.

2009 - Declaração de Viena "Um incentivo ao património em período de recessão económica".

....

119 Primeiro Ministro pela Cultura em França, destaca-se pela sua ingenuidade e ignorância em património construído.
120 Jokilehto, Jukka – "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999. (Pág. 268)
121 Resultante da Conferência Internacional sobre Conservação, realizada em 2000 na cidade de Cracóvia, Polónia.
122 Do ano 2009, resultante de uma reunião de diversas personalidades europeias em Bruxelas, Bélgica.
123 Declaração de 2009 na cidade de Viena, Áustria.

2 GUIMARÃES, CIDADE E CENTRO HISTÓRICO

OBJETO

Apolónia[1], Aradiva[2], Araduca[3], Célia[4], Cidade de Santa Maria, Columbina[5], Latita[6], Leobriga[7], Vimaranes[8]...

"(...) teve Guimarães tantos nomes, quantos povos que a habitaram ou quantos os historiadores, que nela escreveram."[9]

PADRE **ANTÓNIO FERREIRA CALDAS**

Fig. 1 - Origem da povoação Vimaranes: entre o Rio Selho e a Ribeira de Couros, forma-se no cruzamento das vias romanas de ligação a Braga, Barcelos, Amarante e Vila do Conde. No ponto central cresce a vila Vimaranes onde Mumadona Dias manda erigir um mosteiro.

1 Cidade dedicada a Apolo segundo Caldas, Padre António José Ferreira – "Guimarães: Apontamentos sobre a sua História". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996. (Pág. 28)
2 Lugar de sacrifícios aos deuses.
3 Cidade das letras, esta opção de Guimarães ter sido antiga Araduca, é discutível.
4 Nome relativo ao rio Célio, correntemente Selho, que passa junto a Guimarães, segundo João de Meira.
5 Assim nomeada pelo italiano Jeronymo Rozel, segundo Padre Torcato Peixoto.
6 Cidade escondida.
7 Cidade forte.
8 Discute-se se é referente ao conde Vímara Peres (820-873) ou a um Vímara. Um deles fundador do burgo Vimaranes em 868. Origem de "vimaranenses" - naturais de Guimarães.
9 Caldas, Padre António José Ferreira – "Guimarães: Apontamentos para a sua História". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996. (Pág. 28)

Fig. 2 - Planta representativa da evolução urbana de Guimarães no período entre 950 a 1279, correspondente à época de urbanização bipolar da cidade: o núcleo fortificado do castelo na Vila Alta e a área indefesa da Vila Baixa.

2.1. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA URBANA DE GUIMARÃES

"Meio milénio antes da nossa era, havia no monte Latito, onde hoje está o Castelo, um castro calaico – Araduca – fundado pelos turdetanos, a mais nobre tribo dos galo-celtas, anterior à chegada dos romanos, coevo da Citânia de Briteiros e do Castro de Sabroso."[10]

António Lino cit. por João Paulo Sacadura

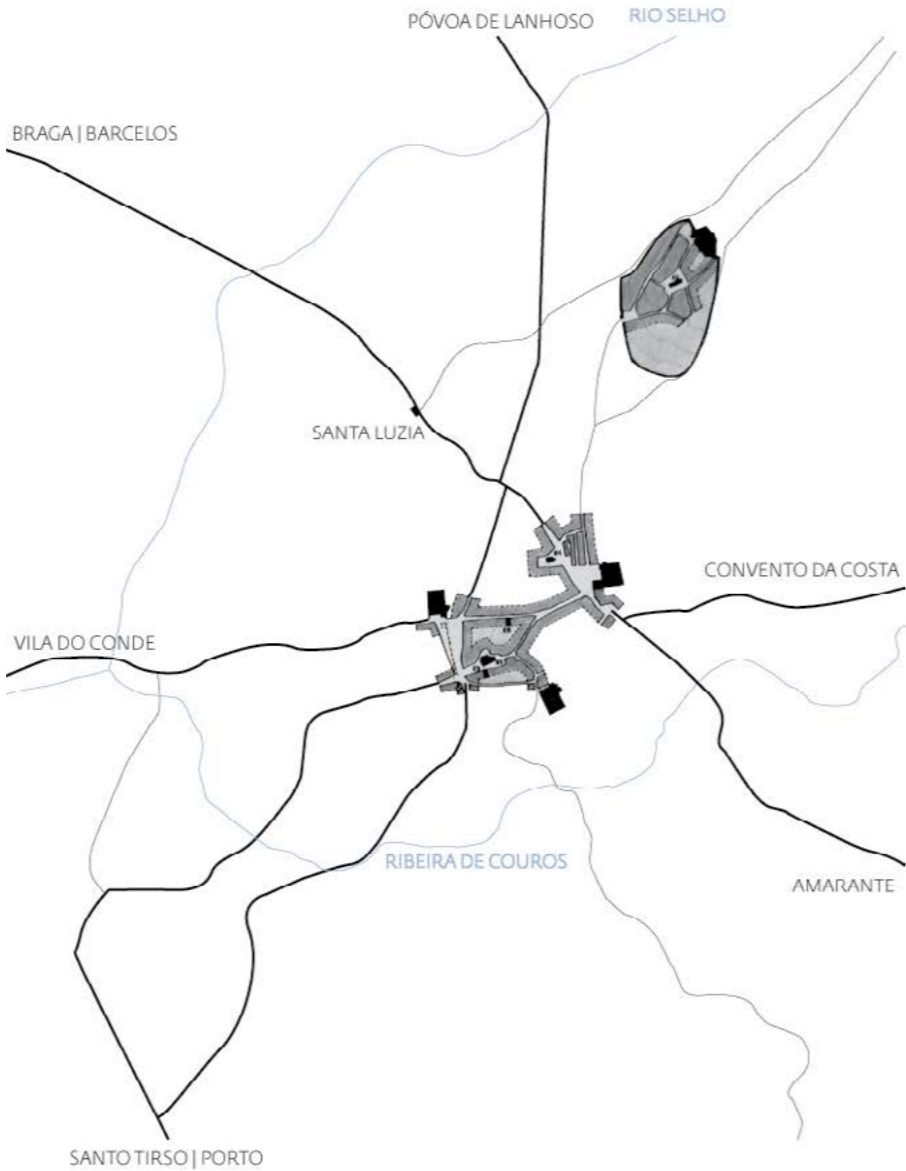
Foram, de facto, estes povoados, as primeiras ocupações do território envolvente ao atual concelho de Guimarães, mas não os que lhe deram início. Fixados no topo dos montes, após a conquista romana começaram a descer para o vale e a formar "villas"[11]. Foi uma destas vilas, Vimaranes[12], que deu origem à atual cidade de Guimarães. Considera-se Mumadona Dias[13] (possivelmente 900-968) a sua fundadora a partir da edificação de um mosteiro dúplex para monges e freiras, por volta de 950, na Quinta de Vimaranes, local aproximado à atual Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, com o intuito de nele se recolher quando ficou viúva. Para sua defesa, do mosteiro e de toda a povoação dos ataques normandos, manda construir um castelo[14], o atual Castelo de Guimarães, no monte latito próximo do convento. Surge assim "uma população inteira acolhendo-se à proteção espiritual do convento e à segurança material do castelo."[15] Deste modo, a povoação organiza-se em duas vilas: a Vila Baixa, junto das estradas e do mosteiro, e acima a Vila Alta, ou Vila do Castelo. A escolha desta localização para o mosteiro, para além de motivos de herança, entende-se:

"(...) que o agregado em redor do mosteiro se revelasse mais aliciante que a colina sobranceira: mais plano, mais abrigado dos ventos, melhor fornecido de água, e mais perto do essencial – da Igreja, das relíquias, da primitiva praça, do mercado, dos rossios dos arrabaldes, dos caminhos que levavam ao litoral."[16]

Maria da Conceição Falcão Ferreira

Assim, desde as vias romanas, aos caminhos medievais, Guimarães situava-se num ponto estratégico de intersecção de rotas do norte do país, assegurando a ligação quer à costa litoral, quer às povoações do interior. Além disso, tirava proveito de várias linhas de água: o rio Ave e seus afluentes: rio Selho e rio Vizela, e as ribeiras de Santa Luzia e da Costa que formavam depois o ribeiro de Couros. Deste modo, tanto a rede viária como os cursos de água, foram essenciais na escolha de fixação nesta área territorial e a acrescentar que era uma região fértil e de clima ameno.

O conde D. Henrique[17] (1066-1112), em 1095, estabelece-se no burgo vimaranense e concede-lhe o primeiro Foral[18] de Guimarães. Traz consigo franceses que se fixam na Rua dos Francos e juntamente edificam a antiga capela de S. Tiago da Praça. Esta, juntamente com as restantes igrejas e o mosteiro de Mumadona, formam pequenos aglomerados populacionais que se foram fundindo num todo denso. É Afonso Henriques (1109-1185), filho de D. Henrique,

....

10 Sacadura, João Paulo – "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006. (Pág.19)

11 "(...) parcelas desmembradas da antiga propriedade colectiva das citânias chamou-se em latim villae. (...) chegaram ao comêço da monarchia como unidade rural e a nossos dias como fregezias independentes." em Meyra, João Monteiro de – "O Concelho de Guimarães (estudo de demographia e nosographia)". Porto: Typographia a vapor da Empreza Guedes, 1907. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17406%3E. (Pág. 51)

12 Referente a Vímara Peres (820-873), fundador do burgo Vimaranis em 868, que viria a ser Guimarães.

13 Ou Dona Muma, condessa viúva de D. Hermenegildo Mendes e parente da Casa Real de Leão.

14 Castelo designado de São Mamede na época, é doado por Mumadona Dias ao Mosteiro a 4 de Dezembro de 968.

15 Meyra, João Monteiro de – "O Concelho de Guimarães (estudo de demographia e nosographia)". Porto: Typographia a vapor da Empreza Guedes, 1907. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17406%3E. (Pág. 53)

16 Ferreira, Maria da Conceição Falcão – "Guimarães: Duas vilas, um só povo - estudo de história urbana". Braga: Universidade do Minho, 2010. (Pág. 210)

17 D. Henrique de Borgonha e D. Teresa de Leão recebem de Afonso VI de Leão, em 1096, o Condado Portucalense.

18 Documento da realeza, pelo qual se constituía o concelho, se regulava a sua administração, e se indicavam os seus limites e privilégios.

PÓVOA DE LANHOSO
RIO SELHO
BRAGA | BARCELOS
SANTA LUZIA
CONVENTO DA COSTA
VILA DO CONDE
RIBEIRA DE COUROS
AMARANTE
SANTO TIRSO | PORTO
3

Fig. 3 - Planta representativa da evolução urbana de Guimarães no período entre 1279 a 1498, época do amuralhamento e união das vilas. Pontos importantes nas Muralhas:
1 - Castelo
2 - Porta Freira ou da Freiria e Torre de Santa Cruz
3 - Torre dos Cães
4 - Torre da Senhora da Guia e Postigo da Senhora da Guia ou Porta do Postigo
5 - Torre Velha e Porta da Torre Velha
6 - Torre da Alfândega e Postigo de Sampaio ou Porta Nova
7 - Torre da Senhora da Piedade e Porta de São Domingos
8 - Torre de S. Bento e Porta de Santa Luzia ou Porta da Senhora da Graça
9 - Torre da Garrida e Porta da Garrida ou Porta de Santo António
10 - Porta de Santa Bárbara

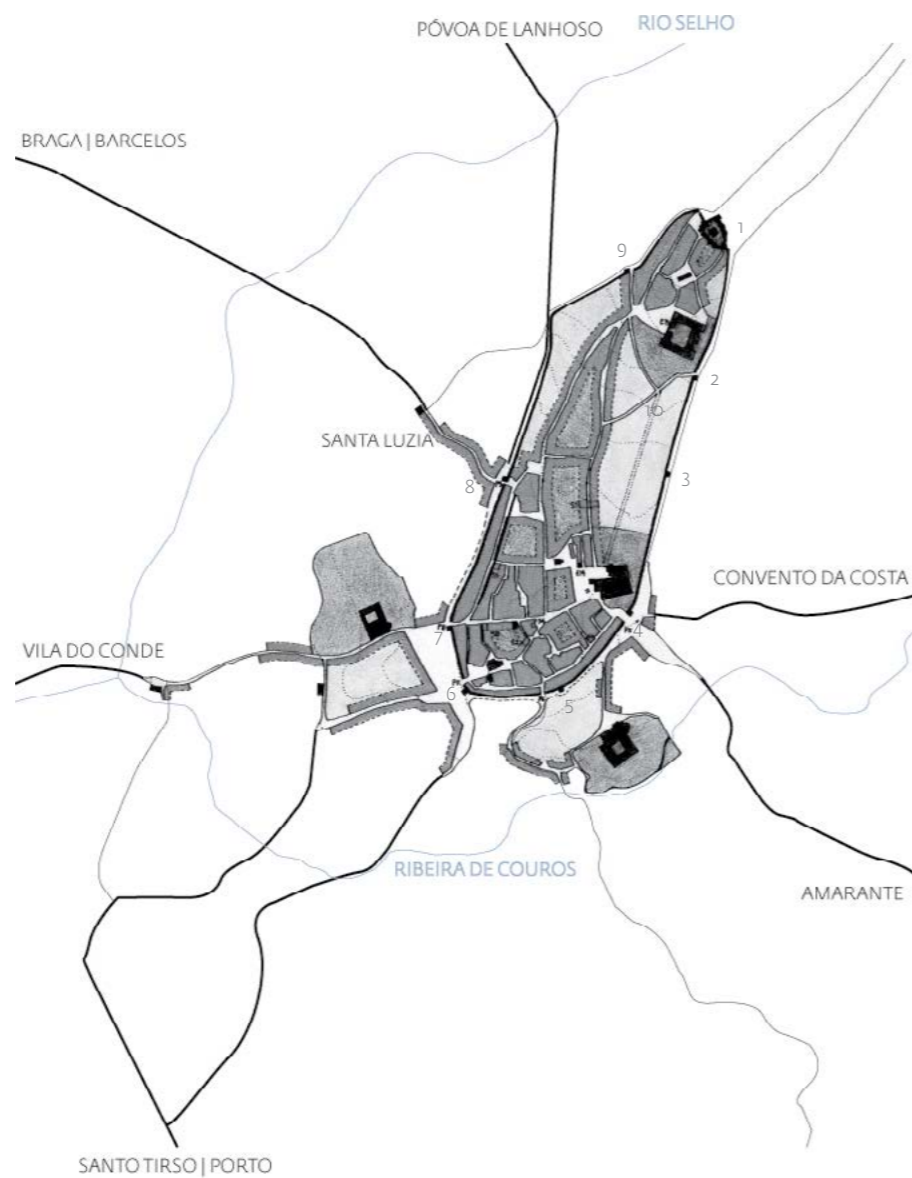
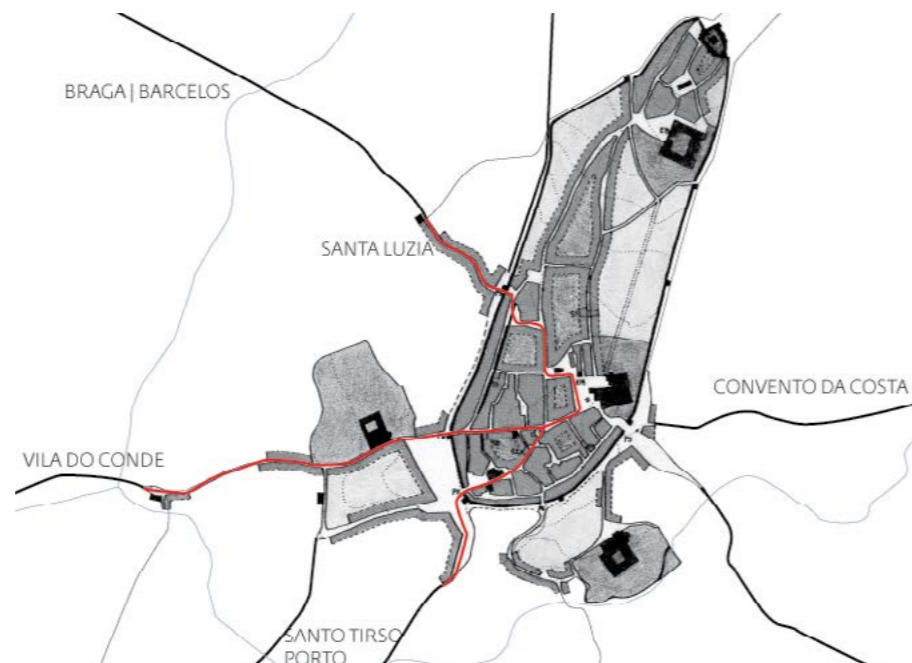



Fig. 4 - Representação a linha vermelha do principal percurso de chegada, na época medieval, a Guimarães. O percurso tinha como fim a Praça Maior, atual Largo da Oliveira, espaço com maior importância comercial na cidade. Este desenha-se a partir da estrada de Braga e Barcelos, passando pela Capela de Santa Luzia, Porta de Santa Luzia e Praça Santiago, chega à Praça Maior e segue pelas ruas dos Mercadores e Sapateira, também comerciais, e depois deixa a vila por duas hipóteses: a Porta de S. Domingos que liga à estrada de Vila do Conde ou a Porta de S. Paio que liga à estrada de Santo Tirso e Porto.

quem garante a independência do Condado Portucalense[19] face ao domínio do Reino de Leão, tornando-se, assim, o primeiro Rei de Portugal, D. Afonso I: o Conquistador. Considera-se a sua esposa, D. Mafalda de Saboia (1125-1158) a fundadora do Mosteiro de Santa Marinha da Costa.

A divisão do burgo em duas vilas continuava com D. Afonso Henriques a conceder-lhes privilégios e jurisdição separada. Mesmo assim, as vilas uniam-se pela Rua de Santa Maria[20], perto da Colegiada, que ligava à Rua Infesta junto ao Castelo na Vila Alta. Este cenário continua em reinados posteriores com o amuralhamento das duas vilas: primeiro a Vila Alta do Castelo e depois a Vila Baixa de Santa Maria da Oliveira. Esta segunda muralha desenha-se envolvendo o quarteirão antigo sul poente, a Rua da Sapateira, a Praça de Santiago, a antiga judiaria (Rua do Espírito Santo), a Rua Escura, e a norte, a Rua das Flores e Rua de Vale de Donas. Encontra a primeira muralha, formando uma muralha contínua que abraçava os dois burgos, contudo divididos por uma muralha transversal que continha a Porta de Santa Bárbara como ligação entre eles. Pensa-se, sem certezas absolutas, que esta se situava no encontro com a Rua de Santa Maria.

"(...) defende-se que por 1250 se deverá ter decidido o amuralhar do antigo burgo, até aí, aberto, ao sabor defensivo do reduto acastelado e murado da colina."[21]
Maria da Conceição Falcão Ferreira

Com a construção das muralhas, as ligações rodoviárias Norte – Sul e Costa – Interior que valorizavam o posicionamento geográfico de Guimarães, ganham ainda mais importância com a localização das portas das muralhas nas intersecções com essas vias medievais, e a sua continuidade para o interior da vila. Alguns destes eixos formam o principal caminho de atravessamento da vila por homens e mercadorias, tendo como destino principal a Praça Maior[22], ligada ao núcleo mercantil e religioso. Este caminho desenha-se a partir da estrada de ligação a Braga e a Barcelos, passando pela Capela de Santa Luzia e depois pela Porta da Senhora da Graça, atravessa a Praça de Santiago e chega, então, à Praça Maior. Daí segue pela Rua dos Mercadores e Rua da Sapateira, ambas de importância comercial, e sai da zona amuralhada, ou pelo Postigo de São Paio em direção à via de ligação a Santo Tirso e ao Porto, ou pela Porta de São Domingos ligando-se à estrada de Vila do Conde. Observa-se que o desenho urbano interior às muralhas preserva o cariz tortuoso de algumas vias medievais agarradas ao declive natural do terreno, bem como outras mais regulares que parecem resultar do traçado das muralhas. Assim:

"(...) se preserva uma escala de vizinhança e de domesticidade, numa via que satisfaz ao mesmo tempo a funcionalidade de trânsito de longo curso."[23]
Marta M. P. A. de Oliveira, José F. Afonso e Sílvia Ramos

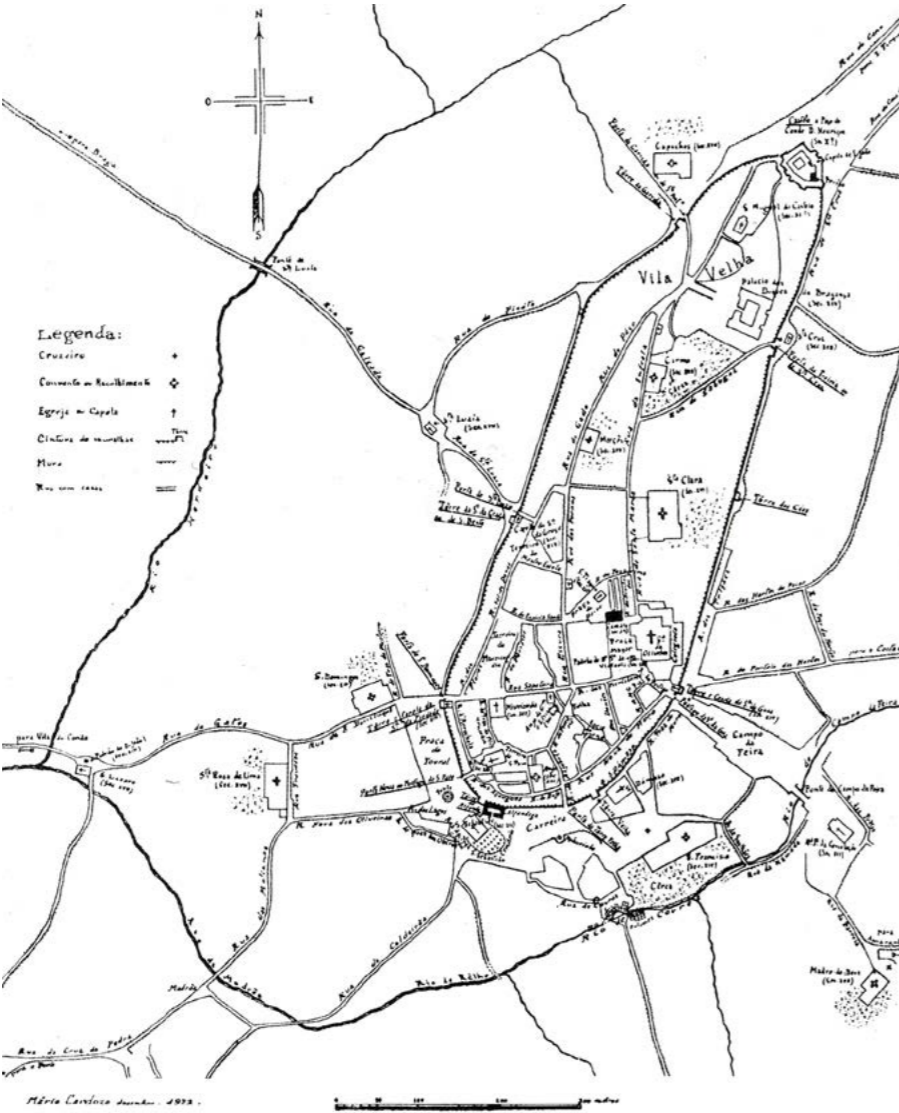
O delinear da muralha influencia ainda o posicionamento dos conventos mendicantes presentes na vila desde o século XIII, por questões de defesa, são obrigados a mover-se de lugar: o convento dominicano, junto à estrada de Vila do Conde desloca-se para a Rua dos Gatos[24] e o convento franciscano, anteriormente junto à Torre Velha, muda-se para junto da zona industrial de Couros. Mesmo com este cenário de transformações e ligações fora e dentro das

19 Primeiro com a Batalha de S. Mamede, em 1128, contra a sua mãe D. Teresa de Leão e depois com a Batalha de Ourique, em 1139, contra o seu primo D. Afonso VII de Leão e Castela. Contudo, a independência do Reino de Portugal só é oficializada com o Tratado de Zamora de 1143, assinado por D. Afonso VII de Leão e Castela.
20 Pensa-se datar de finais do séc. XII, inícios do séc. XIII. Fazia a ligação entre o mosteiro e o castelo, e foi um arruamento apenas destinado à habitação.
21 Ferreira, Maria da Conceição Falcão – "Guimarães: Duas vilas, um só povo - estudo de história urbana". Braga: Universidade do Minho, 2010. (Pág. 73)
22 Atual Largo da Oliveira, também o chamavam de Praça de Santa Maria. Estava associada à Rua das Tendas, ou apenas "Tendas", referidas no tempo de D. Dinis como um loteamento mercantil.
23 Oliveira, Marta M. Peters Arriscado de; Afonso, José Ferrão; Ramos, Sílvia – "Guimarães ad radicem montis Latito", Revista Monumentos, 33, 2013. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70140%3E. (Pág. 13)
24 Atual Rua D. João I.

Fig. 5 - Planta da cidade do século XVI - "Mapas do Reino de Portugal e das suas Conquistas" - não se conhece o autor mas pensa-se ter sido elaborada entre 1562 e 1570, em que a cidade começa a expandir-se extramuros.

5

Fig. 6 - Reconstituição da cidade em 1650 por Mário Cardoso.

6

fortificações, a bipolarização de Guimarães continua e chega mesmo ao ponto de as duas vilas se considerarem dois concelhos autónomos e rivais, com carta régia de foral própria. Inclusive, os habitantes da Vila do Castelo queixavam-se de serem prejudicados face aos habitantes da Vila Baixa, é D. Fernando I[25] (1345-1383) quem intercede com o objetivo de unir o povo, embora mantendo as duas vilas, daqui surge a expressão "Duas vilas, um só povo", pois a separação física entre vilas mantinha-se, embora a sua jurisdição fosse a mesma.

"Pouco a pouco, co seu crescimento progressivo, as duas povoações iam-se aproximando, até que um momento chegou em que se encontraram fundidas.
O povoado superior teve logo de começo, pelo estreito âmbito em que se estabeleceu e pela muralha que cedo o rodeou, uma coesão e uma unidade que parece ter faltado, em principio, ao povoado inferior.
Este, bem que circuitando a igreja de Santa Maria e aquellas que se foram sucedendo, cedo bracejou antes de completamente se adensar.
(...) o apertar do povoado num curto espaço, o multiplicar das ruelas tortuosas, só veio depois, quando Guimarães no seu crescer incessante se encontrou fechada numa barreira de muralhas (...)."[26]

João Monteiro de Meyra[27]

É D. João I[28] (1357-1433) quem manda demolir a muralha transversal que separava as duas vilas e extingue o concelho da Vila do Castelo. Desta forma, acaba com a divisão física da cidade em duas vilas, passando a Vila Alta a chamar-se Vila Velha do Castelo. Esta união é oficializada por carta régia, em 1389, decretando a união jurisdicional das duas vilas de Guimarães: "que seiam todos huum poboo e contribuam todos como huum poboo"[29]. D. João I ordena ainda a construção de novas torres em certos pontos das muralhas e a renovação da Igreja da Colegiada, em 1387, após fazer peregrinação a Nossa Senhora da Oliveira, por promessa de ter saído vencedor na Batalha de Aljubarrota (1385). No século que se segue, têm início as obras do Paço Ducal na colina da antiga Vila Alta, por ordem do 1º Duque de Bragança, Afonso I de Bragança[30] (1377-1461). A Planta da Cidade do séc. XVI[31], realça este contexto de renovação cultural e social, transparecendo uma imagem da vila ligada à Casa Ducal, a partir da representação do Convento de Santa Clara[32] e da escadaria de ligação entre a Torre Sul dos Paços dos Duques e a Porta da Freiria, tornando-a a entrada nobre na muralha. Esta planta representa ainda a Capela de São Sebastião que terá sido substituída pela igreja paroquial em 1570. Dez anos depois, com a notícia do possível início do domínio Filipino[33] sobre Portugal, a muralha sofre modificações: reparam-se muros e tapam-se algumas portas para mais fácil defesa.

A partir do séc. XVII, começa a aumentar o movimento fora das muralhas, o interior amuralhado adensa-se e o exterior vasto permite a expansão sem limite. Assim se fixa uma envolvente dinâmica e possível de ser mais especializada que o interior amuralhado. Surgem novos espaços de estar, desafogados e amplos: o Toural[34], entre a Porta de São Domingos e o Postigo de São Paio, ligando à estrada de Vila do Conde e à de Santo Tirso e Porto; o Campo da Feira[35] entre a Porta da

....

25 O Formoso, foi o nono rei de Portugal e último da 1ª dinastia da Casa de Borgonha.

26 Meyra, João Monteiro de – "O Concelho de Guimarães (estudo de demographia e nosographia)". Porto: Typographia a vapor da Empreza Guedes, 1907. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17406%3E. (Pág. 62 e 63)

27 João Monteiro de Meira (1881-1913)foi um vimaranense: historiador, médico e escritor.

28 O de Boa Memória, foi o décimo rei de Portugal e primeiro da 2ª dinastia - Casa de Avis.

29 Ferreira, Maria da Conceição Falcão – "Guimarães: Duas vilas, um só povo - estudo de história urbana". Braga: Universidade do Minho, 2010. (Pág. 178)

30 1º Duque de Bragança e 8º Conde de Barcelos.

31 "Mapas do Reino de Portugal e das suas Conquistas", de autor desconhecido, pertence à Coleção de Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil. Pensa-se ter sido elaborada entre 1562 a 1570.

32 Fundador foi o mestre escola da Colegiada: Baltasar de Andrade. Já se edificava em 1548.

33 Desde 1581 a 1640, Portugal foi governado pelos Reis de Espanha, pertencentes à Casa de Habsburgo. Designada de Dinastia Filipina, teve fim com o seu terceiro rei.

34 Toural, porque ali se fazia a feira do gado e os touros corriam.

35 Atravessado pelo rio Couros.

Senhora da Guia e a Capela de Nossa Senhora da Consolação[36], de 1594, ligando à estrada de Amarante; e o Terreiro de São Francisco ligado ao convento franciscano. Apesar do adensamento dentro de muros, cria-se o Terreiro das Claras, no espaço contíguo ao Convento de Santa Clara. Os espaços da antiga vila não perdem a sua importância, alguns de longa data, até que se considera, que em meados do séc. XVII, os principais espaços da vila eram: a Praça Maior, o Terreiro das Claras e o Toural. Dois espaços interiores à muralha e um extra muralha. Embora estes se rivalizassem, uns tinham mais valor simbólico, outros mais funcional, tendo em conta as novas necessidades urbanísticas e de logística. Enquanto que a Praça Maior, com o posicionamento da oliveira[37] sagrada, do padrão comemorativo[38], do chafariz[39] e do alpendre da casa da câmara, não permitia o estacionamento de carros, o Toural era uma local de maior amplitude, de fácil passagem e de ligação a longos cursos. Com isto, os espaços extra muralha ganham interesse comercial, fundando-se uma nova Alfândega[40] para exposição dos produtos vindos de fora, junto à Torre da Alfândega.

Só após a vitória portuguesa na chamada Guerra da Restauração[41], em 1640, com as celebrações da vitória, é que a vila volta a mexer: colocando luminárias nas casas da vila e arredores, e reparando as muralhas e suas portas deixadas ao abandono durante o período filipino. Ao subir ao trono, em 1646, D. João IV[42] (1604-1656) dirige a colocação de várias lápides pela vila, proclamando a Imaculada Conceição como a Padroeira de Portugal. Algumas destas, ainda hoje são preservadas nos seus locais originais.

A passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, associa a vila ao desenvolvimento industrial e comercial, e, portanto, à fixação da burguesia em Guimarães. Surgem novas casas burguesas, tardo pombalinas e neoclássicas, os primeiros prédios para aluguer e abrem-se grandes avenidas: a atual Alameda de São Dâmaso, a Avenida da Indústria[43] e a Avenida do Comércio.[44] Infelizmente, muitas destas novas construções ou intervenções, ao procurarem uma imagem de uniformidade para a cidade, resultaram em ataques ou perdas irrecuperáveis de fragmentos da antiga Guimarães[45]. Foi uma época contraditória, tanto se atuava conservadoramente, como se destruía sem pensar, talvez devido ao contexto iluminista da época e ao lento aparecimento da noção de monumento. Contradições evidenciadas pelas ordens de D. Maria I nos finais do séc. XVIII, primeiro reconhece a inutilidade da muralha[46] vimaranense, por constituir uma barreira ao crescimento da povoação, de seguida emite um aviso régio para que não se altere nada na Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira para preservar a sua admirável antiguidade[47]. Graças à atitude destruidora, perderam-se grandes troços de muralhas, torres, igrejas, capelas, fontes, cruzeiros e casas antigas de valor patrimonial.

No século seguinte, o conceito de monumento já está mais divulgado, apesar de ataques à cidade antiga continuarem, começam a surgir alguns atos de maior sensibilidade patrimonial que se confrontam com as ideias demolidoras. Exemplo é o procedimento de D. Pedro IV em impedir a demolição ou alteração de qualquer parte do Castelo de Guimarães, após lhe ter sido pedido autorização

36 Substituída pela Igreja dos Santos Passos, no mesmo local, por André Soares, em 1785.
37 Oliveira terá sido transplantada de outro lugar para a Praça de Santa Maria em meados do séc. XIV. Diz a lenda que secou, e após três dias de lhe terem colocado ao lado o padrão, esta renasceu. Foi considerado um milagre, dando novo nome à praça e à santa.
38 Padrão comemorativo da vitória na Batalha do Salado, oferecido, em 1342,por um mercador vimaranense, residente em Lisboa.
39 Chafariz concelhio, data de 1390.
40 Construção em 1610, a anterior terá ardido na Praça Maior.
41 Conflito armado entre o Reino de Portugal e o de Espanha a 1 de Dezembro de 1640.
42 O Restaurador, foi o vigésimo primeiro rei de Portugal e primeiro da 4ª dinastia - Casa de Bragança.
43 Atual Avenida D. João IV.
44 Atual Avenida D. Afonso Henriques.
45 Tema desenvolvido em capítulo próprio posterior.
46 Por volta do ano 1793.
47 Aviso régio de 1799.

por parte da Sociedade Patriótica Vimaranense que pretendia reutilizar a pedra do castelo[48]. A preocupação com o património arquitetónico em Guimarães, começa por referir-se, como neste último caso, aos monumentos antigos que serviam como justificação do valor da cidade. Assim, a meados do séc. XIX cria-se em Guimarães a primeira comissão de defesa da fortificação vimaranense intitulada "Os amigos do Castelo"[49] e com base nos valores tradição e antiguidade. Estes princípios ganham ênfase na atividade arqueológica de Francisco Martins Sarmento[50] (1833-1899), seguidor de J. J. Winckelmann[51] (1717-1768). Este aborda o património arquitetónico enquanto monumento apoiado na história, com a intenção de incentivar a educação da população no sentido de proteger. Faz parte da equipa de restauro da Igreja de S. Miguel do Castelo[52], em 1874, considerado o primeiro restauro vimaranense visto como tal. Trabalho continuado pelo historiador vimaranense Alberto Sampaio[53] (1841-1908), companheiro de Martins Sarmento, por meio de produções literário científicas, da promoção da criação da Sociedade Martins Sarmento, pela ajuda prestada na 1ª Exposição Industrial do Concelho de Guimarães[54] e pelo apoio no lançamento da "Revista de Guimarães"[55] como divulgação da atividade cultural concelhia. Por entre estas questões está a decisão da Rainha D. Maria II[56] (1819-1853) de elevar Guimarães a cidade, a 22 de Junho de 1853.

"É elevada esta vila de Guimarães à categoria de cidade com a denominação de Cidade de Guimarães; por carta de lei deste dia, que manda cumprir o decreto de 19 de Fevereiro de 1853."[57]

João Lopes de Faria

Uma década depois, Guimarães tem o seu primeiro Plano Urbano de Melhoramentos, levando a fazer-se o levantamento em Planta da Cidade[58], pelo engenheiro Manuel D'Almeida Ribeiro. Este plano apresentava propostas para várias áreas da cidade e, no geral, incluía: rebaixamento de ruas; terraplanagens; continuação de ruas existentes; abertura de novas estradas; criação de novas alamedas e jardins, bem como a arborização de praças existentes. A concretização destes projetos, em alguns casos, significaria, a demolição de partes da muralha; desaparecimento por completo de algumas vielas e ruas; recuos, alargamentos ou realinhamentos de ruas existentes; demolição de edifícios de vários tipos: capelas, igrejas, casas, prédios, torres das muralhas, por vezes, parcialmente, noutros casos na totalidade. Apesar destas atitudes destrutivas em alguns casos, noutros, o engenheiro mostra preocupação com alguns elementos de valor patrimonial, a sua descrição do plano mostra esta contradição de ideias:

"A Rua da Cancela (que nem de viela merece o nome) é daquelas que só se melhora destruindo-se. (...) A capela de S. Tiago deve ser demolida ou removida para um dos lados da nova Praça se entender que deve ser respeitada (...) Destruí a Rua do Eirado do Forno para colocar no espaço por ela ocupado as Escolas de Instrução Primária (...) O bairro de Trás Gaia, tal qual existe, deve desaparecer do mapa da cidade. (....) Demolida

48 Pedido negado em 1836.
49 Criada em 1850, tem como presidente Rodrigo Lobo Machado e os principais objetivos eram embelezar e reedificar o Castelo. No entanto, os seus planos nunca foram realizados.
50 A maioria das suas descobertas arqueológicas conservam-se no museu da sociedade criada com o seu nome: Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.
51 Importante historiador de arte e arqueólogo alemão, cujo trabalho foi apresentado em capítulo anterior.
52 Para além de Francisco Martins Sarmento, outras figuras importantes para a história vimaranense integram a equipa de restauro: Padre Ferreira Caldas, José Pinto de Queirós Montenegro, Cónego José Aquilino Veloso Sequeira e o engenheiro João Maria Feijó.
53 Dedicava-se principalmente à história regional, em sua homenagem tem o seu nome um museu: Museu Alberto Sampaio, em Guimarães.
54 Realizada em 1884 no Palácio de Vila Flor.
55 Criada em 1884.
56 A Educadora, foi a trigésima primeira monarca de Portugal e décima da 4º dinastia – Casa de Bragança. Foi a segunda mulher rainha de Portugal.
57 Faria, João Lopes de – "Efemérides Vimaranenses". Manuscrito da Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento, vol. 2. Guimarães: 1853. (Pág. 288)
58 Planta da Cidade de Guimarães, levantamento por Eng. Manuel D'Almeida Ribeiro entre 1863 e 1867.

Fig. 7 - Planta representativa da cidade no período entre 1498 e 1750, altura em que a muralha ainda está completa.

Fig. 8 - Planta representativa da cidade no período entre 1750 e 1863, em que já se vê o início do derrube de troços da muralha. É de salientar o troço derrubado no Largo do Toural para construir a corrente de casas tardo pombalinas.

Fig. 9 - Levantamento em planta da cidade entre 1863 e 1867 pelo engenheiro Manuel D'Almeida Ribeiro.

a Alfândega, e com mais necessidade e mais vantagem que a da Alfândega, a igreja de S. Sebastião (...) demolição completa do lado inteiro da atual Rua de S. Francisco (...) Em uma cidade como Guimarães, excepcionalmente irregular e onde os aformoseamentos só se podem obter à custa de expropriações (...) Este meio (...) é o único que as Câmaras poderão empregar para realizar bons melhoramentos nos sítios onde a edificação tem valor. (...) onde a propriedade está a cair em ruínas, ou é de pouca importância, é muito possível tentar desde já as expropriações necessárias (...) indispensáveis para colocar toda a cidade em boas condições higiénicas, e foi por este motivo que em todos os meus projetos levei em mira o desaparecimento dos bairros mais insalubres e mais indecentes da cidade."[59]

Manuel D'Almeida Ribeiro cit. por C.M.G.

Só em 1869, a Câmara nomeia a chamada Comissão de Melhoramentos encarregue de selecionar os melhoramentos, definidos no plano de 1863, a executar com mais urgência, os que deviam ser executados a longo prazo e a discussão de novas propostas. Assim, apenas parte do plano foi executado. Neste século, continuam a surgir mais casas burguesas e palacetes urbanos, as novidades são o aparecimento dos primeiros revestimentos de fachadas a azulejo, a demolição da antiga Capela de S. Tiago na Praça de Santiago[60], o desmonte do chafariz quinhentista do Toural para o Jardim do Carmo, a remoção da oliveira milagrosa do Largo da Oliveira, a inauguração da Estação de Caminhos de Ferro de Guimarães, a abertura do Largo do Carmo[61] e da Rua de Serpa Pinto[62].

Iniciado o séc. XX, inaugura-se a Sociedade Martins Sarmento[63], projeto do arquiteto Marques da Silva e Guimarães volta a ser alvo de novos planeamentos. Em primeiro lugar, a atenção caiu sobre os espaços de estar públicos da cidade. Primeiramente, o projeto de melhoramentos da antiga Praça D. Afonso Henriques[64], atual Largo do Toural, com o maior objetivo de criar um jardim público em continuidade com o Largo D. Afonso Henriques[65], atual Alameda de S. Dâmaso. Segue-se o projeto de reconstrução, melhoramento e alargamento da Praça de Santiago[66], a primeira grande intervenção nesta praça de grande valor para a cidade. De seguida, entre 1923 e 1925, o Plano de Alargamento da Cidade, com propostas do artista Luís de Pina[67] e do arquiteto Marques da Silva[68] (1869-1947). A Gerência Municipal da época entendeu que o Plano de Melhoramentos de 1863 estava desatualizado:

"Entre e outra data mudara-se de século, implantara-se o regime republicano em Portugal, a Europa – e o mundo – conheceram a Grande Guerra. Eram totalmente diferentes as condições económicas e sociais, culturais e políticas. Guimarães necessitava de um outro e diferente plano; era preciso inovar."[69]

Fernando Távora cit. por C.M.G.

O plano tinha como propósito principal, responder aos novos requisitos da época moderna, a nível cívico, de conforto e de salubridade. Guimarães deveria crescer fora da muralha, respondendo a valores estéticos, de segurança, abastecimento e circulação modernos, sem afetar a vila secular no centro.

....

59 Câmara Municipal de Guimarães – "Guimarães do Passado e do Presente". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012. (Pág. 20 e 21; 24, 25 e 26)

60 Nome vem da antiga Capela de S. Tiago da Praça, embora a praça tenha tinha outro nome: Praça do Peixe, enquanto ali se acolheu o mercado do peixe.

61 Em 1881, mediante a demolição do casario existente no local.

62 Em 1892, provocando a demolição do troço de muralha ali existente.

63 Projeto iniciado em 1880 e terminado em 1908, tendo uma segunda fase até 1967.

64 Pelo engenheiro Ignácio Teixeira de Menezes,em 1912.

65 Pelo engenheiro Ignácio Teixeira de Menezes,em 1911.

66 Projeto do engenheiro António Martins Ferreiro do ano de 1916, incluía terraplanagens, regularização e calcetamento da praça, bem como a construção de aqueduto.

67 Militar e artista vimaranense, a sua obra mais célebre foi o Café Oriental em Guimarães. Era conhecido como o Capitão Luís de Pina.

68 Arquiteto, professor e escultor português, com várias obras célebres na cidade de Guimarães e norte do país.

69 Câmara Municipal de Guimarães – "Guimarães do Passado e do Presente". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012. (Pág. 36)

Fig. 10 - Expansão citadina de 1924, idealizada pelo vimaranense Luís de Pina a este das muralhas e a sul dos Paços dos Duques.

10

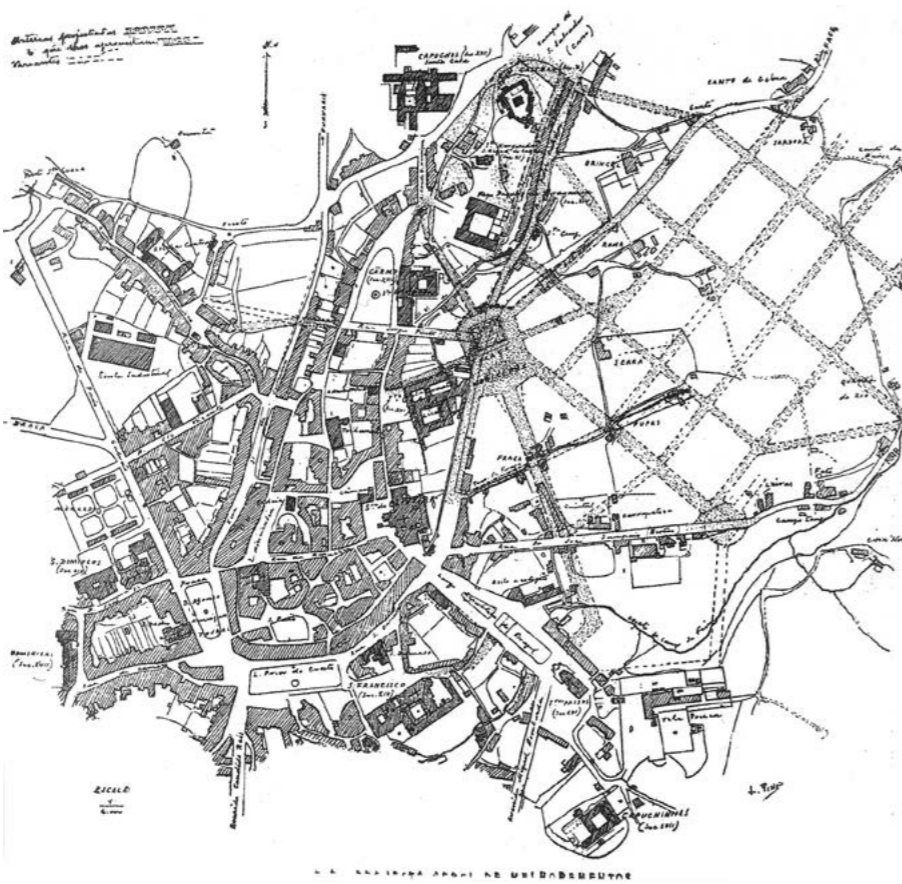



Fig. 11 e 12 - Desenhos do arquiteto Marques da Silva para os novos Paços Municipais de Guimarães por 1916.

11 12

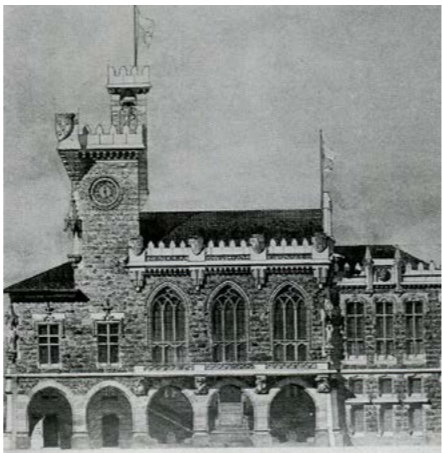
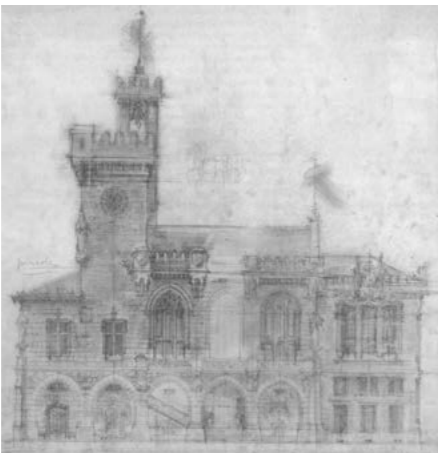
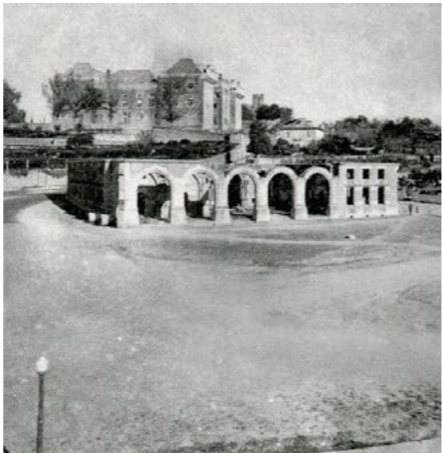



Fig. 13 e 14 - Fotografias de 1950: duas perspetivas da Praça da Mumadona com a construção dos Paços de Marques da Silva parada.

13 14

"A cidade asfixia dentro das vielas, que eram ruas, há séculos; os seus habitantes não têm terreno com luz e sol onde possam construir as suas habitações. Não se podia nem devia arrasar a velha cidade, para a reconstruir sob um novo plano. Mas pode e deve-se, conservando-se o velho burgo, com o carinho que merece o que é antigo e tradicional, abrir-lhe caminho, livre e amplo, por onde possa alargar-se e crescer."[70]

Mariano Felgueiras cit. por C.M.G.

A expansão citadina incluía ainda as propostas de novos Paços Municipais e de um bairro operário. A localização dos Paços Municipais já vinha a ser motivo de discussão em meados do século anterior, devido ao espaço, agora, diminuto da antiga Casa da Câmara[71] face à necessidade de assegurar novos serviços. Inicialmente, sugere-se a sua localização na Praça de Santiago[72] mediante a demolição de várias casas, o que acabou por ser rejeitado devido à dificuldade e tempo preciso para realojar famílias e ao começo do apreço pelo valor patrimonial das construções do centro histórico. Uma nova localização é escolhida, com base no plano de Luís de Pina[73] que propunha a expansão da cidade a este das muralhas e, por conseguinte, a urbanização da zona a sul dos Paços dos Duques, criando uma Praça Municipal que ligaria à Rua Serpa Pinto, à estrada em direção a Fafe, ao Campo da Feira e Rua Dr. José Sampaio, bem como a novas ruas da expansão oriental da cidade. O plano foi aprovado e parte dele concretizado, seria na praça proposta que se implantaria o projeto para o novo edifício concelhio pretendido. Esta praça é a atual Praça da Mumadona, onde se situa o Palácio da Justiça[74] de Guimarães, que nada tem a ver com a anterior construção aqui dos novos Paços do Concelho de Guimarães. Já em 1916, o projeto tinha sido levado a concurso, do qual se destacou a proposta de Marques da Silva. Cerca de dez anos depois, iniciam-se as obras na Praça Municipal, no entanto só se chega a construir o primeiro andar[75]. Com a instalação da ditadura não se consegue o financiamento necessário para prosseguir com as obras, acabando por se iniciar a polémica demolição do edifício inacabado em 1938, embora só tenha sido totalmente demolido em 1954.

Ao longo deste período, a cidade assistiu, também: à construção da estrutura de apoio ao Mercado Municipal e do Santuário Eucarístico da Penha, obras do arquiteto Marques da Silva; à conclusão da Avenida Conde Margaride; às intervenções do Estado Novo para valorizar os monumentos vimaranenses nas suas comemorações, como o arranjo urbanístico da zona envolvente aos Paços dos Duques[76]; ao programa de reabilitação da célebre Rua de Santa Maria; e ao Plano de Urbanização de Guimarães[77] do arquiteto David Moreira da Silva (1909-2002). Este último, tinha como objetivo principal remodelar a ordem urbana, por meio da classificação e preservação das áreas de maior valor arquitetónico e arqueológico que comprovassem o passado da cidade, contudo isso levaria a sacrificar espaços ou edifícios históricos, na altura, considerados de menor interesse. Um caso exemplar é o prolongamento da área verde do Toural até ao Largo República do Brasil, criando uma nova alameda[78] que obrigou à demolição do casario existente e deslocação da Igreja de S. Dâmaso para o Campo de S. Mamede.

70 Câmara Municipal de Guimarães, "Plano Geral de Alargamento da Cidade: memória descritiva e justificativa". Guimarães, 1925.

71 Antigos Paços do Concelho de Guimarães, formam o edifício mediador entre o Largo da Oliveira e a Praça de Santiago. Pensa-se que a sua construção data do séc. XIV, por ordem de D. João I juntamente com a reedificação da Igreja da Colegiada no mesmo Largo. No início do séc. XX, o rei considera os Paços do Concelho como Monumento Nacional.

72 Esta escolha foi feita pela comissão encarregue do mesmo em 1915.

73 Projeto Geral de Melhoramentos apresentado por Luís de Pina, entre 1923 e 1925.

74 Obra do arquiteto Luís Benavente, com início das obras em 1955 e inauguração em 1960.

75 Em 1934, as obras são suspensas pela DGEMN.

76 Arranjo urbanístico pelo arquiteto paisagista Viana Barreto, em 1957.

77 De 1955, com o objetivo de expandir a cidade, a partir de malha urbanizada com moradias de 1 a 2 pisos, entre as estradas de Braga e Vila do Conde.

78 Desenhada pelo arquiteto Perez Fernandes.

15
Fig. 15 - Planta da Evolução Previsível da Forma Urbana, realizada para o Plano Geral de Urbanização, pelos arquitetos Fernando Távora e Alfredo Matos Ferreira, em Julho de 1981.

A contradição entre preservação e demolição continua neste século, em Guimarães, o período entre 1940 e 1970 é representativo disso mesmo. Por um lado, foram restauradas a Igreja de S. Francisco (1947), a Igreja de S. Domingos (1962), a Igreja de Nossa Senhora da Oliveira (1970) e algumas construções tardo medievais na Rua da Rainha e Praça Santiago. Por outro lado, foram destruídas a antiga Rua de Santa Cruz, as construções adossadas à muralha e o quarteirão do casario de S. Dâmaso. Contemporaneamente, surge o novo conceito de monumento devido à divulgação da Carta de Veneza de 1964 e a Convenção do Património Mundial da UNESCO de 1972, sobre a Proteção do Património Cultural e Nacional.

Em Portugal, a meados do séc. XX, começa o Inquérito à Arquitetura Popular[79], em Portugal, e o arquiteto Fernando Távora (1923-2005) começa a sua aproximação a Guimarães, originando uma mudança de atitude de intervenção na cidade[80]. Ao mesmo tempo, desenham-se os primeiros conjuntos habitacionais económicos, pelo arquiteto Pedro Ramalho[81] (1937) e através do Plano de Urbanização do arquiteto Arménio Losa[82] (1908-1988). Entretanto, Távora ocupa-se do projeto de adaptação do Mosteiro da Costa a Pousada de Santa Marinha da Costa[83] e do Plano Geral de Urbanização de Guimarães[84], em colaboração com o arquiteto Alfredo Matos Ferreira, abrangendo toda a área urbana até à zona de Pevidém. Com este plano, não deixavam de realçar o valor cultural do centro histórico da cidade, chamando a atenção para a preservação e recuperação do mesmo. O plano incluiu a circular rodoviária, que envolvia a cidade, integrada num corredor "verde", e novas vias de ligação entre esta e a rede viária existente. Deste modo, a cidade expande-se e ganha novos pólos de centralidade, como a Alameda Mariano Felgueiras, junto ao hospital, e a Alameda Alfredo Pimenta, rematada pela esquadra policial[85], desenhada por Távora. Entretanto, outros planos gerais são lançados: para a zona de Caldas das Taipas pelo arquiteto Manuel Fernandes Sá, para a área de Vizela pelo arquiteto Carlos Prata, e para a zona sul de Creixomil pelo arquiteto Sérgio Fernandez.

"(...) plano de síntese no qual se procurou compatibilizar a unidade e a variedade, o geral e o particular, a função e o desenho, a realidade e a imaginação, o passado e o futuro. O passado e o futuro... surge, aqui, para além dos aspectos físicos já referidos e inerentes à dimensão "espaço", a dimensão "tempo". Ela é, com efeito, o grande juiz da validade de um plano, porquanto é a capacidade que este apresenta de previsão do futuro e a adaptabilidade à flutuação das circunstâncias que definem a sua qualidade."[86]

Fernando Távora cit. por Luís Trigueiros

Nos anos 80, a Câmara Municipal de Guimarães funda o Gabinete Técnico Local[87], responsável pela reabilitação urbana do centro histórico da cidade, tendo como diretora a arquiteta Alexandra Gesta, que convida Fernando Távora como colaborador nos projetos. Também, o arquiteto Nuno Portas (1934), colabora como consultor urbanístico da estratégia de intervenção. Tendo em conta toda a destruição e danos causados à zona histórica no século anterior, esta nova equipa valorizava: a contextualização das obras e as intervenções cuidadas nos espaços públicos, o estudo e emprego dos materiais e técnicas construtivas tradicionais, e o apoio técnico necessário aos particulares, questão recente, visto que anteriormente a reabilitação associava-se apenas ao património monumental

79 Primeira iniciativa para o inquérito, em 1949, pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos presidido pelo arquiteto Francisco Keil do Amaral. Inquérito começa em 1955, dividindo-se o país em 6 zonas de trabalho, por um período de 3 meses para cada zona.
80 Tema aprofundado em capítulo próprio posterior.
81 Conjunto habitacional económico na Rua da Associação Artística Vimaranense, entre 1973 e 1982.
82 De 1967, incluía a abertura de novos arruamentos para edifícios de habitação coletiva.
83 Projeto inicia-se em 1972 e inaugura-se a Pousada em 1985.
84 Período entre 1979 e 1986.
85 Obra do período entre 1988 e 1993.
86 Trigueiros, Luís–"Fernando Távora". Lisboa: Ed. Blau, 1993. (Pág. 120)
87 Inicialmente designado de Gabinete do Centro Histórico.

e só agora começava a abranger partes de cidade. São as ações de reabilitação deste gabinete que contribuem para a classificação do centro histórico de Guimarães como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001.[88]

Com os mesmo princípios e no mesmo período, é lançada a Carta de Florença[89] e, em Guimarães, é fundada a associação cívica "A Muralha"[90], que pretende sensibilizar todos para a importância da conservação do património, atualmente em risco de degradação e destruição. A organização torna-se uma ponte de ligação entre as operações municipais e privadas, inclusive a partir de denúncias, protestos e alertas. Entretanto, surge a necessidade de planear para além das zonas consolidadas e pensar todo o território concelhio, disperso e espontâneo, vivia-se um período de crescimento citadino acelerado, o que diminuía a qualidade arquitetónica das novas construções. É o arquiteto Nuno Portas quem toma a iniciativa de estabelecer as Normas Provisórias para o Plano Diretor Municipal, em 1983, todavia só sete anos depois tem início o processo do P.D.M. de Guimarães com a coordenação do arquiteto Miguel Frazão. O plano é aprovado em 1994, ainda assim é considerado tardio face ao desordenamento do território e ao seu atraso comparado com o panorama europeu. A sua elaboração e gestão é feita em consonância com a Resolução Relativa à Arquitetura Contemporânea[91], divulgada no mesmo ano em que Nuno Portas criava as normas provisórias. Ambos pretendem alargar a qualificação patrimonial a todo o concelho, apoiando-se nos aspectos paisagísticos, arquitetónicos e urbanos. Desta forma, deviam estabelecer-se áreas de reserva, proteção e salvaguarda e criar-se critérios edificatórios e de elaboração de planos a escalas mais reduzidas.

Os projetos do séc. XX fecham com a inauguração do Teleférico[92] que liga a cidade ao Santuário da Penha, e iniciam o séc. XXI com a inauguração do Pavilhão Multiusos de Guimarães. Em 2004, com a realização do Campeonato Europeu de Futebol em Portugal, Guimarães é uma das cidades escolhidas para acolher o evento e, deste modo, realiza alguns arranjos urbanísticos na zona envolvente ao Estádio D. Afonso Henriques, também alvo de remodelação. Em 2012, Guimarães foi Capital Europeia da Cultura[93], originando uma série de remodelações, intervenções e novos projetos na cidade, principalmente nas zonas mais degradadas da cidade, como o núcleo de Couros, e em edifícios ao abandono, em maior número, fábricas sem uso. Destaca-se o projeto para a área do antigo Mercado Municipal, que agora passa a Plataforma das Artes e Criatividade, contendo o novo edifício Centro de Arte Contemporânea José de Guimarães, projeto do gabinete de arquitetura Pitágoras. Os espaços públicos da cidade, sofrem também remodelação, salientando-se o Projeto de Requalificação Urbanística do Centro de Guimarães[94], da arquiteta Maria Manuel Oliveira, incluindo o Largo do Toural, a Alameda de S. Dâmaso e a Rua de Santo António.[95]

"Guimarães é muita atenta às suas obras, o que me parece bastante saudável, aliás. É importante que as pessoas sejam críticas em relação ao que acontece na cidade, atitude que testemunha o exercício da cidadania, fundamental quando o espaço público é intervencionado."[96]

Maria Manuel Oliveira cit. por Nuno Miguel Borges

....

88 Este tema é aprofundado em capítulo próprio posterior.
89 Sobre a salvaguarda de jardins históricos, pelo ICOMOS, em 1981.
90 Fundada em 1981, a organização atua mediante visitas guiadas, colóquios, conferências, exposições, inquéritos, levantamentos, vídeos, boletins periódicos, publicações de especialidade, através da imprensa, rádio e televisão.
91 Pelo Conselho da Europa em 1983.
92 A 11 de Março de 1995.
93 Escolha, em primeiro lugar, do Governo Português e, posteriormente, do Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia. Junta-se a Guimarães, a cidade de Maribor, na Eslovénia.
94 Projetado apresentado em 2011, tendo a colaboração da artista Ana Jotta.
95 Este tema é aprofundado em capítulo próprio posterior.
96 Borges, Nuno Miguel – "Renovação Praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e rua de Santo António : Guimarães 2010-2012". Porto: 2012. (Pág. 42)

2.2. HABITAÇÃO TÍPICA DO CENTRO HISTÓRICO

2.2.1. EVOLUÇÃO DA TIPOLOGIA HABITACIONAL

"Neste centro histórico ainda se pode fruir a história e a atmosfera medieval dos primórdios da nacionalidade.
O seu urbanismo intramuros conserva as ruas estreitas e tortuosas delineadas nos séculos XIV e XV. A malha gótica sobreviveu aos conceitos higienistas mais modernos, que tendencialmente levariam à demolição de certos quarteirões e à racionalização de espaços para conferir mais sol, luz e ar ao tecido medieval."[97]

António Lino cit. por João Paulo Sacadura

Praticamente nada nos resta das casas do tempo em que Guimarães ainda se formava como duas vilas, não existem estudos arquitetónicos, as alterações funcionais, construtivas e sociais acrescentam-se à provável pouca durabilidade das construções. Depreende-se apenas que estas construções se ordenariam pelo parcelamento rural que mais tarde viria a originar o urbanismo característico medieval, encobrindo o passado. A construção e ordenamento urbano seriam influenciados, essencialmente, pela dificuldade construtiva, pelos custos e pela economia de terreno. Estas dificuldades, justificam a altura máxima de 2 pisos das habitações e a estreiteza dos lotes, em que a profundidade poderia ser três vezes maior que a largura da habitação. Todavia, existia a diferença entre a casa corrente e as residências mais prestigiadas. Estas últimas construídas em materiais mais duradouros e resistentes, como o granito e a telha, na cobertura. Por enquanto que a casa corrente se construía em materiais menos fiáveis, mas mais acessíveis, como a madeira, o adobe, a palha, o barro e o colmo, na cobertura.

O processo de transformação, foi evoluindo gradualmente, sem cortar definitivamente com o parcelamento primitivo rural. Existiam conjuntos de estrutura fechada, em que as casas se dispunham sem intervalo, valorizando a referida economia de terreno, como outros casos, em que a habitação se isolava em lotes autónomos. A vila tornava-se labiríntica, formada por saliências, recuos e intervalos, decorrentes da falta de planeamento. É a partir da criação de novas ruas, entre os séc. XIV e XV, que surge a intenção de regularizar lotes e casas, isto fora do recinto amuralhado.

Em finais do séc. XV, inícios do séc. XVI, surge a tipologia de casas nobres intramuros, expandindo-se extramuros a partir do séc. XVIII, para zonas ainda em desenvolvimento, o que lhes possibilita dimensões maiores e diversidade no desenho em planta. Construídas em pedra, contrariamente à casa comum que continua característica pela sua diversidade de materiais construtivos, embora se tenha normalizado a sua construção, durante o séc. XVI, para o modelo: piso térreo em pedra, pisos superiores em madeira, taipa e tijolo, e cobertura em colmo. Só no séc. XVII, passa a ser obrigatória a substituição do colmo por telha. Esta mudança no sistema construtivo, deve-se à nova tipologia designada de casa burguesa, correspondente ao novo mercador abastado, que agora tem posses para usar o granito nas suas habitações, na maioria dos casos era usado apenas no piso térreo, todavia também, existiram casos em que era utilizado nos dois primeiros pisos, sendo, em ambos os casos, os pisos superiores em taipa. Também, no séc. XVII, surgem as chamadas casas filipinas, espalhadas pela zona antiga, compostas por três pisos: o rés-do-chão em pedra, seria a loja, e os dois pisos superiores em taipa, seriam a habitação. Assim, neste século, a habitação corrente tende a estabilizar-se em três pisos, embora continuem a existir casas de apenas um ou dois pisos. As casas medievais vão sendo substituídas por estas novas tipologias, mantêm a dimensão dos lotes, mas vão crescendo em altura.

....

97 Sacadura, João Paulo – "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006. (Pag.11)

"O tecido urbano foi reformulado respeitando a estrutura mais antiga, gótica, obrigando aos avançados nas casas para conquistar mais espaço sem obstruir as já estreitas vias. As casas, que seriam térreas de madeira ou de pedra, crescem organicamente em altura, com novos pisos."[98]

António Lino cit. por João Paulo Sacadura

Com a expansão extra muros da vila e o adensamento do espaço interior à muralha, a construção dentro da área do centro histórico estagna e este modelo da casa corrente tem alguma continuidade fora de muros, principalmente na envolvente à zona de Couros, antiga zona industrial de curtumes. Na passagem para o século XIX, começa a alastrar-se o revestimento de fachadas a azulejo[99], tornando-se este num novo elemento de revalorização urbana, bem como os soletos de ardósia, também nas empenas, e a tendência para a pedra ir substituindo a taipa nos pisos superiores. As casas nobres afirmam-se, fora e dentro de muros, graças ao desenvolvimento económico consequente da vinda de ouro do Brasil e da apropriação desonesta de terras por parte dos senhores poderosos. Deste modo, a pedra é o material mais utilizado, no séc. XVIII, época em que se calceta todas as vias de Guimarães e em que se procura regulamentar os edifícios e, principalmente, as frentes urbanas, a partir da regularização dos alçados. Para além de nova legislação, após pedido à Rainha que validasse todos os projetos da cidade, esta nomeia um Juiz de Fora para o efeito, destacando a decência e comodidade dos habitantes.

No séc. XIX, continuam a construir-se mais casas nobres, no entanto, a distinção entre casa nobre e casa burguesa começa a diluir-se. Lado a lado, o que as distingue são as pedras de armas, de resto as dimensões e desenho de alçado são idênticas. Nova tipologia nasce neste período, o palacete burguês, correspondente aos donos das fábricas de curtumes. Distinguem-se pela ligação entre a habitação e o equipamento industrial, mantendo um cuidado de desenho a salientar. O conceito neoclássico começa, também, a fazer-se sentir nesta época na cidade, com habitações novas dentro do estilo na nova Rua de Santo António e na zona norte do Terreiro de São Francisco. De acordo, várias casas nobres sofrem remodelação neoclássica, como a Casa do Arco na Rua de Santa Maria.

Iniciado o séc. XX, inaugura-se a rede de iluminação elétrica e o abastecimento de água canalizada à cidade. A meados do século, fazem-se os primeiros trabalhos de construção da rede de saneamento, definem-se as zonas protegidas da cidade e inauguram-se bairros para operários e bairros económicos. A acrescentar, o ecletismo e revivalismo oitocentistas estão marcados nas novas casas nobres, palacetes urbanos e habitações burguesas. Nas zonas recentemente urbanizadas, a dimensão dos lotes e número de pisos é diversificada, destacando-se o moderno prédio de quatro andares, projetado pelo arquiteto Arménio Losa (1908-1988), para o gaveto entre a Avenida Conde Margaride e a Rua de São Gonçalo. Ao longo do século, o Estado novo impulsionou a construção de bairros económicos, a criação de uma Comissão Estética, e, posteriormente o arquiteto Sequeira Braga, de ficar encarregue da apreciação de todos os projetos que interferissem na cidade e seus conjuntos de valor arquitetónico, antes de autorizar as obras. A partir dos anos 30 e 40, a tendência geral reincidia na tipologia de rés-do-chão e primeiro andar.

Após esta exposição da evolução construtiva habitacional da cidade de Guimarães, entende-se que a habitação considerada típica do centro histórico, e que chega aos nossos dias, é resultado das transformações que foi sofrendo desde a idade medieval por alterações de carácter construtivo, económico, social e de mão de obra, que se foi qualificando ao longo do tempo. Todavia, alguns

....

98 Sacadura, João Paulo – "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006. (Pag.12)
99 Pensa-se que esta influência vinha do Brasil para a zona norte do país, zona de maior emigração.

aspetos foram seguindo os padrões antigos: a dimensão dos lotes manteve-se, os materiais utilizados, postos de uma ou de outra forma, num piso ou noutro, sempre foram a pedra e a madeira, tal como o desenho do alçado sempre se associou à função interior do espaço e à relação que este pretendia com o exterior.

2.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL E CONTEXTUALIZAÇÃO

"As casas mais típicas e antigas ostentam um piso térreo de pedra, de origem trecentista, ao qual, nos anos de quinhentos, em pleno manuelino e renascimento, época em que se deu um novo impulso de crescimento e renovação urbana, se sobrepõe uma estrutura mais leve de alvenaria dividida por tabique. Desenvolveu-se então este tipo singular de construção que associa o granito à "taipa de rodízio" e "taipa de fasquio". "[100]

António Lino cit. por João Paulo Sacadura

Na época medieval, supõe-se que a construção utilizava materiais perecíveis como: a madeira, o adobe, a palha, o barro e o colmo. A organização interna não devia ser muito diferenciada, e o alçado refletia isso mesmo, compondo-se, essencialmente, por uma porta de entrada e uma ou duas janelas ou frestas, para garantir, no mínimo, alguma iluminação para o interior. Só no séc. XVI, é que os materiais construtivos se focam na pedra, madeira, tijolo e colmo. No século XVII, a habitação comum caracteriza-se pela obrigatoriedade de usar telhas nas coberturas, pela variedade de disposição de vãos e de elementos decorativos, e pela estabilização da altura das edificações nos três pisos. Geralmente, o rés-do-chão seria a loja, e os dois pisos superiores a habitação. Um exemplar destas casas seiscentistas é a conhecida Casa da Rua Nova, em que o arquiteto Fernando Távora participou na sua recuperação. Esta é prova do trabalho cuidado das madeiras nos dois pisos superiores com ressalto sobre a rua e do emprego do granito no piso do rés-do-chão com duas portas. A partir do séc. XVIII, intensifica-se o uso da pedra na construção, começando inclusive a ser empregue pedra retirada das muralhas. Deste modo, em termos gerais, e como já foi referido anteriormente, o piso térreo ou mais um piso, das casas típicas do centro histórico de Guimarães, seriam construídos em granito e os restantes pisos superiores, feitos ao mesmo tempo ou posteriormente acrescentados, utilizariam a taipa e o tijolo para a sua construção.

Não é correto, nem possível, afirmar-se uma origem específica, para este sistema construtivo, nem estabelecer influências concretas que tenham levado à sua evolução até ao modelo que se apresenta hoje. As fontes documentais são poucas, dada a falta de registos técnicos acerca da construção em Portugal, apenas recentemente começaram a fazer-se estudos, nesta e noutras áreas, que juntos levam a algumas suposições ou deduções lógicas. As construções do centro histórico de Guimarães, bem como por todo o país, surgem dos primeiros povos a fixar-se na zona e foram evoluindo a partir daí. As construções antigas de que há documentação, são atribuídas a mestres pedreiros que seriam os seus autores e projetistas, por vezes em conjunto com o proprietário da habitação. Desde o início, a escolha dos materiais estaria relacionada com aqueles que a mão de obra estivesse apta para trabalhar e fossem mais acessíveis na envolvente à povoação, em Guimarães, a montanha da Penha seria uma enorme fonte de madeira e granito. A maior ou menor durabilidade e vulnerabilidade das construções, foram e são condições impulsionadoras de evolução, levando a adaptações a novas técnicas, para além das influências sociais, económicas e culturais.[101]

....

100 Sacadura, João Paulo – "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006. (Pag.11 e 12)
101 Exemplo da cidade de Londres, sendo a maioria das construções em madeira na cidade, no ano de 1666, um grande incêndio espalhou-se facilmente, ardendo toda a City of London. Fica conhecido como Great Fire of London e leva a uma total reconstrução e planeamento da cidade de Londres.

Fig. 16 e 17 - Construções típicas do Centro Histórico de Guimarães, Património Cultural da Humanidade. Mais precisamente na secular Praça de Santiago onde é possível apreciar as casas medievais, no geral, com o primeiro piso em alvenaria de granito e os restantes em estrutura de madeira.

16

17

Fig. 18 e 19 - Casas típicas da cidade do Porto, na zona de Miragaia e Ribeira. Também Património Cultural da Humanidade, aqui continua a ver-se a estrutura em madeira nos pisos superiores da habitação, embora por vezes o granito apareça em toda a fachada principal.

18

19

Fig. 20 e 21 - Construções medievais francesas mostram a estrutura de madeira preenchida com tijolo burro, semelhantes às paredes de taipa de rodízio do Centro Histórico de Guimarães. Estas estruturas por vezes são deixadas à vista, outras vezes revestidas a argamassa nas zonas dos tijolos e a madeira deixada à vista.

20

21

Fi. 22 - Estrutura de parede de fachada em taipa de rodízio, na reabilitação de um edifício do Centro Histórico vimaranense.

Fig. 23 - Exemplo de estrutura de parede das construções típicas medievais francesas.

22

23

No que diz respeito a partilhas de conhecimento construtivo, a construção típica de Guimarães, tem maiores semelhanças com as edificações do centro histórico da cidade do Porto. É possível a troca de influências entre as duas cidades na época medieval, tendo em conta, a, já referida, posição estratégia de Guimarães no que concerne ao cruzamento de ligações entre o interior e a costa litoral, incluindo a ligação Guimarães – Porto na principal rota de mercadorias da época. Do Porto, poderão também ter vindo influências inglesas, fruto da comunidade inglesa que cedo lá se instalou, trazendo a janela de guilhotina e a platibanda. No essencial, as características gerais das casas da cidade do Porto e as casas do centro histórico de Guimarães são:

- Até ao séc. XVII, as alturas variam maioritariamente entre um a três pisos;
- Profundidade no mínimo duplica a largura da frente, evoluindo com o passar do tempo para o triplo da largura ou mais;
- Função utilitária da casa, enquanto espaço comercial no piso térreo e residência nos pisos superiores;
- Noção medieval do habitar - pouca especialização e compartimentação;
- Escadas de um ou dois lanços, em geral a meio da profundidade das casas;
- A caixa de escadas é toda construída em estrutura de madeira;
- Estreiteza da construção deriva das medidas máximas das vigas de madeira de suporte dos pisos superiores;
- A alvenaria de granito nas paredes do rés-do-chão e de meação;
- As paredes das fachadas nos pisos superiores podem ser em alvenaria de granito ou em tabique com ressalto sobre a rua para ganhar mais espaço interior;
- As paredes interiores são em tabique apoiadas nas vigas de madeira;
- As paredes correspondentes às fundações têm maior espessura;
- Telhados de duas ou quatro águas, sendo a maioria de duas águas;
- A estrutura de suporte do telhado e claraboias são todas em madeira;
- Todas as caixilharias típicas são em madeira, apoiando os vãos em prumos no seguimento das vigas do pavimento;
- O alçado relacionava-se com o sistema construtivo e função interior;
- Fachadas revestidas a rebocos à base de argamassas de saibro e cal, com acabamento estucado, pintado ou revestidas a azulejos, mais recentemente;
- Paredes de meação, por vezes, revestidas a soletos de ardósia ou chapa zincada ondulada;

Uma diferença a salientar entre as construções das duas cidades, é o uso da taipa de rodízio na cidade de Guimarães, o que não é usual nas casas portuenses. Esta é um estrutura de parede composta por tabique e tijolo burro a preencher os espaços, chama-se rodízio, literalmente pelo sentido da palavra, é uma mistura de materiais que conforma a parede. Não se sabe ao certo o porquê de em sistemas tão idênticos, numa cidade ser frequente o uso da taipa de rodízio e na outra não, supõe-se duas situações possíveis: no Porto existem alguns exemplos antigos mas com o tempo rejeitaram este sistema, presume-se, pelo custo mais elevado que a parede de tabique e em Guimarães poderão ter existido influências da construção típica medieval francesa, possivelmente trazida pelos franceses[102] que chegaram à vila no séc. XI com o conde D. Henrique. A construção típica medieval francesa inclui este tipo de parede, embora com algumas particularidades próprias, mas mantendo o uso da madeira nos prumos e espadado e o tijolo burro como preenchimento dos espaços. Distingue-se por deixar, na maioria dos casos, os elementos principais de madeira à vista, cobrindo com argamassa espaços preenchidos pelos tijolos. Contudo, existem casos em que é tudo deixado à vista, madeira e tijolo.

102 Como referido em capítulo anterior: fixam-se na Rua dos Francos e começam a edificar a Capela de S. Tiago da Praça.

Fig. 24 - Vista da cidade de Guimarães no ano de 1898: em primeiro plano a construção da estação ferroviária, em segundo a abertura da nova avenida e em terceiro plano o Palácio de Vila Flor ainda a meio da sua edificação.

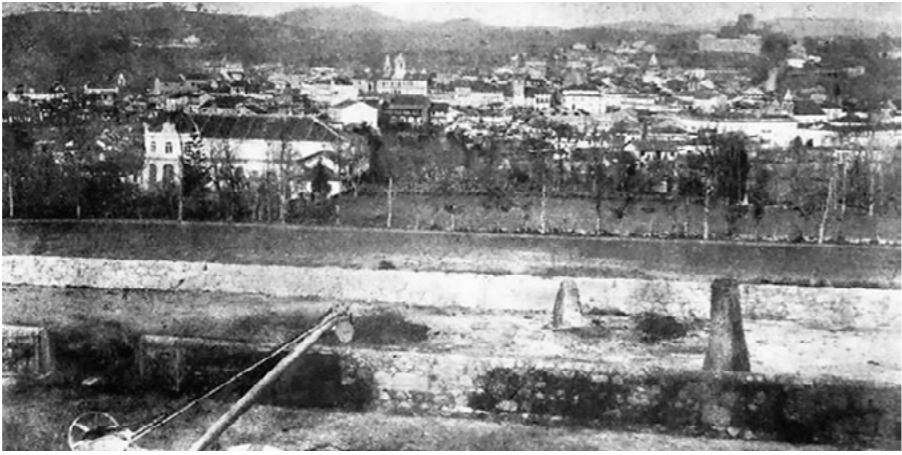



Fig. 25 - Guimarães em 1934: destacam-se o Castelo, o Paço dos Duques ainda em remodelação e a antiga construção dos Paços Municipais do arquiteto Marques da Silva depois demolidos.

Fig. 26 - A cidade no início do século XX, em que as construções industriais começam a ter mais presença na cidade.

Fig. 27 - Fotografia aérea da cidade no início do século XXI: a urbanização é agora muito mais dispersa, continuando a destacar-se o Parque do Castelo e Paço Ducal, bem como outras construções de maior dimensão, por exemplo o Estádio D. Afonso Henriques ou as grandes avenidas e espaços verdes.

2.3. INTERVENÇÃO NO EDIFICADO: MUDANÇAS NA FORMA DE PENSAR

2.3.1. MOMENTOS CHAVE, PERDAS E MUDANÇAS

"(...) tendência em voga no séc. XIX, que consistia em "limpar" as praças e largos através do apeamento e demolições insensatas e levar para os museus as peças provenientes das "limpezas"."[103]

J. Casimiro Ribeiro, O Jornal

Como já foi feita referência, no capítulo referente à evolução urbana da cidade, Guimarães teve vários momentos chave de transformação e expansão, uns vantajosos para o seu desenvolvimento e progresso, outros nem tanto, resultando em perdas irreparáveis para a memória da cidade. Estas foram, de facto, causadas por uma "tendência em voga no séc. XIX", começam já no século anterior com intenções de transmitir uma imagem diferente da cidade, fazendo a tal espécie de "limpeza". Era a procura de modernização e expansão da cidade, sem se afastar do centro urbano, a causa de demolições de todo o tipo de construções, fosse para abrir uma nova rua ou grande avenida, para construir novos edifícios, para libertar espaço junto dos monumentos considerados mais importantes, para fazer novos jardins à escala moderna... Qualquer motivo se sobrepunha ao pensamento de preservação do nosso património, demolia-se e construía-se de novo à maneira moderna. Esta postura alimenta-se até meados do séc. XX, altura em que se vive o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal e que o arquiteto Fernando Távora (1923-2005) se começa a aproximar da cidade.[104]

"O "Inquérito à arquitectura regional portuguesa" revelou a existência de numerosos valores mais ou menos humildes do nosso espaço antigo; mas, mais do que a sua existência, impressionou os inquiridores a rapidez com que ao longo da realização do inquérito, tal espaço se ia adulterando e haverá que convir em que mais se não tem alterado e destruído por efeito puro e simples de uma carência económica que não permite estragar mais depressa e com maior intensidade."[105]

Fernando Távora

O presente capítulo pretende mostrar algumas destas transformações, as consideradas mais relevantes, comparando-as ao panorama atual, por meio de fotografias e gravuras apresentadas de seguida.

103 Ribeiro, J. Casimiro – "Recuperação e revitalização do Centro Histórico de Guimarães". O Jornal - AMAP. (23/03/1989).
104 Este tema é aprofundado em capítulo próprio posterior.
105 Távora, Fernando – "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006. (Pág. 59)

Fig. 28 - Castelo de Guimarães, em 1845, com casa agora desaparecida muito próxima.

Fig. 29 - Em 1908, vê-se uma antiga rua de casas na atual zona verde do Parque do Castelo.

28

29

Fig. 30 - Vista a partir da zona das Quintãs para o Castelo, no ano de 1926, onde é possível ver ao fundo todo o casario que foi demolido junto ao Castelo, para formar o parque verde.

Fig. 31 - Em 1938, vista da antiga Rua de Santa Cruz como um "comboio" de casas, agora tudo demolido e transformado no Parque do Castelo.

30

31

Fig. 32 - Desaparecida Rua de Santa Cruz em 1947, com as construções típicas de alvenaria de granito no rés do chão e estrutura de madeira nos pisos superiores.

32

Fig. 33 - Casas demolidas da antiga Rua de Santa Cruz com o Paço dos Duques em remodelação como plano de fundo.

33

34

35

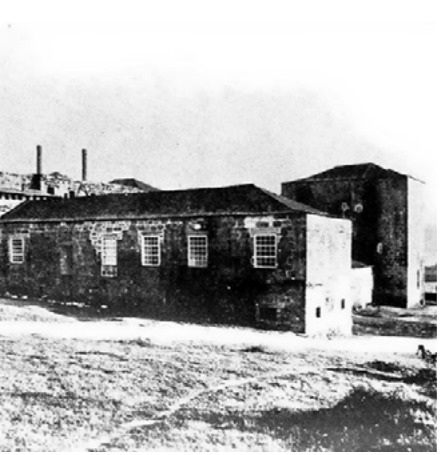



Fig. 34 - Fotografia dos Paços dos Duques em 1890, altura em que já estava em remodelação, vê-se a construção das chaminés ao fundo e a fachada original de apenas um piso em primeiro plano.

Fig. 35 - Vista lateral do Paço dos Duques em 1920, nos seus traços originais.

36

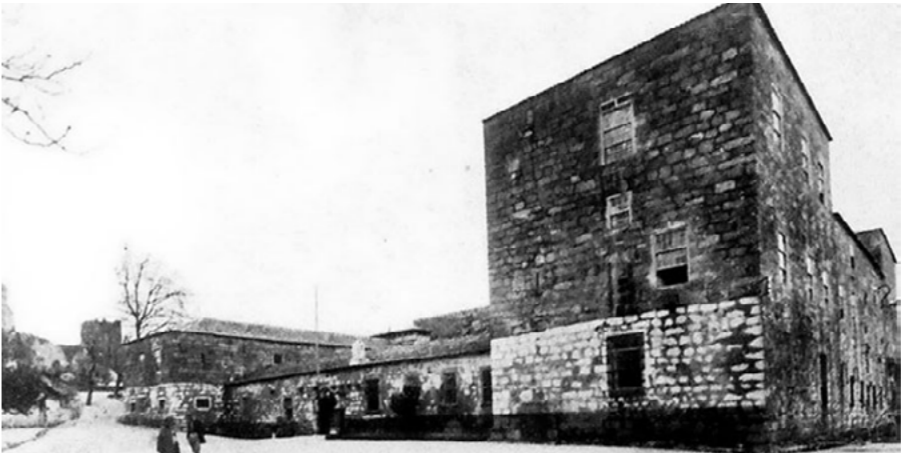



Fig. 36 - Fachada principal do Paço dos Duques em 1915, ainda sem remodelação começada.

37

Fig. 37 - Fachada principal do Paço dos Duques em 2013. É possível comparar com a foto anterior e entender as diferenças introduzidas pela remodelação do arquiteto Rogério de Azevedo.

38

Fig. 38 - Fotografia aérea do Parque do Castelo e Paço dos Duques, no início do séc. XX. Zona da antiga Rua de Santa Cruz e outras ladeadas de algumas das mais antigas casas de Guimarães, todas demolidas para criar o parque verde envolvente aos monumentos mais importantes da cidade.

Fig. 39 - Fotografia de 1900, com todo o casario demolido no antigo Largo do Carmo, do lado direito.

39

Fig. 40 - Vista do Largo do Carmo, em 1900, também com a corrente de casas demolidas do lado direito do Largo.

Fig. 41 - Fotografia de 2014, do antigo Largo do Carmo, atual Largo Martins Sarmento, em que se vê do lado direito o Convento do Carmo e o início do parque verde do Castelo, onde se situava o casario presente nas fotos anteriores.

40 41

Fig. 42 - Rua de Serpa Pinto no ano de 1956, onde ainda existia o portal para a antiga Rua do Sabugal que atravessava o atual parque verde do Castelo.

Fig. 43 - Rua de Serpa Pinto em 2014, vista do mesmo ponto da fotografia anterior.

42 43

Fig. 44 - Antiga Rua do Sabugal em 1956, demolida para a criação do Parque do Castelo.

Fig. 45 - Fotografia do início do séc. XX da Rua de Serpa Pinto, onde ainda se vê do lado direito ao fundo o pano de muralha destruído para a abertura da rua.

44 45

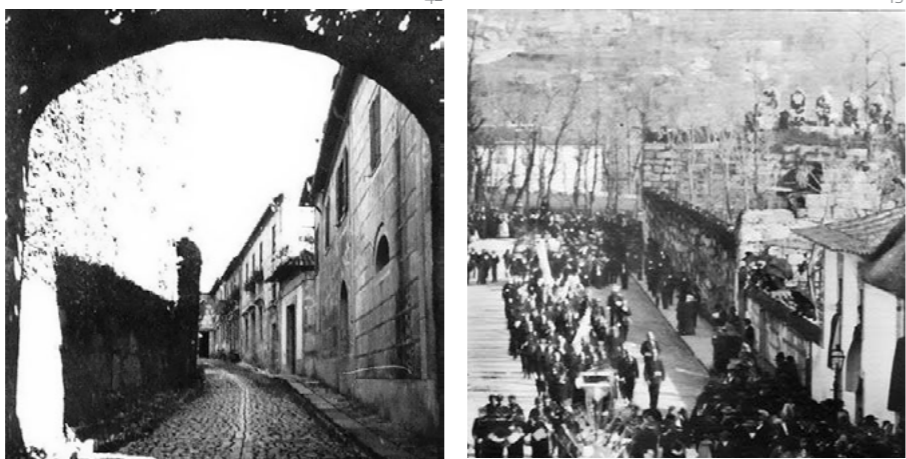



Fig. 46 - Fotografia de 1922, em que se vê o pano de muralha destruído para abrir a cidade à sua futura expansão a este.

Fig. 47 - Vista a partir da atual Praça da Mumadona, em 1948, onde ainda se vêm em plano de fundo as casas da demolida Rua do Sabugal.

46 47

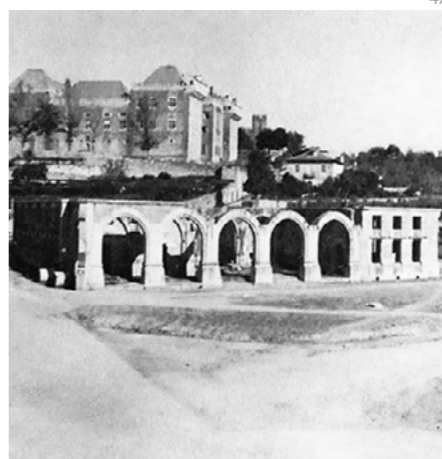



Fig. 48 - Construção dos Paços Municipais de Marques da Silva na Praça da Mumadona, em 1948 e as novas avenidas traças na expansão citadina.

Fig. 49 - Construção parada dos Paços Municipais aguarda demolição.

48 49

Fig. 50 - Praça da Mumadona em 2014, com o Palácio da Justiça, obra de Luís Benavente, e o novo parque de estacionamento subterrâneo, desenhado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira.

50

Fig. 51 - Vista a partir da Praça da Mumadona, em 2014, onde se vê o parque verde dos Paços dos Duques e do Castelo.

51

Fig. 52 - Meados do séc. XX, vista da Avenida Alberto Sampaio em direção à Praça da Mumadona. Ainda se vê a antiga Torre e Capela da Senhora da Guia, com casas entretanto demolidas à esquerda.

52

Fig. 53 - Capela da Senhora da Guia em 2014.

Fig. 54 - Vista do Largo República do Brasil em 2014, antigo Campo da Feira.

53

54

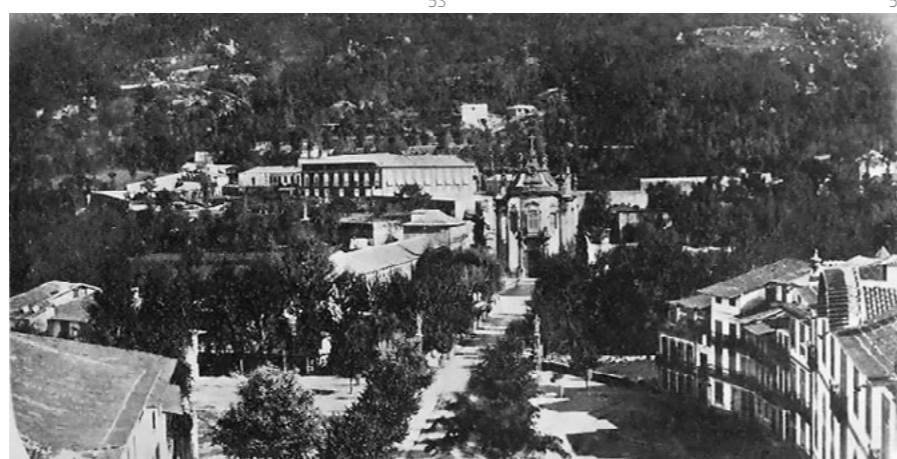
Fig. 55 - Fotografia tirada entre 1860 e 1870 do Campo da Feira com o casario antigo demolido do lado direito para abrir a Alameda de S. Dâmaso. A Igreja da Irmandade dos Santos Passos ainda sem as duas torres ao fundo.

55

Fig. 56 - Campo da Feira no início do século XX como uma rua ao meio e área arborizada do lado direito.

Fig. 57 - Campo da Feira em 1930, já arranjado junto à igreja e com o casario demolido e antigo Teatro D. Afonso Henriques do lado direito .

56

57

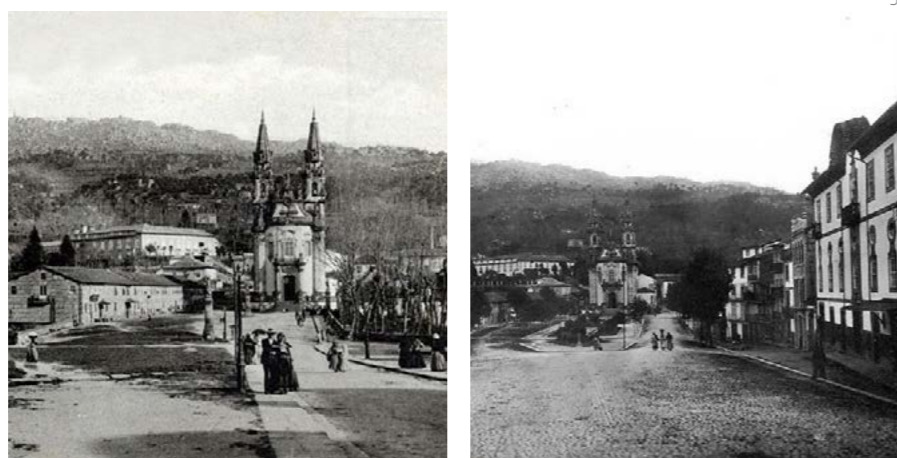



Fig. 58 - Fotografia de 1954 da antiga Rua de S. Dâmaso, demolidas as casas do lado esquerdo para abrir a Alameda de S. Dâmaso.

58

Fig. 59 - Igreja de S. Dâmaso em 1947, ainda na antiga Rua de S. Dâmaso. Antes de ser removida para o Campo de S. Mamede.

Fig. 60 - Vista do antigo quarteirão de S. Dâmaso em 1950, antes de ser demolido.

59

60

Fig. 61 - Rua e Igreja de S. Dâmaso em 1950.

61

Fig. 62 - Largo de D. Afonso Henriques e quarteirão de S. Dâmaso ao fundo antes de serem transformados no espaço público da Alameda de S. Dâmaso. Em primeiro plano, no chão em terra vê-se a marca da demolida Igreja de S. Sebastião.

Fig. 63 - Fotografia de 2014 da Alameda de S. Dâmaso arborizada e desenhada como espaço de estar e de passagem, no âmbito da Capital Europeia da Cultura, pela arquiteta Maria Manuel Oliveira.

62

63

Fig. 64 - Largo D. Afonso Henriques arborizado em 1928, onde ainda se vê ao fundo o quarteirão de S. Dâmaso entretanto demolido.

Fig. 65 - Nova reforma do Largo D. Afonso Henriques, em meados do século XX, antes de passar a Alameda de S. Dâmaso e se demolir o quarteirão de S. Dâmaso ainda ao fundo na fotografia.

64

65

Fig. 66 - Vista de 1880 do Largo do Trovador para o Largo D. Afonso Henriques e ao fundo o espaço do Largo do Toural, onde ainda existia a Igreja de S. Dâmaso entre os dois espaços, entretanto demolida.

Fig. 67 - Fotografia que data de entre 1865 e 1870: vista do Largo do Toural em que ainda se vê a Igreja de S. Sebastião ao fundo e o chafariz quinhentista no Largo.

66

67

Fig. 68 - Fotografia de 1913 do pano da muralha entre o Largo do Toural e a Alameda de S. Dâmaso coberto com publicidade da época.

Fig. 69 - Fotografia de 2014 com o mesmo pano de muralha da imagem anterior, agora recuperado e com a inscrição da cidade de berço: "Aqui Nasceu Portugal".

68

69

Fig. 70 - Em 1935 o mesmo pano de muralha já estava recuperado e tinha um pequeno quiosque em frente. Ainda se vê ao fundo o antigo quarteirão de S. Dâmaso.

70

71

Fig. 71 - Fotografia que data de entre 1896 e 1908: vista para o Largo do Toural em que se vê a muralha coberta de publicidade do lado esquerdo e o edifício demolido para a construção de outro no estilo moderno do lado esquerdo.

72

73

Fig. 72 - Edifício demolido no Largo do Toural em fotografia de entre 1896 e 1900.

Fig. 73 - Fotografia de 2014 do edifício construído que integra a Caixa Geral de Depósitos.

74

75

Fig. 74 - Largo do Toural em 1888, cercado e arborizado.

Fig. 75 - Largo do Toural enquanto Praça de D. Afonso Henriques, na primeira metade do século XX, com a estátua ao centro e desenho de jardim em volta.

76

77

Fig. 76 - Largo do Toural já com fonte ao centro e rodeada de automóveis em meados do séc. XX.

Fig. 77 - Largo Toural em 2014, após a intervenção no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012, pela arquiteta Maria Manuel Oliveira, torna-se um espaço amplo com apenas uma zona arborizada de sombra e de estar num canto.

Fig. 78 - Vista do Largo do Toural em que se vê a antiga Igreja de S. Paio entretanto demolida.

78

Fig. 79 - Igreja de S. Paio em 1915.

Fig. 80 - Frente da Igreja de S. Paio em 1915.

79

80

Fig. 81 - Demolição da Igreja de S. Paio entre 1915 e 1916.

81

82

Fig. 83 - Fotografia de 1915 de casa no antigo Largo dos Açougues, atual Largo A.L. De Carvalho. Via-se a típica construção em alvenaria de granito no piso do rês do chão e os pisos superiores em estrutura de madeira com ressalto sobre a rua.

Fig. 84 - Fotografia de 2014 da mesma casa da imagem anterior, reabilitada e onde se mantêm alguns dos seus traços originais.

83

84

Fig. 85 - Largo Condessa do Juncal em meados do século XX.

85

Fig. 86 - Vista para o Largo Condessa do Juncal em 2014.

Fig. 87 - Vista interior do Largo Condessa do Juncal em 2014, decorrente da intervenção do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L..

86

87

Fig. 88 - Largo de João Franco na primeira metade do séc. XX, arborizado nos seus dois lados maiores e com a nobre Casa Mota Prego como remate ao fundo.

88

Fig. 89 - Largo de João Franco em meados do séc. XX, já com novo arranjo de jardim ao centro e a Casa dos Coutos à direita, entretanto reabilitada para Tribunal da Relação de Guimarães pelos arquitetos do G.T.L..

Fig. 90 - Largo de João Franco em 2014, na perspetiva contrária á fig.88. Largo redesenhado pelo arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L., Rematado ao fundo pela Igreja e Santa Casa da Misericórdia de Guimarães.

89

90

Fig. 91 - Fotografia do início do séc. XIX em que se vê a Igreja de N. Srª da Oliveira ainda com os óculos circulares no seu alçado principal, o Padrão do Salado e a Oliveira milagrosa cercados por gradeamento. Nota-se que nesta zona o Largo tinha um desnível que era vencido por escadas como se vê no canto inferior direito da fotografia.

Fig. 92 - Vista da Igreja de N. Srª da Oliveira em 186 ainda com o antigo tanque adossada à torre da igreja e o padrão e entrada na igreja gradeada.

Fig. 93 - Fotografia de 2013 do Largo da Oliveira, onde a Igreja perdeu os seus óculos circulares, o tanque adossado à torre e nada está cercado por grades.

Fig. 94 - Largo da Oliveira em 1937, sem a oliveira que terá sido vandalizada e sem grades em torno do padrão e entrada na igreja. O desnível vencido por escadas mantém-se à direita e à esquerda vê-se os antigos Paços Municipais em alvenaria de granito à vista.

Fig. 95 - Paços Municipais vistos do Largo da Oliveira em 1890.

Fig. 96 - Paços Municipais em 2014, vistos do Largo da Oliveira.

Fig. 97 - Praça de Santiago em 1938, com desenho de jardim ao centro e á direita a passagem para o Largo da Oliveira por baixo dos antigos Paços Municipais,

Fig. 98 - Desenho de 1835, por Carlos van Zeller, da antiga Capela de S. Tiago, entretanto demolida.

Fig. 99 - Vista a partir do piso térreo dos antigos Paços Municipais para a Praça de Santiago, em 1942.

Fig. 100 - Praça de Santiago em 2014, após a intervenção do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L..

Fig. 101 - Fotografia de 2013 da Praça Santiago voltada para o edifício dos antigos Paços Municipais e passagem para o Largo da Oliveira.

Fig. 102 - Fotografia de 2013 da Praça de Santiago, onde é possível apreciar a intervenção do arquiteto Fernando Távora e do G.T.L., com a colocação da fonte e arborização num extremo da praça, uma outra árvore no outro extremo ao fundo como remate da rua e a marcação da antiga Capela de S. Tiago demolida.

Fig. 103 - Fotografia de 1934 da antiga zona dos Palheiros com o casario entretanto demolido,

Fig. 104 - Zona dos Palheiros em 1939, com a abertura da atual Avenida General Humberto Delgado.

103

104

Fig. 105 - Demolição em 1939 do pano de muralha e casas existentes na zona dos Palheiros para a abertura da nova Avenida General Humberto Delgado e construção de casas modernas.

105

Fig. 106 - Vista do cimo da Avenida General Humberto Delgado em meados do séc. XX, aquando da construção de novas habitações de estilo moderno.

106

Fig. 107 - Vista do ponto mais baixo da Avenida General Humberto Delgado em meados do séc. XX.

Fig. 108 - Avenida General Humberto Delgado em 2014, vista do mesmo ponto da imagem anterior.

107

108

109

Fig. 109 - Rua de Santo António na primeira metade do séc. XX, onde se vê ao fundo à direita as antigas construções demolidas para refazer ao jeito moderno.

110

111

Fig. 110 - Antigo Palacete de Minotes em 1927, demolido para fazer nova construção moderna.

Fig. 111 - Obras de demolição do Palacete de Minotes e casas adjacentes em 1958.

112

Fig. 112 - Vista de 1958 para a Rua de Santo António antes das demolições.

113

114

Fig. 113 - Fotografia de 2014 no Largo Navarros de Andrade, com vista para o edifício moderno construído no lugar do Palacete de Minotes e casas adjacentes.

Fig. 114 - Fotografia de 2014 do mesmo edifício da imagem anterior, que alberga os Correios de Guimarães.

Fig. 115 - Vista para a Rua de Paio Galvão em 1908: em primeiro plano as antigas escadas para o espaço que veio a albergar o antigo Mercado Municipal de Guimarães e em segundo plano as edificações da rua que incluíam os demolidos edifícios do quartel dos Bombeiros e da esquina com a Rua de Gil Vicente, para substituir por um moderno.

115

Fig. 116 - Rua de Paio Galvão em 1924, ainda com os edifícios antigos e sem a construção da estrutura de apoio ao Mercado Municipal.

Fig. 117 - Fotografia de 1932 do antigo quartel dos bombeiros demolido.

116

117

Fig. 118 - Fotografia de 2014 que mostra o edifício construído no lugar dos das imagens anteriores, formando o gaveto entre a Rua de Gil Vicente e a Rua de Paio Galvão.

118

Fig. 119 - Sociedade Martins Sarmento em meados do séc. XX, desenhada pelo arquiteto Marques da Silva.

Fig. 120 - Sociedade Martins Sarmento em 2014.

119

120

121

Fig. 121 - Estrutura de apoio ao Mercado Municipal em meados do séc. XX, desenhada pelo arquiteto Marques da Silva.

122

123

Fig. 122 - Interior do Mercado Municipal em funcionamento em 1918.

Fig. 123 - Mercado Municipal ao abandono no início do séc. XXI.

124

Fig. 124 - Vista para o antigo Mercado Municipal e atual Plataforma das Artes e Criatividade. Projeto do gabinete Pitágoras Arquitetos, que recupera a estrutura de apoio ao antigo mercado e desenha um novo edifício que integra um centro de arte.

125

Fig. 125 - Fotografia do interior da Plataforma das Artes e Criatividade, projeto realizado no âmbito da Capital Europeia da Cultura 2012.

Fig. 126 - Casas e tanques típicos da zona de Couros em 1980.

126

Fig. 127 - Edifício industrial da zona de Couros em 1980, em que se destaca parte da escadaria em granito e outra parte já em estrutura de madeira.

Fig. 128 - Edifício industrial na zona de Couros em 1980, com as varandas corridas em estrutura de madeira.

127

128

Fig. 129 - Casa típica da zona de Couros com o piso térreo em alvenaria de granito e o segundo piso em estrutura de madeira, semelhantes às construções do Centro Histórico.

129

Fig. 130 - Rua de Vila Verde, em Couros, no ano de 1980.

Fig. 131 - Rua de Vila Verde em 2014, com as mesmas casas da fotografia anterior reabilitadas mantendo as suas características primitivas.

130

131

Fig. 132 - Largo da Cidade, na zona de Couros em 1980.

132

Fig. 133 - Largo da Cidade, após recuperação do Edifício da Cidade para Pousada da Juventude e requalificação do largo com os tanques das indústrias de Couros.

133

Fig. 134 - Rua de Vila Flor, na zona de Couros, em 1980.

Fig. 135 - Rua de Vila Flor recuperada em 2014.

134

135

Fig. 136 - Ribeira de Couros ao longo da Rua de Couros em 1980.

Fig. 137 - Rua de Couros em 2014 com parte das fábricas que a limitam reabilitadas.

136

137

2.3.2. INTERVENÇÃO DO ARQUITETO FERNANDO TÁVORA

"(...) porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir."[106]

Fernando Távora

Quando o arquiteto Fernando Távora (1923-2005) começa a intervir em Guimarães, já nada se podia fazer para voltar atrás no tempo, e reaver o que a cidade perdeu nos séculos anteriores, como ilustrado no tema anterior. Mas nem tudo se perdeu, o que se perdeu aqui e ali não conseguiu superar o valor, nem a coesão do todo do centro histórico da cidade. A questão é que se apresentava em estado de avançada degradação e era aí que era preciso intervir, para isso era necessário, em primeiro lugar, mudar a mentalidade para a preservação e valorização do centro histórico, até então deixado para segundo plano ou alvo de atitudes de autêntico vandalismo. Foi, verdadeiramente, Távora quem causou uma viragem de pensamento sobre a intervenção na cidade histórica, em Guimarães, com a colaboração do Gabinete Técnico Local.

"Há câmaras que neste momento estão muito interessadas na reconstrução dos seus valores. A de Guimarães fez uma obra notável a que eu estou ligado, na reconstrução das praças, dos caminhos, dos monumentos...é uma obra notável enquanto obra na cidade. Guimarães tem um núcleo histórico, tem uma muralha histórica, e tem a zona moderna. Era preciso ligar aquilo tudo porque há coisas populares que estão completamente em ruína em Guimarães. Agora já foi criado em Guimarães um grupo para defesa do património, que está a actuar."[107]

Fernando Távora

Em 1984, a Câmara Municipal de Guimarães cria o Gabinete do Centro Histórico, dois anos depois designado Gabinete Técnico Local – G.T.L. Com direção da arquiteta Alexandra Gesta que de imediato convida Távora como assessor e o arquiteto Nuno Portas[108] (1934) também é colaborador ativo como consultor urbanístico de apoio à estratégia de intervenção. Mas nada seria possível sem a colaboração dos moradores, a que foi necessário mostrar uma resposta diferente do habitual para os problemas do centro histórico. O primeiro passo foi dado por Távora com a escolha de uma casa em ruínas na zona histórica, para sede do G.T.L., reabilitando-o e impedindo-o de ser demolido. O que marcou a população, e a fez ver a grande intervenção que aí vinha e em que padrões esta se estabelecia.

"Eu ganhei o Prémio Europa Nostra, para o chamado G.T.L., com o Távora (...). Era ele, a arquiteta Alexandra Gesta e o arquiteto Miguel Frazão, nós é que recuperamos aquilo. (...) Graças realmente à Câmara, que investiu, e ao arquiteto Távora, que ajudou bastante. Aliás, ele entrou aí e segurou isto. Chegamos a Património da Humanidade por aquilo que se fez. Isto é tudo feito de um processo de todas as obras que se fizeram, todas as obras são fotografadas e as fotografias são enviadas para a UNESCO. (...) A Casa na Rua Egas Moniz, estava em ruínas, foi à venda e a Câmara comprou-a. (...) foi restaurada a aproveitar tudo o que era recuperável. Recuperou-se tudo. Depois (Távora) ensinou os alunos e os alunos aprenderam bem."[109]

José Pereira[110]

106 Távora, Fernando – "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006. (Pág. 19)
107 Távora, Fernando – "Arquitectura e Vida - Fernando Távora: o ensino da experiência", nº37, 2003. (Pág. 48)
108 Nuno Portas também dá início à elaboração das Normas Provisórias do futuro P.D.M. – Plano Diretor Municipal – de Guimarães, em 1983. Entre outros prémios, recebe em 2005 o Prémio Sir Patrick Abercombrie de Urbanismo, pela União Internacional de Arquitetos.
109 Entrevista realizada ao mestre de obras, Sr. José Pereira, no dia 27 de Março de 2014.
110 Mestre de obras vimaranense, responsável pela maior parte das obras de recuperação do Centro Histórico de Guimarães juntamente com o G.T.L. e continua atualmente com a construtora José Teixeira & Irmão, Lda.

O mestre pedreiro Sr. José Pereira confirma como a obra da Casa da Rua Nova[111], com a intervenção do arquiteto Távora, originou um momento de mudança em Guimarães. Com a arquiteta Alexandra Gesta e o arquiteto Miguel Frazão como "alunos" bem ensinados, a recuperação continuou e mantém-se nos dias de hoje por eles guiada com critérios exigentes. Foram reconvertidas habitações, recuperadas fachadas, melhorada a salubridade pública e privada, resolvidos problemas das casas mais antigas, como a humidade, a degradação e a falta de sanitário e houve a preocupação de induzir hábitos de higiene social e urbana com a mudança de mentalidades que foi essencial para a recuperação mantendo a população residente e dando-lhe melhores condições de vida.

Távora já tinha realizado outros projetos em Guimarães, antes da obra da Casa da Rua Nova, destaca-se a adaptação do secular Mosteiro da Costa a Pousada de Santa Marinha da Costa[112], onde o arquiteto enfrenta questões comparadas com as colocadas, posteriormente, nas intervenções no centro histórico da cidade. É necessária a conservação e renovação da construção existente, bem como a reafirmação de alguns espaços e sua articulação com novos espaços criados. Impunha-se, deste modo, uma atitude inovadora que estabelecesse o diálogo entre a arquitetura antiga e a nova proposta.

"Em verdade há que defender, teimosamente, a todo custo, os valores do passado mas há que defendê-los com uma atitude construtiva, quer reconhecendo a necessidade que deles temos e aceitando a sua actualização, quer fazendo-os acompanhar de obras contemporâneas."[113]

Fernando Távora

Terminada a obra da Pousada, Távora encarrega-se do Plano Geral de Urbanização de Guimarães[114], juntamente com o arquiteto Alfredo Matos Ferreira, plano em que se reconhece a grande qualidade dos sectores antigos da cidade e a grande banalidade dos mais recentes. É necessária, portanto, uma visão qualificadora que se alargue no tempo e no espaço, incluindo toda a área citadina, consequência do aumento urbano propagado pelo Plano de Urbanização de 1955[115].

"A manifestação mais visível, pelas suas dimensões, da descontinuidade e da desordem do espaço contemporâneo, é a cidade, e se o homem como ser urbano tem já longos antecedentes, a verdade é que a cidade típica dos nossos dias apresenta aspectos e problemas completamente inéditos. (...)
E cresce, cresce sempre, porque para a cidade parar é morrer." [116]

Fernando Távora

A cidade deveria ser estruturada, definindo áreas de expansão de forma a criar um todo coerente, considerando toda a área urbana como de valor cultural. Este plano é condutor do alargamento da noção de património arquitetónico em Guimarães, e da sua aplicação numa perspetiva urbana, princípios transportados, posteriormente, por Távora para as intervenções em colaboração com o G.T.L., principalmente para o redesenho de espaços públicos. O arquiteto requalifica quatro espaços de importância na cidade[117], juntamente com o gabinete.

"São quatro as iniciativas, por ordem da sua realização: Praça do Município, Praça de Santiago, largo de João Franco e Largo da Condessa do Juncal. (...)

111 Edifício na Rua Egas Moniz, antiga Rua Nova, reabilitado pelo G.T.L., com colaboração do arquiteto Fernando Távora, ganha o Prémio Europa Nostra no ano 1985.
112 Projeto entre 1972 e 1979.
113 Távora, Fernando – "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006. (Pág. 58)
114 Plano decorre entre os anos 1979 e 1986.
115 Plano dos arquitetos David Moreira da Silva e Maria José Marques da Silva.
116 Távora, Fernando – "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006. (Pág. 34 e 35)
117 Reabilitação de praças e largos no período entre 1985 e 1992.

Fig. 138 - Planta de 1985 do arranjo urbanístico do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L. para a Praça do Município.

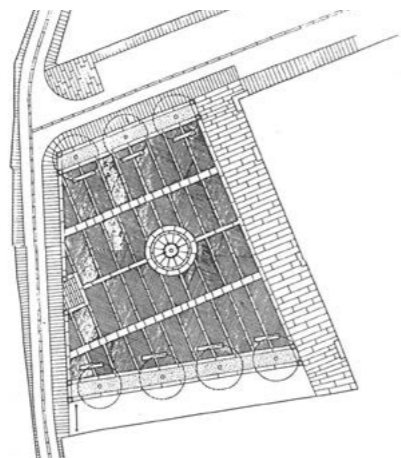



Fig. 139 - Fotografia da Praça do Município em 1980, antes da intervenção usada como parque de estacionamento.

138

139

Fig. 140 - Planta de 1985 do arranjo urbanístico do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L. para a Praça de Santiago.

Fig. 141 - Fotografia da Praça de Santiago em 1983, antes da intervenção ocupada maioritariamente por carros estacionados sem qualquer ordem.

140

141

Fig. 142 - Planta de 1995 do arranjo urbanístico do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L. para o Largo João Franco.

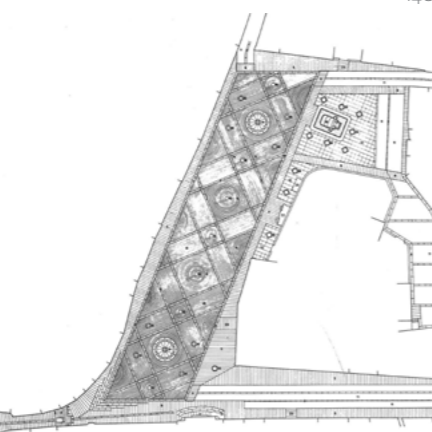



Fig. 143 - Fotografia do Largo João Franco em 1984, antes da intervenção repleto de carros estacionados.

142

143

Fig. 144 - Planta de 1996 do arranjo urbanístico do arquiteto Fernando Távora em colaboração com o G.T.L. para o Largo Condessa do Juncal.

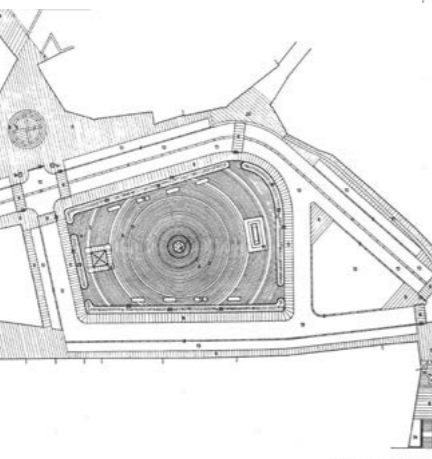



Fig. 145 - Fotografia do Largo Condessa do Juncal em 1983, antes da intervenção ocupado por carros estacionados.

144

145

O arranjo de cada praça ou largo reveste-se de um carácter próprio de acordo com a sua forma, as suas funções, o seu ambiente construído, até a sua época. Assim será "barroco" o carácter da Praça do Município, "medieval" da Praça de Santiago, "renascentista" o do Largo de João Franco e "romântico" o do Largo da Condessa do Juncal. Caracteres diferentes inseridos num percurso urbano intra-muros que garante a sua unidade dentro da sua diversidade."[118]

Fernando Távora cit. por Luís Trigueiros

"Unidade dentro da sua diversidade"... define de facto este percurso, cada espaço é único, com diferentes eixos de acesso, formas, construções periféricas e equipamentos associados. Távora requalifica-os consciente das suas particularidades, mas sem descurar a unidade do todo através do desenho do pavimento, do uso maioritariamente do granito[119] e pelo posicionamento da vegetação, que confere escala humana aos espaços. Caso a caso:

• A Praça do Município apresentava-se como um parque de estacionamento lotado e desordenado, sem espaço para ser "praça". É limitada por edifícios importantes e todos eles recuperados: o Convento de Santa clara e a Biblioteca Municipal Raúl Brandão, ambas obras municipais, e a Casa do Arco e Casa Amarela, obras particulares com apoio técnico. Na proposta, o estacionamento cinge-se à Rua do Condestável Nuno Álvares Pereira e o espaço de estar associa se a um eixo de acesso paralelo ao edifício municipal barroco e a uma fonte central em forma de taça, com o desenho do pavimento relacionado perpendicularmente aos eixos que limitam a praça e os elementos vegetais ladeiam a mesma perpendicularmente ao edifício municipal.

• A Praça de Santiago de grande valor secular para cidade, definida pelos edifícios comerciais e habitacionais exemplares da época medieval, evidenciava a necessidade desta intervenção nos espaços da cidade, tendo em conta o estado de ameaça de ruína dos seus edifícios e de se mostrar como mais um parque de estacionamento confuso, em saibro e de extremo desnível. O desenho para este espaço marca no pavimento a existência ali da antiga Capela de S. Tiago, erigida pelos francos e entretanto destruída, e o trânsito e estacionamento automóvel alia-se apenas a um dos lados da praça.

• O Largo de João Franco afirmava-se pelas construções notáveis que o ladeiam: a renascentista Igreja da Misericórdia, a senhorial Casa dos Carvalhos, o Palácio dos Coutos reconvertido a Tribunal da Relação pela Câmara Municipal e, ainda, uma fonte neoclássica de 1820. A sua forma alongada foi transformada numa plataforma nivelada, com o desenho de pavimento reticulado de guias e cubos de granito conjugado com duas fontes nos extremos que enquadram a circulação e arrumação automóvel, que se pretende eliminar com o tempo.

• O romântico Largo da Condessa do Juncal, à semelhança das restantes praças intervencionadas, caracterizava-se pelo estacionamento automóvel desajustado, e nele destaca-se a antiga Casa dos Linhos atravessada pela antiga muralha vimaranense, valorizada pelo projeto do arquiteto António Gradim[120]. Manteve-se a o trânsito automóvel, mas apenas perifericamente, libertando o centro e compondo-o por elementos vegetais que o envolvem. Foi desenhado um quiosque e mobiliário urbano, exclusivo, para este espaço, bem como a pavimentação que indica as portas das muralhas.

Távora analisou todo o tipo de questões: sociais, culturais, arquitetónicas e históricas, cada pormenor era importante, numa cidade que não foi só feita pelos seus monumentos e história, mas também pelos seus habitantes e suas

....

118 Trigueiros, Luís –"Fernando Távora". Lisboa: Ed. Blau, 1993. (Pág. 178)
119 Como já foi referido anteriormente, esta é a pedra predominante na região.
120 Obra realizada em 1986.

Fig. 146 - Fotografia de 2013 do Largo da Oliveira onde se vê a base desenhada pelo arquiteto Fernando Távora para a oliveira milagrosa.

Fig. 147 - Fotografia de 2014 da Casa da Rua Nova, na atual Rua Egas Moniz, reabilitada pelo arquiteto Fernando Távora em 1985 para sede do G.T.L..

146

147

Fig. 148 - Plantas da reabilitação da Casa da Rua Nova, em que se aproveita a estrutura possível.

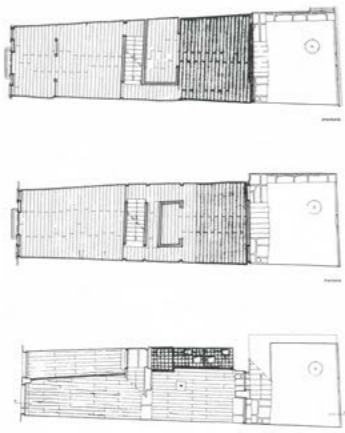



Fig. 149 - Perfis do projeto de reabilitação da Casa da Rua Nova, onde é possível ver os pedaços de parede deixados à vista para mostrar a estrutura.

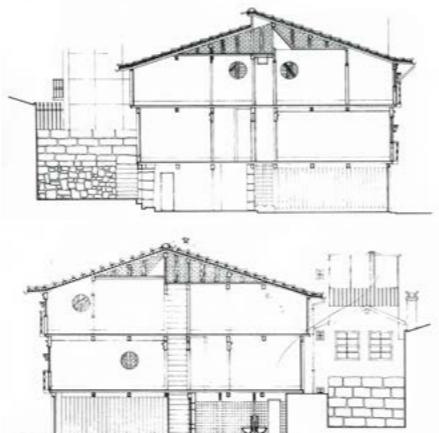
148

149

Fig. 150 - Igreja de S. Miguel em 2013, no Parque do Castelo após várias intervenções de reabilitação.

Fig. 151 - Obras de reabilitação pela DGEMN em 1958 à Igreja de S. Francisco.

150

151

Fig. 152 - Fachada principal do Convento da Costa readaptado para Pousada de Santa Marinha da Costa pelo arquiteto Fernando Távora, entre 1972 e 1989.

Fig. 153 - Extensão da Pousada de Santa Marinha da Costa, desenhada pelo arquiteto Fernando Távora.

152

153

vivências. É, ainda, de salientar a atitude de Távora, em doar uma árvore da sua Casa da Covilhã para o Largo de Nossa Senhora da Oliveira, ao ficar sensibilizado com a história da antiga oliveira milagrosa. Já há muito tempo que o largo tinha ficado sem oliveira, várias vezes tinha sido replantada pela população após ser derrubada. Também a árvore de Távora não sobreviveu ao vandalismo, todavia foi plantada uma nova oliveira que permanece nos dias de hoje, no canteiro desenhado pelo arquiteto.

Assim, reconhece-se que a meados da década de 70, houve uma mudança em Guimarães, consequência de várias iniciativas do arquiteto Fernando Távora. Primeiro com a obra da Pousada de Santa Marinha da Costa e o Plano Geral de Urbanização de Guimarães e depois com a obra da Casa da Rua Nova, juntamente com o gabinete técnico local, momento de viragem nas intervenções no centro histórico e do olhar da população sobre a sua própria cidade e suas propriedades. A partir desse momento, a salvaguarda do património vimaranense passou a ser entendida como uma missão coletiva e permanente.

"Património não pode ser apenas aquilo que os antepassados (...) nos deixaram. O património resulta duma criação permanente e colectiva e o próprio acto de burocrática ou de capricho pessoal."[121]

Fernando Távora

Fernando Távora abandona a colaboração com o gabinete técnico local em 1989, contudo as suas intervenções em Guimarães continuaram[122] e merecidamente, a 5 de Junho de 2003, a Câmara Municipal de Guimarães atribui ao arquiteto a Medalha de Ouro da Cidade.

2.4. AÇÕES DE REABILITAÇÃO EM GUIMARÃES

2.4.1. PRIMEIRAS AÇÕES SIGNIFICATIVAS

A primeira ação a salientar neste campo foi o restauro da Igreja da S. Miguel do Castelo, pela equipa coordenada por Francisco Martins Sarmento, como já foi referido. O restauro durou desde 1874 a 1880, contudo não teve influência suficiente na mentalidade dos vimaranenses ou seus planeadores.

De seguida, a cidade assiste a várias ações de reabilitação de igrejas e conventos protagonizadas pela DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais[123]. Desde 1929 até 2004, a DGEMN interveio na cidade, na Igreja de S. Miguel do Castelo, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Convento e Igreja de S. Domingos, Igreja de S. Francisco, Igreja do Carmo e Paço dos Duques[124]. A DGEMN atuou em Guimarães, como por todo o país, e os seus restauros nem sempre são vistos com bons olhos. Tendo em conta o contexto político e ideológico do Estado Novo que condicionava a imagem que se pretendia para os monumentos nacionais.

A ação que chama a atenção é a adaptação do Mosteiro da Costa a Pousada de Santa Marinha da Costa, projetada pelo arquiteto Fernando Távora, entre 1972 e 1989, com respeito pelo passado e pela cuidada conjugação com o moderno.

....

121 Távora, Fernando – "Património". Porto: I Congresso da Região Norte, 1987. (Pág. 56)
122 Destaca-se o projeto para a Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, realizado com o seu filho J. B. Távora, entre 1996 e 2002.
123 Criada pelo Decreto-Lei nº 16791 de 25 de Abril de 1929 e extinta pelo Decreto-Lei nº 223/2007 de 30 de Maio de 2007, integrando o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana.
124 Projeto apresentado pelo arquiteto Rogério de Azevedo em 1936. Obras começam em 1937 e o arquiteto deixa a sua direção em 1940. As obras continuam pela DGEMN até 1980. De 1992 a 2007 é o IPPAR o responsável pelas obras realizadas.

2.4.2. GTL: ESTRATÉGIA, APOIOS E DISTINÇÕES

Como já foi referido anteriormente, o G.T.L. – Gabinete Técnico Local – foi criado em 1984 pela Câmara Municipal de Guimarães, designando-se Gabinete do Centro Histórico nos primeiros dois anos de trabalho. A direção do gabinete foi entregue à arquiteta Alexandra Gesta[125] que convida o arquiteto Fernando Távora como assessor e o arquiteto Nuno Portas[126] (1934) como consultor urbanístico de apoio à estratégia de intervenção. Por este gabinete passam ainda os arquitetos Álvaro Siza Vieira[127] (1933) e Bernardo Távora Ferrão (1958). Este gabinete é coevo do da cidade do Porto, e posterior aos de Braga e Évora que já existiam. Ainda assim este é, por todo o país, o precursor no apontamento de uma estratégia de salvaguarda do património urbano, através de um plano de reconversão para todo o tecido medieval da cidade. Deste modo, considera-se que a sua estratégia de intervenção antecipa a Carta Internacional de Salvaguarda das Cidades Históricas[128] de 1987, pelo olhar sobre a cidade histórica alterada cultural, social e ecologicamente na procura de a integrar numa política de desenvolvimento económico e de ordenamento urbanístico, sem descurar a sua vocação e relação com a envolvente, partindo assim de uma aproximação detalhada a cada área de projeto, começando por adotar como área de intervenção a definida, em 1979, aquando do Plano Geral de Urbanização.

Baseando as suas ações em dois acordos influentes. A Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico[129] é a primeira a enquadrar as preocupações do G.T.L., através da evolução do conceito de "património arquitetónico" incentiva: à utilidade da realização de inventários; à salvaguarda do património arqueológico articulado com o ordenamento territorial; e à participação ativa da população nas diversas intervenções. A segunda é a Convenção de Malta[130], que contribui para a prática do gabinete, com os princípios básicos de preservação e de intercâmbio de informação científica, aliados à cooperação entre estados na identificação e autenticação do património.

"A reabilitação dos espaços públicos, de edifícios municipais cedendo a sua forma a novas funções e o apoio técnico e financeiro à iniciativa privada, constituíram três das principais linhas estratégicas que sustentam a concretização dos dois objectivos que nomeiam a intervenção no Centro Histórico de Guimarães."[131]

Alexandra Gesta cit. por Gabriela Teixeira e Margarida Belém

De acordo, as ações do G.T.L. começaram por basear-se, tendo em conta a escala humana do centro histórico, num levantamento lote a lote do estado atual e necessidades de cada edifício, e de seguida, dividindo-se em três campos:

- A requalificação de espaços públicos;
- A conservação, restauro e reabilitação do património edificado de responsabilidade municipal;
- O controlo, incentivo e apoio técnico das obras particulares.

125 Já integrava a Câmara Municipal à dois anos.
126 Nuno Portas também dá início à elaboração das Normas Provisórias do futuro P.D.M. – Plano Diretor Municipal – de Guimarães, em 1983. Entre outros prémios, recebe em 2005 o Prémio Sir Patrick Abercombrie de Urbanismo, pela União Internacional de Arquitetos.
127 O arquiteto Álvaro Siza Vieira trabalha, na década de 1980, no Plano Pormenor dos Pombais para a Avenida de Londres, em Guimarães. Já recebeu várias distinções, entre elas o Prémio Pritzker em 1992.
128 Pelo ICOMOS em Washington D.C., entre 7 a 15 de Outubro.
129 Pelo ICOMOS em Lausanne, na Suíça, no ano de 1990.
130 Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico, pelo Conselho da Europa, na cidade de Malta, em 1992.
131 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 170)

"Tendo em conta os meios materiais e legislativos disponíveis, a estratégia de Guimarães centrou-se em ações com efeitos indiscretos ou multiplicadores, de modo a limitar os investimentos directos do município na expropriação e na reabilitação dos edifícios; o que justificou a prioridade dada às obras de infraestrutura viária e ao redesenho de algumas praças. A escolha destes projectos – elaborados pelo gabinete técnico local – pretendeu responder ao duplo objectivo de favorecer a função cultural do núcleo medieval e "pressionar" os proprietários dos imóveis degradados a empreender trabalhos de reabilitação, mais ou menos apoiados por linhas de crédito criadas pelo Estado."[132]

Nuno Portas cit. por Nuno Grande

Portanto, em primeiro lugar deu-se início à requalificação de espaços públicos da cidade, com a colaboração e desenho de Fernando Távora para as praças vimaranenses, já descrito anteriormente, e com outras intervenções do G.T.L. em várias ruas e praças do centro histórico. Esta estratégia de começar a intervir nos espaços públicos citadinos, tinha como objetivo principal cativar o interesse e iniciativa privada. Criam-se espaços diferenciados, retira-se o automóvel da zona dentro de muros, aprimora-se na escolha de materiais que conferissem uma imagem unitária à cidade, desenha-se com referência ao passado de cada espaço, localiza-se cuidadosamente o diverso mobiliário urbano e luminárias, e aproveita-se para incluir as infraestruturas necessárias no subsolo.

As intervenções em edifícios de responsabilidade municipal mantêm o objetivo de incentivar os particulares a intervir e acrescentam o de fomentar o uso das técnicas e materiais construtivos tradicionais, bem como criar equipamentos atrativos em pontos estratégicos. Desta forma, foram necessárias as aquisições de alguns edifícios, procurando imóveis devolutos ou ao abandono, preferencialmente de valor patrimonial e bem localizados para a função desejada, de modo que sejam capazes de revitalizar a área em que se inserem. Um destes projetos foi levado a concurso e realizado por um gabinete de arquitetura, é o caso da remodelação da Casa de Navarros de Andrade para Arquivo Municipal Alfredo Pimenta[133], contudo o gabinete continua a ser o regulador do projeto.

Em relação à iniciativa privada, inicialmente foi a equipa do G.T.L. que se aproximava dos moradores e propunha as intervenções, informando dos programas de financiamento existentes e que cooperariam com o apoio técnico necessário, para melhorar a qualidade habitacional. Aos poucos, começaram a ser os próprios particulares a procurar o apoio do gabinete. Este princípio de articulação entre intervenções públicas e privadas, sempre foi fundamental, os restauros foram encarados como uma missão coletiva e este é um dos motivos que valoriza a estratégia de intervenção do G.T.L. de Guimarães. O gabinete encarregava-se da gestão de fundos e financiamentos para os moradores, como o PROCOM[134] e o RECRIA[135], da fiscalização das obras privadas, quer fossem dentro ou fora do centro histórico, e através de uma relação próxima com os moradores, davam-lhes o apoio técnico necessário e discutiam as soluções.

"O RECRIA (...) criado (...) com o objectivo de inverter o estado de progressiva degradação do parque habitacional arrendado a que se tem vindo a assistir há anos. Como programa, representa uma medida de longo alcance social por proporcionar melhores condições de habitabilidade à generalidade dos inquilinos, e melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos pelas intervenções no âmbito da reabilitação urbana."[136]

Instituto Nacional de Habitação

132 Grande, Nuno – "O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas". Guimarães: Fundação da Cidade de Guimarães, 2012. (Pág. 414)
133 Obra do atelier de arquitetura Pitágoras do ano 1999.
134 Programa de Apoio à Modernização do Comércio, criado por Decreto-Lei n.º 184/94 de 1 de Julho de 1994.
135 Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, criado por Decreto-Lei n.º 4/88 de 14 de Janeiro de 1988.
136 Instituto Nacional de Habitação – "Prémio RECRIA 2004". Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, 2004. (Pág. 37)

O programa RECRIA foi de facto muito importante nas ações de reabilitação em Guimarães, premiando várias obras na cidade. Os prémios criados em 1998, eram nacionais e anuais e distinguiam-se dos existentes por premiar três lugares com prémios pecuniários, com a intenção de divulgar a recuperação do património habitacional antigo e apoiar os promotores cujas obras sejam merecedoras. Estas intervenções realizavam-se em propriedades particulares mas a responsabilidade das obras continuava a ser do G.T.L., primeiro com o levantamento das anomalias, depois com a descrição das obras a realizar, e de seguida determinando se a obra tinha ou não projeto. As sem projeto significava que não implicavam nenhuma alteração estrutural no edificado, as com projeto, realizados pelo gabinete, interferiam com a estrutura e organização interior do edifício. O programa tem vindo a ser aperfeiçoado ao longo do tempo, com a criação do RAU[137], da Comissão de Arrendamento Habitacional[138], da associação ao IGAPHE[139] e sua posterior fusão ao INH[140].

"A equipa de Alexandra Gesta envolveu-se de alma e coração na acção reparadora e revitalizadora do centro histórico de Guimarães, cujo sucesso se deve a três factores, difíceis de encontrar tão bem conjugados noutro local: o rigor técnico, a vontade política e a participação da população."[141]

João Paulo Sacadura

Estes fatores só se aplicaram devido ao respeito que a equipa do G.T.L. e a Câmara Municipal sentiam perante a nossa história marcada em cada local de intervenção, cada local era encarado como único e, em Guimarães, pensava-se a longo prazo. Deste modo, sempre houve a preocupação com a autenticidade das obras e o uso das técnicas tradicionais, que marcam como exemplares estas intervenções. Assim, o próprio G.T.L. cria uma escola de formação de empresas de construção civil direcionadas para a reabilitação urbana, no ano de 1990. A chamada Escola de Formação Profissional, integrada no programa de iniciativa comunitária INTERREG[142].

"A reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, visa a recuperação e preservação do Património construído, de qualidade formal e funcional, cuja autenticidade é necessário manter no seu todo, pelo que a reabilitação passa também pela utilização dos materiais e técnicas construtivas tradicionais.
O segundo objectivo é a manutenção na totalidade da população residente, sendo-lhe dada melhores condições de habitar."[143]

Alexandra Gesta cit. por Gabriela Teixeira e Margarida Belém

Nada foi feito por puro fachadismo de contemplação, tudo se baseou na melhoria da qualidade de vida do habitante local e na preservação do nosso Património. Foi esta conservação exemplar e autêntica que garantiu o reconhecimento nacional e internacional ao trabalho do G.T.L., sem esquecer o mérito e responsabilidade dos próprios habitantes vimaranenses, no compromisso de preservação permanente da cidade. A primeira distinção foi para a recuperação exemplar da Casa da Rua Nova, com o Prémio Europa Nostra, em 1985:

137 Regime de Arrendamento Urbano, criado pelo Decreto-Lei nº 321-B/90 de 15 de Outubro de modo a uniformizar o tipo de obras previstas no âmbito do RECRIA.
138 Criada em 1996, propõe mecanismos de dinamização da reabilitação e manutenção do parque habitacional arrendado.
139 Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, criado pelo Decreto-Lei nº 88/87 de 26 de Fevereiro, para divulgar e desenvolver trabalhos de conservação e recuperação do parque habitacional, em colaboração com os municípios.
140 Instituto Nacional de Habitação criado pelo Decreto-Lei nº 177/84 de 25 de Maio, como instrumento de intervenção financeira do Estado no setor habitacional.
141 Sacadura, João Paulo – "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006. (Pág. 16)
142 Innovation & Environment Regions of Europe Sharing Solutions. Financiado pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.
143 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 170)

"O edifício apresenta-se fortemente abalado pelo seu abandono ao tempo e a recuperação obriga a delicadas soluções que atingem parcialmente o desmonte da sua estrutura em madeira.
Renasce fruto de uma cuidada operação em que a fachada posterior é reconstruída e adquire todo o seu encanto, merecendo o Prémio Europa Nostra que o transforma num significativo exemplo a seguir."[144]

Fernando Távora cit. por José António Bandeirinha

Depois o 1º Prémio nacional da Associação dos Arquitetos Portugueses para Melhor Obra de Conservação, em 1993, e segue-se o Prémio Real Fundação de Toledo, em 1995, pelas intervenções na zona histórica, e, a 13 de Dezembro de 2001, o centro histórico de Guimarães é classificado como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, com base nos critérios II, III e IV para bens culturais[145]:

- Critério II: Guimarães tem um significado universal considerável pelo facto de lá se terem desenvolvido técnicas de construção da Idade Média, que foram transmitidas para as colónias portuguesas.
- Critério III: A história de Guimarães está extremamente associada ao estabelecimento da identidade nacional portuguesa e da língua portuguesa no séc. XII.
- Critério IV: Uma cidade extremamente bem preservada, Guimarães ilustra a evolução de tipos de construção desde o estabelecimento medieval até ao presente, e particularmente entre os séculos XV e XIX.

A inscrição do Centro Histórico de Guimarães na lista da UNESCO já tinha sido proposta em Dezembro de 1996, tendo-se começado a preparação do dossier a entregar à UNESCO no ano anterior. No ano 2000, técnicos do ICOMOS visitam o Centro Histórico e no início do ano seguinte uma representante da UNESCO[146] analisa no gabinete técnico local toda a estratégia de conservação e aprecia o valor cultural do conjunto. A partir de 2001, começa-se a investir mais na área extramuros.

2.4.3. PRU, ÁREAS E PLANOS + CEC 2012

"Uma cidade é um espaço onde uma quantidade enorme de pessoas habita, trabalha, e desloca, tem amigos e família, se diverte, luta e faz face às suas necessidades de ordem física ou espiritual. (...) deparamos com uma multiplicidade de infraestruturas no contexto urbano (...) nem sempre organizados da melhor forma no espaço (...). A localização destas infraestruturas não obedece sempre a um plano rigoroso de ordenamento do território, de preservação do meio ambiente e de promoção da qualidade de vida das populações, por um lado, e muitas de entre elas encontram-se muito frequentemente deterioradas e em estado de degradação galopante."[147]

C.M.G., Candidatura ao PRU

Voltando atrás, a 1985, é criado o PRU – Programa de Reabilitação Urbana2[148]- que cede apoio técnico e financeiro entre 2 a 3 anos mediante a candidatura da autarquia. A Câmara Municipal de Guimarães candidata-se ao mesmo, em 1995:

"A imagem urbana da cidade é inequivocamente marcada pelo seu Centro Histórico que tem vindo a ser requalificado de uma forma exemplar. Efetivamente, existe já uma

144 Bandeirinha, José António – "Fernando Távora Modernidade Permanente". Casa da Arquitectura, 2012. (Pág. 410)
145 Disponíveis em: http://whc.unesco.org/en/list/1031/
146 Tatiana Quirova vem a Guimarães três dias.
147 Câmara Municipal de Guimarães – "Candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana". 11 de Outubro de 1995. (Pág. 14) Disponível no A.M.A.P. – Pasta 3, Remessa 21 – 98.
148 Criado pelo despacho 4/SEHU/85 de 4 de Fevereiro, coopera entre o poder central e local.

Fig. 154 - Planta à escala 1/20000 das zonas de intervenção propostas pelo G.T.L. na candidatura ao PRU - Programa de Reabilitação Urbana em 1995.

154

Fig. 155 - Planta da Proposta de Alargamento da Área Prioritária de intervenção do G.T.L. de 1992. A zona prioritária na 1ª fase é a zona intramuros e na 2ª fase é a zona extramuros de Couros até à Rua D. João I.

155

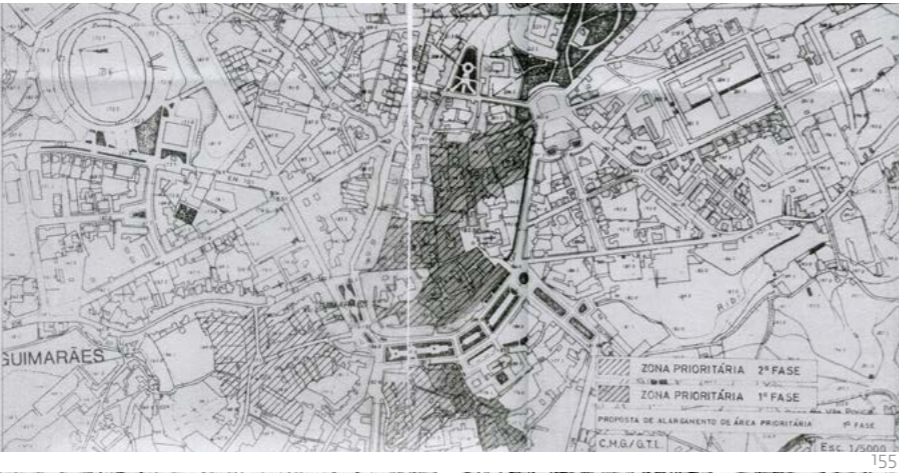



Fig. 156 - Planta com o limite da área de intervenção do G.T.L. no âmbito da operação de reabilitação do Centro Histórico de Guimarães.

Fig. 157 - Planta do levantamento do edificado devoluto total e edificado devoluto parcial (ao nível do rés do chão). Levantamento começado em 1992 após alargamento da área de intervenção.

156

157

Fig. 158 - Planta do Plano de Pormenor da zona de Couros, assinada pelo arquiteto Bernardo Ferrão, que marca as áreas a preservar e as áreas a edificar.

158

tradição de intervenção neste tecido, claramente visível na qualidade dos projetos arquitectónicos e urbanísticos elaborados e implementados.
Considera-se que este esforço de requalificação urbana deverá estender-se a outras áreas da cidade, que apresentam ainda carências infraestruturais muito importantes, e algumas deficiências no desenho do seu espaço público."[149]

C.M.G., Candidatura ao PRU

A Candidatura ao PRU[150] inseria-se no programa de requalificação do Centro Histórico que se pretendia estender às zonas envolventes, na procura de racionalizar o sistema de circulação, oferecer mais estacionamento e dotar essas zonas de novos equipamentos sociais, culturais e ligados ao desporto e lazer. A candidatura apresenta três zonas de intervenção: a zona intramuros do centro histórico, a zona de Couros e a zona compreendida entre as Rua D. João I, Rua de Camões, Rua da Liberdade e Rua Dr. Bento Cardoso. É considerada como primeira prioridade a zona intramuros, de seguida, o núcleo de Couros é a principal das zonas envolventes, tendo sido classificada como imóvel de interesse público pelo IPPAR[151], em 1977. No essencial, era uma zona de urbanização caótica com as casas existentes bastante degradadas, mas que continha um conjunto de fábricas de curtumes antigas notáveis, localizando-se na área entre o Centro Histórico, a norte, e a estação de caminhos de ferro, a sul. Através de um levantamento da época, é possível entender rapidamente as condições em que viviam os habitantes de Couros: 6% não tem cozinha; 4% não tem água canalizada; 31% das casas de banho só têm sanita; 59% das casas de banho são completas; grande parte das casas é composta por dois quartos, uma cozinha e uma casa de banho, mas há casos em que o domicílio é apenas uma divisão correspondente a um quarto, ou outros casos em que é apenas quarto mais cozinha, sem existir casa de banho; assim existem vários casos em que a sanita é coletiva, para mais do que um domicílio. A maioria da população corresponde a antigos trabalhadores das fábricas próximas e diz o levantamento que cerca de 60% dos residentes não quer deixar de viver ali, mas querem ver a zona melhorada.

"A degradação urbana conduz à desertificação económicas das áreas afetadas, pois, face à inexistência de boas condições em temas de infraestruturas físicas e ambientais, os serviços, a atividade industrial e a atividade económica, em geral, praticamente desaparecem."[152]

C.M.G., Candidatura ao PRU

A área de intervenção do G.T.L. é alargada em 1992, da zona intramuros para os limites estabelecidos pelas zonas propostas na candidatura ao PRU, de 1995, começando-se levantamentos do estado dos imóveis dentro desses limites. Em 1994, foi apresentado o RICUH – Regulamento de Intervenção do Centro Urbano e Histórico de Guimarães, único documento regulador desta área[153]. Este aborda a funcionalidade dos edifícios, a utilização dos espaços públicos, a questão das alterações a fachadas e a criação de toldos, publicidades e vitrines para os comércios.

Assim, após a candidatura ao PRU, inicia-se o Plano de Pormenor da Zona de Couros, assumido pelo P.D.M. e pelo G.T.L. como uma extensão do Centro Histórico devido ao carácter das construções. O plano tinha como ideias base: a recuperação e complementação dos núcleos habitacionais burgueses, operários e das manufacturas de transformação de couros existentes; a preservação

149 Câmara Municipal de Guimarães – "Candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana". 11 de Outubro de 1995. (Pág. 9) Disponível no A.M.A.P. – Pasta 3, Remessa 21 – 98.
150 Programa de Reabilitação Urbana.
151 Instituto Português do Património Arquitetónico, fundado em 1997 e extinguido em 2007.
152 Câmara Municipal de Guimarães – "Candidatura ao Programa de Reabilitação Urbana". 11 de Outubro de 1995. (Pág. 14) Disponível no A.M.A.P. – Pasta 3, Remessa 21 – 98.
153 Ainda que se tenha começado o PP – Plano Pormenor, em 2005, mas foi interrompido, em 2007, e nunca mais retomado.

construções de interesse patrimonial; o remate de conjuntos edificados recentes e consolidados; a incorporação de construções previstas: equipamentos significativos e novas habitações; e reequacionar os espaços públicos existentes em articulação com os propostos. Em específico, o plano previa:

- O saneamento da Ribeira de Couros e sua ligação ao coletor principal;
- A aquisição de terrenos e desalojamentos para a construção de uma escola C+S aliada a um novo pavilhão gimnodesportivo;
- A criação de um novo terminal ferroviário e renovação da estação pré-existente;
- A abertura de novos acessos e o arranjo urbanístico das vias e largos existentes;
- A readaptação do Palácio de Vila Flor a Museu da Cidade e criação de uma estufa fria nos seus jardins;
- A recuperação do antigo Teatro Jordão articulada a um novo edifício para fins culturais, comerciais e de estacionamento;
- A readaptação de três fábricas antigas de curtumes e uma antiga residência patronal para: Museu da Indústria, Centro de Apoio à Juventude, Pousada da Juventude, Centro de Solidariedade Social e um, ainda não programado, equipamento sociocultural.

A implementação deste plano mantinha-se numa lógica de desenvolvimento integrado e que se pretendia duradouro para a zona de Couros, para a cidade de Guimarães e para toda a região do Vale do Ave. Assim, obteve a cooperação de parceiros locais e regionais: Sol do Ave[154]; AMAVE[155]; UNAVE[156]; UM[157]; TecMinho[158]; EuroIniciativa[159]; TuriMinho[160]; e A Oficina[161]. As intervenções em Couros continuam a ser uma prioridade em Guimarães, existindo o desejo de candidatar a zona, também, a Património Cultural da Humanidade.

Prossegue-se com o Plano para a zona envolvente ao Paço dos Duques de Guimarães e do Campo de S. Mamede, pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira, pretende encontrar pontos de interesse alternativos ou que completem os monumentos daquela área, no sentido de que a atração atual parece não ser suficiente para aquele espaço de lazer privilegiado. Deste modo, este plano pressuponha a requalificação do sector norte da cidade muralhada, incluindo na proposta um parque de estacionamento subterrâneo na Praça da Mumadona e o desenho de uma casa de chá para a zona ajardinada em socalcos a sul do Paço dos Duques. O projeto do parque subterrâneo inaugura em 2005, beneficiando o arranjo do Largo Martins Sarmento[162], antes cheio de carros estacionados. Em entrevista Siza fala do projeto elaborado e da passagem subterrânea desaprovada:

"O projeto era o parque de estacionamento, tinha essa passagem e tinha um acesso, um arranjo de acessos e do jardim do Palácio. Mas depois essa parte foi retida pelo, na altura era o IPPAR, julgo eu. Aprovaram o resto e isso "Não, isto tem de ser mais pensado" e ficou, portanto, interrompido. E havia aí uma pequena casa de chá a construir no jardim. (...) É uma cidade belíssima! Esse trabalho foi um trabalho que gostei muito de fazer, porque foi no centro de Guimarães. Na periferia, já é mais difícil de encontrar assim o local onde fazer com gosto, com prazer, na periferia. No centro, é uma cidade fantástica."[163]

Álvaro Siza Vieira

154 Associação para o desenvolvimento integrado do Vale do Ave, criada em 1993 por iniciativa do AMAVE.
155 Associação de Municípios do Vale do Ave fundada em 1991.
156 União das Associações Empresariais do Vale do Ave.
157 Universidade do Minho fundada em 1973.
158 Interface da Universidade do Minho, promovida pela mesma e pela AMAVE.
159 Gabinete ao Desenvolvimento Local.
160 Cooperativa de Prestação de Serviços Culturais e Turísticos de Responsabilidade, Lda.
161 Cooperativa – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães.
162 Arranjo urbanístico pelo arquiteto Miguel Frazão, inaugurado em 2009.
163 Entrevista à GuimarãesTV no dia 6 de Novembro de 2012.Disponível em: http://videos.sapo.pt/5tWbd2Yv27T-CmkuaVsrM

As operações previstas, têm vindo a concretizar-se ao longo dos anos conjugando-se, mais recentemente, com as intervenções para a CEC - Capital Europeia da Cultura 2012, nomeadamente a requalificação de espaços públicos, salientando-se o Projeto de Requalificação Urbanística do Centro de Guimarães[164], da Arquiteta Maria Manuel Oliveira. Este plano abrangia a área da Alameda de S. Dâmaso, Largo do Toural e Rua de Santo António. Outra operação a destacar é a reconversão urbanística e económica da zona de Couros, que desde a candidatura ao PRU em 1996, tem passado por várias fases. Em 2001, têm início as primeiras obras de reabilitação do Complexo Multifuncional de Couros[165], coordenado pelo arquiteto Miguel Melo, que incluía: um jardim escola; um ATL; um centro de dia; uma biblioteca e mediateca; um auditório e a recuperação de um palacete em Pousada da Juventude[166]. Em 2009, é aprovado o projeto CampUrbis[167], previa um Campus universitário inserido na malha urbana histórica, tornando a zona capaz de induzir atividade económica, através da interação entre inovação, tecnologia e arte, e de garantir a formação de recursos humanos. No essencial, o projeto tem os seguintes objetivos estratégicos: reabilitação e revitalização urbanas; criatividade e empreendedorismo; atração cultural; e desenvolvimento económico. Deste projeto destacam-se as intervenções de requalificação dos espaços públicos do núcleo de Couros e as recuperações de fábricas antigas:

- A Fábrica Âncora para Centro de Ciência Viva, projeto dos arquitetos Alexandra Gesta e Ricardo Rodrigues, inaugurado em 2011. Insere-se num conjunto de centros nacionais, enquanto plataformas de desenvolvimento científico, cultural e económico. Pretende dinamizar os principais atores regionais;
- A Fábrica de Curtumes da Ramada para Instituto de Design, pelo arquiteto José Manuel Soares, inaugurado em 2012. Visa o desenvolvimento económico através do design, através da investigação na área e da promoção e divulgação de produtos industriais que incorporem o design;
- A Fábrica Freitas & Fernandes para Centro Avançado de Formação Pós-Graduada, obra dos Pitágoras Arquitetos. Inaugurado em 2013, teve início o projeto em 2009, com os objetivos de melhorar a oferta de ensino pós-graduado e multidisciplinar no âmbito das necessidades do tecido económico-produtivo.

À excepção deste último espaço, todos os outros foram utilizados e favoreceram as atividades da CEC 2012, bem como outros espaços em pontos estratégicos da cidade ou sua periferia. É o caso de mais quatro antigas fábricas:

- Fábricas ASA na periferia da cidade foi recuperada pelos arquitetos Pedro Balonas e Cláudia Ferreira, para se transformar num condomínio empresarial e plataforma criativa, inaugura em 2011;
- Fábrica têxtil na Rua Padre Augusto Borges de Sá é requalificada para CAAA - Centro para os Assuntos da Arte e Arquitetura, pelos NAAA Arquitetos[168] e inaugurada em 2011. Ambiciona apoiar e estimular a criação artística e a aplicação de novos métodos de produção, promovendo a interação entre as mais diversas áreas de manifestação artística e a arquitetura;
- Fábrica Pátria, na Avenida Conde Margaride, foi remodelada para Casa da Memória, vista como um pólo de atração turística a nível histórico, social, cultural, económico e vivencial de Guimarães, usando as tecnologias de informação e comunicação. Foi obra do gabinete Miguel Guedes Arquitetos e abriu em 2012;
- Fábrica na Veiga de Creixomil recuperada para albergar o Laboratório da Paisagem, obra de Fátima Fernandes e Michelle Cannatá, terminada em 2012. Deseja ser uma estrutura de liderança da incubadora de empresas da área agrícola, promovendo a exportação e o apoio à produção de qualidade.

164 Projeto apresentado em 2011, tendo a colaboração da artista Ana Jotta.
165 Desde 1998 a 2002, a cargo dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira, Pedro Viana Botelho e Maria do Rosário Beija.
166 Recuperação pelos arquitetos Pedro Botelho e Maria Rosário Beija, inaugurada em Junho de 2004.
167 Este projeto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho e visava a regeneração urbana de Couros. Candidatura geral realizada em Junho de 2008.
168 Equipa liderada pelos arquitetos Ricardo Bastos Areias e Maria Luís Neiva.

Fig. 159 - Planta à escala 1/2000 do desenho atual da zona envolvente aos Paços dos Duques com o arranjo urbanístico do Largo Martins Sarmento, pelo arquiteto Miguel Frazão, e com o parque de estacionamento subterrâneo e redesenho do Largo Condessa Mumadona, pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira.

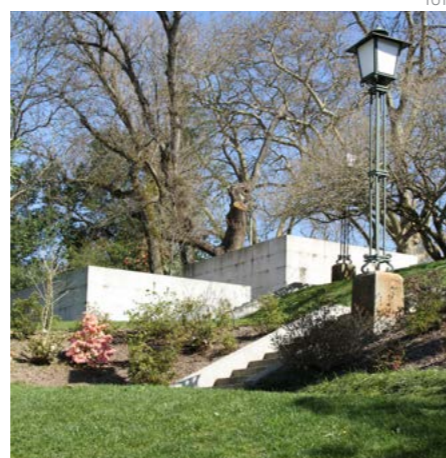
159

Fig. 160 - Fotografia de 2014 do pátio interior ao parque de estacionamento subterrâneo, desenhado pelo arquiteto Álvaro Siza Vieira, trazendo luz natural para o parque.

Fig. 161 - Fotografia de 2014, vista do pátio para a zona de estacionamento do mesmo parque de estacionamento anterior.

160 161

Fig. 162 - Largo Martins Sarmento em 2014, após a intervenção do arquiteto Miguel Frazão.

Fig. 163 - Ligação desenhada entre o Largo Martins Sarmento e a zona alta dos Paços dos Duques, com zonas de percurso e espaços de paragem e merenda.

162 163

164

165

Fig. 164 - Antiga Fábrica de Curtumes da Ramada, na Rua Ramada na zona de Couros, em 2010, antes da intervenção de recuperação.

Fig. 165 - Fábrica de Curtumes da Ramada em 2014, após recuperação pelo arquiteto José Manuel Soares para Instituto de Design, inaugurado em 14 Julho de 2012.

166

167

Fig. 166 - Antiga fábrica na Rua Padre Augusto Borges de Sá antes da requalificação para CAAA - Centro para os Assuntos da Arte e Arquitetura, pelos NAAA Arquitetos.

Fig. 167 - CAAA inaugurado em Outubro de 2011.

168

169

Fig. 168 - Antiga Fábrica Pátria de Plásticos na Avenida Conde Margaride em 2011, antes da intervenção pelo gabinete Miguel Guedes Arquitetos para Casa da Memória.

Fig. 169 - Casa da Memória inaugurada em 2012.

170

171

Fig. 170 - Antiga fábrica na Veiga de Creixomil antes da recuperação para Laboratório da Paisagem, obra de Fátima Fernandes e Michelle Cannatá.

Fig. 171 - Laboratório da Paisagem inaugurado em 2012.

"Quando se inicia a preparação da candidatura da Capital Europeia da Cultura (2006), são já diversas as obras e os projetos inseridos neste plano de atuação que se encontram em curso, pelo que, em grande medida, a capital não foi o pretexto, mas a oportunidade para fazer obra programada, ou para dar sequência à oportunidade que se oferecia de usufruir de fundos financeiros e de ativar parcerias num tempo mais curto. Assim, foi possível concretizar infraestruturas em tão curto espaço de tempo."[169]

U.M., Relatório Final CEC 2012

Guimarães Capital Europeia da Cultura foi de facto uma oportunidade de concretizar ações já pensadas e programadas, ou de auxiliar outras já em curso. Ainda englobados nestas ações estão os planos de requalificação do antigo Mercado Municipal e da Veiga de Creixomil. A requalificação do Mercado Municipal da autoria do arquiteto Marques Silva vinha complementar as intervenções nos restantes espaços públicos da cidade e ligar-se à recuperação, já referida, da Fábrica Pátria a Casa da Memória. Tenciona-se criar condições para o comércio qualificado e de proximidade, conjugando cultura, lazer e serviços, assim se designa de Plataforma das Artes e Criatividade[170]. Projeto a cargo do gabinete Pitágoras Arquitetos desenha este espaço multifuncional baseado em três espaços principais: o Centro Internacional das Artes José de Guimarães, os Ateliers Emergentes de Apoio à Criatividade e os Laboratórios Criativos.

"Hoje há um claro entendimento de que a Plataforma das Artes se assume como o equipamento âncora da Guimarães 2012 (...) o complexo arquitetónico é hoje gerador de espaço público, lugar de estar, palco de eventos, afirmando-se já como uma referência premiada do património arquitetónico contemporâneo de Guimarães. Nesse sentido, quer a estrutura museológica, o edificado, quer os seus espaços exteriores, pelo aparato cénico que oferecem, constituem um novo polo de atração turística."[171]

U.M., Relatório Final CEC 2012

A requalificação ambiental da Veiga de Creixomil, é um projeto ainda em discussão e planeamento, mas que interferiu também na CEC 2012 com a conclusão e uso do Laboratório da Paisagem e da Horta Pedagógica e Social. Procura-se tirar partido da potencialidade da zona entre a cidade e os seus principais acessos. Desde o início do séc. XXI que esta se tem dotado de vários equipamentos úteis para a cidade e que tornam atrativa a zona: pavilhão multiusos, piscinas, pista de atletismo, escola e hospital, bem como de caminhos pedonais e cicláveis, e linhas de água existentes no terreno. Planeia-se um grande espaço verde com duas vertentes: o usufruto da população ligada à atividade agrícola e a qualificação da zona como parque urbano de carácter lúdico e pedagógico, com novos espaços de estar, lazer e equipamentos de apoio ao conhecimento, como é o Laboratório da Paisagem. Este plano continua em discussão em 2014, pela Câmara Municipal de Guimarães e pela Universidade do Minho, no âmbito da candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, existindo a possibilidade de criar um extenso lago artificial, duas torres de serviços e um mini metro de ligação à cidade.

"Quanto à Capital Verde Europeia, a UMinho irá reforçar a equipa de trabalho para elaborar o estudo que assinale as condições de sucesso da candidatura vimaranense. No âmbito do Laboratório da Paisagem, o Município de Guimarães pretende que seja criada uma incubadora de empresas de base agrícola e segurança alimentar e constituída uma bolsa de terrenos."[172]

C.M.G.

169 Universidade do Minho -"Relatório Final CEC 2012 - Impactos Económicos e Sociais". Universidade do Minho, 2013. Disponível em: http://www.guimaraes2012-impactos.pt/ (Pág. 99)

170 Projeto realizado entre 2010 e 2012, arrecada os seguintes prémios: Red Dot Design Award 2013 "Best of the Best" e "Detail Readers' Prize 2012".

171 Universidade do Minho -"Relatório Final CEC 2012 - Impactos Económicos e Sociais". Universidade do Minho, 2013. Disponível em: http://www.guimaraes2012-impactos.pt/ (Pág. 102)

172 "Câmara de Guimarães e UMinho planeiam futuro em reunião conjunta" Reunião no dia 11 de Março de 2014. Disponível em: http://www.cm-guimaraes.pt/frontoffice/pages/100?news_id=1457

Em termos simples, de recuperações isoladas passou-se para a intervenção alargada do G.T.L com a colaboração do arquiteto Fernando Távora que trouxe outra mentalidade para o planeamento da cidade e a distinção da UNESCO para as obras de Reabilitação. Começa-se a investir mais na envolvente, com os apoios do PRU, da realização do PDM e da CEC 2012. Hoje o trabalho continua.

"Em relação ao centro de Guimarães, acho que o que foi feito foi um trabalho formidável, que tem sido feito, quase único em Portugal. E, portanto, não há nada que me incomode e que eu diga "... bem isto aqui é preciso intervir, deitar abaixo, etc... no centro de Guimarães". Na periferia, sim há. Mas isso, o problema das periferias das cidades é geral. Agora, há muitas cidades portuguesas que acompanhando esta coisa tão boa do desenvolvimento que tiveram, de mais equipamentos, e de universidades e de melhores acessos e tudo isso, também isto foi acompanhado por muito más soluções em termos da cidade, do desenvolvimento da cidade. Em Guimarães não acontece isso, é muito equilibrado o que se fez em Guimarães. (...) Em grande parte deve-se à intervenção direta do arquiteto Távora no centro histórico, na direção da recuperação do centro histórico. Portanto, é um exemplo muito bom de como intervir nas cidades, nestas cidades portuguesas. Infelizmente, não é geral. Mas aqui aconteceu assim."[173]

Álvaro Siza Vieira

173 Entrevista à GuimarãesTV no dia 6 de Novembro de 2012. Disponível em: http://videos.sapo.pt/5tWbd2Yv27T-CmkuaVsrM

3 CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA DA CASA DO CENTRO HISTÓRICO

DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

"Fachadas estanhadas caiadas a branco, cobrem rebocos de massas podres preparadas para acompanhar os movimentos de envelhecimento das madeiras estruturais das paredes, caixilharias e madeiramentos à vista, pintados a tinta de óleo em verde loureiro, roxo-rei ou outra cor, estão prontas para suportar duros Invernos, graças ao óleo de linhaça, água raz e secante.

Nesta mistura de tons, materiais e modos de fazer, devolve-se a cidade à cidade."[1]

ARQ. **ALEXANDRA GESTA**

1 Alexandra Gesta cit. por Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 170)

3.1. ESTRUTURAS PRIMÁRIAS

Consideram-se estruturas primárias todas aquelas que formam a estrutura principal e básica de delimitação e suporte de todas as outras estruturas. Fala-se, portanto, das estruturas das paredes de meação, dos pisos e do telhado.

As paredes de meação da casa do Centro Histórico de Guimarães são em geral construídas pela conjugação de granito e taipa de rodízio. Nas situações mais frequentes o granito faz o piso do rés do chão e os pisos superiores são construídos em taipa de rodízio. Noutros casos o granito é usado em mais pisos para além do piso do rés do chão ou, em casos mais recentes, toda a parede de meação é construída em alvenaria de granito galheiro[2] aparelhado. Estas paredes variam entre 30 e 60cm de espessura, sendo as pedras assentes em argamassa de cal[3], areia e saibro.

"Os princípios fundamentais que devem ser respeitados na construção de uma alvenaria de pedra são: a boa arrumação das pedras, à fiada[4] ou em perpianho[5], constituindo camadas o mais coesas e horizontais possível, sem descurar o travamento da parede nas esquinas, podendo ou não fazer-se uso da argamassa, segundo a técnica escolhida."[6]

Gabriela Teixeira e Margarida Belém

Antes de levantar as paredes é necessário criar as suas fundações, abrem-se fossos, chamados caboucos, que são cheios pela alvenaria até ao nível do terreno, estabelecendo assim o ensoleiramento, isto é, o nivelamento dos alicerces de base para as paredes. As fundações não têm dimensões fixas, variam consoante as características do terreno, atingindo a profundidade necessária até descobrir terreno firme. A partir daí levantam-se as paredes do rés do chão em alvenaria de granito, continuando no mesmo material até à cobertura ou sobrepondo-lhes as paredes em taipa de rodízio:

"(...) técnica de construção de paredes interiores e exteriores, apenas utilizada para os andares superiores ao rés do chão, que é sempre feito de alvenaria de granito galheiro aparelhado. Esta técnica compõe-se de uma estrutura de vigas de madeira que funciona como um esqueleto bastante elástico, e cujos vãos são preenchidos por tijolo burro acompanhado com argamassa."[7]

Gabriela Teixeira e Margarida Belém

As paredes em granito executam-se pelo aparelhamento das pedras desbastadas para obterem uma forma mais uniforme e molhadas para ficarem mais limpas. Depois de assentes, estende-se uma camada de argamassa sobre elas e volta-se a colocar outra fiada de pedras, batendo com o maço nas mesmas até que a argamassa saia pelas juntas.

Para o levantamento das paredes de rodízio[8] assentam-se vigas horizontais sobre as paredes de granito, para servirem de suporte às paredes e de encaixe para as vigas de apoio do soalho. Estas devem ser cravadas nas paredes do rés

2 Tipo de granito que se encontra na região de Guimarães.
3 "Entende-se por argamassas de cal as misturas plásticas obtidas com areia, água e um ligante (a cal), que servem para ligar entre si as pedras ou os tijolos das construções de alvenaria e para as revestir com camadas protectoras e/ou decorativas (emboço, reboco, etc.). Para fazer uma boa argamassa é necessário saber escolher as areias, a água e o ligante a utilizar, pois há argamassas com diferentes finalidades e características." Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 104)
4 Pedra assente pelo seu comprimento formando uma fileira.
5 Pedra colocada na direção transversal à fiada, ocupando a espessura do muro, conferindo estabilidade à parede.
6 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 72)
7 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 64)
8 Paredes em geral chamadas de taipa de rodízio, em Guimarães é mais frequente dizer-se apenas paredes de rodízio.

Fig. 1 - Antiga Rua de Santa Cruz em 1947, situava-se no atual Parque do Castelo e era uma das mais antigas ruas da cidade. Esta, até à sua demolição, era testemunho vivo do sistema construtivo que permanece no Centro Histórico. As construções típicas de alvenaria de granito no rés do chão e estrutura de madeira nos pisos superiores, como é possível analisar na primeira casa à direita.

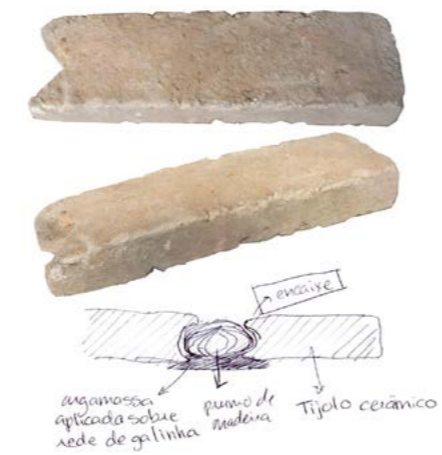
Fig. 2 - A Praça de Santiago , em 2014, é exemplo vivo do sistema construtivo das casas do Centro Histórico vimaranense, com o piso do rés do chão em alvenaria de granito e os pisos superiores e acrescentados em estrutura de madeira.

Fig. 3 - Fotografia de 2014 da zona de Couros que mostra as paredes de meação revestidas a telha e a chapa.

Fig. 4 - Fotografia pelo interior de parede de meação da Casa de Sarmento, no Largo de Martins Sarmento, nº51, em 2014. Esta é representativa do sistema de construção de paredes em taipa de rodízio com travamento múltiplo: na perpendicular e em cruz.

Fig. 5 - Fotografia pelo interior de parede de meação de uma casa na Rua de Val de Donas, nº19, no Centro Histórico de Guimarães, em 2014. Esta mostra, em avançado estado de degradação por humidade, a estrutura de paredes em taipa de rodízio com travamento simples: em forma de N.

Fig. 6 - Fotografia pelo interior de parede de meação de uma casa no Largo A. L. De Carvalho, nº18, no Centro Histórico de Guimarães, em 2014. Esta exemplifica o sistema construtivo de paredes em taipa de rodízio com travamento múltiplo em forma de cruz.

Fig. 7 - Tijolo burro cerâmico utilizada na construção de paredes em taipa de rodízio, com o seu corte lateral em V, encaixe melhor no prumo vertical de madeira e permite à argamassa entranhar-se melhor nessa união, conferindo-lhe ainda mais firmeza.

do chão e das construções adjacentes. Para construir o piso seguinte ou mais, começa-se pela construção do novo pavimento, apoiando a nova parede e depois aplica-se o teto do piso inferior. Sobre as vigas mestras constroem-se as vigas de apoio do soalho com cerca de 8 x 15 cm, pregam-se as vigas soleiras sobre o soalho para suporte da parede com cerca de 10 x 13 cm. Define-se o pé direito com barrotes verticais pregados às soleiras, o teto apoia nesses barrotes verticais. A estrutura principal da parede consiste em pregar na base e no topo vigas a prumo de 12 x 12 cm distanciadas 50 cm entre si. A estrutura de emadeiramento varia entre: vigas a prumo sem qualquer travamento entre si e pregadas unicamente nas extremidades, ou vigas a prumo com travamento múltiplo ou simples: o múltiplo é na perpendicular e em cruz e o simples é na diagonal, em forma de N.

Segue-se o preenchimento dos espaços entre vigas, assentando tijolo burro com argamassa. Os tijolos adossados às vigas devem ter um corte lateral em V, para melhor se encaixarem na madeira. O passo seguinte seria aplicar os devidos revestimentos, contudo, para que o reboco[9] agarre melhor, aplicam-se primeiramente as técnicas tradicionais de golpear a madeira com um pequeno machado e reforçando ainda pregando pregos de caibrar e dobrando a cabeça. Atualmente, esta prática é substituída pela colocação de uma rede, normalmente a chamada rede de galinheiro, conferindo uma maior estabilidade ao reboco. De seguida, aplica-se o reboco com cerca de 1,5 cm de espessura, sendo a argamassa composta por areia de rio, cal hidráulica, saibro e cal aérea. É nesta fase que se coloca o rodapé e depois, com a talocha, se aplica a camada de estanho, argamassa com 1 cm de espessura composta por areia fina, cal hidráulica e cal aérea. Para finalizar, são utilizadas tintas artesanais. No caso das paredes em granito, o seu revestimento interior passava pela regularização com argamassa de cal, areia e saibro, e depois eram estucadas e caiadas ou pintadas. O revestimento exterior, nas partes à vista das empenas, é finalizado por soletos de ardósia[10], chapa ondulada[11] ou telha caleira[12]. Após esta descrição da construção em taipa de rodízio, convém esclarecer as várias aplicações do termo taipa:

"O termo taipa que na sua origem significa tapume (ou seja divisória de madeira), é utilizado em diferentes zonas do país como correspondente a técnicas distintas, onde se utiliza a madeira como elemento construtivo, seja de apoio ou estrutural. Assim, no Alentejo, taipa é um termo que serve para referir uma técnica de construção de paredes em terra batida e cujos suportes ao seu enchimento (taipais) emprestam o seu nome. Já noutras zonas do Norte do País o termo taipa é aplicado para definir uma técnica de construção em que os barrotes de madeira são empregues para realizar uma estrutura reticular cujos vãos são cheios de tijolo burro e argamassa ou barro."[13]

Gabriela Teixeira e Margarida Belém

A segunda estrutura considerada primária é a da construção dos pisos, baseada num vigamento de troncos de madeira[14] que nunca ultrapassam os 7 m de comprimento, logo assim se define a largura da casa. O diâmetro das vigas varia entre 20 e 30 cm, sendo estas desbastadas com um machado para as esquadriar em duas faces, para numa receber o revestimento do pavimento e noutra do teto. As vigas apoiam-se nas paredes de meação da casa, apoiando-se em cerca de dois terços da parede ou mesmo em toda a espessura da parede. O vigamento deve começar e terminar sempre com uma viga encostada às paredes de fachada e as restantes vigas devem espaçar entre 50 a 60 cm entre si, sendo travadas por tarugos colocados à pressão e espaçados cerca de 1,5 m.

9 Camada de argamassa com cerca de 1cm, aplica-se sobre o emboço e serve para proteger a alvenaria. O reboco pode servir de acabamento, no caso da aplicação direta da caiação ou pintura, ou ser a base para a aplicação de esboço, estuque ou outro revestimento.
10 Em forma de escudete pregados sobre um ripado de madeira.
11 Chapa zincada ondulada fixada a um ripado, sobre um barramento de asfalto usado como impermeabilização.
12 Telha de barro em forma de meia cana, fixada com pregos a um ripado.
13 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 63)
14 Também comummente designados de paus rolados.

Fig. 8 - Fotografia de 2014 da Albergaria de S. Crispim, na Viela de S. Crispim. Estrutura de apoio ao pavimento do piso 1, vista do piso do rés do chão. Esta casa é um exemplar importantíssimo em Guimarães, esta data de 1315 e mantém todas as estruturas originais, como uma casa-museu do sistema construtivo das casas do Centro Histórico de Guimarães.

Fig. 9 - Estrutura de piso a recuperar numa casa no Largo A.L. De Carvalho, nº32, em obras de reabilitação em 2014.

8

9

Fig. 10 - Encaixe na parede de meação das vigas da estrutura de piso a recuperar ou novas. Na mesma casa da Fig. 9 em 2014.

Fig. 11 - Colocação de nova estrutura de pavimento sobre vigas recuperadas do pavimento antigo. Na mesma casa da Fig. 9 em 2014.

10

11

Fig. 12 - Na mesma casa da Fig. 9 em 2014, vê-se a construção de uma nova estrutura de piso sobre vigas antigas recuperadas e a recuperação da estrutura do telhado com a adição de novas varas quando necessário. À direita vê-se, ainda, a inclusão de uma clarabóia na cobertura.

12

Fig. 13 - Estrutura antiga de telhado a recuperar na mesma casa da Fig. 9 em 2014.

Fig. 14 - Estrutura de telhado a ser recuperada na mesma casa da Fig. 9 em 2014. Onde se vê o encaixe das varas no contrafrechal sobre a parede de meação.

13

14

Segue-se o revestimento de pavimentos e tetos. Os pavimentos são revestidos por um tabuado de madeira, designado de soalho, entre os 2,5 e 5 cm de espessura, 12 e 30 cm de largura e até 10 m de comprimento. As tábuas encaixam a meia madeira[15] ou em forma de macho-fêmea[16] e são pregadas às vigas. Para finalizar eram alisadas manualmente e depois enceradas. No caso dos tetos, a opção tradicional era um tabuado de madeira pregado ao vigamento, mais tarde substituída pelo acabamento em estuque, baseando-se na disposição em grelha de ripas trapezoidais espaçadas um dedo entre si, chamadas fasquios[17]. Primeiro, e antes da colocação do soalho, levam uma camada de argamassa de cal e saibro por cima, preenchendo os espaços, e depois uma segunda camada de argamassa de areia fina e cal que regulariza o teto, aplica-se sob os fasquios e é depois acabado em estuque[18].

A última estrutura primária é a do telhado, dividindo-se em telhados de duas ou quatro águas, cujas estruturas foram evoluindo e tornando-se mais complexas. Os modelos descritos aqui são os mais frequentemente utilizados nas reabilitações atuais. Os telhados de duas águas têm uma estrutura simplificada de vigas apoiadas nas paredes de meação e espaçadas 1,5 m, sobre as quais é pregado o varedo[19] e transversalmente o ripado de suporte da telha. Os telhados de quatro águas têm uma estrutura mais complexa, baseia-se numa armação de duas vigas (pernas) dispostas em tesoura e sustentadas numa viga transversal (linha) apoiada na parede de meação. Estas pernas unem-se superiormente a meia madeira e são, em geral, travadas por outra viga pequena na transversal (nível), encaixada a meia madeira nas pernas por volta dos dois terços de altura. Longitudinalmente, a estrutura é travada por outras vigas de madeira: ao nível da cumeeira pelos paus de fileira e a meio do vão das pernas pelas madres. Para finalizar a armação, é colocada um outra viga, designada rincão, na transição das vertentes para a tacaniça[20], entre as paredes de meação e das fachadas, apoiando-se no pau de fileira e no contrafrechal[21]. Terminada a armação, é pregado o varedo, sobre ele, um tabuado transversal de guarda-pó[22], e finaliza-se com um ripado de suporte das telhas.

Também o tipo de telha de revestimento dos telhados evoluiu, levando a transformações na estrutura, até ao modelo apresentado atualmente e descrito acima. Da telha vã, sem qualquer encaixe precisando de ser fixada por argamassa diretamente ao guarda-pó, passou-se para a telha Marselha, que permite maiores pendentes e aproveita o vão da cobertura. Esta evolução promoveu os telhados de duas águas, mais frequentes no Centro Histórico de Guimarães.

3.2. ESTRUTURAS SECUNDÁRIAS

Entende-se por estruturas secundárias todas aquelas que, não sendo as principais de suporte da construção, o estruturam a nível da forma, organização e suporte de outros elementos essenciais para o funcionamento do edifício. Referem-se, assim, às paredes das fachadas, ressaltos sobre a rua, paredes interiores, escadas interiores, clarabóias e águas furtadas.

....

15 Tipo de união de duas peças, que consiste na execução de um rebaixo em forma de degrau numa das peças e do reverso na outra. Une em várias posições: topo a topo, topo a flanco e flanco a flanco.
16 Tipo de união entre duas peças, em forma de lingueta e ranhura, muito utilizada em tabuados, caixilhos, almofadas, degraus, etc.
17 Tiras estreitas e compridas de madeira, de secção trapezoidal, pregadas em tetos e tabiques, repetida com pequenos intervalos formando uma armação plana que segura a argamassa de enchimento.
18 Massa feita com pó de mármore amassado com cal, gesso e areia.
19 Conjunto de varas: vigas de madeira de pequena secção, roladas ou esquadriadas, usadas na armação de um telhado, para receber o ripado, sobre o qual são assentes as telhas. Chamam-lhe igualmente caibros.
20 Cada um dos lanços laterais de um telhado de quatro águas.
21 Viga de madeira que serve de apoio ao vigamento do sobrado, das tesouras ou das linhas da estrutura da cobertura.
22 Forro de tabuado aplicado sobre o varedo, para evitar a entrada de pó, mais utilizado nas casas abastadas.

Fig. 15 - Parede interior de tabique simples em construção na casa no Largo A.L. De Carvalho, nº32, em obras de reabilitação em 2014. Nesta fotografia é possível analisar a estrutura de tábuas verticais às quais estão já pregados os fasquios e inicia-se a colocação da rede de galinheiro para melhor agarrar a argamassa de revestimento.

Fig. 16 - Na mesma casa da Fig. 15 em 2014, vê-se o assentamento de uma parede interior de tabique dupla face sobre um frechal apoiado no vigamento do piso.

15

16

Fig. 17 - Parede interior de tabique dupla face em que é possível analisar a sua construção. Primeiro a recuperação de tábuas e prumos existentes na vertical, à direita , e a colocação de novas tábuas na diagonal à esquerda. Segue-se a colocação do fasquiado, da rede de galinheiro e da argamassa de revestimento. Vê-se ainda a incorporação de tubagens necessárias e a abertura de um vão interior. Fotografia da mesma casa da Fig. 15 em 2014.

17

Fig. 18 - Exemplo de ressalto sobre a rua no piso 1 de uma casa na Rua do Retiro, no Centro Histórico de Guimarães, em 2014. Neste caso a estrutura de suporte não está à vista.

Fig. 19 - Vista da Rua do Retiro para a Rua Egas Moniz em 2014. Nesta fotografia vê-se do lado esquerdo um ressalto de uma casa sobre a rua com as vigas de suporte à vista e ao fundo da rua, observa-se a Casa da Rua Nova, reabilitada pelo arquiteto Fernando Távora e G.T.L., Também ela com ressalto sobre a rua nos dois pisos superiores ao piso do rés do chão.

18

19

Fig. 20 - Viela da Arrouchela no Centro Histórico de Guimarães, em 2014, caracteriza-se pelos vários passadiços que vão atravessando a viela de um lado ao outro.

Fig. 21 - Aproximação a um passadiço na Viela da Arrouchela, em 2014. Aqui é possível analisar a estrutura de apoio da passagem apoiada nas paredes de fachada de cada uma das casas que liga.

20

21

Começando pelas paredes de fachada, no caso das casas do Centro Histórico vimaranense, estas assemelham-se às paredes de meação, já descritas anteriormente. Deste modo, em geral, o piso térreo é em alvenaria de granito aparelhado e os restantes pisos construídos em taipa de rodízio. Tal como as paredes de meação e em casos mais recentes, existem exemplos de fachadas com mais pisos construídos em granito. Diferente das paredes de meação é o acrescento de pisos construídos em tabique[23], também designado de taipa de fasquio. Em casas a partir dos três pisos na totalidade, no terceiro piso é usada a taipa de fasquio, ou seja, rés do chão em granito, piso um e dois em taipa de rodízio e/ou piso dois e três em tabique. Isto é, as paredes em tabique, são paredes que podem ser exteriores ou interiores, no caso do exterior são utilizadas na continuação de fachadas em granito e rodízio ou em pisos recuados ou acrescentados posteriormente à sua construção primordial.

Estas paredes em tabique têm duas vertentes: as paredes de tabique simples e as paredes de tabique simples reforçado, estas últimas comummente chamadas de paredes dupla face em Guimarães. As primeiras, paredes de tabique simples compõem-se por um estrutura de prumos verticais espaçados 1m entre si e apoiados nas vigas dos pisos ou nos frechais[24] quando assentes numa parede de pedra, tendo também um frechal superior. O encaixe entre peças mais usado é a meia madeira. Após terminada esta estrutura, é necessário marcar os vãos pretendidos para a parede, fazendo-o por meio de travessanhos[25] e vergas[26]. A estrutura de prumos é depois preenchida por tábuas de 2 cm de espessura dispostas em duas filas, umas na vertical e outras na diagonal. Sobre este duplo tabuado são pregados os fasquios, e a rede de galinheiro mais recentemente, no interior e no exterior, para agarrarem o reboco, se exteriormente for outro revestimento é pregado um ripado onde podem assentar soletos de ardósia ou chapa ondulada. No caso do reboco exterior é aplicado um sebo ou colas naturais que lhe garantam maior consistência. Esta forma de revestimento interior e exterior das paredes de tabique simples é igualmente usada para as paredes de tabique simples reforçado. Estas últimas, chamadas dupla face, como o próprio nome indica, pode manter a estrutura de prumos das paredes de tabique simples, revestindo-se nas duas faces por uma tabuado de 2 cm de espessura colocado em diagonais opostas em cada uma das faces, ou umas na vertical e outra na diagonal. Quando tem prumos entre o tabuado permite o enchimento do seu interior com materiais que criem algum isolamento térmico, portanto, é tipo de parede de tabique mais adequado para usar como parede de fachada.

Um caso excepcional das paredes de fachada, que é também considerado uma estrutura secundária, é o ressalto dos pisos superiores sobre a rua. Como já foi dito, este servia para ganhar espaço interior para a habitação, sendo assim uma continuação do piso interior balançado sobre a rua. Portanto, para a execução desta saliência é necessário, antes de mais, definir o balanço e calcular a viga de suporte que deve ter pelo menos 11/2 da medida do balanço para o interior. Outro caso são os passadiços, menos comuns, fazem a transição entre casas uma de cada lado, atravessando sobre uma rua pedonal. Em Guimarães caracterizam a Viela da Arrouchela e são construídos como um piso normal, com as vigas apoiadas em cada uma das casas.

Seguem-se as paredes interiores que têm como maior função definir a compartimentação da habitação, e algumas servem de suporte às escadas interiores formando a chamada caixa de escadas. As paredes interiores são construídas em tabique, começando por uma estrutura de prumos e sistema de

23 Tabique é o nome mais usado em Guimarães para designar este tipo de paredes, embora noutros locais se prefira a expressão taipa de fasquio.
24 Barrotes corridos sobre o soalho ou através do vigamento, servindo de apoio da estrutura das paredes de tabique: prumos e escoras ou simplesmente o tabuado.
25 Barrote transversal entre prumos.
26 Viga de madeira destinada a vencer vãos de portas ou janelas, apoiada nas respectivas ombreiras.

Fig. 22 - Entrada de casa na Rua da Rainha Dona Maria II, nº120, no Centro Histórico de Guimarães, em obras de reabilitação em 2014. Vê-se a escada de acesso ao piso superior de um só lanço e encostada à parede de meação.

Fig. 23 - Caixa de escadas com clarabóia de iluminação central numa casa no Largo A.L. de Carvalho, nº32, em obras de reabilitação em 2014. Nesta é possível ver a tábua corrida de remate dos degraus ao longo de todo o interior das escadas, suportando a guarda de madeira e fazendo a transição com o revestimento inferior das escadas.

Fig. 24 - Caixa de escadas central de outra casa no Largo A.L. de Carvalho, nº18, sem qualquer intervenção, em 2014. Vê-se os mesmo elementos da figura anterior e ainda uma porta a meio de um dos lanços de escada.

Fig. 25 - Clarabóia circular da mesma casa da Fig. 23, em obras de reabilitação em 2014. É possível observar a estrutura metálica do lanternim e a estrutura à vista do tambor da clarabóia.

Fig. 26 - Aproximação à estrutura do tambor da mesma clarabóia da Fig. 25, é possível analisar a degradação da madeira pela humidade consequente da má impermeabilização, tendo já uma telha à vista pelo interior em cima. Vê-se ainda o fasquiado de apoio à argamassa de revestimento e os pregos que ficaram dos fasquios que entretanto caíram pela avançada degradação.

Fig. 27 - Fachada noroeste do Largo do Toural, em 2014. Os edifícios que conformam esta fachada do largo caracterizam-se pelas suas clarabóias e águas furtadas de diferentes tamanhos, formas e materiais de revestimento.

encaixe a meia madeira, processos iguais aos anteriormente descritos para as paredes de tabique simples, e depois sendo preenchidas por tábuas costaneiras[27] mais grossas de 4 a 5 cm de espessura, colocadas na vertical e pregadas aos frechais com um espaçamento de 1 cm entre cada tábua. Em termos de revestimento são iguais às demais paredes, com a prega do fasquiado até ao nível do rodapé para receber as argamassas.

As paredes das caixas de escadas podem ser de um dos dois modelos já apresentados para paredes de fachadas em tabique, diferenciando-se pelo encaixe com a estrutura das escadas e marcando o interrompimento do vigamento do piso para as encaixar. As escadas interiores, falando no geral, em Guimarães, são de um ou dois lanços em madeira, existindo muitos casos em que no piso do rés do chão são em pedra tal como as paredes e de apenas um lanço. Nos casos de pisos acrescentados posteriormente a escada de acesso é normalmente de apenas um lanço e em madeira, tendo maior inclinação. Em termos de localização, estas situam-se, normalmente, num ponto central do edifício, ou em alguns casos relacionados com as escadas de só um lanço no piso térreo, encontram-se encostadas a uma das paredes de meação da casa.

Construtivamente, as escadas impõem, como já referido, a interrupção das vigas dos pisos, utilizando-se cadeias[28] e chinchareis[29] para o fazer. Estes dois elementos formam também os diversos patamares pretendidos: as cadeias sustentam-se no vigamento do piso respetivo e nos patamares intermédios apoiam-se na estrutura da parede; os chinchareis, nas duas situações, podem apoiar-se nas cadeias ou nas paredes de meação. Quanto aos lanços das escadas, o normal é formarem-se por duas vigas, denominadas de pernas, uma em cada extremidade do lanço, contudo, em casos de maior largura acrescenta-se uma terceira perna a meio do lanço. As pernas encaixam por entalhe nas cadeias do patamar de piso e intermédio. É nas pernas que se pregam as tábuas que fazem os cobertores, com 4 cm de espessura, e os espelhos das escadas, com 2 cm de espessura, unindo-se por macho-fêmea. Em relação ao revestimento da escadaria: as faces dos lanços revestem-se por uma tábua guarda-chapim[30] que serve de apoio aos balaústres, encaixando em respiga[31] e mecha[32]; as partes inferiores dos lanços e patamares podem ser revestidos a estuque, sendo o processo igual à criação de um teto em estuque, neste caso rematado por um mata juntas entre o estuque e o guarda-chapim; do lado contrário, um rodapé faz a transição entre os degraus e a parede.

Ainda como elementos de estrutura secundária da casa típica do Centro Histórico de Guimarães consideram-se as clarabóias[33] e águas furtadas[34] associadas às coberturas dos edifícios. As primeiras podem assumir várias formas e desenhos, dividindo-se em formas retas ou circulares e elípticas. As retas, baseadas em quadrados e retângulos, encontram-se, normalmente, ao correr das águas do telhado. As mais simples materializam-se apenas por telhas de vidro, outras por um caixilho colocado sobre a clarabóia adotando a pendente da cobertura, e as salientes do plano da cobertura diferenciam-se pelo desenho do lanternim. O espaço da clarabóia exige a interrupção da estrutura da cobertura e do vigamento do teto, por meio de cadeias. Neste espaço são pregadas tábuas

27 Tábuas extraídas da parte exterior de um toro, com uma só face, ou com uma face completa e a outra que não ocorre em toda a extensão.
28 Vigas transversais ao vigamento de um piso, nas quais se apoia e prega de topo, para receber as vigas interrompidas, criando deste modo um vão.
29 Vigas de pequena dimensão que se apoiam na cadeia que recebe as pernas das escadas e na cadeia junto das paredes de meação, quando esta existe, senão apoia-se diretamente nas paredes de meação.
30 Tábua corrida, pregada ao flanco das pernas das escadas nas faces voltadas para a bomba, tapando a vista de topo dos degraus e apoiando os balaústres.
31 Tipo de malhete em forma de língua, executado no topo de uma peça de madeira, com a finalidade de encaixar na respiga de outra peça, unindo as duas peças.
32 Escavação cega ou passante, no topo ou no flanco de uma peça de madeira, para nela encaixar a respiga de outra peça.
33 Peça ou parte envidraçada de um telhado para entrar claridade para o interior.
34 Também designadas trapeiras, formam-se por uma janela aberta num pequeno volume instalado na vertente de um telhado, com cobertura de uma, duas ou três águas. Servem para ventilação do espaço e entrada de claridade.

Fig. 28 - Água furtada voltada para a fachada tardoz da casa nº 120 da Rua da Rainha Dona Maria II.

Fig. 29 - Vista interior da mesma água furtada da figura anterior. Esta compõe-se por apenas uma pequena janela de batente, paredes laterais apoiadas na cobertura do edifício e cobertura própria apoiada nas suas paredes.

28

29

Fig. 30 - Edifícios da Praça de Santiago, em 2014, apresentam-se vários tipos de caixilharias em madeira típicas do Centro Histórico vimaranense. Nesta imagem destaca-se a primeira varanda à esquerda com as portas com o quadro de vidro saliente encaixado que abre e tem portada interior.

Fig. 31 - Porta de varanda na casa nº19 da Rua de Val de Donas, no Centro Histórico de Guimarães, em 2014. Esta tem uma bandeira fixa superior e duas folhas de batente. Uma com o encaixe do quadro de vidro típico em Guimarães e a outra com uma portada de abrir e fechar.

30

31

Fig. 32 - Varanda com portas em momento de recuperação na obra de reabilitação, em 2014, na casa nº 32 do Largo A.L. De Carvalho. Estas são em madeira com duas folhas, quadro de vidro saliente no exterior e portadas interiores.

Fig. 33 - Mesmas portas da figura anterior, vistas pelo interior numa fase posterior de recuperação e tratamento.

32

33

Fig. 34 - Portas de varanda na casa nº 120 da Rua da Rainha Dona Maria II, em obras de reabilitação em 2014. Estas portas foram feitas à imagem das antigas: em madeira com duas folhas, quadro de vidro saliente e portada interior.

Fig. 35 - Vista pelo interior das mesmas portas da figura anterior com as portadas interiores abertas.

34

35

entre a estrutura do teto e da cobertura, formando, assim, as paredes da clarabóia. As circulares ou elípticas implicam a mesma estrutura das anteriores adicionando alguns barrotes aos cantos conformando a forma da clarabóia. As paredes da clarabóia erguem-se a partir de uma estrutura de aduelas[35] espaçadas meio metro e com 7 cm de lado, apoiam-se no teto e águas da cobertura e são travadas por travessanhos a meia altura e por um frechal superior com a forma da clarabóia. Este frechal suporta o lanternim, sendo que à sua estrutura metálica se prega um tabuado à volta de 1 cm de espessura, ao qual se prega o fasquiado para receber o revestimento, em tudo igual à elaboração de tetos. Pelo exterior, as clarabóias salientes, mais precisamente o tambor, pode ser revestido a telha assente em argamassa, a chapa zincada ou mesmo zinco. As águas furtadas compõem-se por paredes e seus revestimentos iguais às dos pisos acrescentados, onde normalmente estas se encontram, apoiando-se nas vigas do piso ou numa cadeia da estrutura do telhado. As suas próprias coberturas executam-se de igual modo que as coberturas de quatro águas.

3.3. CAIXILHARIAS

As caixilharias são outro elemento essencial na conformação do edifício e dos seus espaços interiores, sendo capazes de os organizar definindo acessos e de lhes conferir maior qualidade espacial, graças à entrada de luz e ventilação de ar. Inicialmente, estas eram apenas portadas de madeira que se foram desenvolvendo ao longo dos séculos devido à evolução e introdução de novos materiais, como o vidro, mudança esta marcada em vários exemplares vimaranenses.

Assim, com o aparecimento do vidro no séc. XVIII em Portugal, no lugar das almofadas[36] das portas encaixam-se quadros de madeira e vidro, que se podiam pôr, tirar, abrir ou fechar outra portada interior de madeira. Estes quadros marcam as caixilharias vimaranenses por estarem salientes da caixilharia primitiva, ainda hoje se recriam, em Guimarães, estas caixilharias à imagem das antigas. Este tipo de situação insere-se em portas ou janelas de sacada[37] de uma ou duas folhas, principalmente em varandas dos pisos superiores, sendo que nos casos de duas folhas pode ter o quadro de vidro apenas numa das folhas e a outra ter uma portada para ventilação do espaço. As portas em si desenham-se pelas suas almofadas, couceiras[38], travessas[39] e bandeiras[40], unidas entre si dentro dos sistemas por respiga, mecha e macho-fêmea. Estas janelas de sacada são sempre de batente[41], as janelas de peito[42] podem ser de batente ou de guilhotina[43]. As janelas de batente, na sua maioria, são rematadas superiormente por uma bandeira fixa, exceto as pequenas janelas das águas furtadas, sendo esta bandeira dividida da janela de abrir pela chamada travessa da bandeira. Conformam-se por couceiras e travessas, divididas por pinázios[44] e travessas intermédias, cujos espaços são preenchidos por almofadas ou vidros entre os 3 e os 5 mm de espessura. Para não entrar a água, fixam-se pingadeiras[45] ou borrachas nas travessas inferiores, as uniões entre peças são iguais às usadas nas portas e referidas anteriormente.

35 Barrotes de forma encurvada, usadas na construção de clarabóias ou em alizares.
36 Adornos que sobressaem nas madeiras das portas.
37 Janelas abertas até ao nível do pavimento do piso.
38 Parte da porta em que se pregam as dobradiças.
39 Peças horizontais das portas e janelas em madeira.
40 Partes superiores de portas e janelas em madeira e vidro, geralmente fixas.
41 Peça em que bate a porta ou janela ao fechar-se.
42 Janelas que têm como parapeito a própria parede.
43 Abre-se levantando o caixilho inferior.
44 Peças de madeira de secção reduzida, com um duplo rebaixo para receber vidro. São colocadas no interior de um caixilho de porta ou janela, para subdividi-lo em quadros menores com vidros de pequenas dimensões.
45 Peça destinada ao escorrimento de água.

Fig. 36 - Pequena janela de guilhotina e porta de duas folhas com quadro de vidro encaixado e portada interior, em casa da Praça de Santiago, em 2014. Esta janela de duas folhas de madeira, cada uma com duas colunas e duas filas de vidros.

Fig. 37 - Vista pelo interior de janela de guilhotina com portadas interiores em recuperação, em 2014, na casa nº 32 do Largo A.L. de Carvalho. Esta janela tem duas folhas de madeira, cada uma três colunas e duas filas de vidros.

Fig. 38 - Janelas de guilhotina da casa onde viveu um influente vimaranense Francisco Agra. Esta casa foi entretanto recuperada e situa-se na Rua de Francisco Agra. Estas janelas têm duas folhas de madeira, cada uma com cinco colunas e três filas de vidros.

Fig. 39 - Vista interior de janela de guilhotina na casa nº 19 da Rua de Val de Donas. Esta janela tem duas folhas de madeira, cada uma com quatro colunas e duas filas de vidro.

Fig. 40 - Fotografia de conjunto de fasquios de madeira prontos para serem utilizados na obra de reabilitação da casa nº 32 do Largo A.L. de Carvalho, em 2014. Nesta fotografia vê-se também uma das paredes em alvenaria de granito do piso do rés do chão da casa.

Fig. 41 - Na mesma casa da Fig. 40, em 2014, tábuas de madeira recuperadas para formar parede com vão interior.

Fig. 42 - Aproximação a parede de rodízio, observa-se os prumos e travamentos da estrutura em madeira, com os tijolos cerâmicos e a argamassa a preenchê-la, formando uma das paredes de meação da casa. Fotografia de 2014 na casa nº 18 do Largo A.L. de Carvalho.

Relativamente às janelas de guilhotina em Guimarães não se sabe ao certo de onde veio a sua referência, contudo, imagina-se que da cidade do Porto, onde se fixaram ingleses, no início do séc. XVIII, trazendo esse modelo de janela para Portugal. Estas janelas, em Guimarães, apresentam-se com duas folhas, uma superior e fixa, e uma inferior e de correr, diferente das janelas de abrir, estas têm um aro fixo onde correm as folhas numa calha. Estas folhas conformam-se por duas couceiras e duas travessas, dividindo-se o seu interior, por meio de pinázios em três ou quatro colunas e duas ou três filas de vidro, sendo as uniões entre peças idênticas às janelas de batente. Em ambos os tipos, o parapeito[46] pode ser uma única peça ou duas, sendo soleira[47] no exterior e tábua de peito[48] no interior.

3.4. MATERIAIS

Água, água rás, areia fina, areia de corroios, areia de rio, cal aérea, cal hidratada com óleo, cal hidráulica, cera, chapa zincada, colas, estuque, ferro, gelatina, gesso, granito, leite, madeira, óleo de linhaça, pigmentos, pó de mármore, reboco, saibro, secante, soletos de ardósia, telhas, tijolo burro, tintas, vidro... estes são os principais materiais com que se constrói uma casa típica do Centro Histórico de Guimarães. Cada material tem as suas características próprias que devem ser conhecidas no momento da sua escolha, tratamento e aplicação em obra, deste modo, cada material requer um manuseamento particular consoante o fim que se pretende obter do mesmo. Em primeiro lugar, o granito, a madeira e o tijolo burro, constituem a estrutura principal do edifício:

- O granito é o material mais resistente na construção deste tipo e capaz de exercer diferentes funções estruturais ou decorativas. Nestas construções é importante escolher as pedras ideais para cada ponto e que estas sejam desbastadas primeiramente, garantindo uma forma regular, sendo molhadas para não absorver as águas das argamassas, descascando-as depressa de mais, só depois se assentam procurando a melhor posição;
- A madeira é aqui um material importantíssimo a nível estrutural, de caixilharias e também estético, dada a existência de imensos tipos de madeira, que por sua vez origina diferentes formas de conservação, manutenção e durabilidade de cada madeira. As madeiras usadas na construção dividem-se em madeiras finas, duras, resinosas e brandas, existindo madeiras impróprias para a construção dada a sua curta durabilidade e fraca resistência. Para se aplicar como material estrutural, a madeira deve receber o tratamento adequado, estar bem seca e ter idade que lhe confira a qualidade necessária;
- O tijolo burro apresenta-se como um material complementar da estrutura das casas do Centro Histórico de Guimarães, preenchendo a estrutura principal de madeira das paredes das casas e assim satisfazendo a sua função de enchimento de outra estrutura. Este tipo de tijolo é maciço, tendo grande durabilidade e resistência. No tipo de parede em que se insere, em Guimarães, como já foi descrito anteriormente, apresenta um corte lateral em V para melhor encaixar nos prumos de madeira da estrutura principal de madeira.

Todos os outros materiais são usados como revestimentos ou como componentes das diversas argamassas:

- A água para as argamassas tem obrigatoriamente de ser potável, esta garante plasticidade e, portanto, trabalhabilidade à argamassa;
- A água rás é utilizada como solvente e na fabricação de tintas;
- A areia de corroios é utilizada nas argamassas de reboco exterior e

46 Peça de pedra ou madeira à altura do peito numa janela.
47 Parte inferior do vão de uma porta ou janela.
48 Tábua que reveste pelo interior o topo do parapeito.

Fig. 43 - Preparação de cal branca durante as obras de reabilitação na casa nº 32 do Largo A.L. de Carvalho, em 2014.

Fig. 44 - Preparação de argamassa durante o Programa PAGUS "Prática reflectida para a reabilitação urbana" em Guimarães, entre 2006 e 2007.

43

44

Fig. 45 - Saibro para utilização na mesma obra da Fig. 43.

Fig. 46 - Soletos de ardósia a revestir parede de meação da casa nº 120 da Rua da Rainha Dona Maria II.

45

46

Fig. 47 - Pigmentos a serem utilizados para a elaboração de tintas. Fotografia durante o programa PAGUS em Guimarães, entre 2006 e 2007.

Fig. 48 - Preparação de tintas pelo mestre de obras José Pereira, durante o programa PAGUS.

47

48

Fig. 49 - Tintas prontas a serem utilizadas, após a preparação na figura anterior, também no decorrer do programa PAGUS.

Fig. 50 - Experimentação da aplicação das tintas preparadas nas figuras anteriores durante o programa PAGUS.

49

50

interior, bem como nas argamassas de assentamento e isolantes;

- A areia de rio é usada nas argamassas de reboco interior e exterior, bem como em argamassas isolantes;
- A areia fina é usada para as argamassas de estanhado;
- A cal aérea é a ideal para alvenarias e rebocos, combinada com cimento garante mais resistência e menos tempo de presa;
- A cal hidratada com óleo dependendo do traço pode servir para argamassa de cal de consolidação, para reboco interior ou exterior;
- A cal hidráulica adequa-se ao uso nas fundações, combinada com cimento garante mais resistência e menos tempo de presa;
- A cera é utilizada a quente nas pinturas garantindo uma melhor fixação dos pigmentos, bem como resistência e durabilidade da pintura;
- A chapa zincada é usada no revestimento de paredes de meação à vista, tambores de clarabóias, chaminés e águas furtadas;
- O estuque é um revestimento conseguido pela dissolução do gesso em água e pela adição de uma cola forte, ou a partir do mármore em pó e da cal fina. Na sua aplicação deve ficar firme, denso e ser polido;
- O ferro é utilizado nas estruturas metálicas das clarabóias e lanternins, para pregar as diversas estruturas de madeira e como guarda nas varandas;
- O óleo de linhaça confere à tinta um carácter impermeabilizante;
- Os pigmentos são corantes de origem mineral ou vegetal, designadamente azuis, ocres, terras, verdes, vermelhos, preto, pó de sapato e sombra;
- O reboco é um revestimento que deve satisfazer os requisitos de aderência, impermeabilização, durabilidade e resistência mecânica, sendo as argamassas tradicionais mais eficazes que as argamassas bastardas e de cimento. O reboco utilizado nas paredes de tabique e de rodízio com 1,5 cm de espessura junta areia de rio, cal aérea, cal hidráulica e saibro. Para o reboco exterior ou argamassa de assentamento, usa-se areia de rio, areia de corroios e cal hidratada com óleo;
- O saibro é utilizado nas argamassas de reboco;
- Os soletos de ardósia resultam da divisão em folhas finas da rocha ardósia, têm grande durabilidade e são usados em fachadas e revestimentos de chaminés, tambores de clarabóias e águas furtadas;
- As telhas, substituem a palha ou colmo nas coberturas, obrigatoriamente, no séc. XVII. A sua principal função é garantir o escoamento das águas, tendo que ser leves e resistentes às intempéries e peso dos operários;
- As tintas, em geral, têm na sua composição: veículo[49], pigmento e aditivo[50]. Sendo os aditivos a conferir resistência, flexibilidade, durabilidade, fixação, tom, estabilidade e aumentam ou diminuem o tempo de secagem. É importante a escolha da tinta adequada ao suporte final, as tradicionais e usadas no centro histórico, são as tintas de cal, de cola, de leite e de óleo:
    - As tintas de cal têm bastante duração e são utilizadas em paredes de pedra, rebocos interiores e exteriores, resultando da junção de cal, uma vela de sebo, água e pigmento se pretendido, necessita de duas demãos[51];
    - As tintas de cola, utilizadas em rebocos interiores, juntam água, gelatina, gesso cré e o pigmento pretendido. É uma tinta com pouca duração antes de aplicada e necessita de duas demãos;
    - As tintas de leite, também usadas em rebocos interiores, misturam leite, gesso cré e o pigmento pretendido. Necessitam de duas demãos e duram muito pouco tempo antes de apicadas;
    - As tintas de óleo são aplicadas na madeira no interior e no exterior com duas demãos. Dura bastante tempo antes de aplicada e junta óleo de linhaça, água rás, secante, o pigmento pretendido e alvaiade[52];
- O vidro foi introduzido em Portugal no séc. XVIII, começando a ser usado nas caixilharias de janelas e portas, e nas clarabóias e lanternins.

....

49 Fixa o pigmento ao suporte: água, cola, gomas, leite de cal, óleo ou ovo.
50 Pode ser amido, alvaiade, cera, gesso cré, mel, óleo, sebo e terebintina.
51 Camada de tinta ou cal estendida numa superfície.
52 Carbonato de chumbo branco.

Fig. 51 - Fotografia de 2014 a partir do Largo Martins Sarmento para a Rua das Trinas, mostra os beirados de telhas sobre a rua com as suas caleiras e respetivos tubos de queda.

Fig. 52 - Em 2014, beirado de casa na Rua Egas Moniz.

51

52

Fig. 53 - Série de fotografias de batentes típicos das portas de entrada de casas do Centro Histórico de Guimarães, em 2014. Elementos de produção industrial que também se encontram em outras cidades como o Porto.

53

Fig. 54 - Dois exemplos de cachorros de suporte de varandas em Guimarães, em 2014.

Fig. 55 - Série de exemplares de caixas de correio embutidas em portas de entrada de casas do Centro Histórico de Guimarães, em 2014.

54

55

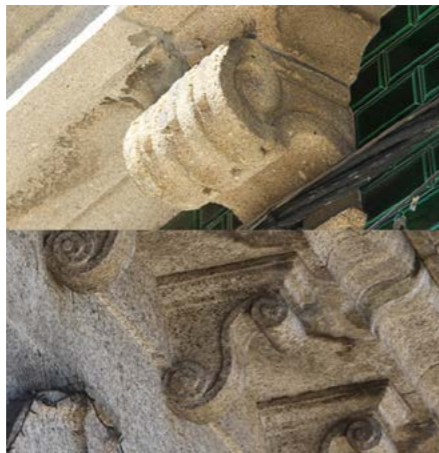



Fig. 56 - Dois exemplos de chaminés no Largo do Toural, uma rebocada e outra revestida a chapa. E em baixo a antiga chaminé conservada e ainda utilizada hoje em dia, na Albergaria de S. Crispim que data de 1315. Esta não é mais que um vão aberto na cobertura, que se fecha colocando uma tábua a tapar a entrada de água e vento.

Fig. 57 - Cornija no edifício do Tribunal da Relação de Guimarães, no Largo de João Franco, em 2014. Esta é em parte utilizada como varanda após o acrescento de mais um piso ao edifício, antigamente Palácio dos Coutos.

56

57

"(...) O resultado da aplicação prática destes métodos foi verdadeiramente notável: as caixilharias pintadas com as velhas tintas obtinham o tom mate e intenso do passado, aguentavam muito bem a passagem do tempo e envelheciam melhor do que os "modernos" esmaltes; as fachadas pintadas com tinta de cal com fixadores deixavam respirar as paredes e apresentavam aquele inconfundível aspecto de subtil variação tonal e de aguarela que nenhuma tinta de água, no seu monocromatismo de cartolina, consegue sequer simular (...)."[53]

José Aguiar e M. A. Henriques cit. por Gabriela Teixeira e Margarida Belém

3.5. ELEMENTOS SINGULARES

Os elementos singulares das casas do Centro Histórico vimaranense são aqueles que caracterizando-a assumem igualmente uma determinada função essencial para a estrutura e funcionamento do edifício, não descurando a sua qualidade estética. Consideram-se singulares os seguintes elementos:

- Algeroz, ou caleira, conduz as águas recolhidas dos telhados para os tubos de queda;
- Batentes com diferentes formatos são típicos das portas de entrada;
- Beirado compõe-se por duas ou três filas de telhas com o objetivo de projetar o beirado o mais possível parar garantir a queda da água do telhado no meio da rua nos casos sem caleira;
- Cachorros, ou mísulas, na sua maioria em pedra, servem de suporte de varandas e beirais, para além do seu caráter decorativo;
- Caixas do correio, em geral incorporadas nas portas de entrada, embelezam as casas com os seus desenhos e materiais diferentes;
- Chaminés não são um elemento muito marcante, aparecendo com formas simples, rebocadas, pintadas ou revestidas a chapa zincada;
- Cornijas prolongam o beirado na procura de proteger as fachadas da água das chuvas. É comum ver-se nos pisos acrescentados, as cornijas antigas a serem usadas como sacadas. As cornijas interiores são as chamadas sancas de transição entre as paredes e os tetos, feitas com pasta de gesso;
- Fechaduras e seus desenhos singularizam as portas de entrada;
- Grades desenhadas em ferro de proteção de janelas, portas ou bandeiras das mesmas, conferem, ao mesmo tempo, qualidade estética à casa;
- Guardas de varandas em madeira ou ferro, protegem quem as frequenta, bem como caracterizam o edifício e o embelezam com o seu desenho;
- Maçanetas ou puxadores de portas, com a sua função de abrir e fechar as portas, caracterizam as casas com os seus diferentes desenhos e materiais;
- Números que marcam os lotes diferenciam-se pelo desenho e material;
- Óculos ou frestas, aparecem casualmente em casas com cave ou em paredes de meação à vista. Diferenciam-se por os primeiros terem forma circular ou elíptica e os outros formas retas;
- Platibandas não são muito frequentes em Guimarães, tendo a influência vindo dos ingleses residentes na cidade do Porto no início do séc. XIX.
- Lambrins e rodapés fazem a transição entre os pavimentos e as paredes: os lambrins em espaços nobres, mais altos e como elementos também decorativos;
- Sancas fazem a transição entre a parede e o teto, decorando o espaço;
- Sacadas e varandas, inicialmente em madeira e depois evoluindo para pedra, caracterizam as fachadas das casas. As de pedra não ultrapassam os 50 cm de balanço por 15 a 20 cm de espessura, são suportadas por cachorros também de pedra e guardas de ferro. As de madeira apoiavam-se em escoras de ferro ou cachorros também de madeira, tal como as guardas.

....

53 Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998. (Pág. 43)

Fig. 58 - Puxadores e fechaduras são também elementos caracterizadores das portas de entrada das casas do Centro Histórico de Guimarães.

Fig. 59 - Números de lotes marcam todas as ruas do Centro Histórico de Guimarães, cada um com uma forma, material ou letra diferente.

Fig. 60 - Série de exemplos de grades em ferro que embelezam as casas do Centro Histórico vimaranense: grades em janelas, portas ou portões.

Fig. 61 - Fotografia de 2014, na Alameda de S. Dâmaso. Nesta é possível analisar várias guardas em madeira e em ferro com diferentes desenhos, bem como as diferentes estruturas de varanda em pedra e em madeira.

Fig. 62 - Exemplos de diferentes óculos e frestas, com e sem grades, em casas do Centro Histórico de Guimarães, em 2014.

Fig. 63 - Platibandas pouco comuns no Centro Histórico vimaranense: a superior revestida a soletos de ardósia localiza-se na Rua de Santo António e a inferior em granito situa-se no Largo do Toural.

Fig. 64 - Vários exemplos de rodapés e lambrins, de cima para baixo: rodapé circunda todos os elementos que tocam o chão; rodapé colocado e á direita zona de rodapé por colocar; lambrim do piso 1 da Casa de Sarmento, nº51, no Largo Martins Sarmento; marca de ter existido um lambrim no piso 2 da Casa de Sarmento.

Fig. 65 - Exemplos de sancas em madeira e estuque, mais ou menos desenhadas em casas vimaranenses. A primeira na reabilitada casa nº 120 da Rua da Rainha Dona Maria II e as restantes na Casa de Sarmento, no Largo Martins Sarmento, em 2014.

3.6. FERRAMENTAS DE OBRA

Também as ferramentas de obra foram evoluindo com a introdução de novos materiais na construção, também modificando as ferramentas a utilizar ou os materiais com que são feitas, para soluções mais económicas ou mais fáceis de manusear. Ainda assim as mudanças nas ferramentas usadas na construções das casas aqui em estudo, não se alteraram muito para além do material de que são feitas.

Fig. 66 - Ferramentas de obra na casa nº 32 do Largo A.L. de Carvalho em obras de reabilitação em 2014. Da esquerda para a direita: balde; talocha em madeira; gamela; talocha em plástico; talocha estreita em madeira; e colher de trolha.

Fig. 67 - Ferramentas da mesma obra da Fig. 66. Da esquerda para a direita: talocha estreita em madeira; colher de trolha; talocha metálica; escova; talocha de madeira; colheres de trolha de vários tamanhos; espátula pequena; e picadeira (pá e martelo).

Fig. 68 - Ferramentas da mesma obra da Fig. 66. Da esquerda para a direita: colher de trolha; espátula; picadeira (pá e martelo); trincha; fio para traçar com recipiente de pó; fio de alinhamento; marreta quadrada; fio de prumo; espátula pequena; e prego de pedreiro.

Fig. 69 - Ferramentas da mesma obra da Fig. 66. Da esquerda para a direita: Esquadro metálico e nível de três bolhas em alumínio.

4 A CASA DE SARMENTO

"(...) palacete urbano, que se desenvolve a partir do liberalismo, e é propriedade da nova burguesia, enriquecida (...) Belo exemplar é a Casa Martins Sarmento, no Largo do Carmo (...) edificado pelo arqueólogo Francisco Martins Sarmento. O classicismo dos seus alçados é matizado por sinais de um romantismo tardio, e as grandes dimensões e conservadorismo da sua planta são talvez a última remanescência vimaranense das antigas casas nobres urbanas."[1]

ARQ. **MARGARIDA MORAIS** E **MADALENA VAZ**

1 Margarida Morais e Madalena Vaz cit. por G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães – "Guimarães". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998. (Pág. 136 e 137)

4.1. CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA E CONSTRUTIVA

Não é intenção deste trabalho avançar num projeto de reabilitação da Casa de Sarmento, o que determinaria um acréscimo substancial de trabalho, e de tempo, não comportável com as características da presente dissertação. Contudo, depois das análises anteriores e da noção de que o campo teórico não é aplicável diretamente ao contexto prático, sente-se a necessidade de fazer um pequeno teste prático de simulação do que poderia significar elaborar um projeto de reabilitação de um edifício com as características e as condicionantes do presente. A forma que se afigurou mais operativa foi a elaboração de um pequeno programa base que identificasse quais os eixos de atuação a privilegiar e quais as ações mais determinantes para o sucesso da intervenção. A escolha da Casa de Sarmento prende-se com a ligação ao Dr. Francisco Martins Sarmento; a organização do edifício relacionada com a sua época e ocupações do dono; a posição da casa na cidade; e a sua previsão de ocupação futura. Ao que se acrescenta o seu estado atual de degradação, mas também conservação de muitas das suas características primitivas, permitindo o estudo da metodologia construtiva típica das casas do centro histórico, bem como da sua reabilitação.

4.1.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Nomeada Casa de Sarmento por ter pertencido ao ilustre vimaranense Dr. Francisco Martins Sarmento[2] (1833-1899), de quem começo por salientar a participação no restauro da Igreja de S. Miguel do Castelo[3], em 1874, este que é considerado o primeiro restauro vimaranense visto como tal. Tarda a encontrar o seu verdadeiro interesse: a descoberta do passado pela arqueologia e etnografia. Desde a infância que percorria os troços do Monte de S. Romão em frente à sua casa, em S. Salvador de Briteiros, mas só aos 40 anos de idade, aliado ao seu gosto por história, investe a sua cultura e fortuna em escavações no referido monte para descobrir antigos povoados, atual Citânia de Briteiros[4] e Castro de Sabroso[5].

Martins Sarmento, como já foi referido, foi um seguidor de J. J. Winckelmann[6] (1717-1768), que o antecede um século com a visão do património arquitetónico enquanto monumento apoiado na história e com a vontade de educar a população no sentido de proteger esse mesmo património. Ambos dão um novo sentido aos estudos arqueológicos, afastando-os da anterior lógica do colecionismo, revolucionando as técnicas e métodos de investigação pré-histórica e arqueológica, e fomentando o estudo dos monumentos in situ. Assim, a Arqueologia começa a servir a História. Sarmento torna-se o primeiro grande arqueólogo português e é reconhecido internacionalmente pelas suas escavações, livros e cadernos que atraem críticos e cientistas pela sua capacidade de trabalho e cultura científica, literária, linguística e filosófica. A maioria das suas descobertas conservam-se no museu da sociedade criada com o seu nome: Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães. A ideia da criação desta sociedade[7] surge numa Conferência Arqueológica promovida pelo próprio Martins Sarmento

2 Interessado em Arqueologia, Etnografia, Folclore e Tradições Populares, é reconhecido nos estudos da Pré-História Nacional. Não terminou o seu projeto de vida "Descrição da Arqueologia de Entre Douro e Minho" mas deixa notas, materiais e informações. Troca conhecimento com personalidades internacionais e é reconhecido ainda em vida como um "Homem da Ciência". O Governo Francês dá-lhe o título de Cavaleiro da Legião de Honra, em 1880. Possuía a Carta de Brasão de Moço Fidalgo da Casa Real desde os 21 anos de idade, ainda assim o Ministro do Reino referencia-o como um "escavador de montes". Foi diretor da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa. Formado em Direito nunca usufruiu do curso.

3 Padre Ferreira Caldas, José Pinto de Q. Montenegro, Cónego José Aquilino V. Sequeira e o engenheiro João Maria Feijó.

4 Escavações duram nove anos, desde 1875 até 1884. Investe a sua fortuna, não contando com o apoio do Estado.

5 Povoado menor que a Citânia de Briteiros, alvo de escavações durante dez anos, desde 1876 a 1886.

6 Importante historiador de arte e arqueólogo alemão, cujo trabalho foi apresentado em capítulo anterior.

7 Ideia do Professor Pereira Caldas de criar um Centro Arqueológico Português com sede em Guimarães, ao qual Augusto Soromenho, membro da Delegação de Lisboa, sugere o nome de Associação Arqueológica Martins Sarmento. Isto decorre na Conferência Arqueológica de 9 e 10 de Junho de 1877, na Casa de Sarmento. A Sociedade inaugura em 1882.

Fig. 1 - Planta à escala 1/5000 de localização da Casa de Sarmento dentro da área classificada como Património Cultural da Humanidade na cidade de Guimarães, como esta se apresenta em 2014.

Zona Classificada como Património Cultural da Humanidade em 2001, pela UNESCO

Casa de Sarmento

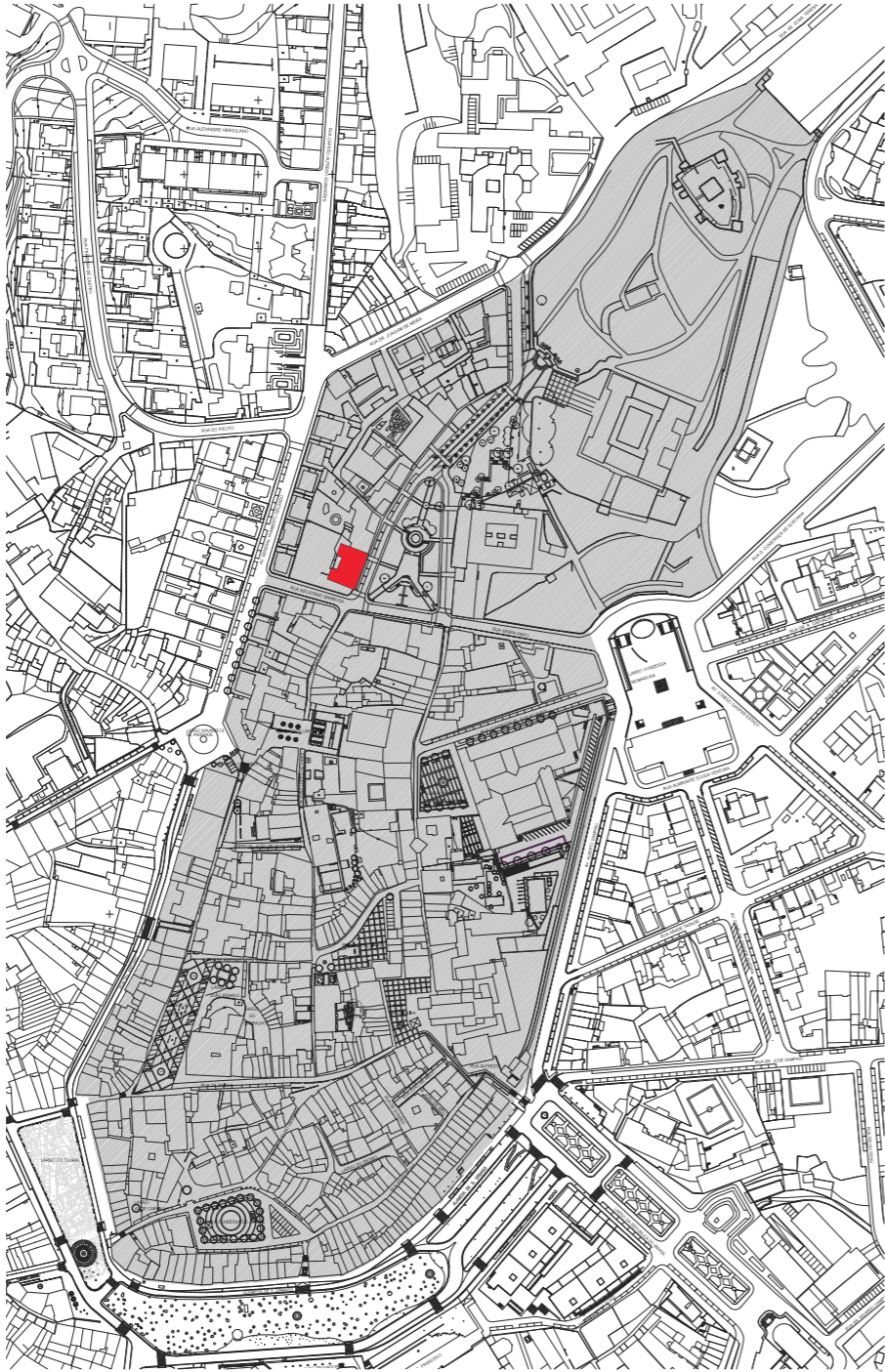
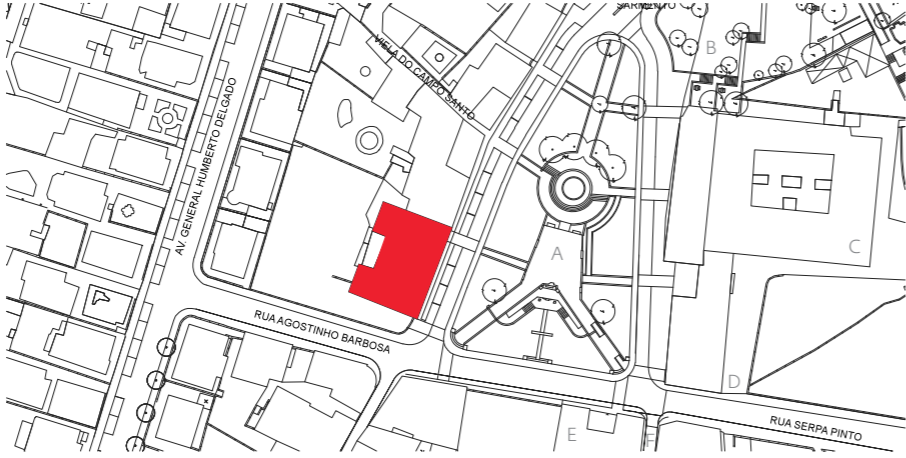



Fig. 2 - Planta de implantação da Casa de Sarmento no Largo Martins Sarmento, nº 51. A casa pertence aos limites este do largo, formando com o muro que a delimita o canto de encontro do largo com a Rua Agostinho Barbosa.

Casa de Sarmento

A - Largo Martins Sarmento
B - Início do Parque do Castelo
C - Antigo Convento do Carmo
D - Antiga entrada para a Rua do Sabugal entretanto demolida
E - Antiga Casa do Barão do Pombeiro
F - Secular Rua de Santa Maria

na sua casa, aqui em estudo e que o arqueólogo deixa em legado após a sua morte, juntamente com os seus livros, espólio científico e peças arqueológicas, com o objetivo de continuarem os seus estudos[8] e que estes servissem e promovessem a instrução popular e a dinamização cultural.

A Casa de Sarmento localiza-se em local privilegiado da cidade de Guimarães, no atual Largo Martins Sarmento na base da colina do Castelo, local onde se pensa ter passado a muralha que dividia as duas vilas medievais. Aqui passava a antiga Rua da Infesta que ligava ao Monte Latito e cujos alicerces foram descobertos nas obras do arranjo urbanístico do largo em Abril de 2009[9]. Depois de ser Rua da Infesta, passou a designar-se Largo do Carmo, associado à edificação da Igreja e Convento do Carmo[10] em 1865. O Largo compõe-se por um jardim público e chafariz renascentista, limitado a oeste pela Igreja e Convento do Carmo, a sul por dois edifícios, um deles a antiga Casa do Barão do Pombeiro, a este por vários edifícios dos quais se destacam a Casa de Sarmento e a Casa do Conde de Margaride. Antigamente existiam também casas[11] a fechar o lado oeste do largo até aos Paços dos Duques e mais casas no seguimento da Casa de Sarmento, as quais se enquadravam nas características das casas do Centro Histórico da cidade. Desta forma, a Casa de Sarmento situa-se na zona histórica da cidade, dentro da área classificada património pela UNESCO.

Francisco Martins Sarmento é quem manda construir a casa em meados do séc. XIX, na atual freguesia da Oliveira, organizando o imóvel consoante os seus interesses, trabalho e época em que se inseria. É nesta casa que recebe as suas visitas, em festas, conferências, congressos, ou reuniões de estudos e investigações com especialistas nacionais e internacionais[12].

"(...) no seu palacete em Guimarães, então já casado, recebe fidalgamente os seus convidados, nas festas brilhantes que ali dava."[13]

Mário Cardozo

"Foi a noite de sábado escolhida por este cavalheiro, hoje tão notavelmente festejado pelas suas preciosas qualidades e pelo seu muito e profundo saber, para atrair aos seus luxuosos salões todos quantos têm a honra e a ventura de cultivar a sua (...) amizade e de sua esposa (...)"[14]

António Amaro das Neves

"Esta noite de sábado" foi a noite em que Martins Sarmento realiza uma festa de Carnaval nos "seus luxuosos salões" da sua casa de Guimarães, salões esses no piso 1, piso nobre da casa com entrada por escadaria no jardim. Estes chegam aos dias de hoje, com alguma degradação nas paredes devido à humidade e com a queda de algumas partes do estuque que desenha os seus tetos. No entanto estas perdas são reparáveis e não lhe retiram a nobreza de dias passados, o que será representado por fotografias posteriormente. Para além deste dos eventos sociais, o arqueólogo passava imenso tempo a escrever e trabalhar em casa, mas principalmente a ler na "sua monumental biblioteca"[15], que se pensa situar-se no piso superior, num salão voltado para o jardim e rodeado em três lados por um móvel desenhado e trabalhado em madeira, onde guardava os seus livros.

....

8 Os estudos continuam com a Sociedade Martins Sarmento, Alberto Sampaio, e com o apoio de subsídios da DGEMN.
9 Nas mesmas obras, descobriram-se mais peças importantes para a história da cidade: uma moeda de prata de D. João V, uma cantarinha dos namorados do séc. XVI (objeto das tradições vimaranenses) e outras peças de cerâmica renascentistas.
10 Pensa-se que a sua construção, de expressão barroca, tenha começado a 26 de Março de 1865.
11 Estas estão representadas por fotografia em capítulo próprio anterior.
12 É conhecida a visita de Emilio Hübner, em Setembro de 1881, foi um sábio epigrafista, historiador e arqueólogo alemão.
13 Cardozo, Mário – "Francisco Martins Sarmento: Esboço da sua Vida e Obra científica" 1961. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/fms_biografia/Biografia de FMSarmento _MC_.pdf%3E. (Pág. 3)
14 Neves, António Amaro das – "O Carnaval de 1879 na casa de Martins Sarmento" 2013. Disponível em WWW: <http://araduca.blogspot.pt/2013/02/o-carnaval-de-1879-na-casa-de-martins.html?q=carnaval%3E.
15 Sociedade Martins Sarmento – "Francisco Martins Sarmento – Biografia" Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/sms_41.asp%3E.

Fig. 3 - Fotografia do Largo Martins Sarmento, antigo Largo do Carmo, antes da abertura da Rua Agostinho Barbosa que motivou a demolição das casas presentes na fotografia e que seguem na mesma linha que a Casa de Sarmento. Aqui o portão de acesso ao jardim volta-se para o largo, sendo depois mudado para a nova rua.

3

4

Fig. 4 - Fotografia de 1930 da Casa de Sarmento onde ainda se vê o portão de acesso ao jardim voltado para o largo e o antigo volume extra da casa demolido devido à abertura da Rua Agostinho Barbosa. Não se conhece rigorosamente o desenho deste volume, contudo através desta foto e da figura seguinte, supõe-se que ligaria ao piso intermédio da casa pelos quatro vãos centrais da fachada lateral da casa, deixando os vãos extremos de ligação ao espaço exterior.

5

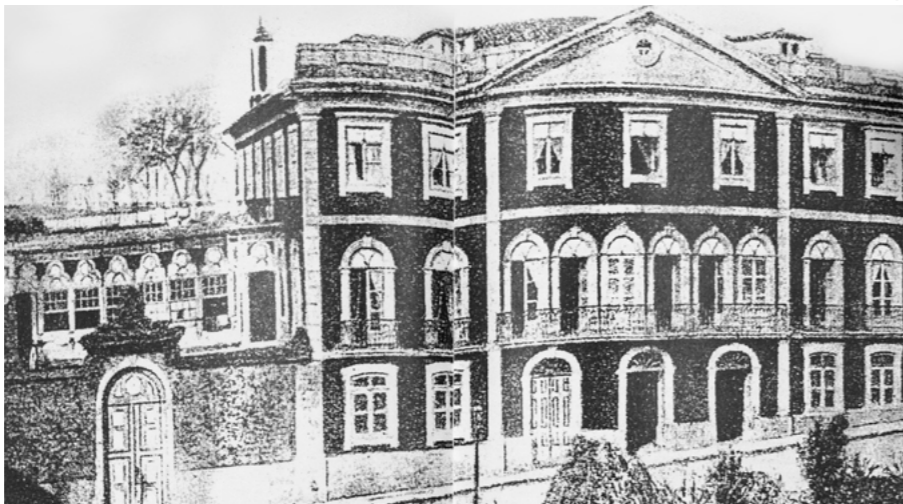
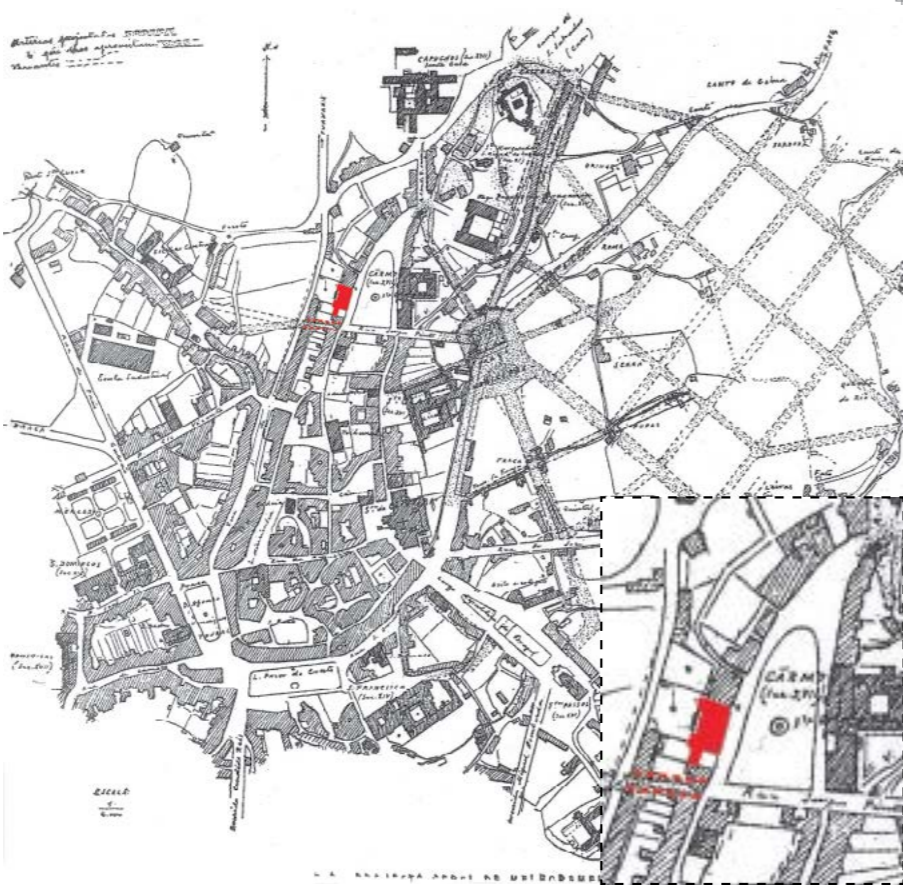



Fig. 5 - Expansão citadina de 1924 da responsabilidade de Luís de Pina, essencialmente a este das muralhas e sul dos Paços dos Duques, mas também nesta zona tem influência com a abertura da Rua Agostinho Barbosa (aqui a tracejado). A abertura deste arruamento obrigou à demolição das casas que seguiam no alinhamento da Casa de Sarmento, bem como a demolição do volume extra da casa, acabando por se mudar o portão de entrada no jardim para o local atual, voltado para a nova rua. (Aproximação no canto inferior direito)

Casa de Sarmento

Marcação da nova Rua Agostinho Barbosa

Assim, equaciona-se que o piso do rés do chão era o piso de serviço, o piso 1 era o piso nobre de recepção de convidados e de lazer, e o piso superior era o piso privado, de trabalho, dormir e vestir. Graças a fotografias e desenhos antigos sabe-se que existia um volume anexo ao piso intermédio, supõe-se que seria um jardim de inverno, demolido pela abertura da Rua Agostinho Barbosa, e ainda duas águas furtadas na cobertura entretanto destruídas em ocupações mais recentes. Quanto a utilizações posteriores do edifício, começa-se pelo facto de Francisco Martins Sarmento ter deixado a casa à sociedade com o compromisso de ali criar "um instituto por ela organizado, de harmonia com os seus fins"[16]. Só em 1934, o edifício ganha novas funções, após a morte de Sarmento, sendo emprestado à Câmara Municipal de Guimarães para lá instalar os serviços da autarquia e, mais tarde, a Repartição das Finanças que só deixa o edifício em 1974, após um incêndio que destrói grande parte do imóvel, principalmente a partir do piso 1 para cima. Sabe-se que, em 1992, foi assinado um acordo entre a câmara e a sociedade de ali estabelecer o Arquivo Municipal[17], o que nunca chega a suceder. Mais tarde, surge a ideia de criar uma extensão cultural da Sociedade Martins Sarmento e da Universidade do Minho, vocacionada para o estudo da problemática do património no espaço intramuros, classificado como Património Cultural da Humanidade, e que possibilitasse a interação com o Arquivo Municipal no estudo da história local. A antiga casa do arqueólogo reúne todos os aspetos favoráveis a cumprir esta função, e portanto, em Janeiro de 2002, é oficializada a proposta de criação da "Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património" como Unidade Cultural da Universidade do Minho, com a seguinte estrutura organizacional:

1ª fase:
- NEPHL - Núcleo de Estudos do Património e História Local;
- NEV - Núcleo de Estudos Vicentinos;
- NDAT - Núcleo de Documentação Abade de Tagilde.

2ª fase:
- NCR - Núcleo de Conservação e Restauro:
    - Oficina de Restauro;
    - Laboratórios da Escola de Engenharia.

No protocolo assinado a 28 de Janeiro de 2002 pela Universidade do Minho, Sociedade Martins Sarmento e Câmara Municipal de Guimarães é acordada a disponibilização primeiramente de parte do piso 1 e todo o piso 2, juntamente com toda a área do jardim à unidade cultural e é autorizada a utilização temporária do piso do rés do chão e parte do piso 1 a uma instituição dedicada à educação de idosos, a UNAGUI[18]. Para além disso, a Câmara Municipal compromete-se a realizar as obras de recuperação do edifício até ao final do ano de 2003.

"4) A Câmara Municipal de Guimarães obriga-se, nos termos de compromisso anteriormente assumido com a Sociedade Martins Sarmento, a concluir, no máximo, até ao final do ano de 2003, a recuperação do edifício onde se instalará a Unidade Cultural, garantindo à Universidade do Minho a faculdade de acompanhamento das obras. Compromete-se também a apoiar o financiamento da Unidade Cultural com uma subvenção anual de 17.000 euros, actualizável mediante negociação entre as partes."[19]

Universidade do Minho

....

16 Universidade do Minho –"Proposta de Criação da Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património, Unidade Cultural da Universidade do Minho" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/projecto_CS.pdf%3E. (Pág. 7)

17 Como já foi referido, o Arquivo Municipal instala-se na antiga Casa de Navarros de Andrade, com a designação de Arquivo Municipal Alfredo Pimenta e obra do atelier de arquitetura Pitágoras do ano 1999.

18 Universidade do Autodidata e da Terceira Idade de Guimarães, fundada em 1994.

19 Universidade do Minho -"Protocolo de Colaboração entre a Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/protocolo_UM-SMS-CMG.pdf%3E. (Pág. 3)

Fig. 6 - Fachada principal da Casa de Sarmento voltada para o Largo Martins Sarmento em fotografia de 2014. Nesta vê-se a tripartição do volume marcada pelas guias de granito verticais e horizontais e pela posição do frontão triangular no topo da parte central do alçado. Este frontão contém um óculo circular central que se pensa ter servido de iluminação para o interior do último piso da casa.

Fig. 7 - Fotografia de 2014 da Casa de Sarmento vista do centro do Largo Martins Sarmento, onde se comprova o desaparecimento das águas furtadas.

Fig. 8 - Fotografia de 2014 da fachada tardoz da Casa de Sarmento, voltada para o jardim. Aqui é possível ver a escadaria de acesso ao piso 1, piso nobre da casa e o recuo central da fachada que marca a tripartição do volume e forma o terraço voltado para o jardim e que dá acesso ao piso.

Fig. 9 - Fachada lateral da Casa de Sarmento voltada para a Rua Agostinho Barbosa em 2014. No topo está a chaminé que neste momento não tem qualquer ligação ao interior, não se sabendo ao certo que espaço servia.

Fig. 10 - Parte do lado sul do Largo Martins Sarmento em 2014, com a antiga Casa do Barão do Pombeiro.

Fig. 11 - Limite oeste do Largo Martins Sarmento, em destaque, ao fundo, a antiga Casa do Conde de Margaride, em 2014.

Fig. 12 - Fotografia de 2014 do limite este do Largo Martins Sarmento formado pela Igreja e Convento do Carmo.

Uma primeira fase de obras é concluída, reparando-se o exterior do edifício, com exceção à cobertura do mesmo, e aguarda-se uma segunda fase de obras mencionada no documento de 2002 referente à proposta de criação da Unidade Cultural: "2ª fase das obras de restauro, cujo início está previsto para breve"[20]. O que nunca chega a acontecer, mesmo com o prazo acordado com a câmara para o final de 2003, atualmente, em 2014, parte do piso 1 e todo o piso 2 continuam por recuperar, a cobertura foi improvisada com uma estrutura metálica e foram feitos alguns arranjos no piso 0 e parte do piso 1 apenas para albergar a UNAGUI. Deste modo, a Unidade Cultural nunca chega a integrar o edifício, nem existe data prevista para tal, nem para as obras necessárias.

4.1.2. CARACTERIZAÇÃO

A Casa de Sarmento, datada de meados do séc. XIX, enquadra-se no grupo de casas nobres que, na passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, se afirmam em Guimarães, dentro e fora do perímetro amuralhado, datando esta de meados do séc. XIX. O que as distingue das típicas casas do Centro Histórico vimaranense são, para além da implantação isolada, as suas fachadas totalmente em pedra, tornando-se este o material mais utilizado neste século. Facto que vem em progressão do século anterior com a crescente utilização de pedra por proprietários de casas burguesas mais abastados, daí se considerar, como já foi referido, que nesta época o que distinguia uma casa nobre de uma casa burguesa já não eram as características construtivas mas as pedras de armas. Todavia, não é isso que distingue a Casa de Sarmento das restantes casas da zona histórica, pois apesar de Martins Sarmento possuir a Carta de Brasão de moço Fidalgo da Casa Real[21], nunca mandou colocar qualquer pedra de armas nas suas casas. Aqui a diferença está no frontão[22] central e na platibanda[23] que esconde o telhado, ambos na fachada principal. Elementos que surgem a partir de meados do séc. XVIII por influência do estilo neoclássico[24], aqui também presente no carácter funcional, utilitário e simétrico da planta e organização interior, bem como nos planos lisos e volume maciço tripartido[25]: na fachada principal o frontão alinha com guias verticais de granito que salientam o volume central dos laterais, e na fachada tardoz o corpo central recua salientando-se os dois volumes laterais dos salões. Apesar destas diferenças em relação às casas típicas do Centro Histórico, este tipo de casas nobres mantêm a maioria das suas características: sistema construtivo baseado na pedra e madeira, como materiais estruturais; a madeira é usada em diversos elementos como compartimentação interior, caixilharias, rodapés, lambrins ou guardas; e os desenhos de alçado mantêm-se associados à função interior do espaço e relação que este pretenda estabelecer com o exterior. Este último aspeto é evidente na Casa de Sarmento, com o piso inferior de serviço mais fechado, principalmente para o jardim, o piso nobre intermédio mais aberto com varandas na fachada principal e ligação privilegiada ao jardim, e o último piso de quartos e escritório abre-se maioritariamente por janelas.

20 Universidade do Minho – "Proposta de Criação da Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património, Unidade Cultural da Universidade do Minho" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/projecto_CS.pdf%3E. (Pág. 9)
21 Concedido aos seus 21 anos de idade.
22 Elemento triangular composto por uma base, designada cimalha, e por duas empenas que fecham o triângulo. Este elemento tem origem na arquitetura clássica greco-romana.
23 Pequeno murete, mais ou menos ornamentado, no prolongamento das paredes mestras de um edifício. A sua utilização em Portugal surge no final do séc. XVIII.
24 Com base nos ideais iluministas e na cultura da Antiguidade Clássica.
25 Embora seja grande a diversidade de soluções neoclássicas, a tripartição em três corpos é uma característica frequente.

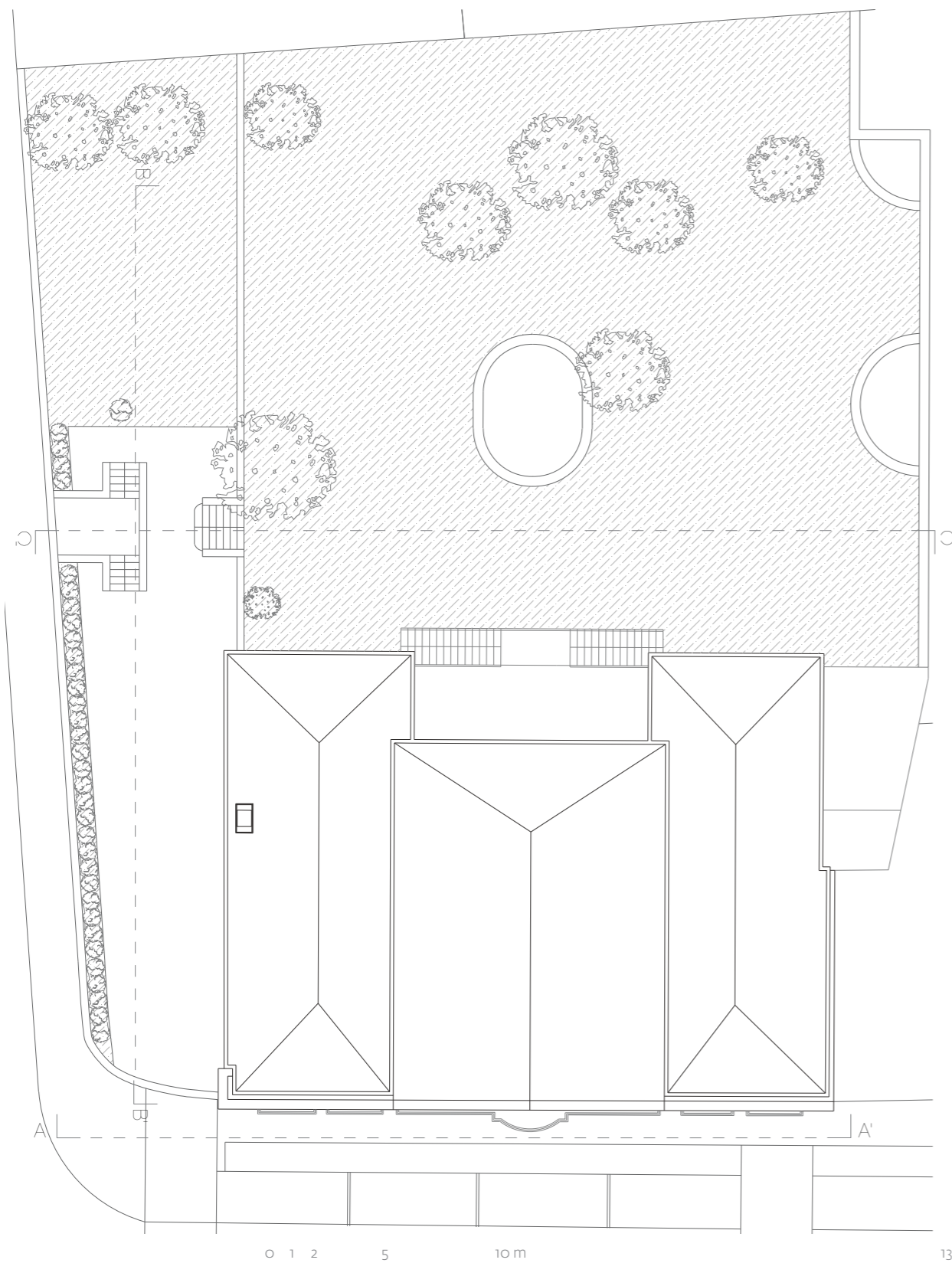



Fig. 13 - Planta de implantação da Casa de Sarmento e terreno onde esta se insere no estado em que se encontra em 2014. Na totalidade o terreno abrange uma área de cerca de 1604 m², a área total construída são 1389 m², sendo que os diferentes pisos variam aproximadamente entre os 420 e os 490 m², ficando o jardim com 1076 m².

Fig. 14 - Perfil AA' à escala 1/200 da fachada principal Casa de Sarmento, em 2014. É evidente a relação da casa com o largo, com as varandas voltadas para o mesmo, faltando apenas o portão mudado para a outra rua.

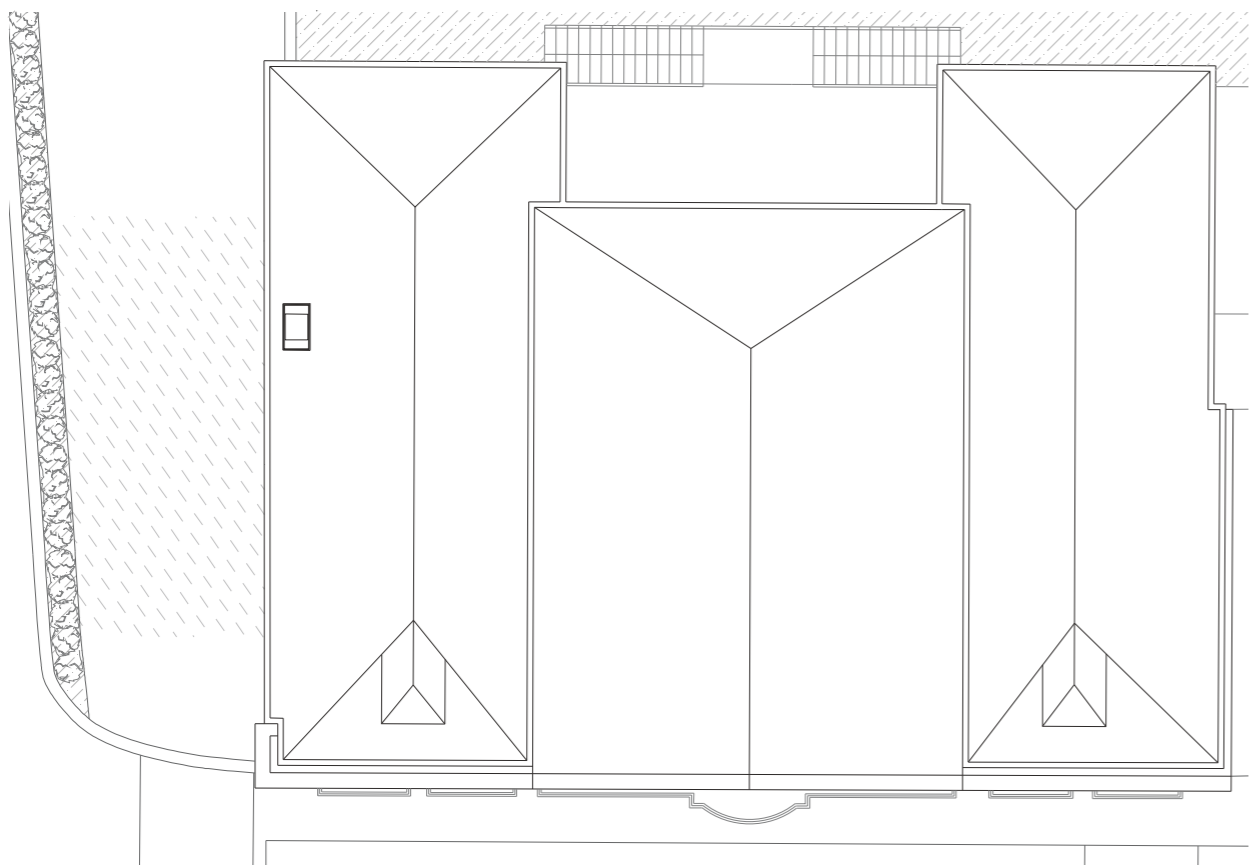
Fig. 15 - Perfil CC' à escala 1/200 da Casa de Sarmento, como se encontra em 2014. Fica clara a relação da casa com o seu jardim e o acesso por escadas para a Rua Agostinho Barbosa.

16

Fig. 16 - Hipótese de planta de implantação primitiva à escala 1/200, onde se equaciona a localização do antigo volume extra da casa, entretanto demolido pelas mudanças exigidas pela abertura da Rua Agostinho Barbosa.

Marcação da possível implantação do volume anexo à casa.

17

Fig. 17 - (Perfil BB') Hipótese da localização do antigo volume extra da casa entretanto demolido. Sabe-se que este ligava ao piso 1 da casa, mas como se desconhece o desenho do terreno na altura, não se sabe ao certo como seria a sua ligação ao piso 0.

Marcação da possível localização do volume anexo à fachada lateral da casa.

18

Fig. 18 - Fotografia de 1930 do então Largo Carmo, atual Largo Martins Sarmento. Vê-se como o casario continuava ao fundo à direita no seguimento da Casa de Sarmento, e como à esquerda existia uma frente de casas que entretanto foi toda demolida.

19

Fig. 19 - Vista do piso 2 da Casa de Sarmento para o exterior, mais precisamente para a atual Rua Agostinho Barbosa, cuja abertura motivou a destruição das antigas casas que ladeavam esta casa.

20

Fig. 20 - Imagem aérea de 2009, antes das obras de arranjo urbanístico da envolvente à Casa de Sarmento. No entanto, a situação em que esta se insere continua a ser a mesma, assinalada pelo tracejado vermelho, está frente a frente com o Convento do Carmo, no seguimento de uma rua de entrada na malha histórica e a uma subida da antiga Vila Alta, com o Castelo de Guimarães e o Paço dos Duques de Bragança.

21

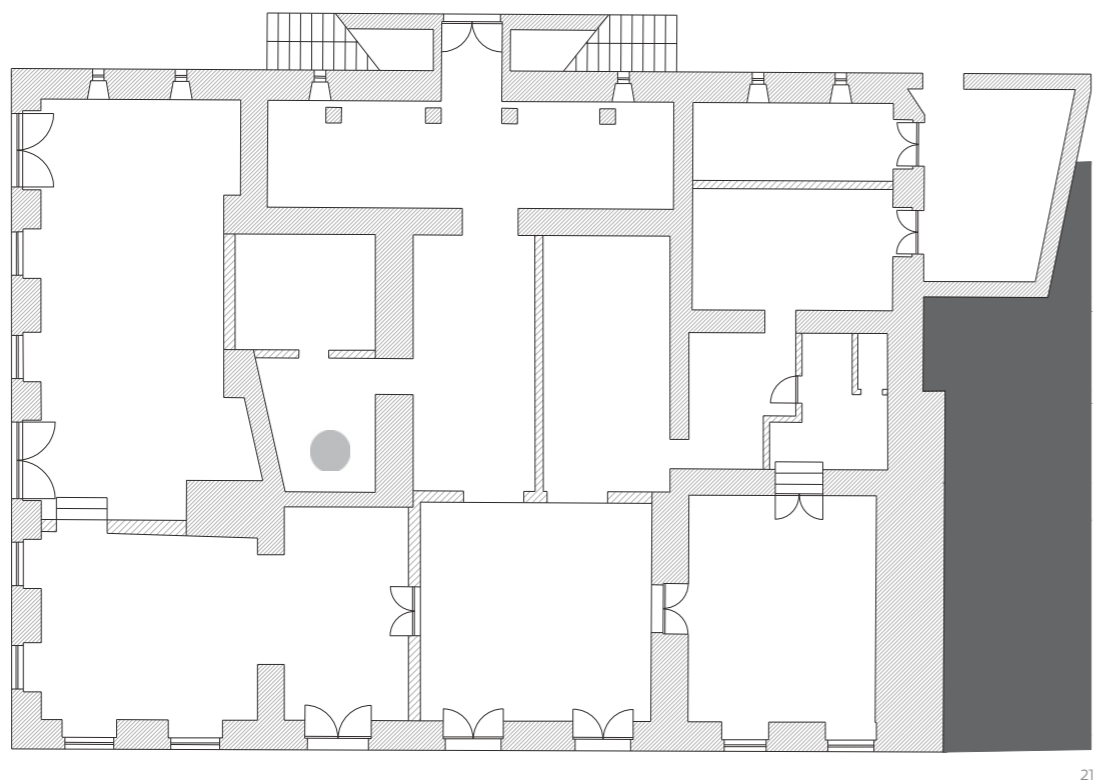



Fig. 21 - Planta do piso do rés do chão primitivo à escala 1/200 - piso de serviço da Casa de Sarmento.

O ponto marcado assinala o compartimento onde se pensa terem existido as antigas escadas de serviço de ligação ao piso superior, contudo não se sabe ao certo qual seria o seu desenho.

22

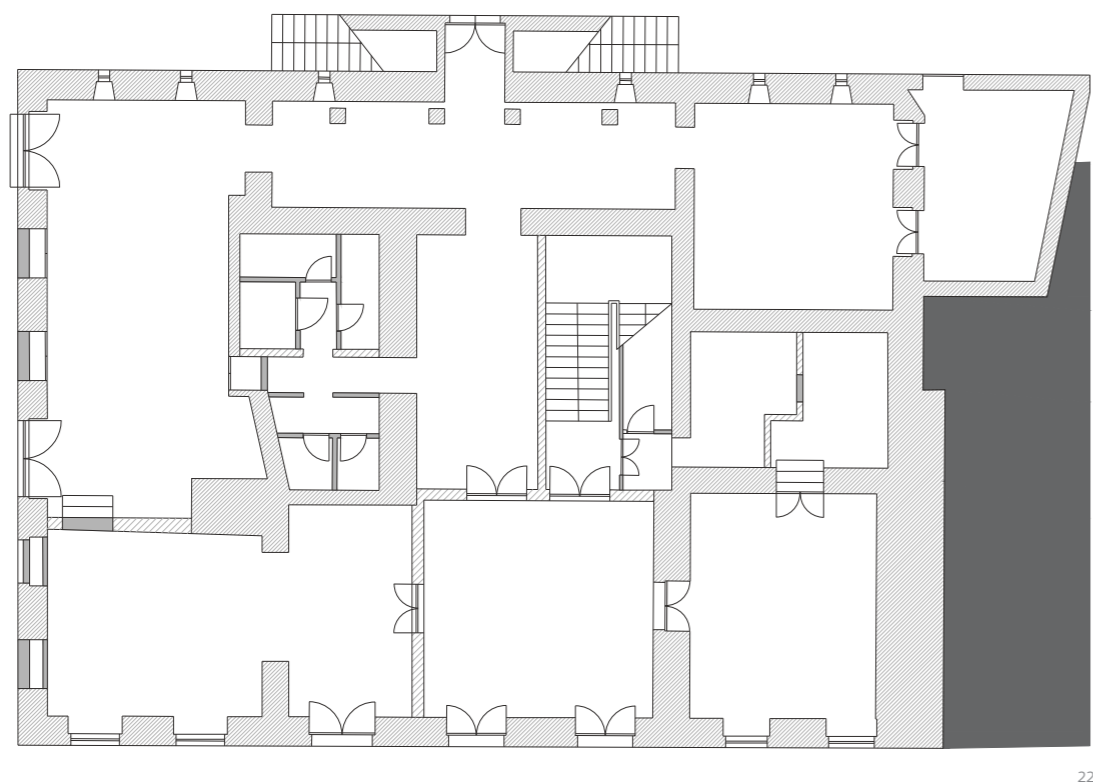



Fig. 22 - Planta do piso do rés do chão atual, em 2014, à escala 1/200 - piso atualmente utilizado pela UNAGUI.
Em comparação à planta primitiva do mesmo piso é possível analisar que foram efetuadas diversas alterações a este piso: foram fechadas janelas na fachada lateral; fechadas entradas/portas em certos espaços; abertas entradas em vários espaços; adaptados dois espaços a novas instalações sanitárias; derrubadas paredes; e criadas novas escadas de acesso ao piso superior.

23

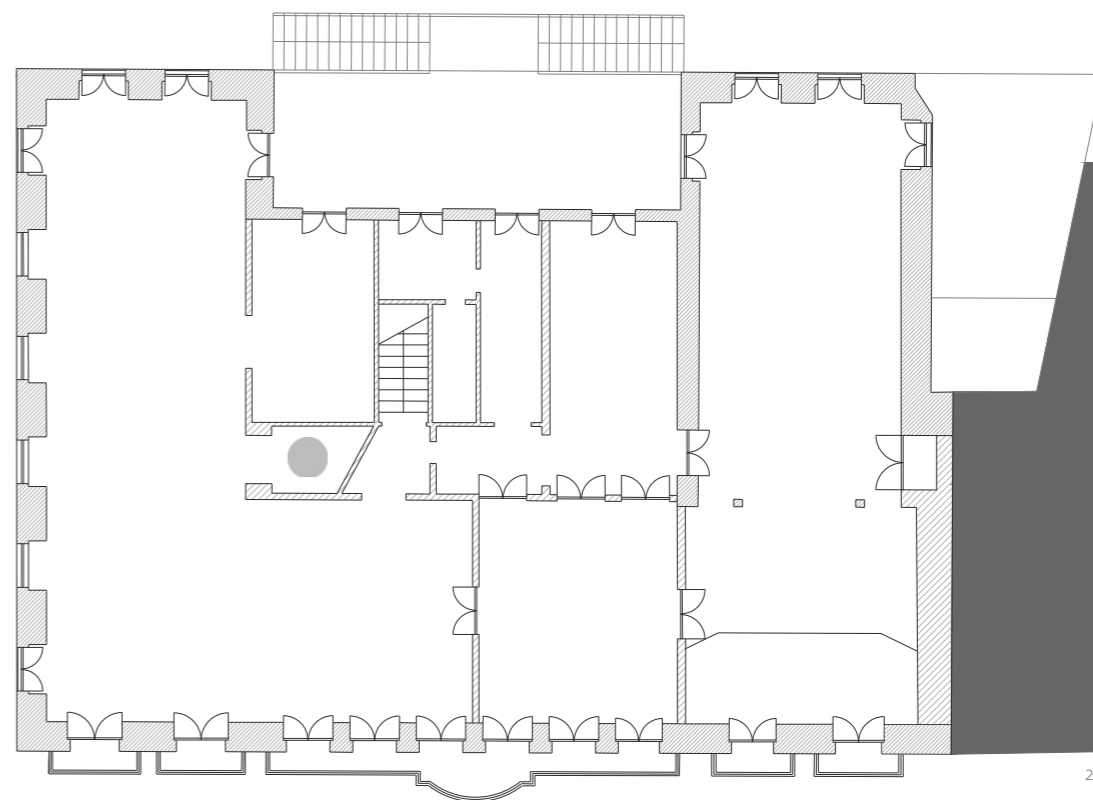



Fig. 23 - Planta do piso intermédio (1) primitivo à escala 1/200 - piso nobre da Casa de Sarmento, de lazer e recepção de visitas.

O ponto marcado assinala o compartimento onde se pensa que ligavam as escadas de serviço que subiam do piso inferior para este piso, contudo não se sabe ao certo qual seria o seu desenho.

24

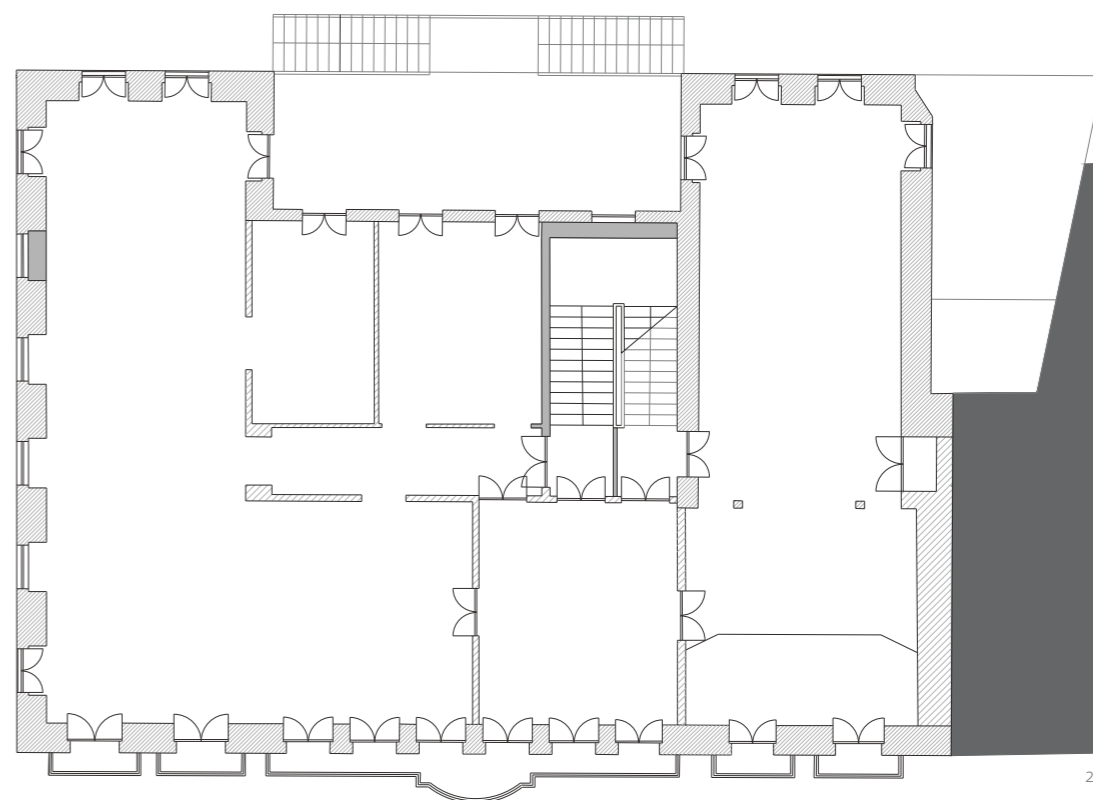



Fig. 24 - Planta do piso intermédio (1) atual, em 2014, à escala 1/200 - parte utilizado pela UNAGUI, outra parte fechada.
Em comparação à planta primitiva do mesmo piso, vê-se que as escadas de subida para o piso superior foram destruídas e construídas novas escadas; paredes foram derrubadas; adicionou-se uma parede a dividir o lanço das novas escadas para não permitir a passagem para a parte fechada do edifício; e janelas e portas estão bloqueadas (UNAGUI usa os dois salões à direita).

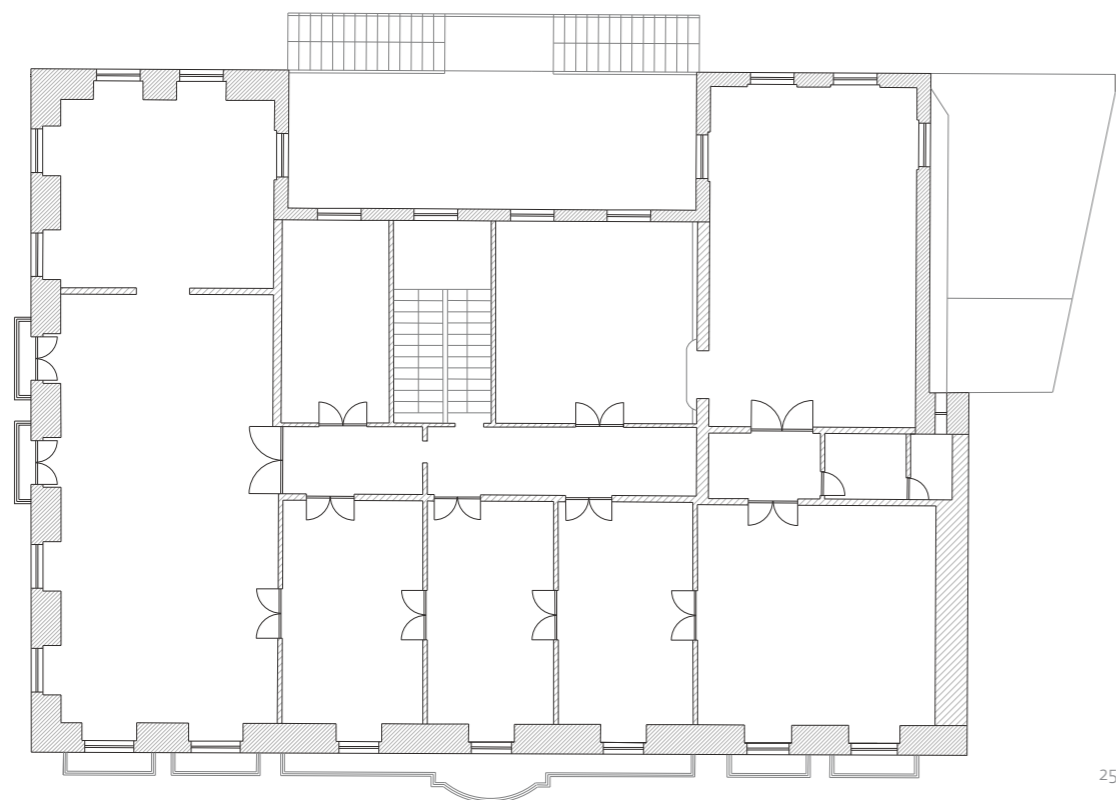



Fig. 25 - Planta do piso superior primitivo (2) à escala 1/200 - piso de trabalho e de dormir da Casa de Sarmento.

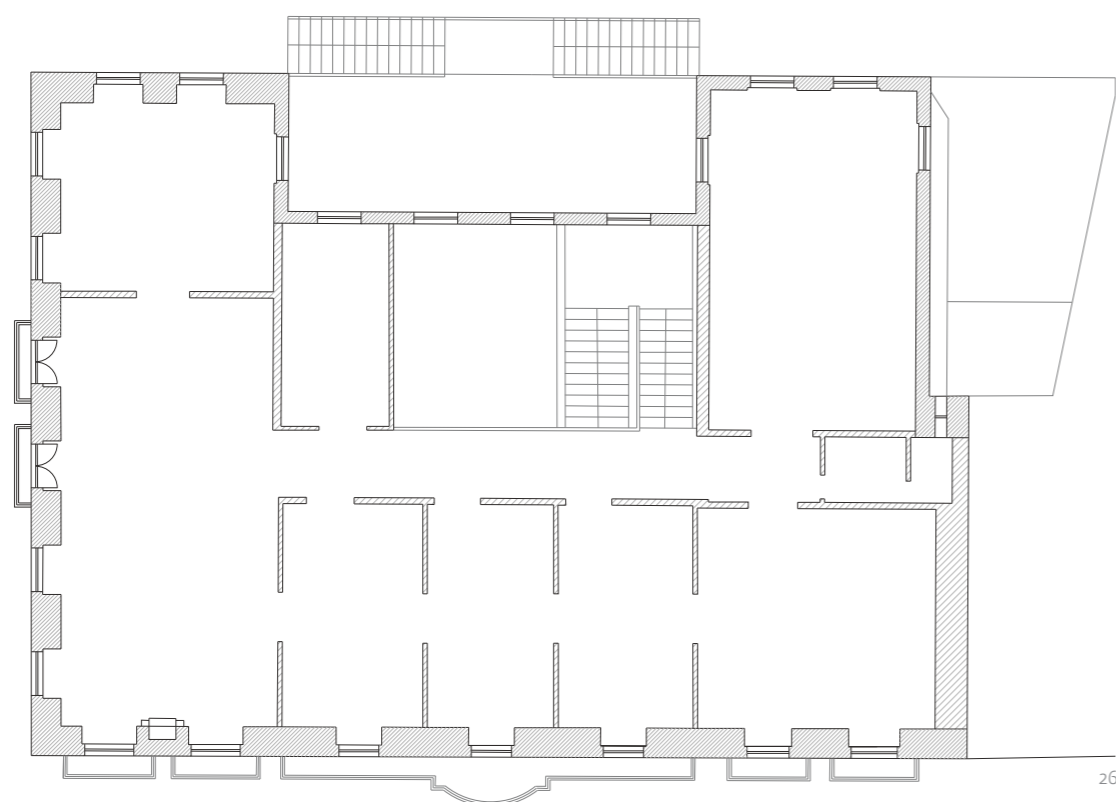



Fig. 26 - Planta do piso superior (2) atual, em 2014, à escala 1/200 - piso atualmente fechado, sem qualquer uso.
Em comparação à planta primitiva do mesmo piso fica clara a falta de todas as portas interiores; a falta de piso no compartimento central voltado para o jardim; a destruição das antigas escadas de acesso do piso inferior a este piso; a construção de novas escadas de acesso a este piso; e o derrube de paredes no corredor central.

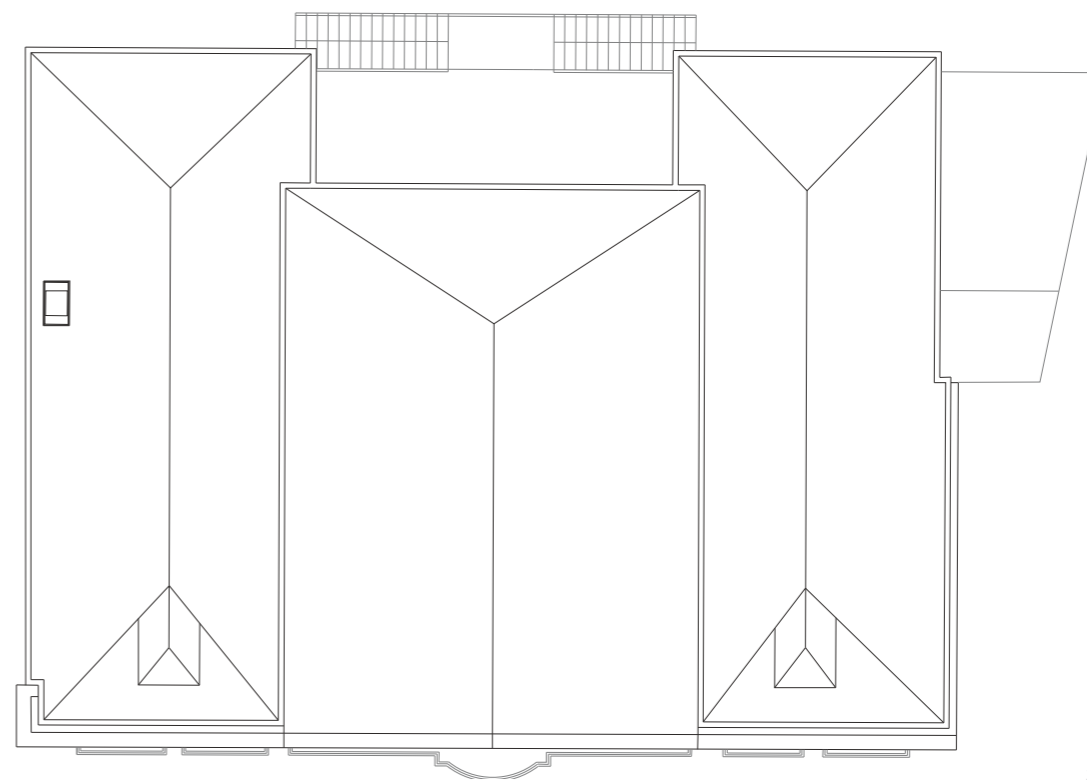



Fig. 27 - Hipótese de planta de coberturas primitiva à escala 1/200.
Sabendo que existiam duas águas furtadas voltadas para a fachada principal do edifício, uma chaminé ainda existente voltada para a fachada lateral e comparando à cobertura atual, esta planta lança a hipótese de como poderá ter sido o desenho da cobertura primitiva.

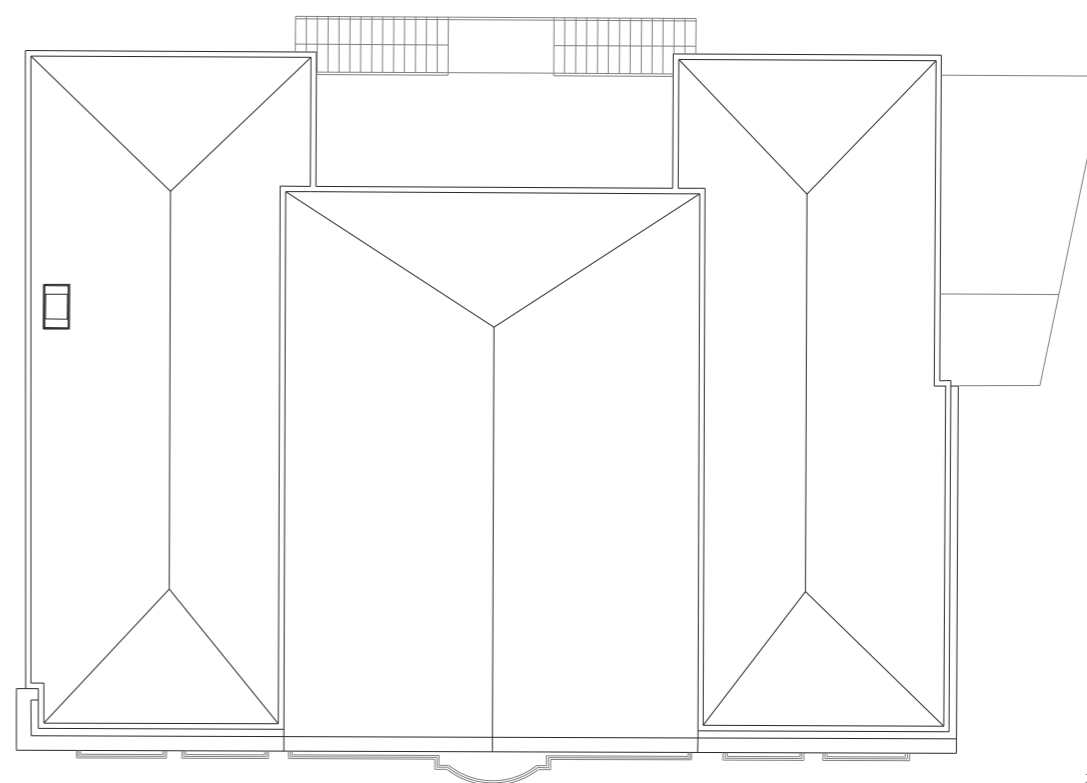
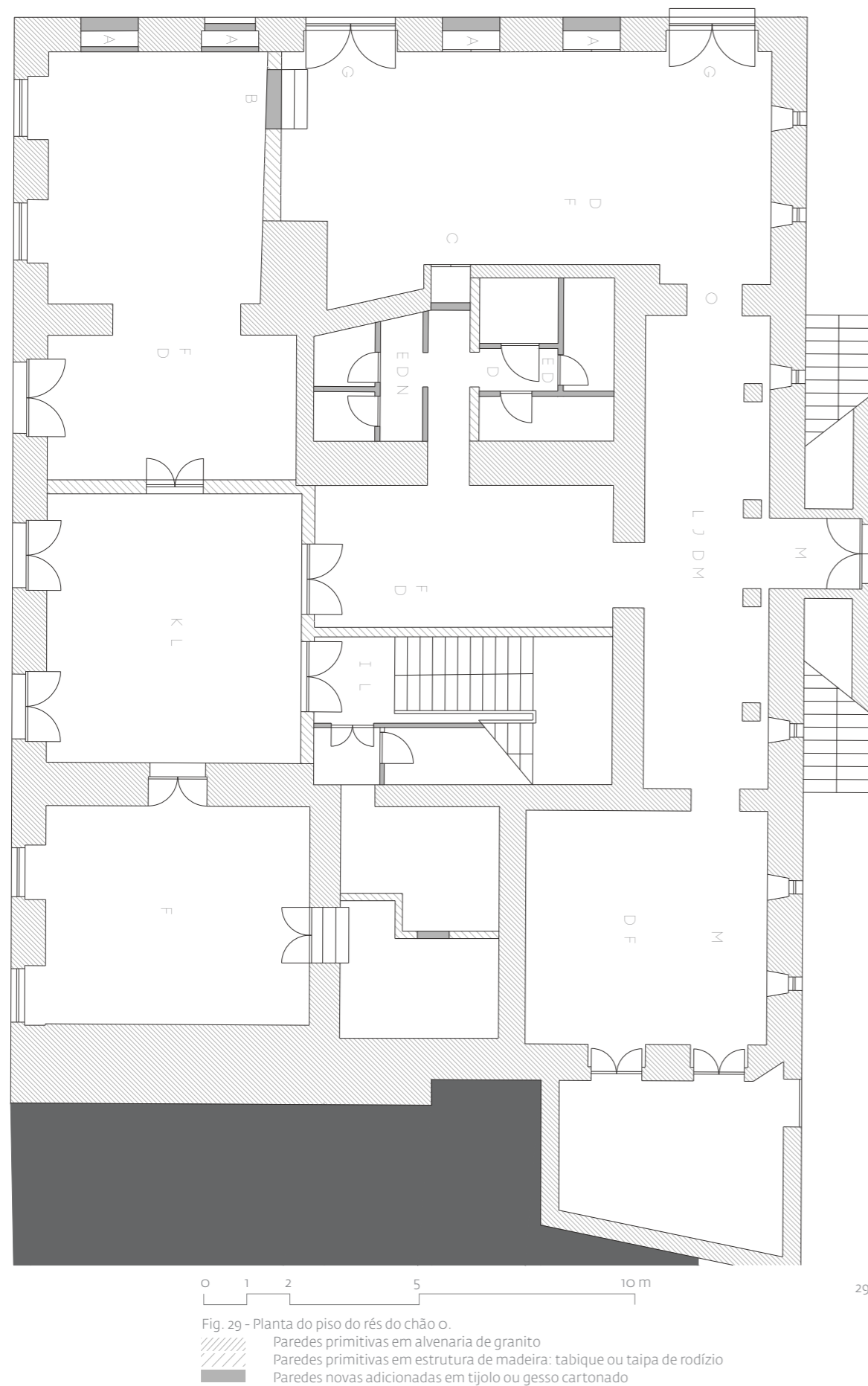



Fig. 28 - Planta de coberturas atual à escala 1/200.
A cobertura atual compõe-se por dois telhados de quatro águas nos extremos e um telhado de três águas central ligado ao frontão triangular da fachada principal da casa.

Fig. 29 - Planta do piso do rés do chão 0.
Paredes primitivas em alvenaria de granito
Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
Paredes novas adicionadas em tijolo ou gesso cartonado

Após esta apresentação das diferentes transformações pelo que o edifício passou, o seu estado atual exterior e a comparação da sua planta atual com aquela que se pensa ser a sua planta primitiva, à excepção do volume anexo demolido e de que não se conhece o desenho rigoroso, faz-se agora a análise do estado atual do edifício, identificando quer as suas principais anomalias com necessidade de intervenção, quer os elementos em bom estado de conservação e as suas características essenciais.

O PISO DO RÉS DO CHÃO PISO DE SERVIÇO

- Seria o piso de serviço da casa, supõe-se que com:
  - Cozinha;
  - Arrecadações;
  - Quartos para os criados;
  - Instalações sanitárias;
  - Escadas de serviço de ligação ao piso superior;
  - Hall de entrada a partir do Largo Martins Sarmento;
  - Hall de acesso ao jardim para servir no exterior;
  - E escadas exteriores de ligação ao terraço do piso superior;
- Organização do piso de forma a que os convidados que entrem pelo piso passem pela zona central da casa (hall - corredor - hall) sem passarem pelas zonas de serviço do piso;
- Renovado com bastantes alterações, motivadas pelas diferentes ocupações que já acomodou;

A • Vãos da fachada lateral foram fechados;
B • Portas interiores foram fechadas;
C • Entradas em espaços foram fechadas;
D • Novos pavimentos colocados;
E • Novas instalações sanitárias;
F • Tetos novos improvisados mostram já marcas de humidade;
G • Novas portadas em madeira colocadas;
H • Entrada de água no hall de acesso ao jardim;
I • Escadas novas em betão, revestidas a soalho, em antigo compartimento;
J • Teto em alvenaria à vista em bom estado, sob o piso do terraço de entrada para o piso 1;
K • Teto desenhado em estuque em bom estado no hall de entrada a partir do Largo Martins Sarmento;
L • Pavimento em granito na entrada do jardim e no hall de entrada a partir do Largo Martins Sarmento, supõe-se que este seria o pavimento primitivo de todo o piso, embora atualmente sejam vários os pavimentos encontrados;
M • Paredes em alvenaria à vista pelo interior na fachada tardoz, entende-se que seriam assim desde a construção da casa;
N • Paredes divisórias foram acrescentadas para satisfazerem novas funções;
O • As caixilharias primitivas em madeira apresentam-se em bom estado de conservação, precisando apenas de tratamento de limpeza e pintura;

- Novas escadas improvisadas em madeira;
- Novas portas em vidro adicionadas;
- Portão de acesso ao jardim pela Rua Agostinho Barbosa em bom estado;
- Jardim bastante arborizado e com sequência de escadas de acesso a este e ao terraço do piso 1;
- A maioria das paredes deste piso são em alvenaria de granito, sempre rebocadas pelo exterior;
- A paredes divisórias primitivas são em estrutura de tabique e as adicionadas recentemente em gesso cartonado ou tijolo.

Fig. 30 - Fachada lateral em 2014, aqui vê-se que os vãos do piso do rés do chão não seguem na continuidade dos superiores como é regra geral em todo o edifício, pois estes foram os vãos fechados entretanto, ficando apenas a moldura de um deles.

Fig. 31 - Fotografia de uma das salas deste piso que era servida por dois dos vãos fechados entretanto e que como se vê a parede em frente não tem agora qualquer vão.

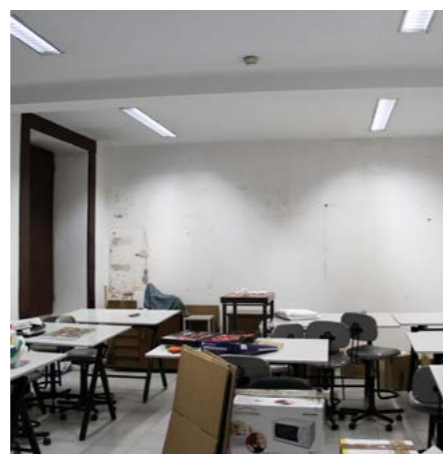
30

31

Fig. 32 - Sala no piso do rés do chão com bastantes modificações: pavimento novo e fecho de entrada para o espaço no local onde tem agora uma porta para arrumações, em 2014.

Fig. 33 - Fotografia de 2014 mostra porta de saía para o exterior da mesma sala da figura anterior, com novas portadas de madeira improvisadas e sem o mesmo desenho do vão primitivo.

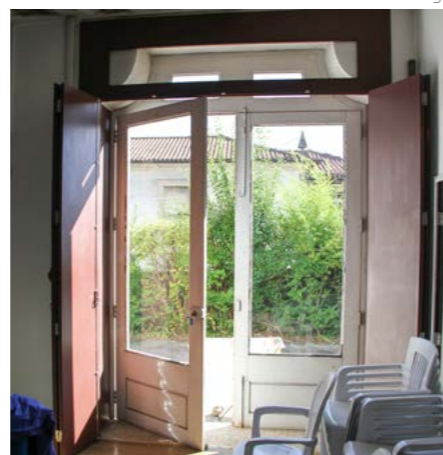
32

33

Fig. 34 - Fotografia de 2014 a partir do hall de entrada de acesso pelo Largo Martins Sarmento e pavimento em granito preservado. Daqui observa-se o compartimento da direita com as novas escadas em betão revestidas a madeira e no compartimento da esquerda foi colocado novo pavimento e escadas em madeira improvisadas.

Fig. 35 - Entrada pelo hall de acesso ao jardim toda em granito e com o problema da entrada de água em 2014.

34

35

Fig. 36 - Hall de acesso ao jardim em granito, paredes, pilares e teto sob o terraço do piso 1. Aqui foi colocado novo pavimento, anteriormente seria tudo em granito e aberta uma passagem para outro espaço.

36

37

38

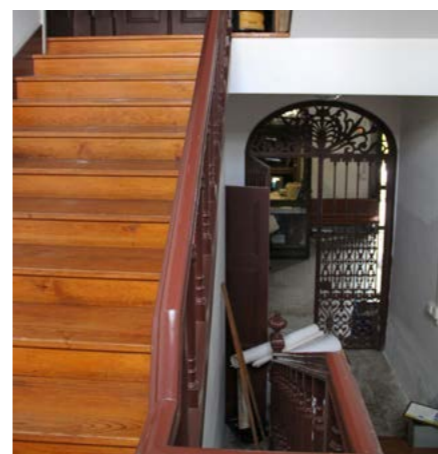



Fig. 37 - Fotografia de 2014 das novas escadas em betão e revestimento em madeira de acesso do hall de entrada na casa pelo Largo Martins Sarmento ao piso 1.

Fig. 38 - Adição de escadas em madeira improvisadas e portas em vidro em acesso a sala rebaixada no piso do rés do chão. Fotografia de 2014.

39

40

Fig. 39 - Aproximação à caixilharia de janela da fachada principal no piso do rés do chão da casa em 2014.

Fig. 40 - Aproximação a vão da fachada tardoz no piso do rés do chão da casa voltada para o jardim, esta mostra como se queria pouca relação com o exterior neste piso pois era o piso de serviço da casa.

41

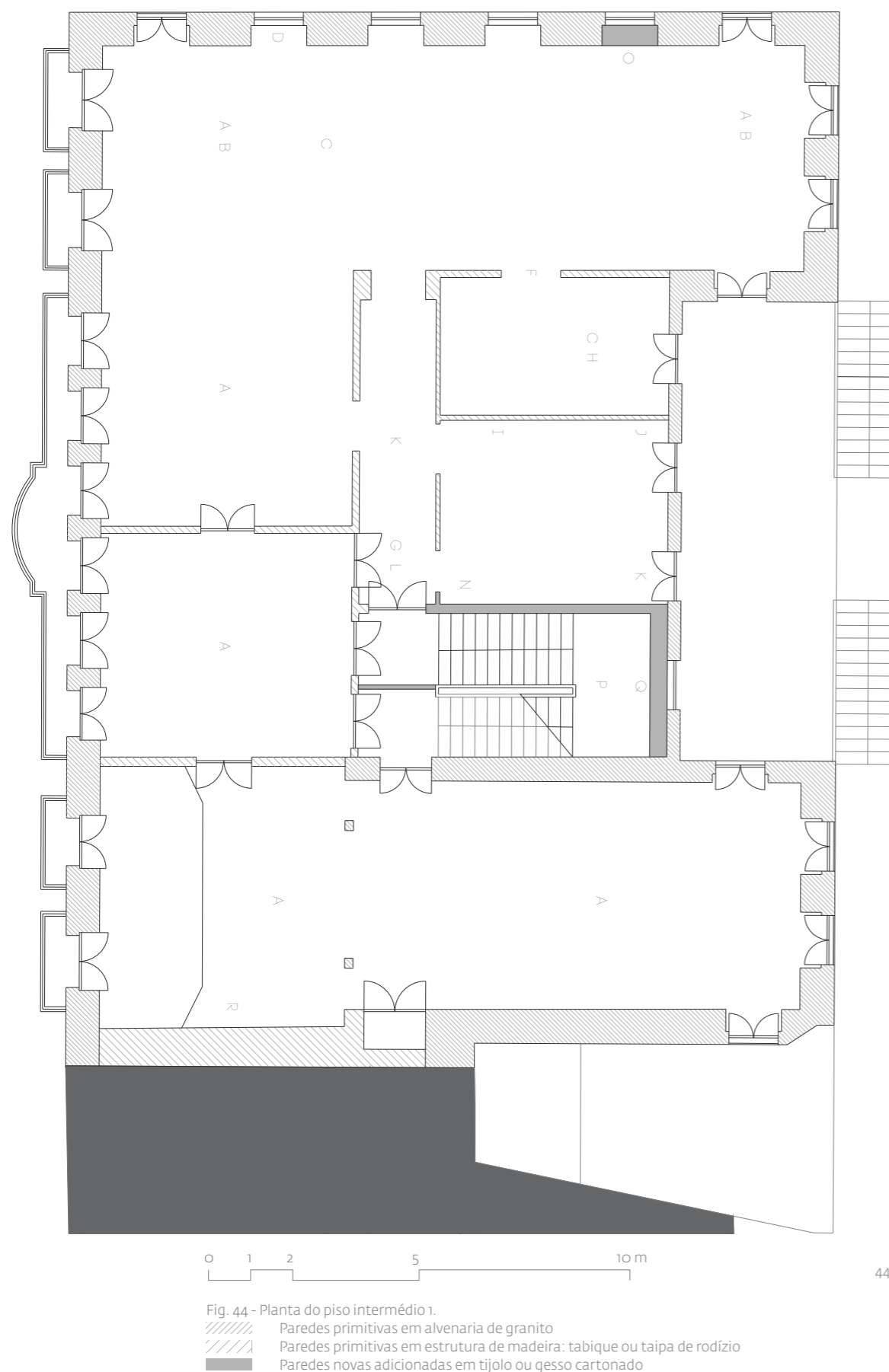
42

Fig. 41 - Portão de entrada no jardim voltado para a Rua Agostinho Barbosa em 2014. Foi este o portão mudado da muro voltado para o Largo Martins Sarmento para esta posição quando foi aberta esta rua.

Fig. 42 - Vista do terraço do piso 1 para o jardim no piso 0 em 2014.

43

Fig. 43 - Sequência de escadas de acesso ao jardim e casa após entrada no portão que liga à Rua Agostinho Barbosa. Fotografia de 2014.

Fig. 44 - Planta do piso intermédio 1.
Paredes primitivas em alvenaria de granito
Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
Paredes novas adicionadas em tijolo ou gesso cartonado

1 PISO INTERMÉDIO PISO NOBRE

- Seria o piso nobre da casa, dividindo-se em:
  - Terraço voltado para o jardim de recepção de convidados;
  - Hall de recepção das visitas e arrumação dos seus pertences;
  - Salão de amplo de estar, jantar e festas relacionado com todas as fachadas da casa pelos seus diferentes vãos;
  - Sala de reuniões voltada para a fachada principal da casa;
  - Salão com palco destinado a conferências ou grandes reuniões de trabalho ou festas, aberto para a fachada principal e tardoz da casa;
  - Corredor central de ligação aos diversos espaços;
  - Compartimento de ligação às escadas de serviço do piso 0;
  - Compartimento com as escadas de ligação ao piso superior;
- Piso organizado de forma a separar as visitas dos espaços de ligação aos restantes pisos da casa - de serviço ou privado;

A • Tetos desenhados em estuque parcialmente em bom estado mas com falta de pedaços e outras partes descascadas ou fissuradas em risco de queda;
B • Presença de humidade nas paredes, também descascadas ou fissuradas;
C • Falta de teto em certas zonas, tendo atualmente teto improvisado;
D • Falta de lambrins em madeira;
E • Preservação do antigo sistema de portadas primitivo da casa;
F • Falta de molduras de portas e passagens em madeira;
G • Marcas de incêndio em antigas molduras de portas e passagens;
H • Vigamento do teto à vista com falta de fasquiado e sinais de incêndio;
I • Parede de tabique com tabuado à vista, marcas de incêndio e vista de tijolos atrás do tabuado queimado, poderá ter sido um possível reforço da parede;
J • Revestimento a azulejo assinala uma adaptação a instalação sanitária;
K • Novo vigamento do piso superior à vista;
L • Paredes do corredor central com vestígios de pintura ou papel de parede;
M • Parede da fachada tardoz com parte da alvenaria à vista pelo interior;
N • Nova parede de tijolo e pilares de betão como reforços da estrutura;
• Caixilharias primitivas em madeira em bom estado, precisando apenas de tratamento de limpeza, pintura e substituição de alguns vidros;
O • Janela fechada apenas pelo interior na fachada lateral, estando esta à vista pelo exterior, mas sem qualquer uso pelo interior;
P • Novas escadas inacabadas em betão à vista;
Q • Patamar das escadas do piso 1 barrada por parede improvisada para não permitir a passagem para o outro lado do piso ou a subida para o piso superior;
• Porta de ligação ao terraço sem qualquer uso devido à construção das novas escadas à frente das mesmas, iluminando apenas um patamar das escadas;
• Pé direito duplo em zona onde o vigamento do piso superior foi destruído pelo incêndio;
R • Guardas em ferro em bom estado, precisando apenas de tratamento de limpeza e pintura;
• As paredes das fachadas são em alvenaria de granito rebocadas pelo exterior e pelo interior;
• A parede de meação da casa com a sua anexa é em taipa de rodízio;
• A paredes divisórias primitivas são em estrutura de tabique.

Fig. 45 - Série de fotografias de 2014 dos vários tetos desenhados em estuque do piso 1 da Casa de Sarmento. Nestas é possível confirmar quer o bom estado de conservação de alguns tetos, como a degradação noutros: com fissuras, descascamento, falta de partes de estuque ou mesmo zonas em que já está o fasquiado à vista.

45

Fig. 46 - Salão do piso 1 com bastante humidade nas paredes já com fissuras e partes sem revestimento, tendo o fasquio à vista. Faltam partes do teto em estuque e molduras em madeira nas passagens para outros espaços.

Fig. 47 - No mesmo salão da figura anterior em 2014 é possível ver uma zona em que não existe nenhum revestimento teto primitivo, tendo uma solução temporária improvisada já com bastantes manchas de humidade. Vê-se também que faltam lambrins de madeira onde a parede de alvenaria de granito está à vista.

46

47

Fig. 48 - Fotografia de 2014 com o sistema de portadas de madeira primitivo em bom estado de preservação no piso 1 da casa. Vê-se que a portada aberta encaixa na moldura do vão e para fechar o ferro da fotografia prende com as suas duas pernas em duas argolas, como a do canto esquerdo superior, presas na portada pelo interior.

Fig. 49 - Fotografia no corredor central do piso 1 com partes que mostram a antiga pintura ou papel que revestia as paredes do mesmo. Observa-se ainda a moldura em madeira da porta que apresenta sinais de incêndio.

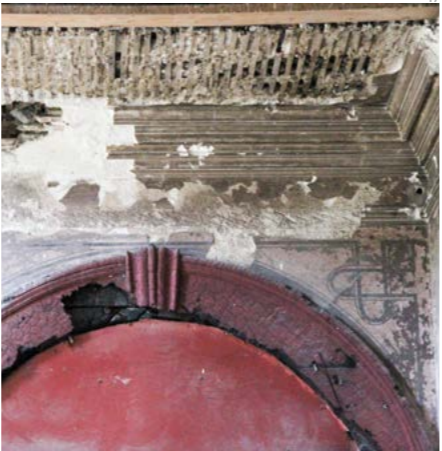
48

49

Fig. 50 - Compartimento do piso 1 mostra o vigamento do piso superior com as vigas queimadas pelo incêndio que lá ocorreu, bem como o fasquiado de suporte do revestimento está à vista, em 2014.

Fig. 51 - Fotografia de 2014 de parte de parede à vista onde se situavam as escadas primitivas da casa mostra bastantes sinais de incêndio pela madeira queimada e vê-se ainda tijolos atrás do tabuado, o que significa que entretanto reforçaram a parede.

50

51

52

53

Fig. 52 - Fotografia de 2014 a partir de compartimento do piso 1 onde se vê o novo vigamento colocado no piso superior motivado pela destruição do antigo pelo incêndio. Falta também parte da moldura da entrada para este espaço e as paredes estão descascadas com o fasquiado à vista.

Fig. 53 - Vista do corredor central para a fachada tardoz em alvenaria à vista e neste momento com pé direito duplo pela falta do piso primitivo superior. Vê-se também uma nova parede de tijolo e pilares de betão de obra inacabada que reforça a estrutura do piso superior.

54

55

Fig. 54 - Vista do piso 2 para as novas escadas inacabadas em betão que sobem para este piso e se agarram à nova parede de tijolo da figura anterior. Vê-se ainda ao fundo uma parede revestida a azulejo onde poderá ter sido adaptada uma instalação sanitária.

Fig. 55 - Vista de 2014 do piso 0 das mesmas escadas da figura anterior aqui revestidas temporariamente para não permitir a passagem nem para o resto do piso 1 nem para subir para o piso superior.

56

57

Fig. 56 - Fotografia de 2014 a partir do patamar das novas escadas no piso 1 para o que foi uma antiga porta de entrada no piso através do terraço e que agora é parcialmente tapada pela nova escada, iluminando apenas o patamar intermédio da escada e não tendo qualquer uso enquanto porta.

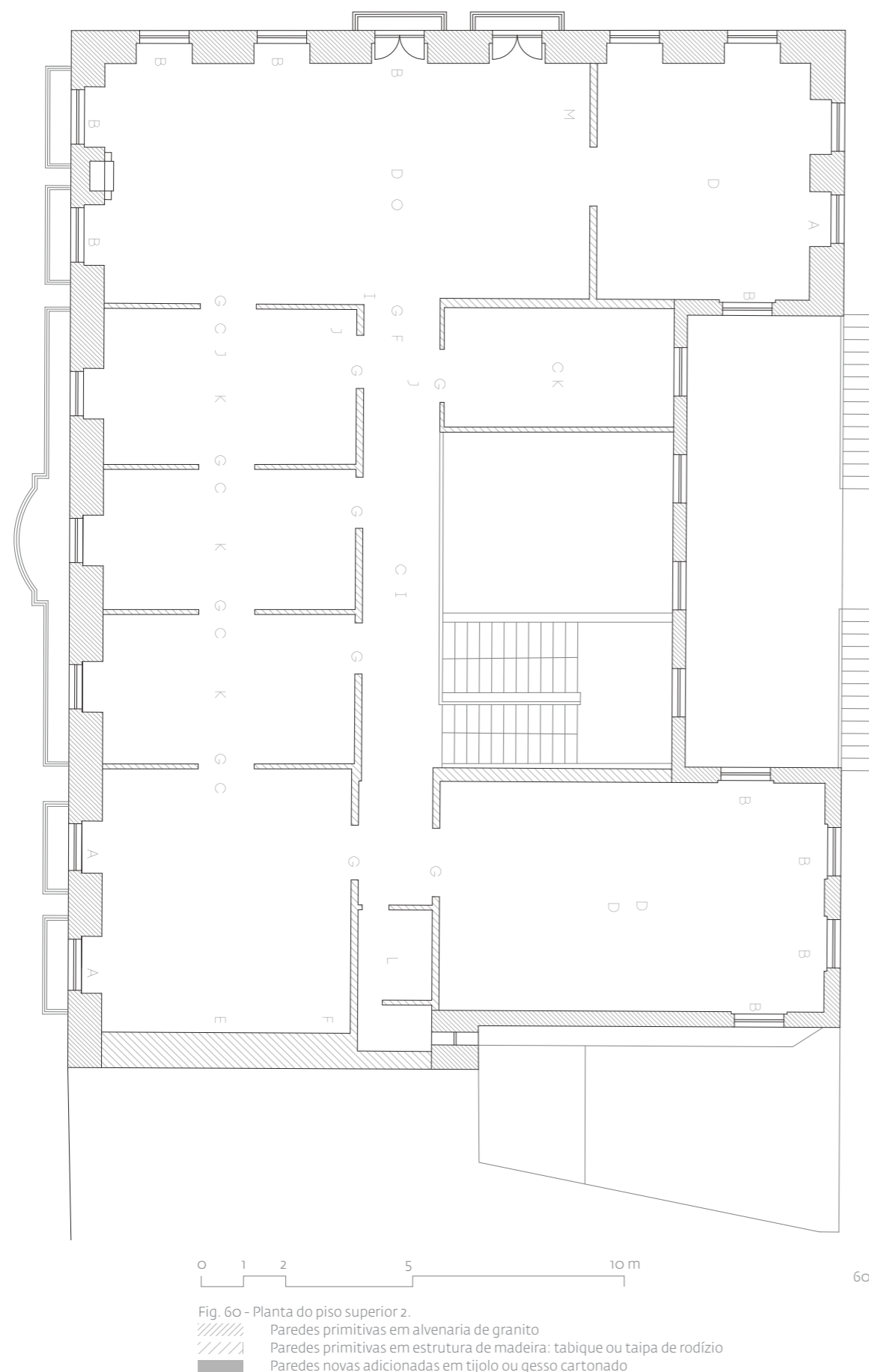
Fig. 57 - Fachada lateral da casa em 2014. Nesta fachada a janela mais à esquerda aparece no exterior igual às restantes janelas, no entanto esta não existe no interior, está escondida pelo enchimento do vão, não tendo qualquer usufruto enquanto janela para o espaço.

58

59

Fig. 58 - Caixilharias das portas das varandas da fachada principal da casa no piso 1, voltadas para o Largo Martins Sarmento, em 2014.

Fig. 59 - Em 2014, terraço em granito, onde se entrava no piso 1 por qualquer uma das portas que o ladeiam, agora excepto uma que está travada pelas novas escadas, já referida anteriormente. Esta e a figura anterior mostram como este piso se abre bastante para o exterior, confirmando-o como piso nobre da casa.

Fig. 60 - Planta do piso superior 2.
Paredes primitivas em alvenaria de granito
Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
Paredes novas adicionadas em tijolo ou gesso cartonado

2 PISO SUPERIOR PISO PRIVADO

- Seria o piso privado da casa, compondo-se por:
  - Quartos de dormir;
  - Quartos de vestir;
  - Biblioteca;
  - Escritório;
  - Zona de estar;
  - Instalação sanitária;
  - Compartimento de ligação às escadas de acesso ao piso 1;
- Piso organizado por um corredor central que liga a todos os espaços, embora a circulação seja possível de espaço para espaço;
- Sem qualquer teto ou cobertura, tudo destruído pelo incêndio;
- Estrutura metálica da cobertura atual improvisada;

A • Preservação do antigo sistema de portadas primitivo em madeira;
B • Falta de portadas em madeira nas janelas, permanecendo as dobradiças;
C • Fasquiado à vista na maioria em bom estado de conservação;
D • Falta de lambrins em madeira;
E • Parede de meação de rodízio à vista, consequente da falta de lambrim de madeira, contudo apresenta-se em bom estado de conservação, com falta de alguns tijolos e argamassa de enchimento;
F • Parede de tabique interior descascada apresenta falta de fasquiado e sinais de humidade e incêndio;
• Falta de sanca deixa à vista fasquiado e estrutura de rodízio;
G • Falta de portas em madeira;
H • Mantém-se o sistema de prender paredes de tabique ao vigamento;
I • Adicionados prumos em madeira ou metálicos para suportar a nova estrutura da cobertura;
J • Adicionados prumos de madeira para suportar as paredes afetadas pelo incêndio e humidade;
K • Armário da biblioteca trabalhado em madeira, apresentação em bom estado de conservação, precisando apenas de tratamento de limpeza e pintura;
L • Revestimento a azulejo marca local de instalação sanitária;
M • Arranque do revestimento do antigo teto à vista;
• Caixilharias primitivas em madeira em bom estado de conservação, precisando apenas de tratamento de limpeza e pintura;
• Guardas em ferro em bom estado, precisando apenas de tratamento de limpeza e pintura;
N • Chaminé que se pensa ser posterior à construção inicial da casa;
• Paredes apresentam cor alaranjada do que parece ter sido cola de antigo papel de revestimento de parede;
O • Parede de fachada em alvenaria de granito à vista pelo interior;
• Paredes de fachada em alvenaria de granito rebocadas pelo exterior e pelo interior;
• A parede de meação da casa com a adjacente é em taipa de rodízio;
• A paredes divisórias primitivas são em estrutura de tabique.

Fig. 61 - Preservação do sistema de portadas primitivas do piso 2 em 2014. As portadas em madeira quando abertas encaixam na moldura do vão, também em madeira.

Fig. 62 - Janela de guilhotina voltada para o terraço do piso inferior. Fotografia de 2014 mostra a falta de portadas de madeira, permanecendo as dobradiças das mesmas presas na parede.

Fig. 63 - Fotografia de 2014 do piso 2 mostra a passagem contínua de espaço para espaço agora sem qualquer porta ou lambrim de madeira. Nesta é possível apreciar a cor alaranjada das paredes que remete para um antigo revestimento a papel de parede.

Fig. 64 - Falta de lambrim de madeira deixa à vista o fasquiado da parede e ainda o sistema de travamento da parede presa ao vigamento do piso.

Fig. 65 - Fotografia de espaço do piso 2 em 2014, com sinais de humidade e falta de lambrins e sancas que deixam à vista o tabuado de uma parede, a estrutura de rodízio de outra e o encaixe das mesmas com a cobertura agora destruída.

Fig. 66 - Aproximação à estrutura de rodízio da figura anterior, esta é a parede de meação da casa com a sua adjacente.

Fig. 67 - Fotografia do corredor de distribuição central do piso 2, em 2014. Nesta vê-se o fasquiado à vista em bom estado de conservação, a colocação de novos prumos para segurar os vãos das antigas portas e à direita parte da parede afetada pelo incêndio.

Fig. 68 - Arranque do que seria o revestimento do teto do piso 2 e ao fundo a estrutura da cobertura atual, em 2014.

Fig. 69 - Espaço do piso 2 em 2014, em que se vê paredes totalmente com o fasquiado à vista, os prumos e frechais colocados como reforço das paredes e suporte da cobertura metálica colocada.

Fig. 70 - Vista de outro ângulo da mesma parede da figura anterior, aqui aproximada à estrutura de suporte da parede afetada pelo incêndio e ao fundo um vão sem qualquer portada e um ponto onde se mantém um exemplo dos rodapés do piso.

Fig. 71 - Aproximação à estrutura improvisada de suporte das paredes e cobertura metálica do piso, com prumos, frechais e molduras de portas.

Fig. 72 - Sala do piso 2 em 2014 com as paredes das fachadas em alvenaria de granito à vista pelo interior, falta de lambrins e portadas de madeira, sem qualquer teto, com a estrutura metálica improvisada para a cobertura e com uma lareira que se desconhece a ligação a qualquer chaminé ou quando foi feita.

Fig. 73 - Fotografia de 2014 daquela que seria a biblioteca de Francisco Martins Sarmento, no piso 2 da casa. Seria neste armário trabalhado em madeira que guardaria os seus livros.

Fig. 74 - Mesmo armário da figura anterior abria-se no local dos vãos de entrada para a biblioteca, ligando, possivelmente, ao quarto e ao escritório do arqueólogo. Vê-se aqui um vão em frente e outro à direita neste momento fechado com tijolos.

4.2. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

Com base na análise das páginas anteriores e na interpretação pessoal retirada da visita às casas do Centro Histórico de Guimarães, umas em fase de intervenção e outras em estado de degradação e desabitadas, estuda-se como poderia ser o processo de um projeto de reabilitação da Casa de Sarmento. Tendo como base programática a instalação de uma instituição de cariz cultural no edifício, como está definido pelo protocolo descrito anteriormente e como era desejo do Dr. Francisco Martins Sarmento.

Tendo em conta o estudo realizado às casas do Centro Histórico, a análise do estado atual do edifício e os objetivos da instituição prevista a instalar no mesmo, a ação de reabilitar este edifício pode dividir-se em três campos: o funcional, o estrutural e o estético. Em primeiro lugar está a função, determinante para todas as escolhas e decisões das obras a realizar. Deste modo, é importante rever os principais objetivos para esta unidade cultural designada Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património:

"• A promoção da cooperação da Universidade do Minho com a comunidade em geral, e a vimaranense em particular;
• O desenvolvimento de actividades de índole cultural;
• O enquadramento de projectos de investigação no âmbito dos estudos sobre o Património e a História Local;
• O apoio à aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos em projectos de restauro e conservação de património material;
• O estabelecimento de acções de cooperação científica e captação de financiamentos com instituições nacionais e internacionais;
• O realização de acções de formação em áreas pertinentes para os objectivos específicos da Unidade;
• A recolha, tratamento e disponibilização de fundos documentais relacionados com o património e a história local;
• A organização de um fundo iconográfico de Património e História Local através, nomeadamente, da recolha, catalogação e digitalização de fotografias e outros suportes de imagens;
• A edição e divulgação de inventários, catálogos e outros elementos destinados a facilitar aos investigadores a consulta de documentos;
• A publicação de fontes documentais e de estudos;
• A utilização das novas tecnologias da informação em projectos de investigação, produção e divulgação de conteúdos relacionados com as problemáticas históricas e patrimoniais."[26]

Universidade do Minho

O centro deve seguir a seguinte estrutura organizacional:

- NEPHL - Núcleo de Estudos do Património e História Local:
    - SPIM - Secção do Património, Inventário e Museologia;
    - SHL - Secção de História Local;
- NEV - Núcleo de Estudos Vicentinos;
- NDAT - Núcleo de Documentação Abade de Tagilde;
- NCR - Núcleo de Conservação e Restauro:
    - Oficina de Restauro;
    - Laboratórios da Escola de Engenharia.

26 Universidade do Minho – "Proposta de Criação da Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património, Unidade Cultural da Universidade do Minho" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/projecto_CS.pdf%3E. (Pág. 6)

O NEPHL será um núcleo de investigação nas áreas da História Local e do Património móvel, construído e arqueológico, requerendo quatro técnicos especializados[27] para o seu funcionamento. Com o NEV prevê-se o tratamento, estudo, consulta e divulgação da obra de Gil Vicente. O NDAT corresponderá à inventariação, catalogação, pesquisa e digitalização para suporte digital de fundos documentais e bibliográficos, apoiando também arquivos e bibliotecas, requerendo quatro técnicos[28] da área. O NCR pretende-se que seja um núcleo não só de investigação nas áreas da conservação e do restauro de materiais, mas também um local de prática, dividindo-se em: edifícios e monumentos[29]; materiais têxteis[30]; materiais arqueológicos[31]; e obras em madeira[32]. Funcionará na Casa de Sarmento com a Oficina de Restauro com três técnicos da área[33], fazendo correspondência com os Laboratórios da Escola de Engenharia da UM.

Estando estas questões definidas, o passo seguinte será determinar onde se instala cada secção de modo a satisfazer da melhor forma as necessidades e funções de cada espaço sem descurar a preservação do edifício. Nesta fase e, mais precisamente, neste caso, impõe-se a reflexão sobre a manutenção ou não dos diferentes elementos adicionados ao edifício nas suas diversas ocupações, por vezes afastando-o da sua essência primitiva, o que se procurará devolver ao máximo com as escolhas atuais apresentadas mais à frente.

Resolvidas as questões funcionais, prossegue-se para as soluções estruturais. Numa primeira fase deve ser feita uma análise a fundo de todos os elementos para aproveitar ao máximo todos os que se encontrarem em bom estado, conseguindo-se assim quer baixar o investimento na obra, quer preservar a construção original da casa. Após esta análise, descrita já anteriormente, ficam determinadas as principais anomalias a resolver:

- Vigamento de pisos em falta;
- Revestimento de tetos em falta;
- Tetos novos com marcas de humidade;
- Entrada de água;
- Paredes primitivas em falta;
- Paredes e vãos interiores afetados pelo incêndio ou humidade;
- Vãos exteriores encerrados ou parcialmente obstruídos;
- Remoção de paredes e escadas inacabadas em betão;
- Construção das escadas originais em estrutura de madeira;
- Construção da estrutura em madeira da cobertura e águas furtadas.

Solucionadas as questões funcionais e estruturais, restam as de valor estético, no que se refere aos acabamentos necessários:

- Adição das portas, molduras de vãos, portadas, lambrins, rodapés e sancas em falta;
- Tratamento e pintura de madeiras: caixilharias de portas e janelas, molduras de vãos, portadas, lambrins, rodapés e sancas;
- Tratamento e pintura de guardas em ferro;
- Restauro do armário trabalhado em madeira da antiga biblioteca da casa;
- Reconstituição das falhas dos tetos desenhados em estuque.

27 Dois técnicos superiores e dois técnicos profissionais de arqueologia e museologia.
28 Um técnico superior e três técnicos profissionais de biblioteca/arquivo e de informática.
29 Com apoio no Departamento de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica da UM.
30 Com apoio no Departamento de Engenharia Têxtil da UM.
31 Com apoio no Laboratório de Análises Clínicas do Departamento de Engenharia Mecânica da UM.
32 Com apoio no Departamento de Engenharia Mecânica e Engenharia Civil da UM.
33 Um técnico superior e dois técnicos profissionais de conservação e restauro.

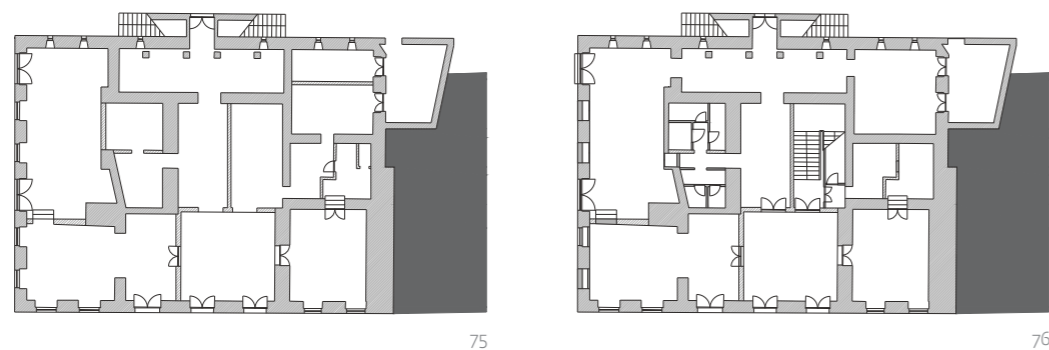



Fig. 75 - Planta do piso do rés do chão primitivo (0) à escala 1/500.

Fig. 76 - Planta do piso do rés do chão atual (0) à escala 1/500.

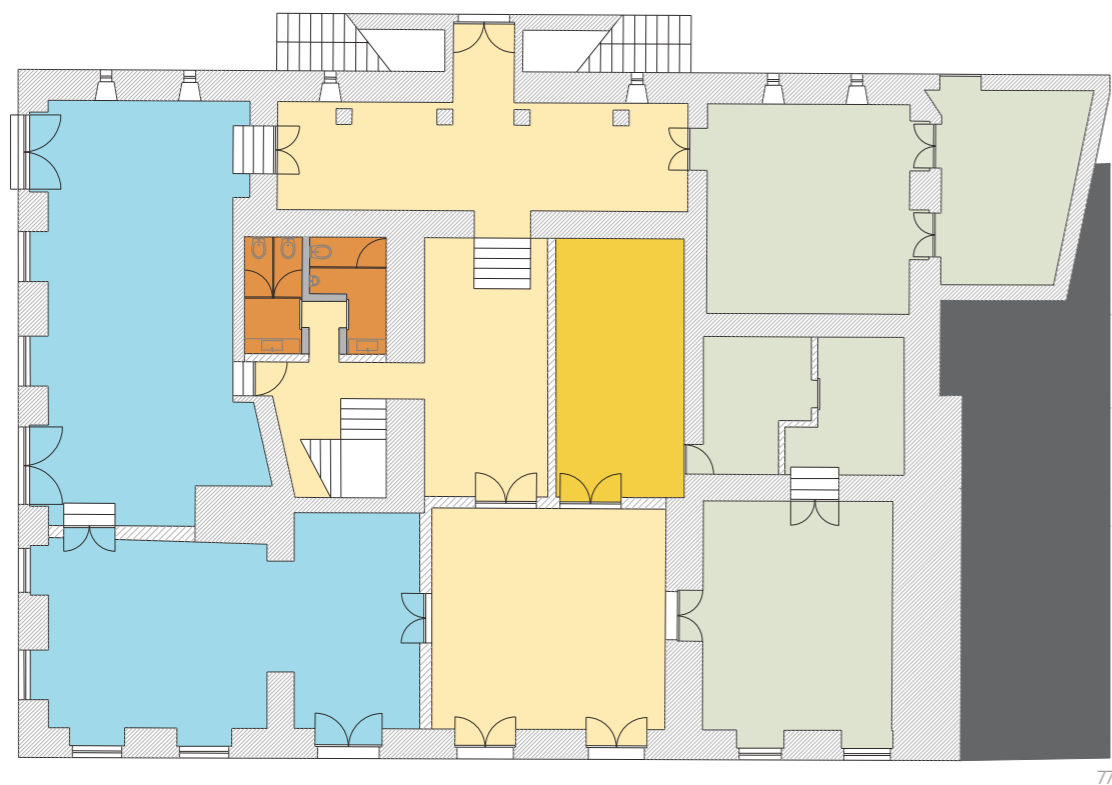



Fig. 77 - Programa base e alterações em planta para o piso do rês do chão (0) à escala 1/200.

- Espaços de distribuição e exposição
- Instalações Sanitárias
- Recepção
- Paredes primitivas em alvenaria de granito
- Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
- Paredes divisórias novas
- Espaços de arquivo
- NCR - Oficina de Restauro

0 PISO DO RÉS DO CHÃO PISO DE SERVIÇO

O piso do rés do chão era o piso de serviço da casa de Martins Sarmento, com esta proposta programática mantém-se essa lógica de funcionamento. Sendo este o piso de recepção ao público, de arquivo das diferentes secções instaladas no centro de estudos e com uma oficina de restauro ao serviço do Núcleo de Conservação e Restauro. Pretende-se devolver as escadas primitivas ao edifício, implantando-as no seu local original, embora não se conheça ao certo o seu desenho anterior. Abrem-se os vãos exteriores e interiores fechados noutras ocupações e adapta-se um espaço central a instalações sanitárias. Os espaços no eixo central são de distribuição do público para o restante edifício, afastando-o das áreas privadas do piso, como acontecia na casa primitiva. Estes espaços poderão servir ainda de exposição quando pretendido.

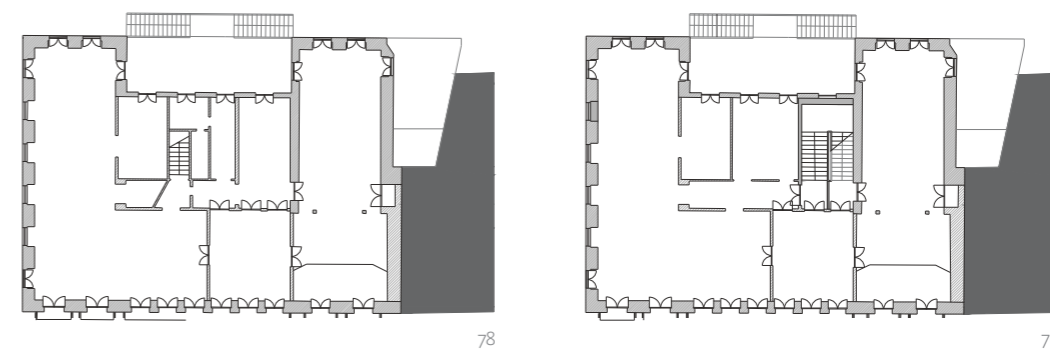



Fig. 78 - Planta do piso intermédio primitivo (1) à escala 1/500.

Fig. 79 - Planta do piso intermédio atual (1) à escala 1/500.

Fig. 80 - Programa base e alterações em planta para o piso intermédio (1) à escala 1/200.

- Espaços de distribuição e exposição
- Instalações Sanitárias
- NEV - Tratamento, estudo e divulgação
- Paredes primitivas em alvenaria de granito
- Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
- Paredes divisórias novas
- Espaço de consulta para o público
- Sala de conferências
- Espaço de arquivo

1 PISO INTERMÉDIO PISO NOBRE

O piso intermédio era o piso nobre da casa de Martins Sarmento, esta proposta programática aproxima-se dessa lógica de funcionamento, pois propõe que este seja o piso público do centro, tal como anteriormente era de recepção dos convidados. Pretende-se, tal como no piso anterior, devolver as escadas primitivas ao edifício, agora com certezas do seu desenho. Abrem-se os vãos fechados ou obstruídos em intervenções anteriores e adapta-se um compartimento a instalação sanitária. Os grandes salões são para consulta do público ou realização de conferências. Outros dois espaços ficam para o NEV, o maior para estudo e divulgação das obras e o menor para tratamento das mesmas. Os espaços de distribuição ligam-se ao terraço exterior para entrada em alturas de conferências e exposição no hall que antecede a entrada na sala de conferências.

Fig. 81 - Planta do piso superior primitivo (2) à escala 1/500.

Fig. 82 - Planta do piso superior atual (2) à escala 1/500.

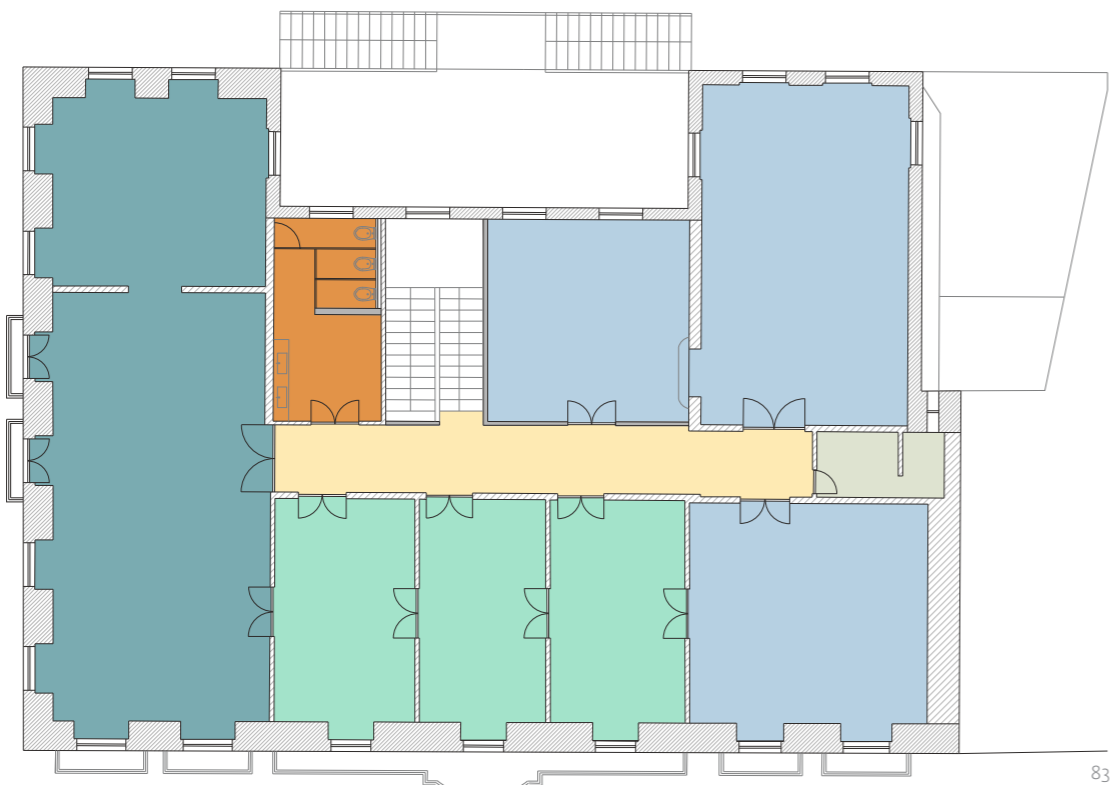



Fig. 83 - Proposta em planta para o piso superior (2) à escala 1/200.

Espaços de distribuição e exposição
Instalações Sanitárias
NDAT - Inventariação, catalogação, estudo e divulgação
Paredes primitivas em alvenaria de granito
Paredes primitivas em estrutura de madeira: tabique ou taipa de rodízio
Paredes divisórias novas
NEPHL - SHL
NEPHL - SPIM
Espaço de arquivo

2 PISO SUPERIOR PISO PRIVADO

O piso superior era o piso privado da casa de Martins Sarmento, o que se mantém nesta proposta programática com a instalação neste piso das áreas com uso apenas dos seus técnicos especializados e eventualmente aos alunos da UM destas áreas e laboratórios. Adapta-se um compartimento a instalação sanitária e outro a um pequeno espaço de arquivo. O salão maior destina-se ao SHL para investigação em História Local. A antiga biblioteca de Martins Sarmento e seus espaços diretamente ligados reservam-se para o SPIM para o estudo do património móvel, construído e arqueológico, bem como inventário e museologia. Os três espaços centrais ligados entre si ficam para o NDAT de inventariação, catalogação, estudo e divulgação de fontes documentais. O único espaço de distribuição é o corredor central já existente. Tal como nos pisos anteriores, devolvem-se as escadas originais ao edifício e ainda as paredes e piso em falta.

Mediante as questões apresentadas anteriormente e a aplicação do programa base a cada um dos pisos com as possíveis alterações em planta consequentes da instalação de uma nova instituição no edifício. Pretende-se agora testar como se colocaria o problema na fase estrutural da obra, escolhendo uma das paredes em mau estado na casa, para servir de exemplo da metodologia de intervenção aqui apoiada.

A parede escolhida situa-se no piso superior da Casa de Sarmento, antigo piso privado da casa. Parede interior de tabique, chamada de "dupla face " em Guimarães, por ser composta por um duplo tabuado: vertical de um lado e na diagonal no lado oposto, sendo rematada por frechais onde prendem os prumos verticais e o tabuado. Ao tabuado pregam-se os fasquios onde se agarra a argamassa de revestimento. Parte desta encontra-se em bastante mau estado devido a um incêndio que se pensa ter ocorrido por volta de 1970, no piso inferior a este, que destrói portanto o vigamento deste piso, e passando através de paredes como esta chega à cobertura, destruindo-a totalmente, não restando atualmente nada da cobertura primitiva. O que trouxe outros problemas, a entrada de água e consequentemente humidade. Assim, a parte em mau estado desta parede apresenta falta do duplo tabuado, falta de fasquios e argamassa, tabuado e fasquios queimados irrecuperáveis, e falta de prumos e frechais de suporte da estrutura da parede. Deste modo, a parede atualmente segura-se por uma estrutura de prumos, travessanhos e frechais improvisados para que a cobertura temporária pudesse ser instalada. No entanto, nem toda a parede está em mau estado, na sua continuação a parede apresenta-se em boas condições de preservação, estando o fasquiado à vista falta-lhe apenas a respetiva argamassa de revestimento e acabamento.

Desta forma, após analisadas as peças aptas ou não para continuarem a satisfazer a sua função, partir-se-ia para a retirada das peças irreparáveis, neste caso, os elementos queimados ou afetados pela humidade: prumos, tabuado, frechal e fasquiado. Tendo depois de ser estudada a melhor solução de adição das peças de substituição dessas e ensaiado o encaixe entre as existentes e as novas.

A metodologia adotada para a reabilitação desta parede prevê a manutenção das técnicas tradicionais, em vez de uma construção totalmente nova, tal como é ideia para todo o edifício, pela valorização da salvaguarda das nossas tradições, cultura e património, a que se acrescenta o bom estado de conservação do edifício no geral, e em especial deste tipo de paredes, à excepção das zonas onde se deu o incêndio.

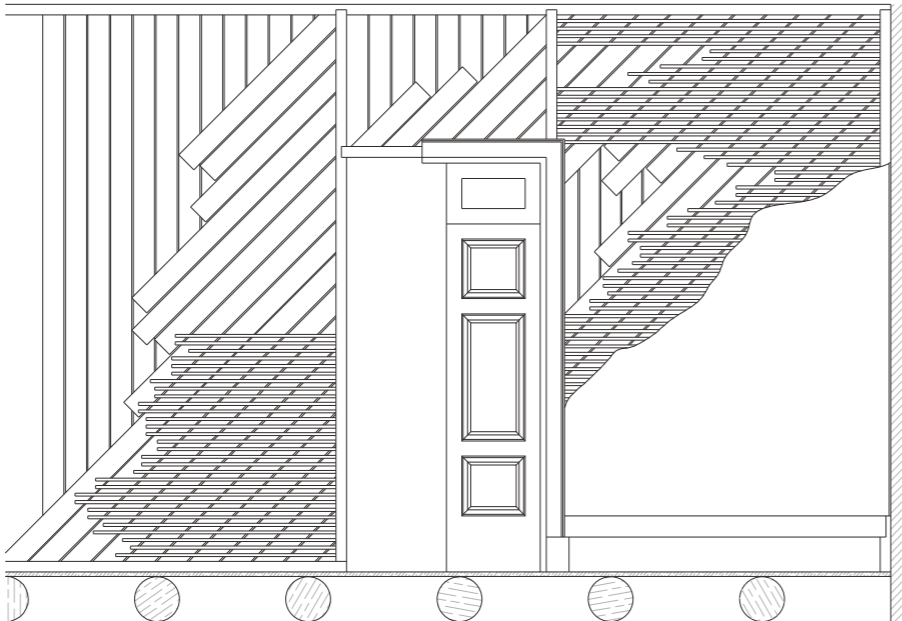
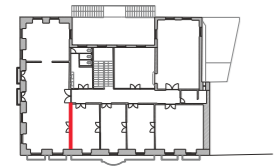
Este tipo de metodologia seria possível de ser adaptado a todos os outros elementos construtivos do edifício em necessidade de intervenção, num processo que passaria sempre e primeiro pela aferição do estado de conservação, depois pela adequabilidade às novas exigências programáticas e arquitetónicas, e depois pelo estabelecimento dos processos de intervenção que não deveriam ser rígidos, mas antes passíveis de adaptação às situações concretas que apenas se revelam quando a obra se inicia.

Fig. 84 - Fotografia do encontro da parede em análise com outra, em 2014. Nesta é bastante clara a improvisação realizada para suportar provisoriamente a parede e, também, a nova cobertura metálica temporária. A parede carece de prumo vertical de encontro com outro parede e de frechal superior, bem como apresenta tabuado e fasquiado à vista em mau estado.

84

Fig. 85 - Fotografia de 2014 da parede em análise, aqui é evidente o bom estado de conservação de grande parte da parede, incluindo abertura do vão de uma porta interior. A parte é esquerda é que foi afetada pelo incêndio e apresenta-se sem prumos verticais, tabuado e fasquiado, suportando-se por prumos improvisados depois do incêndio.

85

Fig. 86 - Desenho à escala 1/50 do processo de reconstituição de uma parede interior de tabique dupla face. Compõe-se por um duplo tabuado vertical de um lado e na diagonal no lado oposto. Ao encontrar um vão a parede é interrompida por prumos verticais e um frechal superior que desenham o vão. A parede é rematada por frechais onde prendem os prumos verticais e o tabuado. Ao tabuado pregam-se os fasquios onde se agarra a argamassa de revestimento A parede representada situa-se no piso superior (2) e está marcada na planta abaixo à escala 1/1000.

86

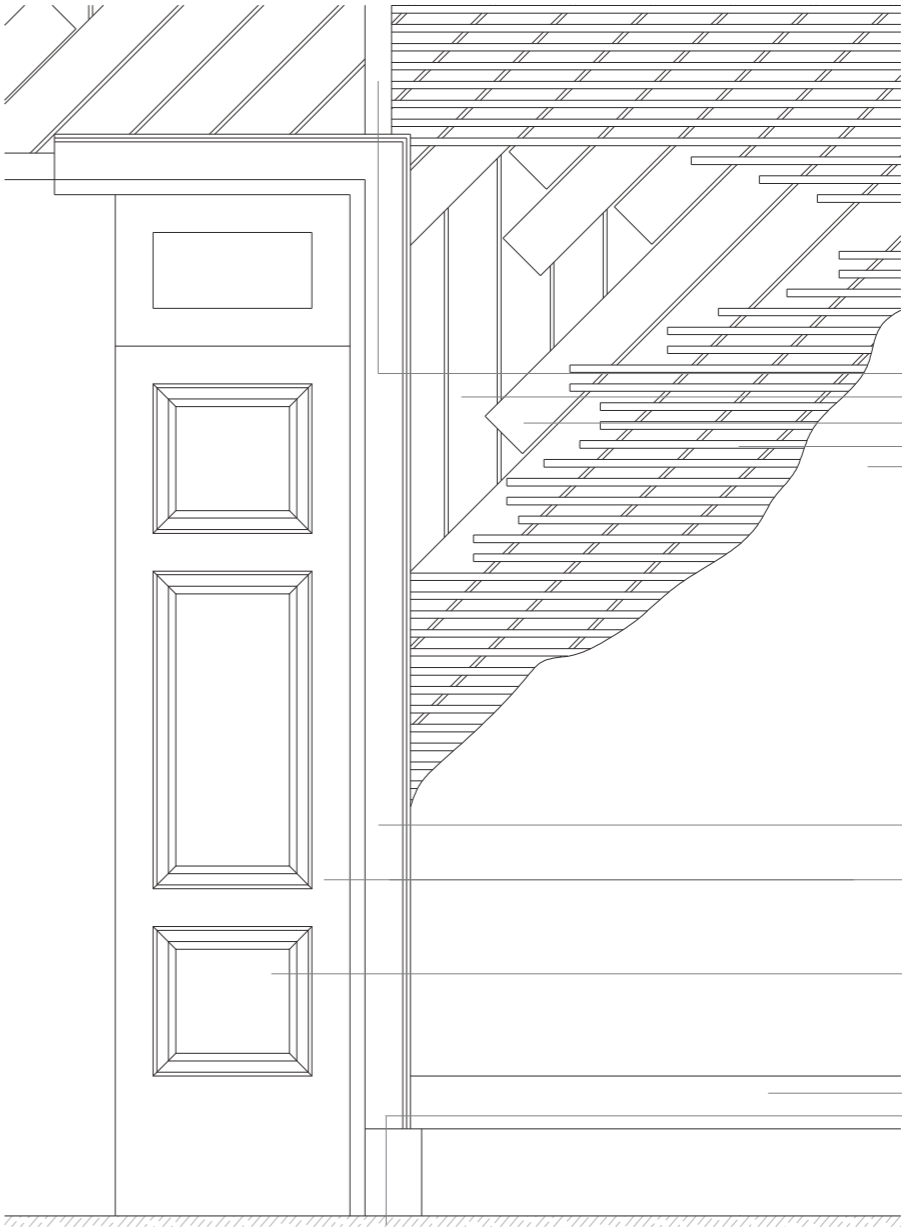



Fig. 87 - Desenho à escala 1/20 de detalhe do processo de reconstituição de uma parede interior de tabique e do encontro com um vão de porta interior.

87

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"(...) as técnicas de construção deverão seguir no sentido de chegarmos a uma solução tão total quanto possível e, para que seja total, que o não seja apenas em quantidade, mas que o seja igualmente em qualidade."[1]

ARQ. **FERNANDO TÁVORA**

1 Távora, Fernando – "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006. (Pág. 66)

Após tudo o que foi dito, pretende-se, neste último ponto, evidenciar as principais questões retidas a partir desta investigação e a sua potencialidade enquanto base de futuras investigações na área em estudo.

Em primeiro lugar, ficou bastante claro como a posição do arquiteto pode ser determinante para toda uma cidade, cultura e comunidade. Neste caso, falo do arquiteto Fernando Távora, a sua chegada à cidade de Guimarães é, verdadeiramente, um ponto de viragem, no que respeita ao modo como era pensada a intervenção na zona histórica. Guimarães, cidade berço de Portugal com séculos de história, apresentou-se a Távora como uma "*cidade que se encontrava quase abandonada*"[2]. As contribuições teóricas internacionais, na área da reabilitação e preocupação com os centros históricos, pareciam não ter tido qualquer efeito nos intervenientes desta cidade, estando já ultrapassada a primeira metade do séc. XX, que contava com momentos de perdas irrecuperáveis para a cidade.

O arquiteto começa pela adaptação do antigo Convento da Costa a pousada, mas é com a reabilitação da Casa da Rua Nova, em pleno centro histórico, que as suas atitudes ganham admiradores e mais importante seguidores. A partir daí, juntamente com o Gabinete Técnico Local e com o apoio e interesse dos proprietários, tem início o processo de reabilitação do centro histórico vimaranense cuja estratégia de intervenção é reconhecida nacional e internacionalmente, não só por se antecipar a diretrizes internacionais mas pelo facto de se apresentar como um exemplo real de sucesso que eleva o centro histórico a Património Cultural da Humanidade, em 2001, pela UNESCO. É essencial referir o apoio de diversos programas de financiamento e apoio às obras privadas, como o RECRIA. Todos foram impulsionadores da iniciativa privada de participar na salvaguarda do património, atingindo assim o caráter mais social da reabilitação. Mais recentemente, houveram outras oportunidades, das quais se evidencia a Capital Europeia da Cultura 2012, que leva à concretização de vários projetos há muito desejados e que agora encontram motivação e apoio. Também a vontade particular é estimulada, começando a ter noção do enorme potencial contemporâneo que os edifícios do centro histórico têm graças à sua localização, metodologia construtiva, adaptabilidade funcional e identidade própria.

As ações de reabilitação continuam sem nunca perder a perspetiva da cidade como um todo, nem as premissas delineadas desde o início deste processo: a requalificação de espaços públicos; a conservação, restauro e reabilitação do património edificado de responsabilidade municipal; e o controlo, incentivo e apoio técnico das obras particulares. A apresentação destas bases de intervenção levam à tomada de consciência de que uma ação de reabilitação não se foca apenas edifício a edifício, mas antes abraça toda a área urbana. Deste modo:

"(...) a revitalização do núcleo histórico deveria, obviamente, conseguir conservar o valor patrimonial e a identidade cultural dessa área (...) mas também propiciar, no mesmo momento, a satisfação das actuais exigências e modos de vida, para que esse pedaço danificado da cidade possa de novo ser habitado, em todo o sentido lato da palavra."[3]

José Aguiar

Ao intervir na pré existência, é preciso ter presente que não existem regras estipuladas aplicáveis a qualquer situação. Cada edifício é único, com características e condicionantes próprias que tornam, de igual modo, o seu processo de reabilitação único. É imprescindível, portanto, uma análise prévia de todo o edifício no estado em que se encontra, bem como das eventuais transformações que tenha sofrido. Seguindo-se o exame atento das suas

2 Távora, Fernando – "Grande plano", Jornal de Notícias, 14/10/2003. (Pág. 3)
3 Aguiar, José – "Guimarães: (Re)habitação e Conservação do Património Urbano". Guimarães: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1998. (Pág. 6)

Fig. 1 - Fotografia de 2014, na casa nº120 da rua da Rainha Dona Maria II, em fase terminal de reabilitação. Esta reabilitação valorizou o uso das técnicas tradicionais, sendo objetivo do arquiteto deixar parte da parede emoldurada como uma peça de arte.

1

Fig. 2 - Mesma casa da figura anterior, em 2014. Aqui é possível apreciar uma antiga viga de piso, agora preservada eque atravessa o espaço deixando memória da antiga construção.

2

Fig. 3 - Casa nº19 na rua Val de Donas em 2014. Esta fotografia mostra como foi adaptado um perfil metálico e tijolos contemporâneos à reconstrução da parede de meação da casa adjacente a esta.

3

principais anomalias a solucionar após o esclarecimento do programa base de instalação no edifício. Interpreta-se, desta forma, que o processo seja faseado em três partes: primeiro, a funcional, que estabelece como a nova função se encaixa no antigo edifício e as necessidades a que cada espaço deve responder para tal; em segundo, a estrutural, que serve de base à primeira fase, com a resolução das anomalias encontradas previamente e construção ou demolição das estruturas necessárias; em último, a estética, em que se resolve as questões finais de revestimento ou tratamento exterior de peças dispensáveis à estrutura primária do edifício, mas indispensáveis à manutenção da identidade do mesmo como esclarece a arquiteta e diretora do G.T.L., Alexandra Gesta:

"A estas aparências opõe-se a prática e a ideia de que o modo de projectar ou o método de projecto (...), se mantêm em qualquer lugar de qualquer data.
Os materiais e informação a considerar e sintetizar variam conforme o sitio e a sua data mas "Venustas" será sempre a síntese elaborada ou a integração culturalmente controlada de "Utilitas" e "Firmitas"."[4]

Alexandra Gesta cit. por C.M.V.C.

Esta interpretação pessoal das questões estudadas, não provém unicamente dos postulados teóricos analisados, mas antes da experienciação direta no local de várias fases de projeto de reabilitação de casas do centro histórico vimaranense. O contato direto com as casas, as obras, os seus trabalhadores, empreiteiros e proprietários que me possibilitaram visitar, ver, apreciar, analisar, percorrer um edifício ou obra, foi, sem dúvida, o método de investigação mais eficaz, com que mais aprendi e mais me motivou a continuar a investigação.

No final deste trabalho, levantam-se algumas questões que poderão ser alvo de um futuro estudo, nomeadamente a escolha entre o uso das técnicas tradicionais de construção, dos métodos contemporâneos ou da conciliação das duas hipóteses. Partindo do estudo das suas distintas soluções construtivas e orçamento para as questões funcionais, de conforto e de respeito pelo valor arquitetónico, cultural e patrimonial dos edifícios que se tornassem caso de estudo. Encarando esta dissertação como ponto de partida de um possível caminho a seguir de desenvolvimentos futuros de investigação na área da reabilitação, com a ligação sempre presente à cidade de Guimarães.

4 Câmara Municipal de Viana do Castelo – "III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico: actas". Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996. (Pág. 69)

6 FONTES

BIBLIOGRAFIA

CONFERÊNCIAS E ENCONTROS

Aguiar, José – "Guimarães: (Re)habitação e Conservação do Património Urbano". Guimarães: Associação dos Arquitetos Portugueses, 1998.

Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial - "I Encontro Nacional sobre o Património Industrial : Coimbra, Guimarães, Lisboa : 1986". 1989.

Direcção Geral de Desenvolvimento Regional de Portugal - "Programas URBAN e reabilitação urbana : revitalização de áreas urbanas em crise / Direcção Geral do Desenvolvimento Regional". Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Regional de Portugal, 1996.

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional - "Urban e reabilitação urbana - 2º encontro dos programas". Lisboa: Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional, 1998.

Menezes, Marluci; Tavares, Martha Lins - "Produzir, saber e inventar práticas interdisciplinares no âmbito da intervenção urbana e salvaguarda da imagem da cidade". Buenos Aires e Salta: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2006.

Teixeira, Joaquim; Póvoas, Rui Fernandes - "Proposta de metodologia de intervenção para a reabilitação do património urbano edificado. As casas burguesas do porto - coberturas". Porto: 2010. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/39471%3E.

Vale, Clara Pimenta do; Almeida, Vitor Abrantes - "Entre Tradição Construtiva e Modernidade Arquitectónica - Caracterização construtiva da habitação corrente da cidade do Porto no segundo quartel do século XX". Santiago de Compostela: Colexio Oficial de Arquitectos de Galicia, 2012. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/62005%3E.

JORNAIS, REVISTAS E POSTAIS

Junta de Turismo de Guimarães, - "Guimarães Portugal". Lisboa: Neogravura, Lda., 1953.

Neves, António - "A casa de Sarmento: novos olhares sobre o Património". Revista "Pedra e Cal", abril, maio e junho 2006.

Quaresma, J. - "Problemas do Património vistos por Fernando Távora". Jornal de Notícias, AMAP. (05/07/1984).

Ribeiro, J. Casimiro - "Recuperação e revitalização do Centro Histórico de Guimarães". O Jornal - AMAP. (23/03/1989).

Sociedade Martins Sarmento - "Revista de Guimarães" 1995. Disponível em WWW: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/13354>.

Távora, Fernando – "Grande plano", Jornal de Notícias, 14/10/2003.

ARQUITETURA EUROPEIA

Ruskin, John - "Las Siete Lámparas de la Arquitetura". Barcelona: Editorial Alta Fulla, 1987.

Sekler, Eduard Franz - "Wren and His Place in European Architecture". New York: Faber & Faber, 1956.

Soo, Lydia M. - "Wren's Tracts on Architecture and other writtings". Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Winckelmann, Johann Joachim - "Historia del arte en la antiguedad". Madrid: Aguilar, 1995.

ARQUITETURA PORTUGUESA

Bandeirinha, José António - "Fernando Távora Modernidade Permanente". Lisboa: Casa da Arquitectura, 2012.

Coelho, Paulo - "Fernando Távora: 1923-2005". Vila do Conde: QN - Edições e conteúdos, 2011.

Grande, Nuno - "O Ser Urbano: nos caminhos de Nuno Portas". Guimarães: Fundação da Cidade de Guimarães, 2012.

Neves, António Amaro das; Sarmento, Inês - "José Marques da Silva em Guimarães". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2006.

Távora, Fernando - "Património". Porto: I Congresso da Região Norte, 1987.

Távora, Fernando - "Arquitectura e Vida - Fernando Távora: o ensino da experiência". 2003.

Trigueiros, Luís - "Fernando Távora". Lisboa: Ed. Blau, 1993.

GERAL

Calvino, Italo - "As Cidades Invisíveis". Lisboa: Editorial Teorema, 1990.

Câmara Municipal do Porto - "Do Projecto ao Objecto - Manual de boas práticas de mobiliário urbano em centros históricos". Atlante, 2005.

Choay, Françoise - "As questões do património - Antologia para um combate". Lisboa: Edições 70, 2011.

Comité da Carta de Bruxelas - "Carta de Bruxelas sobre o Papel do Património Cultural na Economia, e para a Criação de uma Rede Europeia do seu Reconhecimento e Difusão". Bruxelas, Bélgica: 2009.

Comité da Conferência Internacional sobre Conservação – "Carta de Cracóvia - Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído". Cracóvia, Polónia: 2000.

Conselho da Europa – "Carta Europeia do Património Arquitetónico". Estrasburgo: Conselho da Europa, 1975.

Conselho da Europa – "Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico". Malta: Conselho da Europa, 1992.

Comité 2º Congresso internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos – "Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios". Veneza: 1964.

Faria, António Lobato; Roseta, Helena - "Preservação de zonas históricas". Lisboa: Ed. autores, 1989.

FERP – "Declaração de Viena - Um Incentivo ao Património em Período de Recessão Económica". Viena: FERP, 2009.

Freitas, Vasco Peixoto de - "Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos". Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte, 2012.

Gomes, Rogério - "Reabilitação urbana - Uma introdução". Lisboa: Urbe, 2008.

Instituto Nacional de Habitação - "Prémio RECRIA 2004". Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, 2004.

ICOMOS – "Carta de Florença - Sobre a Salvaguarda de Jardins Históricos". Florença: ICOMOS, 1981.

ICOMOS – "Carta Internacional sobre a Proteção e a Gestão do Património Arqueológico". Lausanne, Suiça: ICOMOS, 1990.

ICOMOS – "Carta Internacional sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas". Washington D.C.: ICOMOS, 1987.

ICOMOS – "The Nara Document on Authenticity". Nara: ICOMOS, 1994.

Janson, Horst Woldemar - "História da Arte". 6ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Jokilehto, Jukka - "A History of Architectural Conservation". Oxford: Butterworth Heineman, 1999.

Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal - "Reabilitação de edificios de habitação - Critérios para a definição de níveis de qualidade". Lisboa: L.N.E.C., 1987.

Organização das Nações Unidas – "Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural". Paris: Organização das Nações Unidas, 1972.

Paiva, José Vasconcelos; Aguiar, José; Pinho, Ana - "Guia técnico de reabilitação habitacional". Lisboa: I.N.H., 2006.

Quaroni, Ludovico - "Proyectar un edifício - Ocho lecciones de arquitectura". Madrid: Xarait Ediciones, 1980.

Serviço Internacional de Museus – "Carta de Atenas". Serviço Internacional de Museus, 1931.

Silva, Vítor Cóias e - "Guia prático para a conservação de imóveis : manual para a utilização durável e económica da habitação, através de uma adequada manutenção". Lisboa: Dom Quixote, 2004.

Távora, Fernando - "Da Organização do Espaço". Porto: FAUP Publicações, 2006.

Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha - "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". Lisboa: CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.

UNESCO – "Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea". Nairobi, Quénia: UNESCO, 1976.

Urbe - Núcleos de Urbanos de Pesquisa e Intervenção - "Habitação e reabilitação urbana". Setembro 2005.

Zevi, Bruno - "Saber Ver a Arquitectura". São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GUIMARÃES

Associação dos Arquitectos Portugueses - "Guimarães: re-habitar centros antigos". 1988.

Borges, Nuno Miguel - "Renovação praça do Toural, Alameda de São Dâmaso e rua de Santo António : Guimarães 2010-2012". Porto: 2012.

Braga, Alberto Vieira - "Curiosidades de Guimarães". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 1981.

Brito, Eduardo - "Reimaginar Guimarães : rever a cidade". Guimarães: Capital europeia da cultura 2012, 2012.

Cachada, Armindo - "Guimarães Roteiro Turístico". Guimarães: Zona de Turismo, 1992.

Caldas, Padre António José Ferreira - "Guimarães: Apontamentos para a sua História". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães / Sociedade Martins Sarmento, 1996.

Câmara Municipal de Guimarães - "Guimarães: Cidade Património Mundial: um objectivo estratégico". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998.

Câmara Municipal de Guimarães - "Guimarães do Passado e do Presente". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012.

Câmara Municipal de Viana do Castelo - "III Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico: actas". Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

Cruz, José - "Centro Histórico de Guimarães - Património da Humanidade". Guimarães: Audiovisuais Ilídio Inácio, Lda, 2002.

Dept. Comunicação e Marketing - Direnor e Rui Mendes - "A Nossa Terra - Guimarães Freguesias". Braga: Direnor - Comunicação, Estudos, Consultadoria e Divulgação Regional, Lda., 2012.

Faria, António Leite de - "Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada - 850º Aniversário da Batalha de S. Mamede (1128-1978): Actas - Comunicações". Guimarães: 1981.

Faria, João Lopes de - "Efemérides Vimaranenses". Guimarães: 1853.

Ferreira, Armindo Cachada; Arménio Sá; Domingos - "Os Senhores da Rua - Figuras Populares de Guimarães do século XX". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2011.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão - "Uma rua de elite na Guimarães Medieval: 1376-1520". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1989.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão - "Guimarães: Duas vilas, um só povo - estudo de história urbana". Braga: Universidade do Minho, 2010.

Fonte, João Barroso da - "Mumadona: a fundadora de Guimarães". Guimarães: Barroso da Fonte, 1992.

Fundação Cidade de Guimarães - "Somos Guimarães 2012". Guimarães: Fundação Cidade de Guimarães, 2012.

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães – "Guimarães". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998.

G.T.L., Câmara Municipal de Guimarães - - "Guimarães Património Cultural da Humanidade". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães - G.T.L., 2002.

Jorge, Filipe - "Guimarães vista do céu". Lisboa: Argumentum edições, 2012.

Meyra, João Monteiro de - "O Concelho de Guimarães (estudo de demographia e nosographia)". Porto: Typographia a vapor da Empreza Guedes, 1907. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/17406%3E.

Morais, Margarida; Vaz, Madalena - "Guimarães : Património cultural da humanidade=cultural heritage of mankind". Guimarães: 2002.

Silva, Rita Ribeiro da – "A minha Praça S. Tiago". Guimarães: Edição de autor, 2012.

PORTUGAL

Câmara Municipal do Porto - Porto Vivo - "Plano de Gestão - Centro Histórico do Porto Património Mundial". Câmara Municipal do Porto - Porto Vivo. Porto: 2010.

Sacadura, João Paulo - "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2000 - 2006.

Sacadura, João Paulo - "Património da Humanidade em Portugal". Lisboa: Editorial Verbo, 2006.

Teixeira, Joaquim José Lopes - "Descrição do Sistema Construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Contributo para uma história da construção arquitectónica em Portugal". Porto: 2004.

WEBGRAFIA

Afonso, José Ferrão - "Guimarães - da fundação a Património da Humanidade" 2007. Disponível em WWW: <ilha. fcsh.unl.pt/uploads/RHA4-10.pdf>.

Araújo, Nuno - "A singular viagem do fotógrafo Jean Laurent a Portugal, em 1869" 2010. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56033%3E.

Cardozo, Mário – "Francisco Martins Sarmento: Esboço da sua Vida e Obra científica" 1961. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/sms/fms_biografia/Biografia de FMSarmento _MC_.pdf%3E.

Fernandes, Mário Gonçalves - "Novas notas para a história da cartografia urbana e para a morfologia urbana de Guimarães" 2009. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21727%3E.

Matos, Fátima Loureiro de - "Reabilitação Urbana da Baixa Portuense – Qualidade Habitacional" 2007. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7836%3E.

Universidade do Minho – "Proposta de Criação da Casa de Sarmento - Centro de Estudos do Património, Unidade Cultural da Universidade do Minho" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/projecto_CS.pdf%3E.

Universidade do Minho - "Protocolo de Colaboração entre a Universidade do Minho, a Sociedade Martins Sarmento e a Câmara Municipal de Guimarães" 2002. Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/docs/cs/protocolo_UM-SMS-CMG.pdf%3E.

Neves, António Amaro das – "Memórias de Araduca" Disponível em WWW: <http://araduca.blogspot.pt/%3E.

Neves, António Amaro das – "O Carnaval de 1879 na casa de Martins Sarmento" 2013. Disponível em WWW: <http://araduca.blogspot.pt/2013/02/o-carnaval-de-1879-na-casa-de-martins.html?q=carnaval%3E.

Oliveira, Marta M. Peters Arricado de - "A Igreja de São Domingos de Guimarães. Cronografia dos trabalhos de restauro e conservação realizados pela DGEMN. Elementos para a leitura do edifício: A obra de restauro da DGEMN segundo a documentação escrita do Processo IPA:0308600008 [Parte 1]" 2006. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70150%3E.

Oliveira, Marta M. Peters Arriscado de; Afonso, José Ferrão; Ramos, Sílvia - "Guimarães ad radicem montis Latito". 2013. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/70140%3E.

Pacheco, Elsa - "A rede dos TUG: Reestruturação por ajuste às Dinâmicas Territoriais" 2008. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/42955%3E.

Pereira, Hugo Silveira - "A Construção da Rede Ferroviária do Minho 1845 - 1892" 2011. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/63953%3E.

Rocha, Manuel Joaquim Moreira da - "Actas do Seminário Centros Históricos: Passado e Presente" 2011. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/56652%3E.

Rosas, Lúcia - "Monumentos pátrios: entrevista com Lúcia Rosas". Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. Disponível em WWW: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7712%3E.

Sociedade Martins Sarmento – "Francisco Martins Sarmento – Biografia" Disponível em WWW: <http://www.csarmento.uminho.pt/sms_41.asp%3E.

FONTES DOCUMENTAIS

AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: Pasta 3 - Aquisição por transferência 2007 - Câmara Municipal de Guimarães; Gabinete Técnico Local

CRÉDITOS DE IMAGENS

0. INTRODUÇÃO

Fig. 1 - 2 - Fotografia do autor

I. APROXIMAÇÃO À REABILITAÇÃO URBANA
ENQUADRAMENTO HISTÓRICO E TEÓRICO

Fig. 1 - Acedido em: 20/07/2014. Acessível em: http://www.uefa.com/MultimediaFiles/Photo/competitions/Venues/01/91/26/09/1912609_w2.jpg
Fig. 2 - Acedido em: 20/07/2014. Acessível em: http://static.panoramio.com/photos/large/86933953.jpg
Fig. 3 - 4 - Acedido em: 20/07/2014. Acessível em: http://www.theatlantic.com/static/infocus/wwi/westernfront2/
Fig. 5 - Acedido em: 20/07/2014. Acessível em: http://geographicalimaginations.files.wordpress.com/2013/04/old_town_warsaw_waf-2012-1501-311945.jpg
Fig. 6 - Acedido em: 20/07/2014. Acessível em: http://www.theatlantic.com/infocus/2011/07/world-war-ii-the-battle-of-britain/100102/
Fig. 7 - 9 - AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: Pasta 3: Aquisição por transferência 2007, Remessa 21, Pasta 52 - Câmara Municipal de Guimarães; Gabinete Técnico Local
Fig. 10 - AMAP - Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: Pasta 3: Aquisição por transferência 2007, Remessa 21, Pasta 12 - Câmara Municipal de Guimarães; Gabinete Técnico Local

2. GUIMARÃES, CIDADE E CENTRO HISTÓRICO
OBJETO

Fig. 1 - 4; 154; 159 - Desenho do autor
Fig. 5 - 8; 10; 12; 14; 139; 141; 143; 145 - Guimarães, Câmara Municipal de – "Guimarães do Passado e do Presente". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012.
Fig. 9 - AMAP
Fig. 11 - Neves, António Amaro das; Sarmento, Inês – "José Marques da Silva em Guimarães". Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 2006.
Fig. 13 - Brito, Eduardo – "Reimaginar Guimarães : rever a cidade". Guimarães: Capital europeia da cultura 2012, 2012.
Fig. 15 - Fotografias da autoria da professora arquiteta Clara Pimenta do Vale
Fig. 16 - 17; 37; 41; 43; 50 - 51; 53 - 54; 63; 69; 73; 77; 82; 84; 86 - 87; 90; 93; 96; 100 - 102; 108; 113 - 114; 118; 120; 131; 133; 135; 137; 146 - 147; 150; 160 - 163; 165; 171 - Fotografia do autor
Fig. 18 - Acedido em: 02/08/2014. Acessível em: http://2.bp.blogspot.com/_rFwJARnCwas/TKHDRClScdI/AAAAAAAAARc/VNBiOlYQOsg/s1600/P1110295.JPG

Fig. 19 - Acedido em: 02/08/2014. Acessível em: http://idiotmag.files.wordpress.com/2012/07/casas-na-ribeira-do-porto.jpg
Fig. 20 -Acedido em: 02/08/2014. Acessível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4d/Saint_Cirq_la_popie.jpg
Fig. 21 - Acedido em: 02/08/2014. Acessível em: http://4.bp.blogspot.com/-VdRzgD1VftY/UbDAqotCzhI/AAAAAAAAEG0/BXtzJTNnt7M/s1600/La+For%C3%AAt+Fouesnant+a+Landerneau+104.JPG
Fig. 22 - Teixeira, Gabriela de Barbosa; Belém, Margarida da Cunha – "Diálogos de edificação - estudo das técnicas tradicionais de construção". CRAT Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.
Fig. 23 -Acedido em: 02/08/2014. Acessível em: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/ec/Rances_pan_de_bois_%281%29.jpg
Fig. 24 - 26; 28 - 36; 39 - 40; 42; 44 - 49; 52; 55 - 62; 64 - 68; 70 - 72; 74 - 76; 78 - 81; 83; 85; 88 - 89; 91 - 92; 94 - 95; 97 - 99; 103 - 107; 109 - 112; 115 - 117; 119; 121 - 123; 126 - 130; 132; 134; 136; 151 - Acedidas entre02/08/2014 e 11/08/2014. Acessível em: http://www.csarmento.uminho.pt/nephl_211x.asp?tematica=2
Fig. 27; 38 - Acedido em: 11/08/2014. Acessível em: http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/2012/08/guimaraes.html
Fig. 124 - 125 - Acedido em: 11/08/2014. Acessível em: http://www.joaomorgado.com/pt/reportagens/plataforma-das-artes-e-criatividade
Fig. 138; 140; 142; 144; 148 - 149 - Trigueiros, Luís – "Fernando Távora". Lisboa: Ed. Blau, 1993.
Fig. 152 - Acedido em: 12/08/2014. Acessível em: http://static.panoramio.com/photos/large/58637634.jpg
Fig. 153 - Acedido em: 12/08/2014. Acessível em: http://img.photobucket.com/albums/v119/rael_portugal/Arquitectura/Tavora_04.jpg
Fig. 155 - 158 - AMAP
Fig. 164 - Acedido em: 14/08/2014. Acessível em: http://www.guimaraesdigital.com/index.php?a=noticias&id=42319
Fig. 166 - 167 - Acedido em: 14/08/2014. Acessível em: http://www.naaa-arq.com/files/gimgs/26_04edificio.jpg
Fig. 168 - Acedido em: 14/08/2014. Acessível em: http://www.guimaraesdigital.com/cache/w650/fotoarquivo/0_FOTOS/Empresas/2011/FabricaPatria.jpg
Fig. 169 - Acedido em: 14/08/2014. Acessível em: http://www.anteprojectos.com.pt/2013/06/21/casa-da-memoria-3/
Fig. 170 - Acedido em: 14/08/2014. Acessível em: http://jf-creixomil.com/uploads/laborat.jpg

3. SISTEMA CONSTRUTIVO DA CASA DO CENTRO HISTÓRICO
DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

Fig. 1 - Acessível em: http://www.csarmento.uminho.pt/nephl_211x.asp?tematica=2
Fig. 2 - 43; 45 - 46; 51 - 69 - Fotografia do autor
Fig. 44; 47 - 50 - Fotografias da autoria da professora arquiteta Clara Pimenta do Vale

4. A CASA DE SARMENTO

Fig. 1 - 2; 13 - 17; 21 - 29; 44; 60; 75 - 83; 86 - 87 - Desenho do autor
Fig. 3 - 4 - Silva, Rita Ribeiro da – "A minha Praça S. Tiago". Guimarães: Edição de autor, 2012.
Fig. 5 - Câmara Municipal de Guimarães - "Guimarães do Passado e do Presente". Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012.
Fig. 6 - 12; 19; 30 - 43; 45 - 59; 61 - 74; 84 - 85 - Fotografia do autor

Fig. 18 - Acedido em: 22/09/2014. Acessível em: http://www.csarmento.uminho.pt/nephl_211x.asp?tematica=2
Fig. 20 - Acedido em: 22/09/2014. Acessível em: http://www.bing.com/

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fig. 1 - 3 - Fotografia do autor

7 ANEXOS

ANEXO 1
EXCERTOS DA ENTREVISTA AO EMPREITEIRO SR. JOSÉ PEREIRA

(Casa nº 120 na Rua da Rainha D. Maria II)

Sr. Pereira: Portanto, isto é a frente e tudo isto. Aproveitou-se muita coisa aqui: estrutura, por exemplo: a estrutura, as vigas, vigamento... Aproveitou-se quase tudo, tudo o que era de recuperar, recuperou-se. Estas paredes é rodízio, que eu vou-te já mostrar-te o que é o rodízio.

Esta casa aqui, praticamente está pronta. E vou te amostrar os materiais. Materiais: isto aqui são massas tradicionais, massas de saibro, areia, cal branca e cal hidráulica.

Rita: Sim, eu vi no Livro "Diálogos da Edificação", tem lá as suas notas.

Sr. Pereira: Sim, tem lá as minhas notas. Portanto, isso aí já sabeis as dosagens das coisas, não?

Rita: Sim, tem lá tudo.

Sr. Pereira: Aqui... já foram lá cima?

Rita: Não. (sobe-se para o piso 2)

Sr. Pereira: Pronto, deixou-se aqui este centro... estes centros para receber o material das paredes. Isto é o chamado tabique, taipa.. uns chamam-lhe taipa, a gente chama-lhe tabique. Isto é, o interior é todo em tabique, mas aqui é o rodízio que vamos já ver em baixo, que está ali um bocado à vista.

Rita: Sim está. Rodízio por causa do tijolo?

Sr. Pereira: É diferente, é um trabalho diferente. O rodízio é... chama-se rodízio porque é rodízio... é madeira e tijolo.

Rita: É a mistura exato.

Sr. Pereira: Pronto e depois... o rodízio é assim, e assim... é o espadado, enquanto que isto é tábua ao alto e depois tem o atravessado, dobrado, e depois tem o fasquio.

Rita: Exatamente. O rodízio tem o tijolo burro?

Sr. Pereira: E depois leva o tijolo burro para os buracos, aqueles espaços.

Rita: Com um encaixe. Que isso é que eu ainda não vi. Tem um encaixe próprio.

Sr. Pereira: Tem, mas eu tenho... há aí um sítio que eu tenho lá o tijolo e mostro-te. Tenho ali numa obra, aí é que vai ver mais coisas. Pronto, aqui... portanto aqui é isto, esta casa está quase pronta, está pronta praticamente. Mas é uma casa que foi toda recuperada, assim muito velha...

(Sobe-se às águas furtadas)

Sr. Pereira: Vai ver aí a cima, que está aí uma parte muito bonita. Esse soalho, é um soalho que eu arranjei antigo e recuperei. Isto das madeiras que estão assim abertas como estão aqui porque o arquiteto não quis que se tapasse, que eu acho muito bem em não tapar porque isto mais dia menos dia abre, e assim dá o aspecto da junta e da madeira. Este soalho é de umas vigas velhas que eu arranjei, isto é castanho, quando isto estiver envernizado fica espetacular.

(No piso 1)

Sr. Pereira: Este tijolo aqui e este tijolo aqui que é comprido e este aqui tem uma abertura que faz isto assim...

Rita: Um V.

Sr. Pereira: E depois encaixa.

Rita: Tem portanto um corte para dentro em v.

Sr. Pereira: Exato exato.

Rita: Esta parede é toda assim?

Sr. Pereira: Esta parede é toda nova. É estes prumos ao alto e depois leva os atravessados.

Rita: Porque ela está encostada a outra parede?

Sr. Pereira: Está, esta parede faz mira com outra casa.

Sr. Pereira: Normalmente temos o piso em pedra, o rés do chão...

normalmente estas casas aqui dentro do centro histórico o primeiro piso é pedra, outras vezes a frente é pedra até cima esta por acaso não, depois é tudo rodízio. As paredes do exterior normalmente é tudo em rodízio e as interiores em tabique. Normalmente, é difícil aparecer uma casa no interior em rodízio, normalmente é tudo taipa, agora o exterior é que é rodízio. Todas as casas dentro do centro histórico que não sejam mieiras têm o rodízio.

Rita: Este tipo de construção é só aqui no centro histórico?

Sr. Pereira: A zona de couros é toda assim e a recuperação continua a ser igual, não deixam ser diferente. Couros está a ser muito procurado e estão a trabalhar para ser património.

Rita: A zona património é esta aqui, mas aqui no centro há casas que ainda não estão recuperadas?

Sr. Pereira: Sim há muitas, enquanto havia o RECRIA praticamente foi eu que reconstruí o centro histórico todo, agora como há pouco que fazer, há por aí muitos habilidosos.

Rita: Foi tudo iniciativa da câmara?

Sr. Pereira: Sim sim.

Rita: Ainda assistiu a muitas demolições, como o edifício do toural antes de ser Caixa Geral de Depósitos?

Sr. Pereira: Sim, como a zona do São Francisco hoje em dia seria tudo recuperado.

Rita: O que mudou para em vez de demolirem, quererem recuperar?

Sr. Pereira: Porque é que chegamos a Património da Humanidade?

Rita: Porque recuperaram. Mas ouve uma mudança?

Sr. Pereira: Ouve aí uma época em as pessoas faziam de noite e ao outro dia xau!

Rita: As muralhas nos palheiros também foram abaixo...

Sr. Pereira: Sim foram...

Rita: Haviam casas á volta do Parque do Castelo?

Sr. Pereira: Haviam, na Santa Cruz e no Carmo encostado a igreja até cima era tudo casas.

Rita: Quem é que decidiu a sua demolição?

Sr. Pereira: A câmara, haviam presidentes que decidiam fazer um jardim e deitavam a baixo para fazer.

Rita: Acabou por ser uma mudança na câmara que fez com que mudasse tudo, o Távora por exemplo.

Sr. Pereira: Graças realmente à Câmara, que investiu, e ao arquiteto Távora, que ajudou bastante. Aliás, ele entrou aí e segurou isto. E chegamos a Património da Humanidade por aquilo que se fez. Isto é tudo feito de um processo de todas as obras que se fizeram, todas as obras são fotografadas e as fotografias de todas são enviadas para a UNESCO.

O Távora para mim foi um indivíduo que merecia uma boa estátua. Os dois alunos, que foram a arquiteta Alexandra Gesta e o arquiteto Miguel Frazão levaram aquilo a peito e cuidado, são muito exigentes.

A Casa na Rua Egas Moniz, estava em ruínas, foi à venda e a Câmara comprou-a. E aquilo foi restaurado a aproveitar tudo que era recuperável. Recuperou-se tudo. (Távora) gostava muito dele e ele gostava muito de nós. Era um tipo que sabia, conservador, depois ensinou os alunos e os alunos aprenderam bem.

(Albergaria de S. Crispim, cuja construção data de 1315)

Sr. Pereira: 1315, isto tem uma história, foi o primeiro hospital da cidade de Guimarães, tem uma ligação muito grande com Santiago, fez parte da rota e os peregrinos passavam por aqui.

Quando vêm estrangeiros ligados à arquitetura, é obrigatório eles virem aqui visitar isto porque é a única casa em Guimarães que mantém a traça...

Rita: Nunca teve nenhum tipo de reparação?

Sr. Pereira: Isto aqui é só caiar e metemos um soalho. Aqui é onde se faz a ceia do natal para os pobres. O chão é terra batida, não deixam meter tijoleira nem nada, para manter a traça, isto aqui é serrim para dar um ar mais nobre, agora tem esgoto mas bem há muito tempo era fossa.

É tudo original, a única coisa nova é o soalho e o isolamento no telhado porque era muito frio.

Rita: Na altura esta construção era em madeira por ser mais fácil de se conseguir o material?

Sr. Pereira: As madeiras nessa altura estavam anos sem se aplicar, era feita a secagem e preparada, demorava muitos anos devido a isso.

(No exterior da Albergaria de S. Crispim, cuja construção data de 1315)

Sr. Pereira: Quando os pilares de pedra, os aros, tiverem um dente a parede é rebocada quando não tem, é liso, é pedra. É muito importante, sempre que lhe apareça qualquer coisa que queiram explicar, só se reboca quando realmente tem essa saliência. O abrigo, já teve a pedra à vista mas primitivo era rebocado. Pôs-se em pedra para não se estar a pintar. Sempre que as paredes fossem em pedra, ficava em pedra, desde que se começou a levar as coisas a sério como deve ser.

Rita: As casas à volta do castelo eram todas em pedra, o primeiro e segundo piso?

Sr. Pereira: Há casas aí que depois puseram outro piso para cima, mas a gente vê que é um aumento. No Tribunal das Relação, por exemplo, vê se bem que tem a cornija e que fizeram um aumento para cima porque quando se vê a cornija...

Rita: Na zona de são Francisco, nota-se na parede umas marcas...

Sr. Pereira: Era as casas para cima, marcas da casa antiga, chegou a ser o Cinema. Nesse corrente, a igreja era mais ou menos a meio, essa zona era tudo casinhas.

(Casa nº 32 do Largo A.L. de Carvalho)

Sr. Pereira: Antigamente não levava a rede de galinheiro mas os materiais também eram diferentes, hoje os materiais são mais fortes um bocadinho. Serve para não rachar tanto as paredes mesmo assim racham.

Rita: Não há nenhum problema ligado á rede?

Sr. Pereira: Esta rede estando coberta não enferruja, se não entrar humidade. Estas casas duram se não houver humidade.

Sr. Pereira: Nas paredes do exterior podemos pôr o rodízio e depois pôr o isolamento e pôr uma parede de tabique a seguir, a estrutura é a mesma, conserva na mesma o antigo.

Sr. Pereira: As paredes mieiras são sempre em rodízio por causa da estrutura, tem sempre aquelas vigotas ao alto para suportar o vigamento, cada viga leva um prumo. Onde há vigas há um prumo a seguir.

Quando falei do soalho, entre o forro e as vigas leva o isolamento.

Isto é que é o chamado saibro, isto vem da pedra podre.

Rita: E os pregos todos?

Sr. Pereira: Era para agarrar a massa, era os pregos e a própria madeira que levava umas foiçadas com uma enchó para agarrar a massa e ainda levava estas taxas para agarrar.